

**Ministério da Fazenda
Banco do Nordeste do Brasil S.A**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2009**

Março/2010

Gabinete da Presidência

**Ministério da Fazenda
Banco do Nordeste do Brasil S.A**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Fortaleza, 15/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALIDE – Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPEF – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste
CONAJs - Células de Contencioso e Assessoria Jurídicas
CENOPs - Centrais de Apoio Operacional
CAPGV – Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas
ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FOROLACFR - Fórum Latinoamericano e do Caribe de Finanças Rurais
INEC - Instituto Nordeste Cidadania
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
PGA – Plano de Gestão Administrativa
Plano BD – Plano de Benefício Definido
Prodetur/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
RECIN - Recurso Interno
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINC – Sistema Integrado de Crédito
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI - Tecnologia da Informação
URCs - Unidades de Recuperação de Crédito

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Estrutura do Programa Estratégico 2008-2011	41
Gráfico 1 - Valores Contratados com MPEs	58
Figura 2 - Modelo de Gestão do Desempenho Empresarial 2008-2011	63
Gráfico 2 - Desempenho Histórico Crédito Especializado.....	70
Gráfico 3 - Desempenho Histórico Crédito Comercial	71
Gráfico 4 - Desempenho Histórico de Câmbio	72
Gráfico 5 - Desempenho Histórico Captação de Recursos.....	73
Gráfico 6 - Desempenho Histórico Resultado Operacional	74
Gráfico 7 - Desempenho Histórico da Eficiência Operacional	74
Gráfico 8 - Desempenho Histórico Negócios Mercado de Capitais.....	75
Gráfico 9 - Desempenho Histórico Receitas Prestação Serviços	76
Gráfico 10 - Desempenho Qualidade do Ativo exceto Pronaf	77
Gráfico 11 - Desempenho Qualidade do Ativo do Pronaf	77
Gráfico 12 - Desempenho Histórico Agroamigo – Inadimplência.....	78
Gráfico 13 - Desempenho Histórico Recuperação de Crédito em Espécie	79
Gráfico 14 - Desempenho Histórico Regularização de Dívidas.....	79
Gráfico 15 - Desempenho Histórico Qualidade dos Processos	80
Gráfico 16	132
Gráfico 17	132
Gráfico 18	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - FNE – Resumo de Operações Contratadas.....	17
Tabela 2 - FNE - Desempenho Operacional.....	17
Tabela 3 - Contratações no PRONAF em 2009	23
Tabela 4 - Demonstrativo Global da Execução do Prodetur/NE – Posição 31/12/2009	29
Tabela 5 - Programação do FNE - Resultados por Setor de Atividade	69
Tabela 6 - Ativos Globais	101
Tabela 7 - Classificação da Carteira De Títulos	102
Tabela 8 - Variação no Saldo da Carteira de Títulos.....	103
Tabela 9 - Evolução das Disponibilidades do FNE.....	103
Tabela 10 - Saldos de Aplicações por Fonte/Programa.....	104
Tabela 11 - Operações de Crédito por Setor.....	105
Tabela 12 - Recursos Totais	106
Tabela 13 - Evolução do Patrimônio Líquido	109
Tabela 14 - Composição Acionária em 31.12.2009	109
Tabela 15 - Mutações do Patrimônio Líquido do FNE	110
Tabela 16 - Demonstração de Resultados.....	111
Tabela 17 - Ativo Fiscal Diferido.....	117
Tabela 18 - Orçamento de Recursos - 2009	121
Tabela 19 - Orçamento de aplicações - 2009	121
Tabela 20 - Orçamento de Investimentos – 2009	122
Tabela 21 - Folha de Pagamento dos participantes da CAPEF	140
Tabela 22 - CAPEF – Recursos aportados pelos participantes	140
Tabela 23 - CAPEF – Recursos aportados pelo BNB	141
Tabela 24 - CAPEF – Passivo financeiro	141
Tabela 25 - CAPEF – Aplicações.....	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados Gerais do Programa 0352.....	32
Quadro 2 - Dados Gerais do Programa 0781.....	33
Quadro 3 - Dados Gerais do Programa 1209.....	34
Quadro 4 - Dados Gerais do Programa 0807.....	35
Quadro 5 - Dados Gerais do Programa 1387.....	37
Quadro 6 - Dados Gerais do Programa 1430.....	39
Quadro 7 - Evolução dos Gastos Gerais.....	40
Quadro 8 - Objetivos Estratégicos e Metas	42
Quadro 9 - Resultados dos Objetivos Estratégico no ano de 2009.....	45
Quadro 10 - Indicadores do Objetivo Estratégico 1	47
Quadro 11 - Indicadores do Objetivo Estratégico 2	49
Quadro 12 - Quantidade de Operações do NE Territorial, por Segmento.....	49
Quadro 13 - Indicadores do Objetivo Estratégico 3	50
Quadro 14 - Indicadores do Objetivo Estratégico 4	50
Quadro 15 - Indicadores do Objetivo Estratégico 5	51
Quadro 16 - Indicadores do Objetivo Estratégico 6	51
Quadro 17- Indicadores do Objetivo Estratégico 7	52
Quadro 18 - Indicadores do Objetivo Estratégico 8	54
Quadro 19 - Indicadores do Objetivo Estratégico 9	55
Quadro 20 - Indicadores do Objetivo Estratégico 10	56
Quadro 21 - Indicadores do Objetivo Estratégico 11	56
Quadro 22 - Indicadores do Objetivo Estratégico 12	57
Quadro 23 - Indicadores do Objetivo Estratégico 13	58
Quadro 24 - Indicadores do Objetivo Estratégico 14	59
Quadro 25 - Indicadores do Objetivo Estratégico 15	59
Quadro 26 - Indicadores do Objetivo Estratégico 16	60
Quadro 27 - Indicadores do Objetivo Estratégico 17	60
Quadro 28 - Percentual de Entregas Realizadas	61
Quadro 29 - Indicadores do Objetivo Estratégico 18	61
Quadro 30 - Indicadores do Objetivo Estratégico 19	62
Quadro 31 - Indicadores do Objetivo Estratégico 20	63
Quadro 32 - Variáveis e Indicadores de Desempenho do Programa de Ação.....	65

Quadro 33 - Variáveis e Metas das Agências, URCs e Superintendências Estaduais....	67
Quadro 34 - Variáveis e Metas das Unidades do Crediamigo e Gerências Regionais ...	81
Quadro 35 - Resultados das Unidades do Crediamigo	82
Quadro 36 - Variáveis e Metas das CENOPs	83
Quadro 37- Resultados das CENOPs	83
Quadro 38 - Programa de Ação das CONAJs	84
Quadro 39 - Resultado Global das CONAJs	85
Quadro 40 - Programa de Ação das Unidades da Direção Geral	85
Quadro 41 - Resultado das Unidades da Direção Geral	85
Quadro 42 - Índice de Basiléia (%)	119
Quadro 43 - Demonstração do Valor Adicionado	120
Quadro 44 - Resumo de Intervenções - 2009	128
Quadro 45 - Composição do Quadro de Recursos Humanos	138
Quadro 46 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	138
Quadro 47 - CAPEF – Despesas resarcidas pelo BNB	142
Quadro 48 - CAPEF – Funcionários cedidos	142
Quadro 49 - Composição e Desempenho das Carteiras de Investimento da CAPEF...	144
Quadro 50 - Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados) – Valores em US\$ 1,00	146
Quadro 51 - Atos de admissão, desligamento e pensão praticada no exercício de 2009	147
Quadro 52 - Valores investidos em publicidade e patrocínio em 2009	149
Quadro 53 - Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal ..	150
Quadro 54 - Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2009	151
Quadro 55 - Investimentos Permanentes em outras sociedades	152

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	11
2. INTRODUÇÃO	12
3. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	14
3.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	14
3.1.1. Execução de atividades e de ações relacionadas a programas de governo	16
3.1.1.1. Fundo Constitucional do Nordeste – FNE.....	16
3.1.1.2. Fundo Investimento do Nordeste – FINOR.....	19
3.1.1.3. Programa de Microcrédito Orientado – Crediamigo	21
3.1.1.4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	23
3.1.1.5. AgroAMIGO	26
3.1.1.6. Programa de Crédito Fundiário	27
3.1.1.7. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur – NE II	28
3.1.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	30
3.1.3. PROGRAMAS	32
3.3.1. Programa 0352 – Abastecimento agroalimentar	32
3.3.2. Programa 0781 – Ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais	33
3.3.3. Programa 1209 – Banco para todos.....	34
3.3.4. Programa 0807 – Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio	35
3.3.5. Programa 1387 – Microcrédito produtivo orientado	37
3.3.6. Programa 1430 – Desenvolvimento macrorregional sustentável.....	39
3.4.1. DESEMPENHO OPERACIONAL	40
3.4.1.1. Evolução dos gastos gerais.....	40
3.4.1.2. Programa Estratégico 2008-2011	41
3.4.1.3. Gestão do Desempenho Operacional	63
3.4.1.4. Gestão Econômica – Financeira	100
3.4.1.5. Gestão Orçamentária	121
3.4.1.6. Gestão de Pessoas.....	123
3.4.1.7. Gestão da Tecnologia da Informação	126
3.4.1.8. Gestão de Logística	128
3.4.1.9. Gestão dos Riscos.....	130
3.4.1.10. Gestão dos Controles Internos.....	132
3.4.1.11. Gestão da Segurança Corporativa	134
4. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS..	138
5. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO ..	139

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	140
6.1. IDENTIFICAÇÃO	140
6.2. DEMONSTRATIVO ANUAL	140
6.2.1. Valor total da folha de pagamento dos participantes da CAPEF	140
6.2.2. Recursos aportados pelos participantes.....	140
6.2.3. Recursos aportados pelo patrocinador BNB	141
6.2.4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora.....	141
6.2.5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições.	141
6.2.6. Passivo Financeiro.....	141
6.2.7. Despesas resarcidas pelo patrocinador BNB face implantação do Plano CV	142
6.2.8. Dívidas entre patrocinador e patrocinada.....	142
6.2.9. Cessões de recursos humanos pelo BNB a CAPEF	142
6.2.10. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	142
6.2.11. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar	143
6.2.12. Retorno detalhado das aplicações contidas na Política de Investimento .	144
6.2.13. Ações para supervisão sistemática das atividades da CAPEF	144
6.2.14. Parecer Atuarial.....	145
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	146
8. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .	147
9. INFORMAÇÕES QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTOS, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO DE 2009	147
10. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.....	148
11. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	149
11.1. INVESTIMENTO EM PUBLICIDADE.....	149
11.2. REMUNERAÇÃO E REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.....	150
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	151
12.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NAS LEIS Nº 4.320/64 E 6.404/76, INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS.....	151
12.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL, INDICANDO OS PRINCIPAIS ACIONISTAS E RESPECTIVOS PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO.....	151

12.3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO BNB COMO INVESTIDORA	152
12.4. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	152
ANEXO.....	154

1. Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA FAZENDA		Código SIORG: 1929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A			
Denominação abreviada: BNB			
Código SIORG: 172	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: NÃO SE APLICA	
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA			
Principal Atividade: BANCO MÚLTIPLO COM CARTEIRA COMERCIAL		Código CNAE: 6422-1/00	
Telefones/Fax de contato:	(085) 3299.3041	(085) 3299.3050	(085) 3299.3674
Endereço eletrônico: www.bnb.gov.br			
Página da Internet: http://www.bnb.gov.br			
Endereço Postal:			
AV. PEDRO RAMALHO,5700- PASSARÉ. FORTALEZA-CE. CEP: 60.743-902			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O BNB foi criado pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952. Alterado pelo Decreto-Lei nº 531, de 16 de Abril de 1969 e a Lei nº 7.336 de 04 de julho de 1985;			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções do Bacen, CVM e CMN			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manuais de Procedimentos Internos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
-	-		

2. Introdução

Relatório de Gestão é peça integrante da Prestação de Contas Anual do Banco do Nordeste S.A, relativo ao exercício de 2009, que objetiva demonstrar os resultados econômicos, sociais e financeiros de atuação, dentro do propósito de transparência, em cumprimento à determinação legal do Tribunal de Contas da União – TCU.

A organização e a apresentação deste Relatório obedecem às disposições da Instrução Normativa TCU 57, de 27 de agosto de 2008, assim como à Decisão Normativa TCU nº 100, de 7 de outubro de 2009.

O desenvolvimento deste documento contém as informações especificadas no Anexo II da Decisão Normativa supramencionada, excetuando os itens 4,5,9,10 e parte do 13, parte A - Conteúdo Geral, respectivamente, “Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”; “Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores”; “Informações sobre Renúncia Tributária”; “Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos”; “Declaração de disponibilidade e atualização do Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Parceria – SINCOV”, por não se aplicarem a esta Instituição.

Dentre os itens apresentados e comentados encontram-se as principais ações realizadas no ano e seus resultados, tendo como subsídio as metas estabelecidas no Programa Estratégico 2008-2011.

No ano de 2009 obteve-se expansão de 50,9% nas contratações totais em relação ao ano anterior. O BNB contratou R\$ 20,8 bilhões em um total de 2,1 milhões de financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e operações de mercado de capitais. Esse expressivo crescimento aponta o BNB como detentor de 66% dos saldos de operações de crédito de longo prazo e de 7,6% dos saldos de curto prazo no Nordeste e o credencia como a principal instituição voltada para o desenvolvimento da região nordestina. Em financiamentos de longo prazo – próprios de um banco de desenvolvimento – foi aplicado o volume de R\$ 11,4 bilhões ou 54,5% de participação no valor total contratado. Merece registro, no ano, o significativo incremento de 68,8% nas operações de curto prazo, quando comparado ao desempenho dessa modalidade em 2008.

A distribuição das contratações globais por setor em 2009 evidencia crescimento em todos os setores econômicos em relação ao ano anterior. No total, a expansão foi de 50,9%. Os setores rural, industrial, infraestrutura e comércio/serviços apresentaram crescimento de 21,5%, 61,4%, 47,7% e 35,6%, respectivamente, e foram responsáveis, conjuntamente, pela contratação de operações totais no valor de R\$ 18,5 bilhões. Vale ressaltar o expressivo crescimento de 342% obtido em 2009 pelo setor de mercado de capitais relativamente ao ano anterior, com R\$ 2,3 bilhões de valor contratado no ano, passando o BNB a adquirir evidência em termos de presença nesse mercado.

No que se refere às contratações por porte do beneficiário, a quantidade de operações contratadas com mini/micro/pequeno representou 93,4% da quantidade total em 2009, com o valor médio contratado de R\$ 2.516,50 por operação.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) como a principal fonte de recursos dos financiamentos de longo prazo, foi responsável por 80,5% do total. O valor contratado de R\$ 9,1 bilhões no ano, sendo R\$ 8,8 bilhões diretamente com recursos do FNE e aproximadamente R\$ 300 milhões por meio de contrato de repasse do Fundo Constitucional ao BNB, representa um crescimento de 19,1% em relação a 2008.

Todas as modalidades de empréstimos de curto prazo apresentaram crescimento do valor contratado em 2009 com relação ao ano anterior. Entre as modalidades que mais contribuíram para essa expansão total de 68,8% no período estão Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro, com 107,7% de crescimento, e Contas Garantidas, com 74,2%. Os empréstimos de microcrédito (programa Crediamigo) e as operações de desconto de títulos também tiveram crescimentos expressivos de 37,9% e 35,2%, respectivamente.

Para 2010, o Banco do Nordeste do Brasil planeja contratar um volume superior a R\$ 25 bilhões em operações de crédito de curto e longo prazos e de mercado de capitais. Com relação às micro e pequenas empresas (MPE), a meta para 2010 é contratar o valor de R\$ 2,6 bilhões. No tocante ao PRONAF, a meta é contratar R\$ 1,1 bilhão. Já com referência ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o BNB conta com 13 projetos em carteira do setor de energia, com expectativa de contratação de financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) da ordem de R\$ 1,6 bilhão para um investimento total previsto de R\$ 6 bilhões.

Em 2010, o Crediamigo do BNB tem como meta realizar 1,4 milhão de operações, com um valor desembolsado de R\$ 2,0 bilhões, atingindo 725 mil clientes ativos. Com a abertura de novos mercados e de 80 novos pontos de atendimento, perfazendo um total de 340, além da contratação de 779 novos assessores de crédito, o BNB deverá alcançar o objetivo estratégico de 1 milhão de clientes ativos do Crediamigo em 2011.

3. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

3.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução de políticas públicas

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB é uma instituição financeira de caráter múltiplo, organizado sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Sua missão é atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional.

A área de atuação do BNB abrange os municípios dos nove estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha), e também o norte do Espírito Santo.

O Banco, de acordo com estatuto, está autorizado a realizar operações ativas, passivas e acessórias inerentes a diversas carteiras (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, bem como garantir créditos concedidos no País e no exterior em benefício de empreendimentos localizados no Brasil.

Dentre outras atribuições, compete ao BNB administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, instituído pela Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, e que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Além do FNE, o BNB opera com recursos próprios e tem acesso a outras fontes, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Fundo da Marinha Mercante – FMM, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e instituições internacionais multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Banco Mundial.

O BNB é também o agente financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR criado pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, reformulado pela Lei 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que sofreu modificações em função da edição da MP 2.199, de 24/08/2001 (reedição da MP 2058 de 24.08.2000), cujos recursos são aplicados sob a forma de subscrição de ações e de debêntures, conversíveis ou não em ações, de emissão das empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O Banco opera o programa de microcrédito produtivo orientado, Crediamigo, sendo responsável pela gestão do Programa de Desenvolvimento do

Turismo no Nordeste – Prodetur/NE, criado para estruturar a atividade turística da Região.

Os clientes do BNB são agentes econômicos – representados por empresas de micro, pequeno, médio e grande porte –, agentes institucionais – governos federal, estadual e municipal e organizações não-governamentais – e pessoas físicas – agricultores familiares, produtores rurais de micro, pequeno e médio porte e o empreendedor informal urbano.

Articulando o crédito a ações de estruturação econômica, o Banco desenvolve projetos de Integração de Políticas Públicas federais, estaduais e municipais, bem como projetos de Desenvolvimento Territorial, associando a geração de negócios à organização de cadeias produtivas selecionadas para maior competitividade e inclusão econômica.

Além da atividade de intermediação financeira, o Banco mantém uma política de incentivo à produção cultural e promove estudos econômicos sobre a Região. Esses estudos são gerenciados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, criado pela mesma lei que instituiu o BNB.

3.1.1. Execução de atividades e de ações relacionadas a programas de governo

3.1.1.1. Fundo Constitucional do Nordeste – FNE

O BNB é responsável pela administração dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, como parte de seu papel de agente financiador do setor produtivo e da infraestrutura socioeconômica regional. Dessa forma, no exercício de 2009, para as aplicações do FNE foram operados os seguintes programas:

- ↳ RURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste;
- ↳ AQUIPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste;
- ↳ INDUSTRIAL – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste;
- ↳ AGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste;
- ↳ PROATUR – Programa de Apoio ao Turismo Regional;
- ↳ COMÉRCIO E SERVIÇOS – Programa de Financiamento para os Setores: Comercial e de Serviços;
- ↳ PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste;
- ↳ PRODETEC – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico;
- ↳ FNE-VERDE – Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente;
- ↳ PROCULTURA – Programa de Financiamento à Cultura;
- ↳ PROFROTA PESQUEIRA – Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional; e
- ↳ PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Grupos “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “A/C”, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Florestal, Pronaf Semiárido, Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares, Pronaf Agroecologia, Pronaf – Mais Alimentos e Pronaf – Comum.

De janeiro a dezembro de 2009, o Banco contratou um total de 380.417 mil operações de financiamento com recursos do FNE, no montante de R\$ 8,8 bilhões. Além do montante R\$ 8,8, bilhões, foi contratado o volume de R\$ 295,3 milhões, por meio de contrato de repasse de recurso do Fundo Constitucional ao BNB, totalizando assim 9,1 bilhões de reais de contratações em 2009. As tabelas 1 e 2 demonstram a distribuição das operações entre os programas operacionalizados em 2009.

Tabela 1 - FNE – Resumo de Operações Contratadas

Grupo	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ Milhões)
PRONAF	346.104	868.055
NÃO PRONAF	34.313	7.970.712
TOTAL GERAL	380.417	8.838.767

Tabela 2 - FNE - Desempenho Operacional

Setores e Programas	Nº de Operações	Valores em R\$ mil	
		Contratações ⁽¹⁾	%
RURAL	359.460	2.867.874	32,4
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL)	13.142	1.844.636	20,8
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	6.145	110.023	1,2
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo B)	306.483	474.600	5,4
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo C)	3.251	9.403	0,1
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	119	638	-
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	30.106	273.391	3,1
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	102	75.846	0,9
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	112	79.337	0,9
Programa de Financiamento à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanentes Degradadas (PRÓ-RECUPER. AMBIENTAL)	-	-	-
Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA)	-	-	-
AGROINDUSTRIAL	273	366.950	4,2
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN)	162	351.773	4,0
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-AGROINDÚSTRIA)	111	15.177	0,2
INDUSTRIAL E TURISMO	2.961	1.787.779	20,2
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	773	1.067.157	12,0

Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA)	1.915	138.536	1,6
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	50	43.165	0,5
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-TURISMO)	217	44.248	0,5
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	3	494.444	5,6
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	2	194	-
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	1	35	-
INFRA-ESTRUTURA	18	1.704.483	19,3
Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	18	1.704.483	19,3
COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.705	2.111.682	23,9
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	2.754	1.372.073	15,5
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	-	-	-
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS)	14.951	739.609	8,4
Total	380.417	8.838.768⁽²⁾	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Além do montante R\$ 8,8, bilhões, foi contratado o volume de R\$ 295,3 milhões, por meio de contrato de repasse de recurso do Fundo Constitucional ao BNB, totalizando assim 9,1 bilhões de reais de contratações em 2009.

3.1.1.2. Fundo Investimento do Nordeste – FINOR

O BNB é o agente financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, reformulado pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com modificações pela edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 (reedição da MP nº 2.058, de 23 de agosto de 2000), cujos recursos são aplicados sob a forma de subscrição de ações e de debêntures, conversíveis ou não em ações, de emissão das empresas que tenham sido consideradas aptas para receber incentivos fiscais pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O FINOR é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da SUDENE (o qual é objeto de Relatório de Gestão específico). O Artigo 5º, do Decreto-Lei nº 1.376/74, definiu o BNB como órgão operador do FINOR. Por força da MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 (reedição da MP nº 2.145, de 02 de maio de 2001), o FINOR foi extinto, não havendo, pois, admissão de novos projetos.

O Patrimônio Líquido do FINOR atingiu, ao final de 2009, a cifra de R\$ 189,6 milhões, o que representa um crescimento de 5,75% em relação à última posição de 2008. Esse resultado decorre, dentre outros fatores, da recuperação da carteira de títulos de renda variável decorrente do recebimento da documentação societária em atraso e consequente reversão da provisão das ações.

Deve ser enfatizado que, no decorrer de 2009, o Patrimônio do Fundo atingiu o patamar de R\$ 319,7 milhões, com posição em 24 de setembro de 2009, apresentando o valor médio no exercício de R\$ 251,0 milhões, calculado com base no patrimônio líquido diário. Contudo, ao final do exercício, foi reduzido ao volume supramencionado, em função, principalmente, da constituição das provisões para perdas da carteira de títulos, em cumprimento à Portaria Ministerial nº 118, de 29 de maio de 2001.

No exercício de 2009, houve ingresso de recursos da ordem de R\$ 46,4 milhões, decorrentes de opções para os Incentivos Fiscais do FINOR, relativas aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, cujos repasses ao Fundo, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, ocorreram em 24 de abril e 15 de maio de 2009.

As reservas para aplicação na forma do citado artigo 9º, da Lei nº 8.167, de 16/01/1991, sem a contrapartida da liberação dos recursos respectivos, pela STN, impactam de forma negativa o patrimônio líquido do FINOR, pois constituem exigibilidade. Há um elevado saldo dessas reservas, em razão da edição de sucessivas Portarias pelo Ministério da Integração Nacional, a última em 18 de dezembro de 2009, prorrogando o prazo para cancelamento das mesmas, relativas às opções a partir do exercício de 1998, cujos recursos não foram absorvidos pelas beneficiárias.

Por força do Acórdão nº 846/2008-TCU, proferido pelo Tribunal de Contas da União, em Sessão Extraordinária realizada no dia 13/05/2008, cujas medidas objetivam o saneamento da carteira dos Fundos de Investimentos Regionais, encontra-se suspenso o repasse de recursos aos referidos fundos, à exceção dos valores das opções realizadas por meio de DARF's específicos, como foi o caso dos ingressos efetuados, conforme

acima, até a conclusão pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB da análise dos Pedidos de Revisão de Incentivos Fiscais – PERC's anteriores ao exercício de 2005.

Em 2009, o Banco recebeu, do Ministério da Integração Nacional, Ordens de Liberação de recursos, para empresas beneficiárias do FINOR, no montante de R\$ 49,8 milhões, contemplando quatro empresas, todas subscritas no período.

No período, foram realizados 06 (seis) Leilões Especiais do FINOR, tendo sido negociadas 14,9 milhões de ações, alcançando o volume financeiro de R\$ 10,5 milhões.

No exercício de 2009, o BNB obteve de receita com taxa de administração sobre a carteira do Fundo o montante de R\$ 5,2 milhões.

3.1.1.3. Programa de Microcrédito Orientado – Crediamigo

O Programa Crediamigo, implantado pelo BNB em 1998, destaca-se pela sua relevância social, bem como por ser um programa autossustentável, que remunera os capitais investidos de acordo com as regras do mercado, cobrindo todos os custos incorridos na sua operacionalização. Tem como política oferecer o crédito através de ações diferenciadas, tais como:

- ↳ Acesso ao crédito por meio de grupos solidários, em substituição às garantias tradicionais: em 2009, 93,7% das operações contratadas foram com a garantia de grupos solidários;
- ↳ Atendimento ao cliente de modo personalizado, com a presença de assessores de crédito no próprio local de atividade do cliente. A metodologia prevê a realização de visitas de acompanhamento aos clientes, que tem por objetivo a verificação da regularidade da atividade produtiva e da situação financeira do empreendimento, e a orientação para gestão do negócio; e
- ↳ Concessões do empréstimo caracterizadas pela desburocratização, de forma rápida, sucessiva, com prazo máximo de sete dias para liberação dos recursos. Diferentemente do crédito bancário tradicional, o microcrédito produtivo orientado requer estratégia diferenciada na análise e concessão do empréstimo com estrutura de atendimento e tecnologia que se adeque ao processo de empréstimos em pequenos montantes a um volume considerável de clientes.

Em 2009, o Programa Crediamigo esteve presente em 1.773 municípios da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, Distrito Federal e Rio de Janeiro, operacionalizando suas atividades por meio de 171 unidades de crédito e 88 postos de atendimento.

O Crediamigo vem apresentando um crescimento contínuo em termos de expansão de mercado, atingindo em 2009 a quantidade de 528.792 clientes ativos, representando um aumento de 32% em relação a 2008. Essa marca equivale a uma participação de 18,7% no mercado de microfinanças urbana, estimado em 2.818.694 microempreendedores¹. Ressalte-se que este resultado alcançado representou 101% da meta anual. Com relação ao volume de carteira ativa, o Programa obteve um crescimento de 39%, atingindo em dezembro de 2009 o volume de R\$ 501,6 milhões.

No ano, os desembolsos globais do Programa Crediamigo chegaram a R\$ 1.499,2 milhões. Esses números são frutos do aumento da produtividade e do valor médio da carteira ativa por cliente, que cresceu 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 1.077,59 (dezembro/2008) para R\$ 1.190,23 (dezembro/2009).

A capacidade operacional do Crediamigo demonstra crescimento expressivo e contínuo, tendo contratado ao longo do ano de 2009, 1.259.594 operações de crédito, representando um incremento de 25% operações em relação ao ano anterior. Em

¹ O cálculo do mercado elegível de microfinanças urbana está considerando apenas a área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

consonância com a política para redução dos spreads bancários, foram reduzidas, no mês de fevereiro, as taxas de juros efetivas dos produtos Giro Popular Solidário e Crediamigo Comunidade de 1,95% para 1,32% ao mês.

Foram intensificados os esforços no processo de bancarização das pessoas de baixa renda e, nesse sentido, foram abertas 517.814 Contas Simplificadas e 278.111 Contas Normais até dezembro de 2009, possibilitando a liberação de 100% dos financiamentos em conta corrente.

Em relação às metas do Crediamigo inseridas no Plano Plurianual 2008/2011 do Governo Federal estão apresentadas no item 3.3, deste Relatório, que trata dos programas e ações constantes do SIGPLAN.

3.1.1.4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal operacionalizado na região Nordeste principalmente pelo Banco do Nordeste. A Agricultura Familiar é um segmento da população que vem sendo priorizado pelo Governo Federal e o PRONAF tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida desse público através do financiamento da atividade produtiva no meio rural e consequente geração de emprego e incremento da renda.

O Banco do Nordeste operacionaliza o PRONAF desde sua criação, tendo se firmado como seu principal agente financeiro no Nordeste, contando com uma carteira ativa, na posição de 31/12/2009, de R\$ 4.758 milhões, correspondentes a 1,4 milhão de operações.

Em 2009, o Banco contratou 356,8 mil operações com um volume de contratações de R\$ 890,1 milhões. Esse valor corresponde a uma elevação de 20 % em relação ao montante aplicado em 2008. No quadro abaixo, verificamos o número de operações e o valor contratado nos grupos e linhas do PRONAF, especificando a fonte utilizada.

Tabela 3 - Contratações no PRONAF em 2009

Fonte	Grupo do PRONAF	Quantidade de operações	Valor contratado (R\$ Mil)
FNE	FLORESTA	34	285,81
	PRONAF A	6.145	110.022,70
	PRONAF B	306.483	474.599,94
	PRONAF C	3.251	9.403,26
	PRONAF D	119	638,31
	JOVEM	32	205,82
	MULHER	1.518	12.018,49
	PRONAF E	1	27,59
	SEMIÁRIDO	2.656	16.606,45
	AGROINDUSTRIA	8	107,03
	PRONAF AC	1.549	5.195,03
	PRONAF-ECO	74	812,32
	PRONAF-COMUM	15.885	137.695,31
	PRONAF-MAIS ALIMENTO	5.005	93.919,35
EMERGENCIAL		3.344	6.517,86
FNE			
Total		346.104	868.055,27
STN	PRONAF B	9.761	16.023,13
	JOVEM	6	40,19
	SEMIÁRIDO	956	5.946,89
STN			
Total		10.723	22.010,21
TOTAL GERAL		356.827	890.065,48

Fonte: Ambiente Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário, BNB.

Com vistas ao aperfeiçoamento do processo de crédito do PRONAF, especialmente, a melhoria da adimplência e o atendimento aos clientes, foram implementadas, em 2009, as seguintes ações:

- ↳ Lançamento de campanha promocional do custeio agrícola PRONAF, com a divulgação em rádios, televisão e realização de eventos em vários municípios, visando à divulgação dessa linha de crédito para parceiros e agricultores familiares;
- ↳ Revisão da política operacional para o PRONAF permitindo a realização de operações de custeio agropecuário nos municípios que se enquadram nos critérios para suspensão de contratações;
- ↳ Promoção do PRONAF Mais Alimentos, com lançamento e ampla divulgação através de Vídeo Conferência, espaços em rádio e TV e utilização de material de apoio (Folders e Cartazes);
- ↳ Parceria com o Cliente Consulta para informar ao produtor a data de vencimento e enviar boletos, contribuindo para melhorar os índices de adimplência do Programa;
- ↳ Implementação de plano de ação para regularização de dívidas de agricultores familiares inadimplentes, com base na Lei 11.775/2008;
- ↳ Articulação com as Superintendências Estaduais para fomentar a prerrogativa prevista na Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em que, no mínimo 30% dos alimentos destinados à merenda escolar, sejam adquiridos pelas prefeituras municipais da agricultura familiar.
- ↳ Criação, pela Diretoria do Banco, dos segmentos de clientes Agricultura Familiar e Microempreendedor Rural nas agências, permitindo o gerenciamento por meio de carteiras específicas;
- ↳ Criação da função de Gerente de Negócios para gerenciamento das carteiras de clientes Pronaf e mini e pequenos produtores rurais;
- ↳ Realização de reunião com as Superintendências Regionais do INCRA no Nordeste para elaboração de plano de ação para contratação de financiamentos do Pronaf Grupo “A”;
- ↳ Parceria com o INCRA para operacionalização do Programa Reabilitação do Crédito de Produção para liquidação de operações PROCERA, com as vantagens da Lei 11.775/2008;
- ↳ Definição de política de coordenação e acompanhamento da parceria com as EMATER para prestação de assistência técnica aos agricultores familiares;
- ↳ Articulação com os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER com vistas à captação dos recursos a eles destinados pelo MDA para prestação desses serviços. Já foram captados recursos da ordem de R\$ 48 milhões;
- ↳ Renovação de contrato com o Tesouro Nacional para contratação de operações PRONAF com recursos da STN;

- ↳ Envio para inscrição em Dívida Ativa da União de financiamentos em atraso com a fonte STN;
- ↳ Participação na elaboração do Plano Safra 2009/2010, conjuntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário; e
- ↳ Implementação da linha de crédito Emergencial nos estados em que ocorreram inundações, regulamentado pela Resolução CMN nº 3.724 de 15 de maio de 2009;

3.1.1.5. AgroAMIGO

O AgroAMIGO - Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, tem como objetivo prestar atendimento qualificado aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF, mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Programa está presente em 158 agências do Banco, assistindo 1.573 municípios por intermédio de 601 Assessores de Microcrédito Rural, funcionários da OSCIP Instituto Nordeste Cidadania - INEC, parceira na operacionalização do Agroamigo. Em 2009, foram contratadas 286 mil operações, totalizando R\$ 443,5 milhões, encerrando o ano com carteira ativa de R\$ 581 milhões e 487 mil clientes.

Destacamos, abaixo, as principais ações realizadas no ano de 2009 pelo Agroamigo, que visaram ao aperfeiçoamento administrativo e fortalecimento da imagem institucional:

- ↳ Articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e com as coordenações estaduais do Programa Bolsa Família, objetivando a ampliação do atendimento creditício pelo Agromigo a esse público;
- ↳ Criação de célula no Ambiente de Gerenciamento do Pronaf para gerenciamento do Agroamigo;
- ↳ Recebimento de Prêmio internacional da ALIDE – Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo, na categoria de Produto Financeiro Inovador. Em função de referido Prêmio, o Banco recebeu diversas comitivas de entidades latinoamericanas, bem como apresentou o AgroAMIGO no Chile e Uruguai. Também, em função da repercussão dos bons resultados do AgroAMIGO, o Banco promoveu, juntamente com outras entidades, o Seminário Internacional "Agricultura familiar, soberania alimentar e sistemas financeiros rurais: desafios e oportunidades diante da crise" realizado em Fortaleza (CE), no mês de dezembro.
- ↳ Premiação de três clientes do Agroamigo, por estado, que apresentaram os melhores resultados nas atividades financiadas, como parte integrante do Prêmio BNB de Microcrédito.

3.1.1.6. Programa de Crédito Fundiário

O BNB atua como agente financeiro do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, criado pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza rural mediante o aumento da renda dos trabalhadores rurais, tendo por finalidade financiar a compra de terras por trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, e também agricultores proprietários de imóveis rurais com área inferior ao módulo fiscal do município.

Em 2009, o Banco do Nordeste renovou o contrato com o Ministério de Desenvolvimento Agrário para operacionalização dos programas de crédito que fazem, parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF a seguir:

- a) Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que é composto de dois subprojetos:
 - ↳ Subprojeto de Aquisição de Terra – SAT: financia, com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a aquisição da propriedade rural com as benfeitorias existentes, diretamente às associações dos agricultores. No 1º semestre de 2009, por orientação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi suspensa a contratação de operações desse programa, devido ao encerramento do acordo de empréstimo internacional firmado entre a União e o Banco Mundial, retornando a operar no segundo semestre de 2009, contratando 44 operações no valor de R\$ 6,4 milhões;
 - ↳ Subprojeto de Investimentos Complementares – SIC: esse subprojeto financia, de forma não-reembolsável, os investimentos comunitários complementares (produtivos, infraestrutura e sociais) para os imóveis adquiridos com o SAT. Em 2009, o Banco contratou 55 operações do SIC com as associações dos agricultores familiares, envolvendo R\$ 19,8 milhões.
- b) O Programa Consolidação da Agricultura Familiar – CAF que financia, com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de forma reembolsável, a aquisição da propriedade rural com as benfeitorias existentes bem como investimentos em infraestrutura básica e produtiva, diretamente às associações dos agricultores, ou de forma individual. Em 2009, o Banco contratou 1.328 operações no montante de R\$ 51,2 milhões.

.

3.1.1.7. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur – NE II

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur/NE foi concebido para atender parte das demandas da cadeia do turismo, investindo em ações de natureza pública que suprissem algumas carências na região, notadamente de infraestrutura e desenvolvimento institucional.

A segunda fase do Programa, Prodetur/NE-II, beneficia os mesmos pólos dos estados nordestinos que receberam investimentos da primeira fase, além do pólo do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. O Prodetur/NE-II teve seu escopo de ações expandido, contemplando além de infraestrutura, ações voltadas para o fortalecimento da gestão do turismo, no nível estadual e municipal, ações de planejamento e capacitação profissional e empresarial.

O Prodetur/NE II envolve recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões oriundos do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR, firmado entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e US\$ 160 milhões de contrapartida da União Federal, dos Estados, dos Municípios e, eventualmente, da iniciativa privada.

O comprometimento total dos recursos do Programa se concretizou no ano de 2006, através de contratos de subempréstimo firmados com os Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí.

No exercício de 2009, além de realizar o assessoramento às Unidades Executoras Estaduais na implementação do Programa e o acompanhamento físico e financeiro dos projetos e obras, o BNB promoveu ajustes nas matrizes dos contratos de subempréstimo dos Estados, com vistas ao planejamento da execução das ações do Programa no seu prazo final. Esta revisão resultou em uma redução no número de ações financiadas, reflexo da desvalorização do dólar em relação ao real, diminuindo o montante de recursos disponíveis em reais. A seguir, são destacados os principais eventos promovidos pelo BNB nesse exercício:

- ↳ Reunião de Revisão de Carteira com a participação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Turismo, BID e Estados submutuários com o objetivo de avaliar o desempenho do Programa. Nesse encontro foi identificada a necessidade de prorrogação do prazo final de desembolsos para permitir a execução das obras e serviços em execução ou em processo de aquisição, cujo cronograma não se mostra compatível com o prazo vigente;
- ↳ Realização da Missão de Avaliação de Meio Termo, em março, com a participação do BID (sede e representação no Brasil), para avaliar o desempenho de cada submutuário e definir as bases e condições para a prorrogação do prazo do Programa;
- ↳ Formalizada em agosto a prorrogação do prazo de desembolsos do Programa por mais 12 (doze) meses, com conclusão para 27/09/2010;
- ↳ Realizadas revisões de todas as matrizes de projetos dos subempréstimos dos Estados;

- ↳ Formalizados aditivos dos contratos de subempréstimo, com base na última revisão de matrizes, para os Estados do CE, PE e RN; e
- ↳ Realizada em novembro Missão de Seguimento do Programa, junto com o BID e representantes dos Estados submutuários, com o objetivo de nivelar quanto ao atual estágio de execução das ações do Programa, identificar os principais pontos críticos, bem como avaliar o cronograma de execução das ações não iniciadas ou em fase inicial, que não se mostra compatível com o prazo vigente.

Realizados 02 (dois) ciclos de Supervisão Socioambiental das obras do Prodetur/NE II (em Jun/Jul e Nov/Dez), atendendo a compromisso com o BID de monitorar periodicamente os aspectos socioambientais das obras em execução em todos os estados submutuários.

Situação atual da execução do financiamento – Ao término de 2009, os desembolsos totais acumulados somam US\$ 141 milhões e correspondem a 59% da disponibilidade total dos recursos do financiamento. O ritmo dos desembolsos apresentou-se um pouco reduzido em relação a 2008 (US\$ 37,7 milhões em 2009). Este fato foi influenciado pelas intensas chuvas ocorridas no Nordeste durante o 1º semestre do ano, ocasionando a paralisação temporária de quase todas as obras. Mesmo assim, considera-se que o desempenho do Programa em 2009 foi satisfatório, uma vez que se atingiu 100% de comprometimento dos recursos de financiamento em todos os estados (projetos licitados, contratados, em execução ou concluídos) e chegou-se ao final do ano com 98% das ações iniciadas.

Tabela 4 - Demonstrativo Global da Execução do Prodetur/NE – Posição 31/12/2009

Valores em US\$ mil

SUBMUTUÁRIO	FINANCIAMENTO	COMPROMETIDO	% DE COMP.	DESEMBOLSADO	% DE DESEMB
BAHIA	39.000	39.000	100,0%	30.316	77,7%
CEARÁ	60.000	60.000	100,0%	46.199	77,0%
MINAS GERAIS	27.500	27.500	100,0%	13.013	47,3%
PERNAMBUCO	75.000	75.000	100,0%	36.846	49,1%
PIAUI	15.000	15.000	100,0%	3.350	22,3%
RIO G NORTE	21.300	21.300	100,0%	10.018	47,0%
BNB - Consultorias	2.200	2.200	100,0%	1.440	65,4%
TOTAL	240.000	240.000	100%	141.181	59%

Fonte: Central Operacional para o Setor Público, BNB.

Com relação à contrapartida local, a União, por meio do Ministério do Turismo, já assegurou recursos da ordem de US\$ 130 milhões, por instrumentos firmados com todos os Estados submutuários. Entretanto, o efetivo reconhecimento desses recursos no Prodetur/NE II somente ocorre após a execução das obras/serviços e a comprovação dos gastos, devidamente reconhecidos pelo Ministério do Turismo.

Assim, no ano de 2009 alcançou-se um avanço significativo no registro de contrapartida do Programa, alcançando US\$ 83,9 milhões, mantendo-se o Pari Passu entre recursos de financiamento e contrapartida em 62% X 38% (dos 60% X 40% exigidos contratualmente).

3.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Em 2009, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), como banco público e orientado pelas diretrizes do governo federal, desempenhou importante papel no combate à crise financeira internacional. Enquanto o estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional cresceu 22,3% – de setembro de 2008, início da crise, a dezembro de 2009 – o do BNB cresceu 35,9%.

No ano, o BNB contratou mais de 2 milhões de operações com valor global de R\$ 20,8 bilhões, um crescimento de 51% no valor em relação ao ano de 2008. Nesse sentido, destacam-se os financiamentos de longo prazo – inerentes aos bancos de desenvolvimento – que somaram R\$ 11,4 bilhões, 26% a mais que no ano anterior. É importante mencionar o crescimento de 68,8% nas operações de curto prazo, o que equivale a R\$ 7,2 bilhões contratados com operações de capital de giro, crédito direto ao consumidor, entre outras. No âmbito do mercado de capitais, o Banco realizou suas contratações em operações no valor total de R\$ 2,3 bilhões, que reflete um crescimento de 342% em relação a 2008, com debêntures, fundos de investimentos em direitos creditórios e notas promissórias comerciais. O volume contratado somente foi atendido graças à contratação de Instrumento de Dívida Subordinada, autorizado em 2009 pelo Banco Central (BACEN), no valor de R\$ 600 milhões com o FNE, utilizado como Patrimônio de Referência Nível II, o que permitiu elevar o índice de Basiléia cujo valor já se encontrava próximo do limite mínimo permitido.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* do Banco, foi responsável pela contratação de 380,4 mil operações, cujo valor total de R\$ 9,1 bilhões representa 19,1% de crescimento em relação ao último exercício.

A microfinança urbana, por meio do programa Crediamigo, mais uma vez figura entre os destaques do BNB em 2009, visto que o valor de R\$ 1,5 bilhão, emprestado pelo programa em toda sua área de atuação, superou em 37,9% aquele assinalado em 2008. As micro e pequenas empresas (MPEs) contrataram R\$ 1,8 bilhão em financiamentos com crescimento de 40,4%.

Por sua vez, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) aplicou R\$ 890,1 milhões dos quais R\$ 443,5 milhões são enquadrados no Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), que vem de forma gradual substituindo o PRONAF B com nova metodologia exitosa. Com esses números, observa-se, em 2009, um crescimento de 20,3% no PRONAF e de 75,1% no Agroamigo em comparação com os valores de 2008.

Não obstante a crise financeira internacional, a inadimplência das operações do BNB apresentou comportamento satisfatório com redução de 0,7 ponto percentual ao longo de 2009, finalizando o ano com índice de 3,5%.

Outras ações colaboraram para o desempenho do BNB no ano, notadamente os investimentos em projetos-chave de infraestrutura para a Região como os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Transnordestina e Parcerias Público-Privadas, assim como os financiamentos ao comércio exterior que durante o ano de 2009

atingiram o montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, atendendo às carências de crédito decorrentes da crise, representando crescimento de 83,4% em relação a 2008.

Aliado ao financiamento produtivo e de infraestrutura, o BNB continua em suas ações desenvolvimentistas a exemplo da sua participação em programas governamentais tais quais o Territórios da Cidadania, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), o Projeto Xingó e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), além do apoio a pesquisa por meio dos três fundos científicos e tecnológicos que administra a partir do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE).

Como reflexo das ações do Banco no desenvolvimento econômico da sua área de atuação, a *Standard & Poor's Ratings Services* indicou que o BNB é o mais ativo banco de desenvolvimento regional do Brasil e que vem melhorando seus indicadores de qualidade de ativos, um resultado dos esforços da gestão de riscos e da recuperação de crédito. Baseada nessas observações, a agência internacional manteve o nível de rating do Banco como *investment grade*, uma garantia de qualidade e segurança para os investidores.

Na área administrativa, os esforços no sentido de centralizar as atividades de retaguarda operacional, bem como de implementar a estratégia de segmentação de mercado – em reconhecimento às características e necessidades distintas dos diferentes públicos atendidos pelo BNB – imprimem maior produtividade e qualidade aos processos das unidades. Também foi criado, em consonância com as determinações do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Projeto Estratégico Convergência Contábil aos Padrões Internacionais com vistas à inserção do BNB ao novo padrão de normas contábeis internacionais conhecido como IFRS (*International Financial Reporting Standard*).

Toda essa gama de ações e resultados coloca o BNB como um importante parceiro do governo federal no desenvolvimento da economia nordestina e atesta o compromisso da Instituição na retomada do crescimento econômico do país ainda neste ano bem como nos próximos.

3.3. Programas

O BNB participa de dez ações de seis programas do Plano Plurianual – PPA do Governo Federal. Será apresentado a seguir o resultado alcançado pelo Banco em 2009 para cada uma das ações do PPA de que o Banco participa, cabendo registrar que os dados físicos e financeiros informados referem-se somente ao BNB, relativamente a cada ação específica, conforme constante do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN do Governo Federal.

3.3.1. Programa 0352 – Abastecimento agroalimentar

Quadro 1- Dados Gerais do Programa 0352

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar da população brasileira.
Órgão gestor	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Público-alvo (beneficiários)	Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista.

Fonte: SIGPLAN

3.3.1.1. Principais Ações do programa

3.3.1.1.1. Ação 9340 - Concessão de crédito rural

- ↳ Tipo de ação: Não orçamentária
- ↳ Dados físicos
 - Previsto: 480.000
 - Realizado: 373.433
 - Percentual realizado: 77,8%
- ↳ Dados financeiros:
 - Previsto: R\$ 1.800.000,0 mil
 - Realizado: R\$ 3.988.362,0 mil
 - Percentual realizado: 221,6%

Comentários: A meta definida para 2009 em termos de valor contratado foi superada, atingindo-se um percentual de realização de 221,6%, o que demonstra o efetivo apoio do Banco do Nordeste (BNB) ao agente produtivo do setor rural. No que concerne à

quantidade de operações contratadas, convém ressaltar que, embora o percentual de realização da meta anual (77,8%) tenha se apresentado aquém do previsto, foram contratadas 373.433 operações de financiamento na área rural pelo BNB em 2009, sendo a quase totalidade (99,2%, o que equivale a 370.469 operações) com agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 67,1% das operações de crédito realizadas com agricultores familiares no Nordeste em 2009 foram contratadas pelo Banco do Nordeste, o principal agente financeiro do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na região.

3.3.2. Programa 0781 – Ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais

Quadro 2 - Dados Gerais do Programa 0781

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários.
Órgão gestor	Ministério da Fazenda
Público-alvo (beneficiários)	Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais.

Fonte: SIGPLAN

3.3.2.1. Ações do programa

3.3.2.1.1. Ação 3252 - Instalação de pontos de atendimento bancário

↳ Tipo de ação: Projeto

↳ Dados físicos:

- Previsto: 4
- Realizado: 2
- Percentual realizado: 50%

↳ Dados financeiros:

- Previsto: R\$ 1.862,3 mil
- Realizado: R\$ 1.067,8 mil
- Percentual realizado: 57,3%

Comentários: Em 2009 o BNB instalou duas agências no estado da Bahia, nos municípios de Valença e Conceição do Coité, cabendo salientar que estava prevista no SIGPLAN a instalação de apenas uma agência naquele estado. Os investimentos previstos para instalação de três agências nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais (uma agência em cada estado) em 2009 somente serão efetivados ao longo de ano de 2010, haja vista atrasos no cronograma de execução das obras.

3.3.2.1.2. Ação 4106 - Manutenção da infraestrutura de atendimento

- ↳ Tipo de ação: Atividade
- ↳ Dados financeiros:
 - Previsto: R\$ 22.179,8 mil
 - Realizado: R\$ 15.670,0 mil
 - Percentual realizado: 70,7%

Comentários: Esta ação contempla as intervenções realizadas nas unidades do BNB, dentro do escopo do Projeto de Modernização de Agências, incluindo o suprimento de móveis e equipamentos. No ano de 2009, 14 agências foram contempladas com ações de modernização. Na oportunidade, vale registrar que foram realizadas intervenções relacionadas à acessibilidade em todos os pontos de atendimento do BNB, haja vista a adesão do Banco ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com relação à acessibilidade.

3.3.3. Programa 1209 – Banco para todos

Quadro 3 - Dados Gerais do Programa 1209

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.
Órgão gestor	Ministério da Fazenda
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia formal e informal.

Fonte: SIGPLAN

3.3.3.1. Ações do Programa

3.3.3.1.1. Ação 9757 - Conta simplificada

- ↳ Tipo de ação: Não orçamentária
- ↳ Dados físicos
 - Previsto: 220.000
 - Realizado: 133.303
 - Percentual realizado: 60,6%
- ↳ Dados financeiros:
 - Previsto: R\$ 660,0 mil
 - Realizado: R\$ 399,9 mil
 - Percentual realizado: 60,6%

Comentários: O BNB, por meio da Área de Crédito e Gestão de Produtos, visando à elevação do percentual de alcance da meta de 2009, principalmente no segundo semestre do corrente ano, estendeu o público-alvo usuário de contas

simplificadas, que era formado somente pelos microempreendedores urbanos (microfinança urbana), incluindo os microempreendedores rurais (microfinança rural) e os aposentados e pensionistas do INSS que recebem seus proventos no Banco. Não obstante a adoção dessa ação, o percentual de atingimento da meta ficou aquém do esperado, pois o processo de abertura de contas simplificadas para os microempreendedores rurais e aposentados e pensionistas do INSS que recebem seus proventos no Banco, iniciado no segundo semestre de 2009, somente ganhará um maior dinamismo ao longo do ano de 2010, tendo em vista a necessidade de conscientização desse público, o que demanda tempo, sobre a importância da abertura de uma conta simplificada em uma agência bancária para usufruir de um melhor atendimento.

3.3.4. Programa 0807 – Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio

Quadro 4 - Dados Gerais do Programa 0807

Tipo de programa	Apoio às políticas públicas e áreas especiais
Objetivo geral	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.
Órgão gestor	Atividades padronizadas (conforme consta no SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento)
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Fonte: SIGPLAN

3.3.4.1. Ações do Programa

3.3.4.1.1. Ação 4101 - Manutenção e adequação de bens imóveis

- ↳ Tipo de ação: Atividade
- ↳ Dados financeiros:
 - Previsto: R\$ 1.528,0 mil
 - Realizado: R\$ 1.094,3 mil
 - Percentual realizado: 71,6%

Comentários: Este programa contempla os investimentos realizados nos imóveis da Direção Geral do Banco do Nordeste.

Dentre as ações realizadas destacam-se as seguintes:

- ↳ implantação do novo sistema de refrigeração do CPD;
- ↳ elaboração e execução de leiautes para diversas unidades do Centro Administrativo do BNB, em função da reestruturação de Ambientes existentes ou da criação de novos Ambientes, a exemplo de Gestão de Patrimônio, Serviços de Logística, Ambiente Jurídico, Gabinete da Presidência, Central de Retaguarda Operacional, Tecnologia, Auditoria e CPD;
- ↳ criação da Central de Retaguarda Operacional de Recife (PE);
- ↳ criação do Domicílio Jurídico de Floriano (PI);

- ↳ adequação dos espaços para as Unidades de Microfinanças de Catolé do Rocha (PB), Aracati (CE), Feira de Santana (BA), Itabaiana (SE), Arapiraca (AL), Vitória de Santo Antão (PE), Limoeiro do Norte (CE), Petrolina (PE), Campina Grande (PB) e Picos (PI);
- ↳ início da obra de reforma do imóvel que abrigará as novas instalações da Superintendência Estadual do Maranhão; e
- ↳ projeto e execução dos serviços para instalação da Conaj e Central de Retaguarda Operacional de Natal (RN) no imóvel anexo à Superintendência Estadual.

Cumpre comentar que o percentual de alcance da meta não atingiu 100% pelo fato de algumas ações inicialmente previstas, com elevado volume de recursos envolvidos, não terem sido realizadas até o final do ano de 2009, a exemplo da reforma do sistema de refrigeração do Centro Administrativo e da reforma do Centro de Treinamento.

3.3.4.1.2. Ação 4102 - Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos.

- ↳ Tipo de ação: Atividade
- ↳ Dados financeiros:
 - Previsto: R\$ 18.215,7 mil
 - Realizado: R\$ 15.820,8 mil
 - Percentual realizado: 86,9%

Comentários: Esta ação corresponde aos investimentos em móveis e equipamentos, segurança, veículos e comunicações para a Direção Geral, tendo o BNB atingido um percentual de realização da meta próximo do planejado, com a realização de praticamente todas as ações inicialmente previstas.

Destacam-se as seguintes ações realizadas ao longo do ano de 2009:

- ↳ contratação da empresa TN Indústria e Comércio de Móveis Ltda. para o fornecimento de armários e gaveteiros de madeira destinados ao suprimento de demandas de diversas unidades do Banco;
- ↳ aquisição de mobiliário diverso para atendimento das necessidades das unidades da Direção Geral;
- ↳ aquisição de *no-breaks* e estabilizadores para atender necessidades de diversas unidades; e
- ↳ aquisição de nova aeronave para o Banco.

3.3.4.1.3. Ação 4103: Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento.

- ↳ Tipo de ação: Atividade
- ↳ Dados financeiros:
- ↳ Previsto: R\$ 10.803,8 mil
- ↳ Realizado: R\$ 3.818,2 mil
- ↳ Percentual realizado: 35,3%

Comentários: Em 2009 destacam-se as seguintes ações de tecnologia da informação, relacionadas à manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento, e em conformidade com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Banco do Nordeste:

- ↳ implementação de critérios de priorização de demandas e projetos de TI;
- ↳ implantação do novo sistema para análise de risco-clientes;
- ↳ adoção da suíte de escritório BrOffice;
- ↳ expansão, em mais de cinco vezes, da capacidade de armazenamento utilizada por serviços corporativos, por meio de solução baseada em tecnologia *storage area network* (SAN);
- ↳ modernização do acervo de microcomputadores servidores das unidades distribuídas (agências, centrais operacionais, superintendências etc.), mediante a aquisição de 205 equipamentos multiprocessados;
- ↳ aquisição de sistema de controle de acesso físico, totalizando 40 pontos de acesso localizados no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (sede do Banco do Nordeste), em Fortaleza-CE;
- ↳ aquisição de diversos equipamentos de informática e de telecomunicações.

Cabe registrar que o reduzido percentual de atingimento da meta em 2009 deveu-se ao fato de que a ação referente à aquisição de microcomputadores para a solução Data Center, envolvendo recursos da ordem de R\$ 5,9 milhões, não foi efetivada em 2009, pois o processo licitatório não ocorreu em tempo hábil, o que deverá ocorrer ao longo do ano de 2010.

3.3.5. Programa 1387 – Microcrédito produtivo orientado

Quadro 5 - Dados Gerais do Programa 1387

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

Órgão gestor	Ministério do Trabalho e Emprego
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288, de 29/11/2004.

Fonte: SIGPLAN

3.3.5.1. Ações do programa

3.3.5.1.1. Ação 9509 - Assessoria empresarial aos microempreendedores

↳ Tipo de ação: Não orçamentária

↳ Dados físicos

- Previsto: 361.773
- Realizado: 801.315
- Percentual realizado: 221,5%

↳ Dados financeiros:

- Previsto: R\$ 1.447,0 mil
- Realizado: R\$ 245,8 mil
- Percentual realizado: 17,0%

3.3.5.1.2. Ação 9510 - Financiamento ao micronegócio

↳ Tipo de ação: Não orçamentária

↳ Dados físicos

- Previsto: 937.971
- Realizado: 1.259.594
- Percentual realizado: 134,3%

↳ Dados financeiros:

- Previsto: R\$ 922.133,6 mil
- Realizado: R\$ 1.499.210,7 mil
- Percentual realizado: 162,6%

Comentários: No que se refere à ação 9509 – Assessoria Empresarial aos Microempreendedores, em 2009 foram distribuídas 800.000 cartilhas sobre os temas vendas e qualidade ("É Possível Vender Mais" e "Melhorar a qualidade pode dar mais resultado?"). O custo unitário de impressão é no valor de R\$ 0,26. Ademais, foram capacitados 1.315 clientes, com um custo médio de R\$ 28,75 por cliente treinado. Com esses resultados, a meta física estabelecida foi ultrapassada em 121,5%, utilizando-se apenas 17,0% dos recursos financeiros previstos.

No tocante à ação 9510 – Financiamento ao Micronegócio, as metas físicas e financeiras foram superadas com folga em 2009. De 1998 a 2009, o Crediamigo – Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste (BNB) já aplicou mais de R\$ 6,1 bilhões em operações de microcrédito na área de atuação do BNB.

3.3.6. Programa 1430 – Desenvolvimento macrorregional sustentável

Quadro 6 - Dados Gerais do Programa 1430

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional.
Órgão gestor	Ministério da Integração Nacional
Público-alvo (beneficiários)	População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos.

Fonte: SIGPLAN

3.3.6.1. Ações do programa

3.3.6.1.1. Ação 9386 - Financiamento ao desenvolvimento científico e tecnológico regional do Nordeste

↳ Tipo de ação: Não orçamentária

↳ Dados físicos:

- Previsto: 450
- Realizado: 513
- Percentual realizado: 114,0%

↳ Dados financeiros:

- Previsto: R\$ 18.000,0 mil
- Realizado: R\$ 28.400,0 mil
- Percentual realizado: 157,8%

Comentários: Diferentemente do valor inicialmente previsto, o BNB conseguiu aplicar R\$ 28,4 milhões em 513 projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, estudos socioeconômicos e projetos sociais em 2009, sendo: R\$ 14,3 milhões do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI em 245 projetos; R\$ 6,2 milhões do Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste – FASE em 110 projetos; e R\$ 7,9 milhões do Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR em 158 projetos.

3.4. Desempenho Operacional

3.4.1. Evolução dos gastos gerais

Quadro 7 - Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	17.259.882	22.490.608	17.648.322
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	15.857.343	14.990.025	12.383.249
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	203.617.173	242.161.688	311.444.308
3.1. Publicidade	24.647.482	31.898.553	34.257.547
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	29.557.044	33.998.700	39.653.572
3.3. Tecnologia da Informação	43.327.725	30.871.903	46.273.394
3.4. Outras Terceirizações	106.084.922	145.392.532	191.259.795
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	124.573	91.700	78.367
TOTAIS	236.858.971	279.734.021	341.554.246

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB.

3.4.2. Programa Estratégico 2008-2011

O ciclo de planejamento estratégico inicia-se com o levantamento de questões estratégicas, que representaram os desafios de impactos mais significativos na forma de atuação e nos resultados do Banco e com a discussão de cenários, abrangendo os níveis internacional, nacional e regional, dos quais são extraídos fatores de impacto para o Banco, avaliados pelo colegiado como oportunidades e ameaças.

Para o seu segundo ano de vigência, o Programa Estratégico 2008-2011 buscou consolidar os principais resultados corporativos estabelecidos pela direção do Banco, considerando os resultados já alcançados, as questões internas prioritárias, além das mudanças de cenário no âmbito social, econômico e político.

A partir dessas referências foram sinalizados alguns desafios que nortearam todo o programa estratégico do Banco para 2009:

- ↳ Ampliação das fontes de financiamento;
- ↳ Apoio às atividades destinadas a fortalecer as cadeias produtivas na Região;
- ↳ Apoio ao fortalecimento da infraestrutura econômica de suporte às atividades produtivas regionais e à melhoria dos serviços essenciais, com ênfase na superação dos gargalos produtivos, logísticos e tecnológicos;
- ↳ Expansão das operações comerciais;
- ↳ Consolidação e ampliação dos negócios de mercado de capitais;
- ↳ Participação nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) priorizadas pelos estados da Região;
- ↳ Disponibilização de novos produtos;
- ↳ Melhoria e racionalização dos processos;
- ↳ Formação e Sucessão dos Gestores;
- ↳ Promoção de práticas de responsabilidade social, contemplando as dimensões cultura, meio ambiente e cidadania.

O Programa Estratégico 2008-2011 tem a seguinte estrutura:



Figura 1 - Estrutura do Programa Estratégico 2008-2011

- ↳ Missão: expressa a razão de ser do Banco, definindo o espaço, o público-alvo e os ramos de negócio que qualificam a sua atuação;
- ↳ Visão: expressa como o Banco deseja ser reconhecido e qual o propósito a alcançar, visando a uma situação futura;
- ↳ Diretrizes: estabelecem o posicionamento estratégico adotado pelo Banco, no período de quatro anos, por meio de grandes orientações de como deve interagir com o ambiente externo, em especial, com o planejamento do Governo Federal;
- ↳ Objetivos estratégicos: estabelecem os grandes resultados a serem alcançados no período de quatro anos, determinando para onde o Banco deve dirigir seus esforços. Os objetivos estratégicos serão balanceados em cinco perspectivas: institucional, finanças, mercado, processos e competências, à luz da metodologia do *Balanced Scorecard*, e serão mensurados por indicadores corporativos;
- ↳ Estratégias: são decisões impactantes priorizadas pelo Banco que indicam como os objetivos estratégicos serão atingidos; e
- ↳ Projetos estratégicos: são inovações em produtos, serviços ou processos que contribuem diretamente para a viabilização dos objetivos estratégicos e estratégias do Banco.

3.4.2.1. Objetivos Estratégicos

Para preservar a efetividade de suas orientações, o Programa Estratégico requer avaliações periódicas e, se necessário, revisões semestrais nos objetivos, indicadores e metas estabelecidos em seu bojo.

Considerando as prioridades estratégicas estabelecidas para o período, foram definidos 20 objetivos estratégicos, apresentados no Quadro 8, a seguir, com seus indicadores e metas.

Quadro 8 - Objetivos Estratégicos e Metas

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NATUREZA	METAS ATUAIS			
		2008	2009	2010	2011
1 Fortalecer e ampliar a articulação político-institucional, com aumento da participação nos programas de governo – PPA, PAC e PPPs	Programas do PPA que o Banco participa – Qtde	6	6	6	6
	Convênios com estados e municípios visando ao apoio técnico e financeiro (sem reembolso) com recursos do BID e IFC - Qtde	1	4	2	-
	Modelagem financeira de PPPs como adviser(consultor financeiro) - Qtde	-	3	4	5
	Contratação de operações com SPEs ganhadoras de licitações de PPPs – R\$ milhões	-	200,0	300,0	500,0
2 Aumentar para 30% do FNE a participação de negócios em cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial.	Recursos do FNE destinados a empreendimentos inseridos nos projetos de desenvolvimento territorial – Percentual	9%	15%	25%	30%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NATUREZA	METAS ATUAIS				
		2008	2009	2010	2011	
3	Adotar boas práticas de Governança Corporativa, obtendo 98% de índice médio de conformidade em dez/2011	Índice Médio de Conformidade das Propostas Verificadas na 1ª. Análise pelos Núcleos de Controle Interno	92%	94%	96%	98%
4	Ampliar as ações de responsabilidade socioambiental e de cultura, ofertando R\$ 2,2 bilhões com crédito.	Volume de recursos aplicados em Projetos e Ações Culturais e de responsabilidade Socioambiental (recursos não reembolsáveis) - R\$ milhões	8,8	9,5	9,5	9,5
		Volume de recursos aplicados nos programas de financiamento: FNE Verde, FNE Cultura e Pronaf ECO, Pronaf Floresta	390,0	480,0	600,0	720,0
5	Promover e difundir pesquisas técnicas e científicas, por meio do FUNDECI, FASE e FDR, no volume de R\$ 72 milhões.	Volume de recursos do FASE, FUNDECI e FDR aplicados – R\$ Milhões	18,00	18,0	18,00	18,00
6	Diversificar as fontes de recursos do Banco atingindo um volume de R\$ 37,6 bilhões para atender à expectativa de investimentos na região.	Contratação de Ops com FNE - R\$ milhões	7.000,0	8.800,0	7.500,0	8.000,0
		Contratação de Ops com STN - R\$ milhões	300,0	100,0	300,0	400,0
		Contratação de Ops com BNDES – R\$ milhões	-	1.000,0	1.500,0	2.000,0
		Contratação de Ops com FAT - R\$ milhões	50,0	50,0	100,0	100,0
		Contratação de Ops com FMM - R\$ milhões	50,0	300,0	50,0	50,0
		TOTAL	7.400,0	10.250,0	9.450,0	10.550,0
7	Investir na infra-estrutura turística recursos do PRODETUR II, com desembolsos no montante de US\$ 184,6 milhões.	Valor Desembolsado – US\$ milhões	50,0	60,0	60,0	14,6
8	Realizar operações no âmbito do mercado de capitais no montante de R\$ 4,1 bilhões.	Negócios realizados no mercado de capitais – R\$ Milhões	500,0	1.000,0	1.200,0	1.400,0
9	Aumentar a produtividade da geração de lucro líquido por colaborador para R\$ 70 mil.	Saldo Operações de FNE por Colaborador – R\$	2.938,65	3.287,0	3.848,0	4.473,0
		Saldo Operações de Crédito Comercial por Colaborador - R\$	173,1	360,0	441,0	586,0
		Operações de Crédito / Despesas Administrativas - R\$	21,4	27,0	30,0	34,0
		Lucro Líquido / Colaborador - R\$	38,51	50,0	60,0	70,0
10	Elevar a rentabilidade do Patrimônio Líquido para 22%	% Rentabilidade sobre PL Médio	16,5%	19%	21%	22%
11	Apoiar a agricultura familiar nordestina, com recursos no montante de R\$ 5,1 bilhões, com ênfase na qualificação e	Contratação de operações com FNE - R\$ milhões	1.030,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0
		Contratação de operações com STN - R\$ milhões	300,0	100,0	300,0	400,0

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NATUREZA	METAS ATUAIS				
		2008	2009	2010	2011	
12	no retorno do crédito.	TOTAL	1.330,0	1.100,0	1.300,0	1.400,0
12	Ampliar a participação no mercado elegível de microempreendedores urbanos para 25%.	Participação de mercado - %	15%	18,4%	18,4%	25,4%
		Desembolsos - R\$ Milhões	950,0	1.350,0	1.700,0	2.100,0
13	Ampliar a participação no mercado de micro e pequenas empresas para 14%.	% de participação de mercado	5,0%	6,4%	9,8%	14,0%
		Recursos do FNE destinados às MPEs - Percentual	7,0%	10,7%	12,5%	15,0%
		Contratações com RECIN - R\$ Milhões	500,0	700,0	1.000,0	1.200,0
14	Obter receitas de negócios com a área comercial na razão de 50% das despesas administrativas.	% Receitas de Negócios da Área comercial em relação às Despesas Administrativas	15%	20%	35%	50%
		Captação de Recursos (Sdo. Médio Captado) - R\$ Milhões	2.820,0	4.100,0	4.040,0	5.010,0
		Crédito Comercial (Sdo. Médio Devedor) - R\$ Milhões	1.000,0	3.000,0	2.570,0	3.800,0
		Câmbio (Sdo. Médio Devedor) - R\$ Milhões	340,0	350,0	550,0	700,0
		Tarifas da área Comercial (Vr. Arrecadado) - R\$ Milhões	70,0	100,0	220,0	270,0
15	Elevar a base de clientes em 40%.	% de aumento do número de clientes	-	11%	24%	40%
16	Atingir 80% das transações com clientes por meio de canais alternativos de atendimento.	% de Transações Realizadas em Unidades de Auto-atendimento, Nordeste Eletrônico, Central de Atendimento, Compartilhamento de Rede e Correspondentes	50%	60%	70%	80%
17	Implementar solução tecnológica de suporte aos negócios em padrão equivalente aos dos concorrentes com melhor desempenho.	% Cumprimento do Plano de Ação elaborado a partir do PETI 2007-2011	100%	100%	100%	100%
18	Disponibilizar informações que suportem o atingimento de 100% das metas.	Quantidade de estudos de cenários disponibilizados	4	20	20	20
19	Suprir 100% das lacunas de competências profissionais.	Funcionários com treinamento no ano - %	90%	90%	90%	90%
		Funcionários participantes do programa Formação e Sucessão de Gestores - %	30%	60%	100%	100%
20	Garantir o alinhamento estratégico em 100% dos níveis da organização.	Unidades com metas alinhadas à estratégia - %	90%	95%	99%	99%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.2.2. Resultados de 2009

O Quadro 9, a seguir, apresenta os resultados alcançados em 2009, diante das metas estabelecidas para os objetivos estratégicos.

Quadro 9 - Resultados dos Objetivos Estratégico no ano de 2009

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	META ANUAL	REALIZADO	INDICADOR %
1 Fortalecer e ampliar a articulação político-institucional, com aumento da participação nos programas de governo – PPA, PAC e PPPs	Programas do PPA que o Banco participa – Qtde	6	6	100%
	Convênios com estados e municípios visando ao apoio técnico e financeiro (sem reembolso) com recursos do BID e IFC - Qtde	4	3	75%
	Modelagem financeira de PPPs como adviser(consultor financeiro) – Qtde	3	1	33,3%
	Contratação de operações com SPEs ganhadoras de licitações de PPPs – R\$ milhões	200,0	228,0	114,0%
2 Aumentar para 30% do FNE a participação de negócios em cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial.	Recursos do FNE destinados a empreendimentos inseridos nos projetos de desenvolvimento territorial - Percentual	15%	21,7%	144,7%
3 Adotar boas práticas de Governança Corporativa, obtendo 98% de índice médio de conformidade em dez/2011	Índice Médio de Conformidade das Propostas Verificadas na 1 ^a . Análise pelos Núcleos de Controle Interno	94%	93,6%	99,6%
4 Ampliar as ações de responsabilidade socioambiental e de cultura, ofertando R\$ 2,2 bilhões com crédito.	Volume de recursos aplicados em Projetos e Ações Culturais e de responsabilidade Socioambiental (recursos não reembolsáveis) - R\$ milhões	9,5	15,04	158,3%
	Volume de recursos aplicados nos programas de financiamento: FNE Verde, FNE Cultura e Pronaf ECO, Pronaf Floresta	480,0	629,3	131,1%
5 Promover e difundir pesquisas técnicas e científicas, por meio do FUNDECI, FASE e FDR, no volume de R\$ 72 milhões.	Volume de recursos do FASE, FUNDECI e FDR aplicados – R\$ Milhões	18,0	28,4	157,8%
6 Diversificar as fontes de recursos do Banco atingindo um volume de R\$ 37,6 bilhões para atender à expectativa de investimentos na região.	Contratação de Ops com FNE – R\$ milhões	8.800,0	9.093,8	103,3%
	Contratação de Ops com STN - R\$ milhões	100,0	22,0	22,0%
	Contratação de Ops com BNDES – R\$ milhões	1.000,0	683,1	68,3%
	Contratação de Ops com FAT - R\$ milhões	50,0	4,7	9,4%
	Contratação de Ops com FMM - R\$ milhões	300,0	56,5	18,8%
	TOTAL	10.250,0	9.860,2	96,2%
7 Investir na infra-estrutura turística recursos do PRODETUR II, com desembolsos no montante de US\$ 184,6 milhões.	Valor Desembolsado – US\$ milhões	60,0	37,7	62,8%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	META ANUAL	REALIZADO	INDICADOR %
8 Realizar operações no âmbito do mercado de capitais no montante de R\$ 4,1 bilhões.	Negócios realizados no mercado de capitais – R\$ Milhões	1.000,0	2.978,3	297,8%
9 Aumentar a produtividade da geração de lucro líquido por colaborador para R\$ 70 mil.	Saldo Operações de FNE por Colaborador – R\$	3.287,0	3.375,5	102,7%
	Saldo Operações de Crédito Comercial por Colaborador – R\$	360,0	574,2	159,5%
	Operações de Crédito / Despesas Administrativas - R\$	27,0	25,5	94,5%
	Lucro Líquido / Colaborador – R\$	50,0	58,8	117,6%
10 Elevar a rentabilidade do Patrimônio Líquido para 22%.	% Rentabilidade sobre PL Médio	19%	23,8%	125,3%
11 Apoiar a agricultura familiar nordestina, com recursos no montante de R\$ 5,1 bilhões, com ênfase na qualificação e no retorno do crédito.	Contratação de operações com FNE - R\$ milhões	1.000,0	864,8	86,5%
	Contratação de operações com STN - R\$ milhões	100,0	22,0	22,0%
	TOTAL	1.100,0	886,8	80,6%
12 Ampliar a participação no mercado elegível de microempreendedores urbanos para 25%.	Participação de mercado - %	18,4%	18,8%	101,5%
	Desembolsos - R\$ Milhões	1.350,0	1.499,2	111,0%
13 Ampliar a participação no mercado de micro e pequenas empresas para 14%.	% de participação de mercado	6,4%	6,24%	97,5%
	Recursos do FNE destinados às MPEs - Percentual	10,7%	11,1%	103,9%
	Contratações com RECIN - R\$ Milhões	700,0	814,0	116,3%
	% Receitas de Negócios da Área comercial em relação às Despesas Administrativas	20%	30,37%	151,8%
14 Obter receitas de negócios com a área comercial na razão de 50% das despesas administrativas.	Captação de Recursos (Sdo. Médio Captado) - R\$ Milhões	4.100,0	4.375,0	106,7%
	Crédito Comercial (Sdo. Médio Devedor)- R\$ Milhões	3.000,0	3.491,8	116,4%
	Câmbio (Sdo. Médio Devedor) - R\$ Milhões	350,0	488,4	139,6
	Tarifas da área Comercial (Vr. Arrecadado) - R\$ Milhões	100,0	86,3	86,3%
15 Elevar a base de clientes em 40%.	% de aumento do número de clientes	11%	16,0%	145,5%
16 Atingir 80% das transações com clientes por meio de canais alternativos de atendimento.	% de Transações Realizadas em Unidades de Auto-atendimento, Nordeste Eletrônico, Central de Atendimento, Compartilhamento de Rede e Correspondentes	60%	64,7%	107,8%
17 Implementar solução tecnológica de suporte aos negócios em padrão equivalente aos dos concorrentes com melhor desempenho.	% Cumprimento do Plano de Ação elaborado a partir do PETI 2007-2011	100%	67,8%	67,8%
18 Disponibilizar informações que suportem o atingimento de 100% das metas.	Quantidade de estudos de cenários disponibilizados	20	30	150%
19 Suprir 100% das lacunas de competências profissionais.	Funcionários com treinamento no ano - %	90%	93,5%	103,8%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	META ANUAL	REALIZADO	INDICADOR %	
	Funcionários participantes do programa Formação e Sucessão de Gestores - %	60%	74,9%	124,8%	
20	Garantir o alinhamento estratégico em 100% dos níveis da organização.	Unidades com metas alinhadas à estratégia - %	95%	94,7%	99,7%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

A seguir, apresenta-se uma análise sintética dos resultados obtidos por objetivo estratégico, em relação à meta estabelecida para o exercício de 2009:

1. Fortalecer e ampliar a articulação político-institucional, com aumento da participação nos programas de governo – PPA, PAC e PPPs

Quadro 10 - Indicadores do Objetivo Estratégico 1

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Programas do PPA que o Banco participa – Qtde	6	6	100%
Convênios com estados e municípios visando ao apoio técnico e financeiro (sem reembolso) com recursos do BID e IFC – Qtde	4	3	75%
Modelagem financeira de PPPs como adviser(consultor financeiro) – Qtde	3	1	33,3%
Contratação de operações com SPEs ganhadoras de licitações de PPPs – R\$ milhões	200,0	228,0	114,0%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

1. Participação do Banco em Programas do PPA

O BNB participa de seis programas do PPA do Governo Federal, abaixo, que são apresentados com detalhes no item 3.3, deste Relatório:

- ↳ **Programa 0352** - Abastecimento agroalimentar
- ↳ **Programa 0781** - Ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais
- ↳ **Programa 1209** - Banco para Todos
- ↳ **Programa 0807** - Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio
- ↳ **Programa 1387** - Microcrédito Produtivo Orientado
- ↳ **Programa 1025** – Desenvolvimento Macrorregional Sustentável

2. Convênios com estados e municípios visando ao apoio técnico e financeiro (sem reembolso) com recursos do BID e IFC

O Projeto Estratégico Parcerias Público-Privadas (PPP), criado pelo Banco em agosto de 2008, tem como objetivo, dentre outros, promover o fortalecimento e ampliação da articulação político-institucional do Banco, visando incrementar sua participação nos programas dos Governos Federal e Estaduais.

Em 2009, o Projeto deu prosseguimento às ações iniciadas em 2008, que resultaram na assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Governo do Estado do Piauí, objetivando à estruturação de projeto de PPP denominado Rodovia Transcerrados.

Foram assinados convênios com os Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, totalizando a consecução de 3 (três) dos 4 (quatro) instrumentos acordados, o que corresponde a 75% da meta estabelecida para o ano e representa incremento de 200% em relação ao resultado obtido em 2008 (firmatura de 01 convênio).

Vale salientar que foi aprovada pela Diretoria do Banco, ainda em 2009, Proposta de Ação Administrativa que versa sobre a minuta referente ao convênio a ser firmado com o Estado do Maranhão. Referida minuta encontra-se no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde o dia 26/11/2009, já tendo superado todas as instâncias de análise e aguardando apenas a agenda do Ministro do Planejamento para ser assinado, o que certamente impactou para a não consecução da meta em sua totalidade.

Ressalte-se, ainda, a perspectiva de assinatura de Acordos de Cooperação com outros estados, como por exemplo, o Estado de Alagoas, onde negociações para tal já estão em andamento e, de maneira inovadora, também com alguns municípios da área de atuação do Banco do Nordeste, como Fortaleza e Juazeiro do Norte, nos quais já estão sendo realizadas as primeiras reuniões de trabalho no sentido de se estabelecer os primeiros entendimentos para a formatação dos respectivos instrumentos jurídicos.

3. Modelagem financeira de PPP como *adviser* (consultor financeiro)

Com relação ao esse indicador, registrou-se apenas a contratação de uma consultoria financeira junto à Empresa Odebrecht Investimentos em Infraestrutura, para realizar a modelagem financeira do Projeto de PPP referente ao empreendimento de reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira (Fonte Nova).

É importante salientar que, desde o segundo semestre de 2009, estão em andamento negociações para contratação de mais uma consultoria financeira junto à citada empresa, desta feita, para realizar os estudos financeiros para a consecução do Projeto de PPP para construção da Arena Recife, localizada naquela capital.

Estima-se, ainda, que tendo em vista a proximidade de expiração do prazo de início para as obras da Copa do Mundo de 2014, novas consultorias sejam contratadas no ano de 2010.

4. Contratação de operações com SPEs ganhadoras de licitações de PPP

Foi contratada operação no valor de R\$ 228 milhões com a SPE Reintegra Brasil, ganhadora da licitação referente à PPP para construção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, no Estado de Pernambuco. Referida contratação possibilitou a superação da meta estipulada para 2009 em 14%.

Existe a probabilidade, ainda, de novas contratações em função de processos licitatórios de PPP que estão em vias de ter início e, principalmente, nos processos já em andamento, a exemplo da PPP do Hospital do Subúrbio (Bahia), com investimentos orçados em R\$ 55 milhões, entre outras em idêntico processo.

2. Aumentar para 30% do FNE, a participação de negócios em cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial.

Quadro 11 - Indicadores do Objetivo Estratégico 2

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Recursos do FNE destinados a empreendimentos inseridos nos projetos de desenvolvimento territorial – Percentual	15%	21,7%	144,7%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

Em 2009 foram contratadas, com recursos do FNE, 17.559 operações priorizadas pela política de desenvolvimento territorial, registrando um acréscimo em torno de 14,2% em relação a 2008. Da mesma forma, em termos de volume de operações de crédito, foram aplicados recursos na ordem de R\$ 1.736,3 milhões, correspondendo a um acréscimo de 98,3% em relação ao desempenho no ano anterior (R\$ 875,7 milhões).

As orientações emanadas pelo Banco primaram por direcionar os esforços da estratégia nordeste territorial para a prospecção de negócios que promovessem a estruturação das cadeias produtivas selecionadas, ou seja, financiamento à empresas-âncora, de forma a fortalecer o mercado local, promovendo apoio às ações de comercialização e canais de comercialização local, às obras de infraestrutura, às ações de assessoria e assistência técnica, capacitação, dentre outras.

Em contrapartida, também foi elevado o esforço para melhorar o acesso ao crédito para os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores e as micro e pequenas empresas, como forma de promover a inserção desses segmentos produtivos no mercado local e regional. Em termos de segmento de clientes, do total de 17.559 contratações, mais de 90% foram direcionadas para os segmentos de mini e pequenos produtores rurais, incluídos os produtores da agricultura familiar, além das mini e pequenas empresas, conforme Quadro 12, a seguir:

Quadro 12 - Quantidade de Operações do NE Territorial, por Segmento

Segmento de Clientes	Qtde de Clientes	Qtde de Operações	Vr. Contratado (R\$ Milhões)
Grande	168	286	830.672,88
Médio	609	946	369.067,18
Pequeno	2.455	3.310	246.247,74
Mini	11.231	12.541	212.879,17
Micro	445	476	22.119,25

Fonte: Cubo do Ativo_Planilha de Contratações de Crédito Especializado

Quanto aos fatores externos que mais contribuíram para esse desempenho, vale destacar o potencial de mercado das cadeias produtivas priorizadas.

A superação da meta consolidou, em termos de realização de negócios, a iniciativa de apoio às cadeias produtivas como uma das formas de promover a competitividade de atividades econômicas com forte vocação regional. Acrescente-se a esse potencial de negócios, o fator de integração negocial que referida estratégia proporciona, haja vista a melhoria na interação entre os entes produtivos, permitindo ao BNB atuar com atividades econômicas com maior probabilidade de conquistar novos mercados.

3. Adotar boas práticas de Governança Corporativa, obtendo 98% de índice médio de conformidade em dez/2011

Quadro 13 - Indicadores do Objetivo Estratégico 3

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Índice Médio de Conformidade das Propostas Verificadas na 1ª. Análise pelos Núcleos de Controle Interno	94%	93,6%	99,6%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

No período de janeiro a dezembro de 2009, foi verificada a conformidade em 14.005 cadastros e 7.498 propostas de crédito.

O resultado realizado no ano está muito próximo da meta, refletindo as ações adotadas pelo Banco, quais sejam: constante processo de conscientização de todo o corpo funcional quanto à importância do Controle Interno; esforços empreendidos na monitoração constante do indicador com o objetivo de melhorar sua qualidade; criação das visitas de certificação local às agências; criação das Unidades de Retaguarda Operacionais, que padronizaram a forma de instruir propostas de crédito; ações educativas para melhoria constante dos processos.

4. Ampliar as ações de responsabilidade socioambiental e de cultura, ofertando R\$ 2,2 bilhões com crédito

Quadro 14 - Indicadores do Objetivo Estratégico 4

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Volume de recursos aplicados em Projetos e Ações Culturais e de responsabilidade Socioambiental (recursos não reembolsáveis) - R\$ milhões	9,5	15,04	158,3%
Volume de recursos aplicados nos programas de financiamento: FNE Verde, FNE Cultura e Pronaf ECO, Pronaf Floresta	480,0	629,3	131,1%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

No ano de 2009 foram aplicados recursos equivalentes a 158% da meta estipulada para aplicação nas áreas cultural e socioambiental, sendo distribuídos da seguinte forma:

- ↳ Lei Rouanet /Audiovisual – R\$ 3.881,68 mil;
- ↳ Cumprimento do orçamento dos Centros Culturais do BNB – R\$ 2.998,38 mil;
- ↳ Recursos aplicados em projetos e ações culturais – R\$ 3.151,31 mil;
- ↳ Programa BNB de Cultura – R\$ 2.672,61;
- ↳ Recursos aplicados em projetos e ações de responsabilidade socioambiental – R\$ 415,50 mil;
- ↳ Incentivos Fiscal/ Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e DESPORTO – R\$ 1.920,00 mil; e
- ↳ Recursos em Projetos Sociais Internos – R\$ 2,40 mil.

Nas aplicações utilizando incentivos fiscais houve um incremento em função dos resultados financeiros do Banco, possibilitando aplicação da ordem de R\$ 1.920,0 milhões, enquanto que em 2008 o volume de recursos aplicados neste mesmo segmento foi de R\$ 542,90 mil.

Com relação às operações contratadas nos Programas FNE Verde, FNE Cultura, Pronaf Eco e Pronaf Floresta, houve um incremento de 61,7% em relação a 2008 (R\$ 389,1 milhões).

5. Promover e difundir pesquisas técnicas e científicas, por meio do FUNDECI, FASE e FDR, no volume de R\$ 72 milhões

Quadro 15 - Indicadores do Objetivo Estratégico 5

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Volume de recursos do FASE, FUNDECI e FDR aplicados – R\$ Milhões	18,0	28,4	157,8%

Fonte: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Reconhecendo o papel do Banco, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, a 56ª Assembléia Geral Ordinária (AGO), aprovou para 2009, a dotação de R\$ 30,0 milhões, direcionados para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI, Fundo de Apoio às Atividades Sócio-econômicas do Nordeste – FASE e Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR.

Dessa forma, em 2009 foram contratados pelos fundos administrados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, o montante de R\$ 28,4 milhões, em 513 projetos de pesquisas científicas e difusão tecnológica, estudos socioeconômicos, promoção de congressos, simpósios, seminários e outros eventos de interesse para o Banco, além de projetos sociais e de economia solidária.

A aplicação dos recursos está assim distribuída: para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI foram R\$ 14,3 milhões em 245 projetos; para o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste – FASE foram R\$ 6,1 milhões em 110 projetos; e, para o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR foram R\$ 7,9 milhões, em 158 projetos. Maiores detalhes ver item 5, deste Relatório.

6. Diversificar as fontes de recursos do banco atingindo um volume de R\$ 37,6 bilhões para atender à expectativa de investimentos na região

Quadro 16 - Indicadores do Objetivo Estratégico 6

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Contratação de Ops com FNE – R\$ milhões	8.800,0	9.093,8	103,3%
Contratação de Ops com STN - R\$ milhões	100,0	22,0	22,0%
Contratação de Ops com BNDES – R\$ milhões	1.000,0	683,1	68,3%
Contratação de Ops com FAT - R\$ milhões	50,0	4,7	9,4%
Contratação de Ops com FMM - R\$ milhões	300,0	56,5	18,8%
TOTAL	10.250,0	9.860,2	96,2%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

A meta total de contratação para 2009 envolve as fontes de recursos do FNE, STN, BNDES, FAT e FMM. Conforme se observa, o total contratado no período registra um incremento de 27,6% nas aplicações globais de crédito em relação a 2008 (R\$ 7.727,6). Analisando-se os resultados das aplicações por fonte de recursos, cabe ressaltar:

1. **FNE** – os valores contratados com FNE cresceram de R\$ 7.668,6 milhões em 2008, para R\$ 9.093,8 milhões, em 2009. Dos 1.989 municípios da área de atuação do Banco, 1.908 foram atendidos com aplicações de recursos do FNE. Tal desempenho representa os esforços desenvolvidos pelas Agências e Superintendências Estaduais no que concerne à prospecção de negócios e contratação de operações.
2. **STN** - os recursos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN se destinam ao financiamento de operações do PRONAF B. A baixa aplicação dessa fonte deve-se à falta de flexibilização para eventuais alterações em seus esquemas de reembolso, impossibilitando prorrogações de vencimentos, que venham a ser causadas pela falta de pagamento por parte dos mutuários, em razão de peculiaridades próprias do risco inerente ao crédito rural, como por exemplo, as variações climáticas (secas e enchentes) historicamente verificadas na região Nordeste. Nesse sentido, com o intuito de não prejudicar o pequeno produtor rural, habilitando-o para o crédito, dentro de critérios legais e normativos para sua concessão, o Banco vem optando, em determinadas situações, por utilizar os recursos disponibilizados pelo FNE para atendimento aos beneficiários do PRONAF B.
3. **BNDES** – a demanda maior pelos recursos do FNE, aliada às disponibilidades destes recursos em 2009, teve impacto negativo no desempenho das contratações com recursos do BNDES.
4. **FAT** – em virtude da falta de demanda para o produto que utiliza recursos do FAT, o desempenho desse indicador foi insatisfatório. O Plano de Trabalho do FAT prevê aplicações até março/2010, estando previstas aplicações de mais de R\$ 15,1 milhões, conforme consulta às Superintendências Estaduais.
5. **FMM** (Fundo da Marinha Mercante) - a meta de FMM foi definida considerando as cartas-consulta em fase de negociação. Em vista disso, uma carta consulta, no valor de R\$ 235,0 milhões, não foi aprovada, tendo em vista que as condições socioeconômicas da empresa não foram favoráveis. Outra carta consulta, no valor de R\$ 134,5 milhões, já se encontra aprovada, com previsão de contratação em 2010.

7. Investir na infraestrutura turística recursos do PRODETUR II, com desembolsos no montante de US\$ 184,6 milhões

Quadro 17- Indicadores do Objetivo Estratégico 7

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Valor Desembolsado – US\$ milhões	60,0	37,7	62,8%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

A meta de desembolso de US\$ 60 milhões para 2009 foi definida em função das obras e serviços em execução e daquelas licitadas e prestes a iniciar, utilizando-se como referência o cronograma de execução apresentado pelos estados submutuários. De acordo com as regras do Prodetur, os desembolsos dependem necessariamente do ritmo

da execução, posto que só ocorrem mediante apresentação ao BNB, das medições e faturas correspondentes a cada etapa executada.

Quando da definição da meta, havia a expectativa de um melhor desempenho na execução, com uma demanda de desembolso da ordem de U\$ 3 milhões por mês nos quatro primeiros meses, crescendo ao longo do período e com elevação considerável no segundo semestre, quando seriam apresentadas medições de grandes obras, que se encontravam em licitação no início do ano.

Os desembolsos mensais resultaram bem abaixo dessa previsão. Isto porque a previsão de desembolso de todos os Estados ficou comprometida, motivada principalmente pelos seguintes fatores:

- ↳ Demora na conclusão das licitações, em função de recursos legais, impugnações de edital, questionamentos por órgãos de controle ou mesmo pela morosidade na tramitação dos processos na esfera estadual, o que repercute em atraso na execução e, consequentemente, nos desembolsos;
- ↳ Demora na emissão de Licenças Ambientais, atrasando o início da licitação ou a contratação da empresa vencedora em até 06 (seis) meses, em alguns casos;
- ↳ Desapropriações não efetivadas previamente às obras, impedindo o avanço das frentes de serviço em alguns trechos e diminuindo o ritmo da execução;
- ↳ Adversidades climáticas – o período chuvoso no ano de 2009 afetou sensivelmente os cronogramas de execução das obras, registrando-se um primeiro semestre com resultados quase nulos no tocante a desembolsos, devido à paralisação da maioria das obras;
- ↳ Paralisação de obras por órgãos externos (Ministério Público, órgãos ambientais).

Não obstante o não cumprimento da meta, considera-se que o Programa obteve um desempenho satisfatório no 2º semestre, considerando que a grande maioria dos desembolsos ocorreu naquele período, chegando a serem desembolsados US\$ 8,89 milhões (R\$ 15,68 milhões) somente no mês de dezembro.

No estágio atual, o ritmo da execução do Programa nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco é fundamental para o desempenho do Programa, visto que são os dois estados que somam maior volume a desembolsar e tem ações ainda não iniciadas. As duas maiores obras de Minas Gerais, que totalizam aproximadamente US\$ 30,0 milhões (sendo US\$ 13 milhões de financiamento), aprovado no BNB desde o início de 2009, tiveram seu processo licitatório concluído em outubro e ainda não iniciaram, por pendências de Licenciamento Ambiental. A previsão é de que as pendências sejam solucionadas até o início de fevereiro / 2010, para que as obras finalmente possam ter início.

No Estado de Pernambuco, que ainda dispõe de US\$ 38,0 milhões a desembolsar, as obras ainda não iniciadas ou em fase inicial somam cerca de US\$ 16,0 milhões, além daquelas em execução, cujos cronogramas registram sensível atraso, motivado pelos fatores relacionados anteriormente. Os processos dessas obras previstas para iniciar ainda em 2009 demandaram tempo de tramitação muito superior ao planejado (na esfera estadual), de forma que os desembolsos só começarão em 2010.

Adicione-se, ainda, o fato de que no Rio Grande do Norte, a maior obra de infraestrutura, que envolve recursos da ordem de US\$ 11 milhões (US\$ 8 milhões de

financiamento), permaneceu paralisada pelo Ministério Público por dois anos, sendo finalmente autorizada a retomada da sua execução no final de dezembro de 2009.

Os Estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Norte têm maior peso no saldo a desembolsar, sendo que os recursos estão todos comprometidos, ou seja, vinculados a obras e serviços concluídos, em execução, licitados e em licitação. Entretanto, a performance dos desembolsos não corresponde às expectativas do Programa, até porque o prazo final para os desembolsos é julho de 2010, e ainda há 41% do total dos recursos a liberar.

Nesta fase do Programa e com foco na sua conclusão no prazo contratualmente pactuado com o BID, o Banco tem intensificado o apoio aos Estados, realizando reuniões sistemáticas de acompanhamento dos processos e disponibilizando seus técnicos para ajudar as administrações estaduais a encaminhar soluções para os entraves. Entretanto, o resultado final, que se reflete nos desembolsos depende do desempenho dos Estados na execução das obras.

8. Realizar operações no âmbito do mercado de capitais no montante de R\$ 4,1 bilhões

Quadro 18 - Indicadores do Objetivo Estratégico 8

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Negócios realizados no mercado de capitais – R\$ Milhões	1.000,0	2.978,3	297,8%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

O Banco do Nordeste vem, ao longo dos últimos anos, estabelecendo uma nova perspectiva ao desenvolvimento da Região Nordeste, viabilizando novos instrumentos financeiros no mercado de capitais. O Banco aproveita-se, também, para identificar oportunidades na alocação de recursos para o crescimento econômico regional, via mercado de capitais, de forma a otimizar sua atuação como banco de desenvolvimento.

Dentre os instrumentos de mercado de capitais atualmente utilizados, destacam-se as operações com debêntures, notas promissórias comerciais, fundos de investimento em direitos creditórios – FIDCs, fundos mútuos de investimento em empresas emergentes, dentre outros.

Em 2009, o BNB participou da estruturação de operações neste segmento de mercado, cujo valor total das emissões alcançou o valor de R\$ 6,6 bilhões, representando uma participação do BNB no valor de R\$ 2,9 bilhões, contribuindo para a superação da meta. Registre-se que a superação da meta foi motivada, principalmente, pelo recuo dos bancos privados na oferta de crédito para as empresas, gerado pela crise financeira mundial iniciada no final de 2008.

Pela sua atuação no segmento de Mercado de Capitais, o BNB atingiu o 6º. lugar no *Ranking* de Originação de Títulos e Valores Mobiliários de curto prazo e o 5º lugar no *Ranking* de Distribuição de Longo Prazo, posição de novembro / 2009, do *ranking* divulgado pela ANBIMA (2009), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o qual congrega as principais instituições intermediárias em operações de mercado de capitais no Brasil.

A publicação da ANBIMA (2009) mostra que o BNB, definitivamente, assumiu posição de destaque nacional no âmbito do mercado de capitais, contribuindo para que empresas nordestinas tenham acesso a recursos menos onerosos para sustentar o seu crescimento.

9. Aumentar a produtividade da geração de lucro líquido por colaborador para R\$ 70,0 mil

Quadro 19 - Indicadores do Objetivo Estratégico 9

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Saldo Operações de FNE por Colaborador – R\$	3.287,0	3.375,5	102,7%
Saldo Operações de Crédito Comercial por Colaborador – R\$	360,0	574,2	159,5%
Operações de Crédito / Despesas Administrativas - R\$	27,0	25,5	94,5%
Lucro Líquido / Colaborador – R\$	50,0	58,8	117,6%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

1. Saldo Operações de FNE por Colaborador (em R\$ mil)

O desempenho obtido nesse indicador reflete uma continuidade da política de aplicações de crédito. Tais resultados não foram ainda maiores em função do volume de crédito comprometido com operações e ainda não desembolsado, que correspondeu a R\$ 3.277 milhões em Dezembro / 2009.

2. Saldo Operações de Crédito Comercial por Colaborador (em R\$ mil)

A superação da meta em 60% continuou refletindo a política do BNB de incrementar as operações da carteira comercial, cujo saldo aumentou R\$ 2.228 milhões durante este ano.

3. Operações de Crédito / Despesas Administrativas

O resultado alcançado de 94,5% da meta anual reflete que apesar da boa performance das operações de crédito no exercício, seu crescimento foi menor do que o das despesas administrativas, conforme item 3.4.4.6.3, deste Relatório. Registra-se, em parte, elevação em outras despesas administrativas, notadamente, nas despesas com serviços de terceiros, em face de expansão da estrutura de operacionalização do microcrédito rural. Por outro lado, destaca-se que, em que pese o crescimento das contratações de crédito ter sido o maior da história do BNB, encerrou-se o exercício com um volume de R\$ 3,2 bilhões de recursos comprometidos com operações de crédito, porém ainda não desembolsados.

4. Lucro Líquido/Colaborador

O resultado atingido nesse indicador de R\$ 58,80 mil/colaborador ultrapassou a meta de R\$ 50,00 em 17,6%. Dentre os fatores que contribuíram para a superação da meta, destacam-se:

- ↳ Incremento na margem da intermediação financeira, decorrente da expansão do crédito, com destaque para o crédito comercial;
- ↳ Resultado positivo na administração dos recursos indexados em variação cambial;
- ↳ Elevação no resultado líquido operacional, advindo da administração do crédito do FNE, representado pela diferença positiva entre as receitas de Del-credere e as despesas de provisão pelo risco de crédito assumido;
- ↳ Elevação nas receitas de taxa de administração sobre fundos financeiros e de desenvolvimento administrados; e
- ↳ Elevação das receitas de prestação de serviços, originadas, por um lado, pelo incremento das receitas de tarifas incidentes sobre as aplicações de crédito e, por outro, por tarifas cobradas em operações de mercado de capitais.

10. Elevar a rentabilidade do patrimônio líquido para 22%

Quadro 20 - Indicadores do Objetivo Estratégico 10

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
% Rentabilidade sobre PL Médio	19%	23,8%	125,3%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

A rentabilidade alcançada em 2009 superou a meta em 25,3%, estando associados a esta rentabilidade os fatores já mencionados e relacionados no indicador “Lucro Líquido por colaborador”, supramencionado.

11. Apoiar a agricultura familiar nordestina, com recursos no montante de R\$ 5,1 bilhões, com ênfase na qualificação e no retorno do crédito

Quadro 21 - Indicadores do Objetivo Estratégico 11

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Contratação de operações com FNE - R\$ milhões	1.000,0	864,8	86,5%
Contratação de operações com STN - R\$ milhões	100,0	22,0	22,0%
TOTAL	1.100,0	886,8	80,6%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do PRONAF no Nordeste, tendo sob sua responsabilidade cerca de 70% dessa modalidade de crédito na Região.

Em 2009 as aplicações com o PRONAF apresentaram um acréscimo de 27,5% em relação ao contratado em 2008. Com isso, a carteira ativa do PRONAF corresponde a 17% do ativo do Banco e a 68% do total da base de clientes.

Em 2009 um dos aspectos extremamente positivo foi a consolidação da metodologia do Programa AgroAMIGO, conforme visto no item 3.1.1.5, deste Relatório.

Da mesma forma, as contratações do PRONAF envolvendo o Programa PRONAF MAIS ALIMENTOS alcançaram o montante de R\$ 87,3 milhões, proporcionando uma maior competitividade para os agricultores familiares.

O não cumprimento de 100% da meta prevista para 2009 pode ser justificado em função de diversas estratégias adotadas pelo Banco e Governo Federal, na busca de uma melhor qualificação desses negócios, bem como por entraves envolvendo baixa qualidade dos projetos apresentados, dificuldades na obtenção de licenças ambientais e mudança na sistemática de emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf, prejudicaram as contratações, notadamente, do Grupo A.

É importante registrar a implantação de melhorias na seleção de clientes para a tomada do crédito, medidas essas, que visam ao controle da inadimplência, implantadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo próprio Banco.

As adoções dessas medidas irão contribuir para o grande desafio do PRONAF, que diz respeito à qualificação dos financiamentos, de forma que sejam criadas condições para que os agricultores familiares possam migrar para os grupos de maior renda. Isso implica em transformar agricultores que produzem exclusivamente para a própria subsistência em agricultores familiares que produzem para o mercado.

12. Ampliar a participação no mercado elegível de microempreendedores urbanos para 25%

Quadro 22 - Indicadores do Objetivo Estratégico 12

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Participação de mercado - %	18,4%	18,8%	101,5%
Desembolsos - R\$ Milhões	1.350,0	1.499,21	111,0%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

O Programa Crediamigo apresentou performance global acima das metas previstas para o final do período, onde em relação a sua participação no mercado elegível de microfinanças urbana alcançou o patamar de 18,8%.

O Programa tem aumentado continuamente os valores contratados, sendo desembolsados em 2009, R\$ 1.499,2 milhões, o mesmo ocorrendo com o número de clientes, que evoluiu desde a criação do Programa, com uma carteira, em dezembro / 2009, de 528.792 clientes. Registre-se que a clientela potencial de microfinanças no Nordeste é estimada em 2.305.017 microempreendedores.

A inadimplência do Programa foi de apenas 1,16%, posição de dezembro de 2009. Merece destaque, ainda, a sustentabilidade do Programa do ponto de vista financeiro e das melhorias proporcionadas na qualidade de vida dos clientes.

13. Ampliar a participação no mercado de micro e pequenas empresas para 14%

Quadro 23 - Indicadores do Objetivo Estratégico 13

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
% de participação de mercado	6,4%	6,24%	97,5%
Recursos do FNE destinados às MPEs - Percentual	10,7%	11,1%	103,9%
Contratações com RECIN - R\$ Milhões	700,0	814,0	116,3%

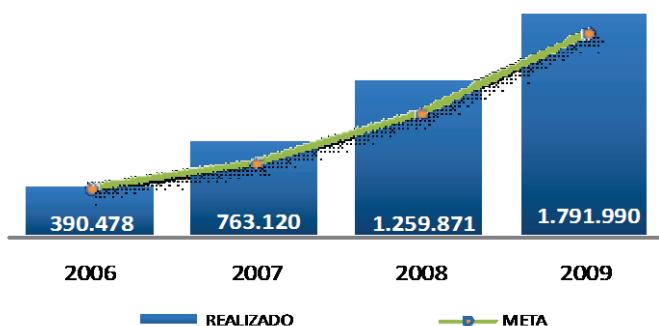
Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

O objetivo estratégico visa elevar o número de clientes com o segmento microempresa e empresa de pequeno porte, na área de atuação do Banco, por meio do apoio aos clientes, com a realização de operações de crédito comercial e crédito especializado. A quantidade de clientes potenciais desse segmento, da área de atuação do Banco do Nordeste corresponde a 1.100.980 (fonte: TEM/RAIS – 2006).

Em 2009, o Banco contratou R\$ 1.792,0 milhões, em operações com 68.739 clientes micro e pequena empresa. Do valor total, R\$ 978,0 milhões foram contratados com recursos do FNE e R\$ 814,0 milhões, com recursos internos.

Como se observa no Gráfico 1, seguinte, o desempenho do Banco nas contratações com MPE tem mantido crescimento constante, ultrapassando 350% de evolução no comparativo com 2006 e de 41%, em relação a 2008.

Gráfico 1 - Valores Contratados com MPEs



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

Dentre os fatores que contribuíram positivamente para esses resultados, vale destacar:

- ﴿ Criação do Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e de produtos específicos de capital de giro para MPEs;
- ﴿ Veiculação de campanha publicitária direcionada para as MPEs, visando estimular os negócios com o segmento em toda a área de atuação do Banco;
- ﴿ Capacitação dos gestores das agências através do Programa de Atualização de Gerentes de Negócios, em parceria com o SEBRAE; e

- ↳ Ampliação da estrutura de atendimento às MPEs, com a criação de mais 72 novas Carteiras MPE, totalizando 131 estruturas específicas para atendimento aos clientes do segmento.

14. Obter receitas de negócios com a área comercial na razão de 50% das despesas administrativas, em dez/2011

Quadro 24 - Indicadores do Objetivo Estratégico 14

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
% Receitas de Negócios da Área comercial em relação às Despesas Administrativas	20%	30,37%	151,8%
Captação de Recursos (Sdo. Médio Captado) - R\$ Milhões	4.100,0	4.375,0	106,7%
Crédito Comercial (Sdo. Médio Devedor)- R\$ Milhões	3.000,0	3.491,8	116,4%
Câmbio (Sdo. Médio Devedor) - R\$ Milhões	350,0	488,4	139,6
Tarifas da área Comercial (Vr. Arrecadado) - R\$ Milhões	100,0	86,3	86,3%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

O objetivo estratégico mede a capacidade de geração de receitas e margem da área comercial para cobertura das despesas administrativas totais, envolvendo metas de Câmbio, Captação de Recursos, Crédito Comercial, Tarifas e Taxas da Área Comercial.

Em 2009, esse percentual situou-se em 10,37% acima dos 20% estabelecidos como meta para o Banco. As despesas administrativas em 2009 totalizaram R\$ 1.423,2 milhões. Por outro lado, as receitas da área comercial totalizaram R\$ 432,2 milhões, distribuídas conforme segue:

- ↳ Margem financeira de câmbio – R\$ 28,4 milhões;
- ↳ Margem financeira de captação de recursos – R\$ 18,9 milhões;
- ↳ Margem financeira de crédito comercial – R\$ 298,6 milhões;
- ↳ Tarifas e taxas da área comercial – R\$ 86,3 milhões

Como se observa, a superação da meta decorreu, basicamente, da margem financeira de crédito comercial. Maiores detalhes ver item 3.4.4.6.1 – Resultado da Intermediação Financeira, deste Relatório.

15. Elevar a base de clientes em 40%

Quadro 25 - Indicadores do Objetivo Estratégico 15

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
% de aumento do número de clientes	11%	16,0%	145,5%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

Em 2008, o Banco do Nordeste contava com 2,43 milhões de clientes. Para 2009, foi estabelecida uma meta de 11% de aumento do número de clientes. Ao final de

2009, o Banco contava com 2,83 milhões de clientes, verificando-se um incremento de 400 mil novos clientes.

Fator determinante para esse resultado foi a formação de carteiras nas agências e definição de indicadores de desempenho para avaliação das carteiras.

16. Atingir 80% das transações com clientes por meio de canais alternativos de atendimento

Quadro 26 - Indicadores do Objetivo Estratégico 16

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
% de Transações Realizadas em Unidades de Auto-atendimento, Nordeste Eletrônico, Central de Atendimento, Compartilhamento de Rede e Correspondentes	60%	64,7%	107,8%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

O objetivo estratégico faz parte do processo da melhoria contínua na qualidade do atendimento ao cliente do Banco do Nordeste, imprimindo mais facilidades, comodidade, rapidez e segurança aos serviços prestados, com redução de custos.

Diante disso, o Banco vem incorporando estratégias para estimular o uso de canais alternativos, valendo destacar:

- ↳ Adoção de tarifas diferenciadas e menores para transações realizadas em máquinas de auto-atendimento;
- ↳ Fortalecimento do Conte Comigo, que consiste na contratação de recepcionistas para todas as agências, para auxiliar no uso desses canais; e
- ↳ Compartilhamento de Rede com o Banco do Brasil e Rede Verde Amarela – RVA.

A adoção dessas medidas, aliada à divulgação realizada pelo Banco, favoreceu o incremento no uso desses canais alternativos, comprovado pela superação da meta.

17. Implementar soluções tecnológica de suporte aos negócios em padrão equivalente aos dos concorrentes com melhor desempenho

Quadro 27 - Indicadores do Objetivo Estratégico 17

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
% Cumprimento do Plano de Ação elaborado a partir do PETI 2007-2011	100%	67,8%	67,8%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

Em 2009 foram acompanhados 38 projetos no âmbito do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) 2008-2013. O indicador (entregas realizadas / entregas previstas) dos projetos apresenta desempenho uniforme até setembro de 2009, como pode ser verificado no Quadro 28, a seguir:

Quadro 28 - Percentual de Entregas Realizadas

Período	Desempenho (%)
janeiro-março de 2009	94,44
janeiro-junho de 2009	88,89
janeiro-setembro de 2009	89,58
Janeiro-dezembro de 2009	67,79

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

No último trimestre de 2009, alguns fatores contribuíram de forma negativa para o desempenho do objetivo, dentre os quais, vale destacar:

- ↳ Tramitação dos processos licitatórios;
- ↳ Baixa qualidade das entregas oriundas das fábricas de software (interna e externas), ensejando retrabalho após validação das codificações de produtos solicitadas originalmente pela Área de TI;
- ↳ Modificações de prioridade dos projetos desenvolvidos; e
- ↳ Modificações nos contratos demandados pela Área de TI, passando da modalidade de contratação de mão-de-obra, para contratação de ordens de serviço.

18. Disponibilizar informações que suportem o atingimento de 100% das metas

Quadro 29 - Indicadores do Objetivo Estratégico 18

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Quantidade de estudos de cenários disponibilizados	20	30	150%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

Considerados atualmente como importantes instrumentos na gestão estratégica, os estudos de cenários se configuram como fontes enriquecedoras de informações que contribuem no processo de avaliação de riscos, antecipação de momentos-chave de mudanças, enfrentamento de desafios e aproveitamento das oportunidades de mercado. Em 2009, foram elaborados 30 trabalhos de estudo de cenários, sendo:

- ↳ Doze estudos sobre Cenário Macroeconômico: Projeções das variáveis macroeconômicas e expectativas de mercado, com base nas atas do COPOM para a FEBRABAN, de janeiro a junho de 2009;
- ↳ Quatro estudos de cenário sobre assuntos diversos: Estudo de Cenário sobre o setor turismo no Nordeste, Estudo de Cenário sobre o setor de saúde no Nordeste, Estudo de Cenário sobre o setor turismo no Estado do Ceará e Estudo de Cenário Internacional, Brasil e Nordeste;
- ↳ Quatro documentos sobre Conjuntura Econômica;
- ↳ Seis estudos de Cenário Bancário – visa disponibilizar aos gestores e técnicos do Banco, informações específicas e atualizadas sobre o mercado bancário. Para subsidiar o processo de tomada de decisão, passaram a ser elaboradas e

disponibilizadas informações macroeconômicas e setoriais, materializado no documento “Cenário Bancário”, que juntamente com outras informações econômicas e financeiras disponibilizadas por documentos elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, objetivam melhorar o planejamento, as estratégicas e o desempenho das unidades administrativas e dos negócios realizados no Banco do Nordeste; e

- ↳ Quatro estudos da análise da concorrência - trabalho desenvolvido com o objetivo de acompanhar o setor bancário em suas variáveis, situando a posição competitiva ocupado pelo BNB. É um produto disponibilizado trimestralmente, que se destina, principalmente, aos gestores de agências e de produtos, buscando mantê-los atualizados em relação à evolução das principais variáveis do setor e as estratégias adotadas pelos concorrentes, pontuando inovações em produtos, serviços e processos, aumento da capilaridade e formas de atuação nos diversos segmentos, dentre outros aspectos, além da análise comparativa de indicadores de desempenho. As informações disponibilizadas constituem importante insumo para o Programa Estratégico e Programa de Ação das Unidades.

19. Suprir 100% das lacunas de competências profissionais

Quadro 30 - Indicadores do Objetivo Estratégico 19

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Funcionários com treinamento no ano - %	90%	93,5%	103,8
Funcionários participantes do programa Formação e Sucessão de Gestores - %	60%	74,9%	124,8

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

O Programa de Educação Corporativa orienta-se no respeito à otimização da aplicação e à distribuição eqüitativa das oportunidades de treinamento. Assim, um dos indicadores do objetivo estratégico em referência visa medir a eficácia na democratização das oportunidades de desenvolvimento e a capacitação profissional. Considerando que mais de 94% dos funcionários da empresa realizaram pelo menos um treinamento até o final de dezembro/2009, a meta anual estabelecida foi satisfatoriamente atingida.

O Programa “Formação e Sucessão de Gestores” avalia o esforço das Unidades na formação de sucessores para as funções gerenciais. As ações definidas para o programa foram devidamente planejadas e executadas com o foco na preparação de funcionários para assumir cargos de gestão, tendo em vista a expectativa de aposentadorias por tempo de serviço, nos próximos anos. A meta anual de formar 60% dos funcionários participantes do Programa foi superada, alcançando o patamar de 74,9%, conforme quadro acima. Maiores detalhes ver item 3.4.6.3 – Sucessão, deste Relatório.

20. Garantir o alinhamento estratégico em 100% dos níveis da organização

Quadro 31 - Indicadores do Objetivo Estratégico 20

INDICADORES	Meta Anual	Realizado	Indicador %
Unidades com metas alinhadas à estratégia - %	95%	94,7%	99,7%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3. Gestão do Desempenho Operacional

A Gestão do Desempenho Empresarial definida pelo BNB está representada pelo gerenciamento dos indicadores corporativos e projetos estratégicos, constantes do Programa Estratégico e pelo Programa de Ação das Unidades, que é o mecanismo que operacionaliza o Programa Estratégico do Banco, conforme Figura 2, a seguir:

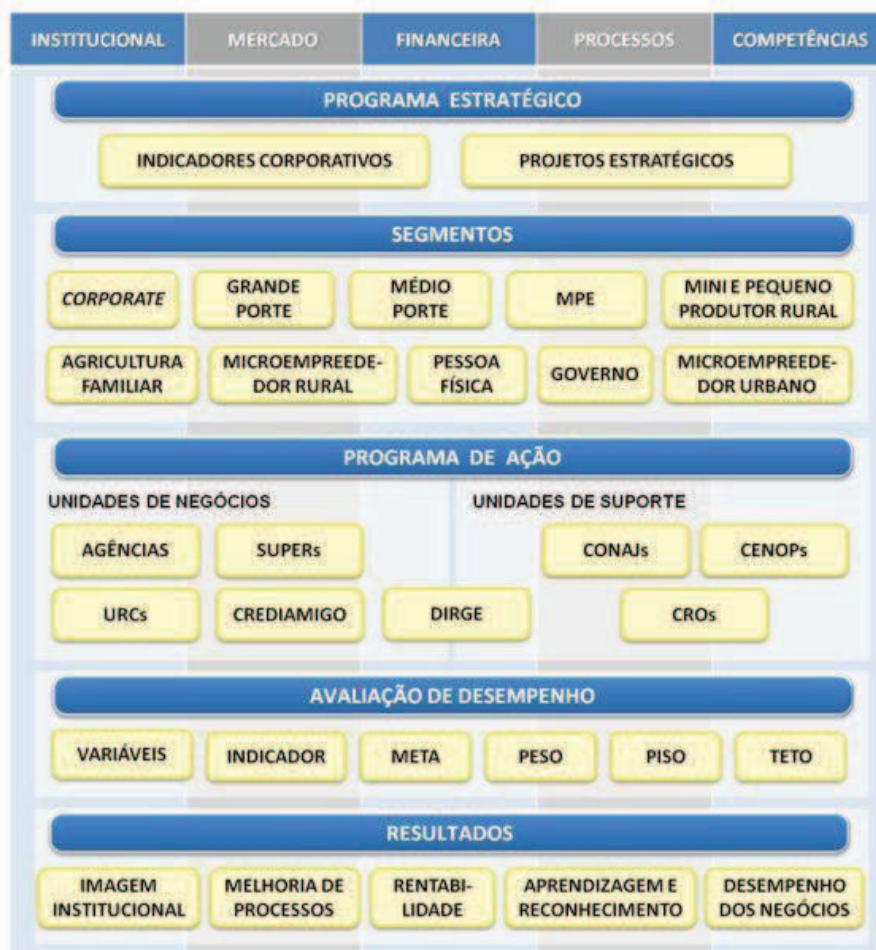


Figura 2 - Modelo de Gestão do Desempenho Empresarial 2008-2011

Percebe-se, na figura acima, que o Banco do Nordeste está fazendo a avaliação do desempenho de suas unidades em dois grandes grupos, sendo:

- ↳ um grupo, composto pelas unidades de negócios (Agências, Superintendências Estaduais, Unidades de Recuperação de Crédito – URCS e Unidades do Crediamigo); e

- ↳ outro grupo, composto pelas unidades de suporte (Ambientes da Direção Geral, Centrais de Apoio Operacional - CENOPs, Células de Contencioso e Assessoria Jurídicas – CONAJs e Centrais de Retaguarda Operacional).

A pequena parcela de unidades que ainda não possui variável, indicador ou meta, decorre de redefinições organizacionais inerentes ao processo de reestruturação e em função da natureza eminentemente administrativa de alguma área.

3.4.3.1. Programa de Ação

O Programa de Ação é o planejamento no nível operacional, expresso em variáveis, indicadores, meta e ações. É elaborado anualmente por todas as unidades do Banco, com avaliação sistemática e reprogramação em qualquer período do ano, em função de novos direcionamentos estratégicos ou de resultados alcançados.

O modelo atual de avaliação de desempenho do Banco foi aprimorado, considerando a revisão do Programa Estratégico 2008-2011 e objetivando simplificar o processo como um todo: buscar maior aderência ao *Balanced Scorecard (BSC)*; induzir a mudança de comportamento em face aos novos desafios empresariais; gerenciar ativos intangíveis; incluir indicadores de efetividade da atuação do Banco e padronizar a avaliação de todos os grupos de Unidades.

Assim, considerando os desafios do Programa Estratégico 2008-2011, o Programa de Ação das Unidades das Unidades do Banco tem a seguinte estrutura:

- ↳ **Variáveis:** são definidas para viabilizar os objetivos estratégicos e representa as principais linhas de ação do Banco no período estabelecido, o que permite aferir a *performance* de todas as unidades organizacionais.
- ↳ **Indicador:** cada variável é medida por um único indicador de desempenho, que pode ser de natureza de eficácia, eficiência ou efetividade.
- ↳ **Metas:** são resultados (quantitativos ou qualitativos) que as unidades devem atingir, podendo ser expressas em reais, quantidade, nota, índice. São mensuradas por indicadores.
- ↳ **Pesos:** Representa a ponderação estabelecida para cada variável no Programa de Ação, de acordo com as prioridades definidas para cada período de tempo, geralmente um ano, e para cada grupo de unidades. A definição do peso será feita em função dos critérios de relevância estratégica, esforço da equipe e resultado financeiro mediante a uniformização e padronização por segmentação de mercado.
- ↳ **Teto:** corresponde à pontuação máxima que a unidade poderá atingir em cada variável. O modelo proposto continuará estabelecendo teto a fim de preservar a prioridade estratégica, definida no peso, induzindo as unidades a buscarem os resultados em todas as variáveis.

Os quadros seguintes apresentam as variáveis (indicadores) do Programa de Ação dos diversos grupos de Unidades do Banco, em consonância com as metas previstas no Programa Estratégico 2008-2011.

3.4.3.1.1. Programa de Ação das Agências, Unidades de Recuperação de Crédito e Superintendências Estaduais

As agências são avaliadas em função da seguinte tipologia definida pelo perfil mercadológico da jurisdição de atuação:

- ↳ Extraregional;
- ↳ Demais Agências: Mercados 1, 2, 3, 4 e 5.

As Unidades de Recuperação de Crédito (URCs) tem a responsabilidade de atuar diretamente na negociação das operações em situação de atraso ou prejuízo, visando à redução da inadimplência e obtenção de melhores resultados econômico-financeiros para o Banco.

A avaliação das Superintendências Estaduais é realizada por meio da medição do desempenho do grupo de unidades a elas subordinadas, além de variáveis específicas da própria Superintendência. A composição para 2008 envolve os seguintes grupos:

- ↳ Agências – considerando o somatório das metas e dos valores realizados em todas as variáveis definidas para o programa de ação das agências subordinadas. Registre-se que as Agências Extraregionais (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) estão subordinadas a Diretoria Financeira e de Câmbio, não fazendo parte da avaliação das Superintendências Estaduais.
- ↳ Unidades de Recuperação de Crédito (URCs) - somatório das metas e realizado de todas as variáveis definidas para as URCs.
- ↳ Variável Específica – por meio da nota obtida na variável Programação do FNE.

O Quadro 32, a seguir, apresenta os indicadores de desempenho das Agências, Unidades de Recuperação de Crédito e Superintendências Estaduais, constantes do Programa de Ação:

Quadro 32 - Variáveis e Indicadores de Desempenho do Programa de Ação

PROGRAMA DE AÇÃO 2009 – AGÊNCIAS, URCs e SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS			
PERSPECTIVA	VARIÁVEL	INDICADOR DE AVALIAÇÃO	
		TIPO	FORMA DE CÁLCULO
Institucional	Financiamento ao Desenvolvimento Territorial	Efetividade	(Valor contratado em Atividades Priorizadas nos Projetos Territoriais / Meta) x Peso da Variável, observado o teto
	Programação do FNE	Efetividade	(Média aritmética das notas de aplicação de todos os setores / Nota 10) x Peso da Variável
Mercado	Crédito Especializado	Eficácia	(Valor Contratado no Crédito Especializado / Meta) x Peso da Variável, observado o teto
	Pronaf	Eficácia	{[(Valor contratado no Agroamigo / Meta de Contratação do Agroamigo) x 50% do peso da variável, observado o teto] + [(Valor contratado com PRONAF, exclusive Agroamigo / Meta de Contratação do PRONAF, exclusive Agroamigo x 50% do peso da variável, observado o teto]};
	Crédito para MPE	Eficácia	(Valor contratado com MPEs, utilizando-se de RECIN e FNE / Meta) x Peso da Variável, observado o teto
	Crédito Comercial	Eficácia	(Valor Realizado de Saldo Médio Vincendo de Operações de Crédito Comercial / Meta) x Peso da

PROGRAMA DE AÇÃO 2009 – AGÊNCIAS, URCs e SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS			
PERSPECTIVA	VARIÁVEL	INDICADOR DE AVALIAÇÃO	
		TIPO	FORMA DE CÁLCULO
Financeira	Câmbio	Eficácia	Variável, observado o teto (Valor Realizado de Saldo Médio Devedor em Operações de Câmbio / Meta) x Peso da Variável, observado o teto
	Captação de Recursos	Eficácia	(Valor Realizado de Saldo Médio Captado Ponderado / Meta) x Peso da Variável, observado o teto.
	Resultado Operacional	Eficácia	Resultado Operacional Obtido / Meta de Resultado Operacional, observado o teto
	Eficiência Operacional	Eficiência	Cálculo do Indicador de Eficiência:(Resultado Operacional Obtido + Despesas Administrativas SRA) / Despesas Administrativas SRA Cálculo do Desempenho: Peso da Variável + [(Indicador de Eficiência da Unidade – Eficiência Mínima) x Peso], observado o teto
	Negócios de Mercado de Capitais	Eficácia	(Valor realizado ponderado das operações / Meta) x Peso da Variável, observado o teto)
	Receitas Prestação de Serviços da Área Comercial	Eficácia	(Valor arrecadado com tarifas e taxas da área comercial / Meta) x Peso da Variável, observado o teto
	Qualidade do Ativo das Operações, exceto Pronaf	Efetividade	Parcela Fixa: 0,5 pontos para cada 10 pontos percentuais de Qualidade do Ativo Parcela Variável: Resultado da divisão do realizado sobre a meta multiplicado pela diferença entre a pontuação máxima e a fixa Cálculo da Parcela Variável: [(Índice de Qualidade do Ativo Atual (–) Índice de Qualidade Ativo Ano Anterior) / (Meta)] x Peso da Variável, observado o teto
	Qualidade do Ativo das Operações do Pronaf	Efetividade	Redutor: Unidades com QA inferior à existente em dez/08 e abaixo de 90%, será calculado um redutor a base de 0,2 ponto para cada ponto percentual de queda Parcela Fixa: 0,2 pontos para cada 10 pontos percentuais de Qualidade do Ativo Parcela Variável: Resultado da divisão do realizado sobre a meta multiplicado pela diferença entre a pontuação máxima e a fixa: (Índice Atual – Índice Ano Anterior) x Peso da Variável
	Agroamigo - Inadimplência	Efetividade	Cálculo da parcela Variável: [(Índice de Qualidade do Ativo Atual do PRONAF (–) Índice de Qualidade Ativo Ano Anterior do PRONAF) / (Meta)] x Peso da Variável, observado o teto
	Recuperação de Crédito em Espécie	Efetividade	Redutor: Unidades com QA inferior à existente em dez/08 e abaixo de 75%, será calculado um redutor a base de 0,2 ponto para cada ponto percentual de queda
	Regularização de Dívidas	Eficácia	{[(Valor Realizado de Recuperação de Crédito – Ops. com Mini e Pequeno Produtor Rural / Meta de Regularização de Dívidas de Ops. com Mini e

PROGRAMA DE AÇÃO 2009 – AGÊNCIAS, URCs e SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS			
PERSPECTIVA	VARIÁVEL	INDICADOR DE AVALIAÇÃO	
		TIPO	FORMA DE CÁLCULO
			Pequeno Produtor Rural) x 40% do peso da variável, observado o teto] + [(Valor Realizado de Recuperação de Crédito – Demais Operações / Meta de Regularização de Dívidas – Demais Operações) x 60% do peso da variável, observado o teto]}
Processos	Qualidade dos Processos Analisados pelos Controles Internos	Efetividade	(Índice de Qualidade de Controle de conformidade obtido nas análises realizadas pela Gerência de Controle / Meta) x peso da variável, observado o teto
Competências	Oportunidades de Treinamento	Eficácia	(Nota pelo cumprimento do plano de treinamento / meta) X Peso da variável, observado o teto

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.2. Resultado Global do Programa de Ação das Agências, Unidades de Recuperação de Crédito e Superintendências Estaduais em 2009.

O Quadro 33, a seguir, apresenta os resultados do Programa de Ação 2009 das Agências, Unidades de Recuperação de Crédito e Superintendências Estaduais:

Quadro 33 - Variáveis e Metas das Agências, URCs e Superintendências Estaduais

RESULTADOS DE 2009 – AGÊNCIAS, URCs e SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS						
PERSPECTIVA	VARIÁVEL	NATUREZA	META	REALIZADO	INDICADOR %	
Institucional	Financiamento ao Desenvolvimento Territorial	R\$ Milhões – Contratação de Operações com FNE	1.211,2	1.736,3	143,4%	
	Programação do FNE (1)	Nota pelo cumprimento de 90% dos valores previstos na programação do FNE, por setor	Nota 10	8,21	82,1%	
Mercado	Crédito Especializado	R\$ Milhões - Contratação de operações	8.675,8	8.630,2	99,5%	
	Pronaf	R\$ Milhões - Contratação de operações	1.100,0	886,8	80,6%	
	Crédito para MPE	R\$ Milhões - Contratação de operações	1.650,3	1.792,0	108,6%	
	Crédito Comercial	R\$ Milhões - Saldo médio devedor	3.000,0	3.491,8	116,4%	
	Câmbio	R\$ Milhões - Saldo médio devedor	350,0	488,4	139,5%	
	Captação de Recursos	R\$ Milhões - Saldo médio captado ponderado	4.100,0	4.441,6	108,3%	
Financeira	Resultado Operacional	R\$ Milhões - Resultado financeiro das unidades	986,6	1.032,2	104,6%	
	Eficiência Operacional	Percentual - Capacidade de geração de resultado em relação às despesas	338%	351,4	104,0%	

RESULTADOS DE 2009 – AGÊNCIAS, URCs e SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS					
PERSPECTIVA	VARIÁVEL	NATUREZA	META	REALIZADO	INDICADOR %
	Negócios de Mercado de Capitais (2)	administrativas totais R\$ Milhões - Volume de negócios prospectados e/ou distribuídos	500,0	1.146,5	229,3%
	Receitas de Prestação de Serviços da Área Comercial	R\$ Milhões - Valor arrecadado com Tarifas e Taxas da Área Comercial	100,0	86,3	86,3%
	Qualidade do Ativo das Operações exceto Pronaf	Percentual de 20%, de elevação da qualidade do ativo das operações em dez / 2009, representando uma redução do volume total do crédito com potencial de perda em relação a dez / 2008.	2,83%	5,6%	198,0%
	Qualidade do Ativo das Operações do Pronaf	Percentual de 20%, de elevação da qualidade do ativo das operações do PRONAF em dez / 2009, representando uma redução do volume total do crédito com potencial de perda em relação a dez / 2008.	12,93%	15,78%	122,0%
	Agroamigo - Inadimplência	Percentual de redução da inadimplência no âmbito do Agroamigo, sendo a inadimplência máxima tolerável de até 4,0%.	2%	3,36%	59,5%
	Regularização de Dívidas	R\$ Milhões - Valor da regularização das operações em atraso ou prejuizadas, na posição de 31/12/2008	1.000,0	1.213,0	121,3%
	Recuperação de Crédito em Espécie	R\$ Milhões - Valor do recebimento em espécie, das operações em atraso ou prejuizadas na posição de 31/12/2008	250,0	327,4	130,9%
Processos	Qualidade dos Processos Analisados pelos Controles Internos	Índice de Qualidade de Controle de conformidade nas análises realizadas pela gerência de controle, sendo o IQC mínimo tolerável de 70%	94%	93,6%	99,6%
Competências	Oportunidades de Treinamento	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento	Nota 10	10,0	100,0%

(1) Variável exclusiva das superintendências estaduais

(2) Variável exclusiva das agências extrarregionais

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

A seguir, apresenta-se uma análise sintética dos resultados obtidos em cada variável do Programa de Ação em relação à meta anual de 2009.

a) Financiamento ao Desenvolvimento Territorial

A variável evidencia a ação da Agência na contratação de financiamentos, com recursos do FNE, ligados aos Projetos Territoriais da Atividade Econômica priorizados pela Unidade.

Os resultados obtidos na variável refletem o desempenho alcançado no Objetivo Estratégico “2” e respectivos comentários.

b) Programação do FNE

A variável foi definida com o objetivo de evidenciar a ação das superintendências estaduais no tocante à contratação de financiamentos com recursos do FNE, por setor de atividade, tendo como parâmetro a Programação do Fundo para 2009.

A meta global da variável para o período em questão foi inicialmente estabelecida com base na Programação FNE 2009, aprovada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, pelo valor global de R\$ 7,5 bilhões. No início do segundo semestre/2009, referida meta foi reprogramada internamente, pelo Ambiente de Planejamento, para o valor de R\$ 7,2 bilhões (90% de R\$ 8,1 bilhões), para os diversos setores produtivos apoiados pelo Banco.

A Tabela 5 evidencia o desempenho das contratações com recursos do FNE, durante todo o ano de 2009, tendo por base os resultados por setor.

Tabela 5 - Programação do FNE - Resultados por Setor de Atividade

SETOR DE ATIVIDADE	Desempenho – R\$ Milhões		
	Meta	Realizado	Indicador %
Agricultura Familiar	868.055	1.112,5	78,0%
Agricultura	1.394,6	840,8	165,9%
Comércio e Serviços	2.138,4	1.281,2	166,9%
Indústria	1.507,7	1.755,9	85,9%
Pecuária	605,2	539,6	112,2%
Turismo	87,4	385,1	22,7%
Infraestrutura	2.168,8	957,9	226,4%
Agroindústria	367,0	417,0	84,9%
TOTAL	9.134,1	7.290,0	125,3%

Fonte: Base do Ativo (S039)

(1)Valores contratados, inclusive, a desembolsar

De modo geral, depreende-se que houve superação das metas de contratação com recursos do FNE, haja vista o alcance de um percentual de 125,3% relativamente à meta global estipulada na Programação.

Contribuíram para este resultado, principalmente, a superação de metas observada nos setores de infraestrutura (226,4%), comércio e serviços (166,9%), agricultura (165,9%) e pecuária (112,2%), os quais alcançaram expressivos valores, notadamente se comparados aos demais.

Por outro lado, embora não tenham atingido suas metas, os outros setores situaram-se com um patamar em torno de 80%, desempenho considerável, haja vista variações no contexto econômico ocorridas após o estabelecimento das projeções, com exceção apenas do Turismo, o qual não obteve desempenho satisfatório, sinalizando, assim, a necessidade de um maior esforço, por parte das superintendências estaduais, no

tocante ao atendimento desta atividade, de importância estratégica em toda a área de atuação do FNE.

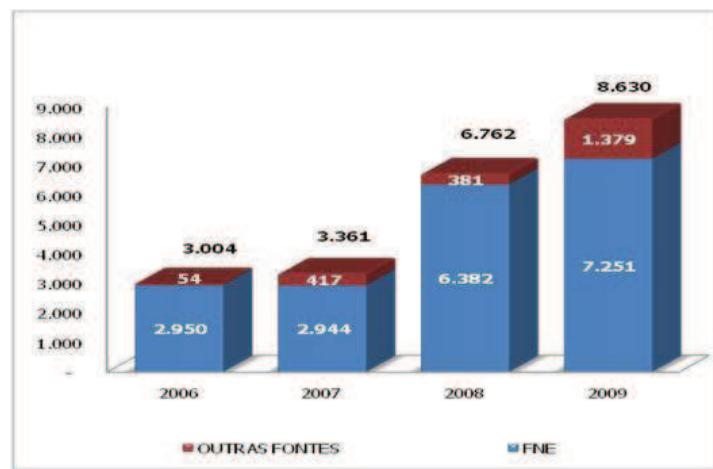
c) Crédito Especializado

O objetivo principal da variável é evidenciar a ação da rede de agências na disseminação do crédito aos clientes na área de atuação do Banco, levando-se em consideração as políticas de desenvolvimento regional, no âmbito de inserção do BNB, e utilizando-se primordialmente dos recursos do FNE, BNDES, Poupança Rural e FMM.

Aliados a uma demanda crescente de aplicações do longo prazo, o empenho das agências, a implantação das centrais de retaguarda operacionais e central de cadastro trouxeram agilização no processo de crédito, contribuindo para o desempenho positivo dos resultados das agências.

Como se observa no Gráfico 2, a seguir, registrou-se, no período de 2006 a 2009, crescimentos anuais significativos em contratações de operações de crédito. Todavia, os maiores volumes e percentuais de crescimento ocorreram com a aplicação dos recursos do FNE.

Gráfico 2 - Desempenho Histórico Crédito Especializado



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

d) Pronaf

A variável Pronaf avalia a contratação de operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com divisão dos resultados em contratações no programa Agroamigo e operações exceto Agroamigo.

Os resultados obtidos na variável refletem o desempenho alcançado no Objetivo Estratégico “11” e respectivos comentários.

e) Crédito para MPEs

A variável tem por objetivo a realização de negócios com micro e pequenas empresas, na área comercial (capital de giro, descontos e contas garantidas) e no crédito

de longo prazo, com recursos do FNE, buscando consolidar o BNB como o banco das MPEs na Região.

Os resultados obtidos na variável refletem o desempenho alcançado no Objetivo Estratégico “13” e respectivos comentários.

f) Crédito Comercial

A variável evidencia o esforço das agências na realização de operações e manutenção da adimplência da carteira de crédito, além da ampliação da base de clientes da área comercial.

O crédito comercial já registra uma evolução contínua nos resultados. Dentre os principais motivos que contribuíram para o desempenho em 2009, vale destacar a crise financeira, em função da restrição de crédito imposta pelos bancos privados. Ressalte-se, ainda, o empenho das equipes das agências e superintendências estaduais, bem como a incorporação de novos produtos ao portfólio, a exemplo de Aquisição de Direitos Creditórios, cujo saldo médio anual representou 25,2% do volume total do realizado em 2009.

O gráfico 3, a seguir, ilustra que em 2009 houve um incremento de 153,8% no saldo médio de crédito comercial em relação a 2008.

Gráfico 3 - Desempenho Histórico Crédito Comercial



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de *Performance* (S696)

A necessidade de uma atuação mais forte no crédito comercial continua sendo fundamental para a obtenção dos níveis de rentabilidade desejados, no médio e longo prazo, sobretudo, em face das reduções de margens de mercado e elevação das despesas administrativas.

g) Câmbio

A variável “Câmbio” evidencia o apoio creditício às empresas exportadoras e importadoras clientes do Banco e contribui para a autossustentabilidade do BNB através de geração de receitas na área comercial.

A variável tem apresentado crescimento expressivo, especialmente se considerados os dois últimos anos, com aumento no saldo médio de operações, de 79% em 2008 com relação a 2007, e de 46% em 2009, comparado ao saldo médio de 2008.

Gráfico 4 - Desempenho Histórico de Câmbio



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

O trabalho consistente por parte do Banco, com treinamentos para a rede de agências, suporte a negociação aos gerentes e atuação focada junto à clientela, tem contribuído para alcançar esses resultados positivos.

Paradoxalmente, outro fator que contribuiu positivamente para a excelente performance da variável foi a crise internacional. Ocorreu importante restrição de crédito pelos bancos privados, o que permitiu aos bancos do governo, como o BNB, elevar sua participação no mercado.

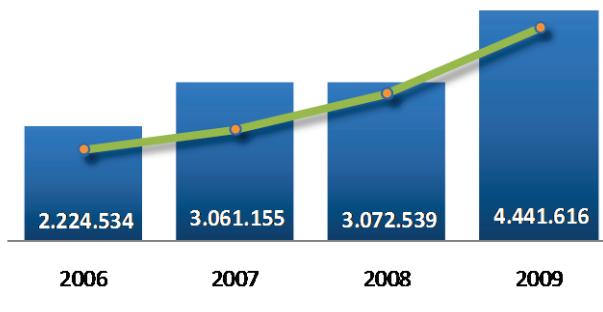
Apesar do contingenciamento de crédito dos bancos estrangeiros, reduzindo a oferta de linhas de *trade finance*, o Banco conseguiu ganhar participação no mercado, lançando mão de linhas de crédito ofertadas pelo Banco Central para o financiamento às exportações brasileiras, como também, promoveu mudança na formação de operações de “*hedge*” relacionadas com as captações destinadas a operações de longo prazo do BNB, que migraram de operações típicas de tesouraria para as operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio de Exportação. A partir do segundo semestre do ano ocorreu relativa melhora da liquidez e oferta de linhas de *trade finance*, permitindo ao Banco continuar expandindo suas operações no segmento.

h) Captação de Recursos

Representa o esforço efetuado pelas agências na captação de recursos de curto e médio prazo para o BNB, os quais oferecem aos clientes remuneração compatível com o risco assumido. Os produtos que compõem os saldos da variável captação de recursos são os seguintes: Depósitos a Prazo, Depósitos à Vista, Depósitos para Reinvestimento, Fundos de Investimento e Poupança.

De acordo com o gráfico, a seguir, o BNB, ao longo dos anos, vem cumprindo as metas de forma satisfatória.

Gráfico 5 - Desempenho Histórico Captação de Recursos



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

Dentre os fatores que contribuíram positivamente para o resultado alcançado em 2009, vale destacar:

- ↳ Em razão da crise financeira, clientes de bancos privados médios passaram a investir em produtos de captação do BNB;
- ↳ Adoção de política mais agressiva de captação de recursos, notadamente depósitos a prazo e carteira de clientes;
- ↳ Constituição de conta reserva com aplicação dos recursos em produtos de captação;
- ↳ Constituição de fundo de investimento exclusivo destinado a um grande grupo econômico; e
- ↳ Captação de valores expressivos junto a clientes de grande porte.

i) Resultado Operacional

A definição da meta de Resultado Operacional é uma decorrência das metas estabelecidas para as demais variáveis referentes aos negócios do Banco, que causam impactos financeiros, de modo que o não cumprimento dessas metas repercute diretamente no cálculo final do realizado da referida variável. Assim, a apuração do Resultado Operacional dar-se-á a partir da avaliação dos resultados obtidos nas diversas aplicações efetuadas pelas agências, deduzindo-se os seus respectivos custos operacionais.

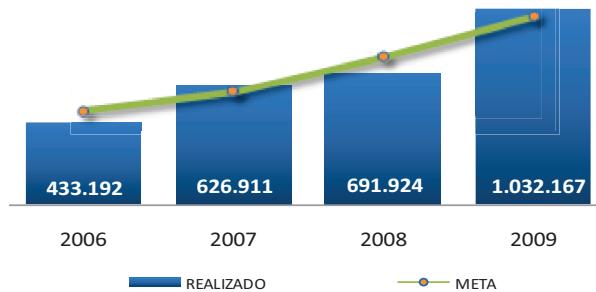
Comparando-se o desempenho de 2009 em relação ao de 2008 (R\$ 777,5 milhões), percebe-se um incremento de 33,1%. Destacam-se a seguir os principais fatores que influenciaram no desempenho obtido pelas agências nessa variável no exercício de 2009:

- ↳ **Margem Financeira de Operações de Crédito** - o valor realizado foi superior ao orçado em 13,6%. Esse fato ocorreu basicamente em função de:
 - Superação da meta da variável Crédito Comercial, representando um incremento de R\$ 491,8 milhões de saldo médio em relação ao esperado;
 - Efetivação de rendas a apropriar, por conta de renegociação de operações, num valor de R\$ 85,8 milhões.

↳ **Risco de Crédito** - esperava-se um efeito negativo da ordem de R\$ 393,4 milhões e, no entanto, o efeito foi de R\$ 350,7 milhões. Verificou-se, portanto, um efeito negativo inferior ao previsto da ordem de R\$ 42,7 milhões. Vale ressaltar, ainda, o volume de receitas de recuperação de créditos baixados do ativo que chegou a um montante de R\$ 124,6 milhões.

Percebe-se, portanto, que a performance acima da meta ocorreu, basicamente, em função da superação da meta do Crédito Comercial, da efetivação de rendas a apropriar e do efeito do risco de crédito inferior ao projetado.

Gráfico 6 - Desempenho Histórico Resultado Operacional



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de *Performance* (S696)

j) Eficiência Operacional

A Eficiência Operacional mede a capacidade de geração de margem para a cobertura das despesas administrativas. Na posição de dezembro/2009 esse índice ficou em 351,4% situando-se acima dos 338% estipulado como meta para o Banco.

O desempenho nessa variável está diretamente ligado ao obtido na variável Resultado Operacional. A geração de margem acima do esperado ocorreu basicamente em função da superação da meta do Crédito Comercial, da efetivação de rendas a apropriar e do efeito do risco de crédito inferior ao projetado.

Gráfico 7 - Desempenho Histórico da Eficiência Operacional



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de *Performance* (S696)

k) Negócios de Mercado de Capitais

Representa o esforço desenvolvido pelas Agências Extraregionais na prospecção, estruturação e distribuição de operações no âmbito do Mercado de Capitais.

A prospecção das operações compreende a ação proativa na identificação de oportunidades de realização de operações, com o consequente encaminhamento dentro do processo operacional de estruturação das operações.

A estruturação compreende o processo de construção da operação, envolvendo a negociação, análise de aspectos legais, análise dos documentos, atendimento dos prazos, avaliação de risco, cadastro e tramitação de propostas para fins de aprovação interna das operações.

A distribuição consiste no processo de venda realizada junto aos clientes e investidores da sua área de atuação.

Da meta global do Banco para 2009 (R\$ 1.000,0 milhões), foi repassada 50% para as agências extraregionais.

Os comentários a respeito do desempenho da variável estão descritos no Objetivo Estratégico “8” e respectivos comentários.

Gráfico 8 - Desempenho Histórico Negócios Mercado de Capitais



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de *Performance* (S696)

I) Receitas de Prestação de Serviços da Área Comercial

As Receitas de Prestação de Serviços correspondem às remunerações pelos serviços prestados pelo Banco aos nossos clientes ou pelos produtos que coloca à disposição destes. A variável visa contribuir para o cumprimento da meta do objetivo estratégico “14 – Obter receitas de negócios com a área comercial na razão de 50% das despesas administrativas, em dez/2011”.

Conforme demonstrado no gráfico seguinte, em que pese o Banco não ter cumprido a meta estabelecida, o crescimento de 2009, em relação a 2008 foi de 96%.

Gráfico 9 - Desempenho Histórico Receitas Prestação Serviços



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de *Performance* (S696)

Como pode ser observado, o Banco está superando os efeitos da proibição da cobrança de tarifas de pessoa física (Resolução nº 3518, de 06/12/2007). Dentre os fatores que contribuíram positivamente para o incremento dos 2009, vale destacar:

- ↳ Aumento das contratações de crédito comercial e câmbio;
- ↳ Consolidação dos negócios de mercado de capitais. As tarifas com esses serviços tiveram uma representatividade de 24% no resultado total da variável.
- ↳ Otimização dos resultados na venda de títulos de capitalização e da produção de seguros, relacionados, principalmente, às diversas Campanhas deflagradas a partir do 2º semestre de 2008, com resultados mais representativos em 2009; e
- ↳ Elevação das arrecadações de tributos federais, estaduais, municipais (geradores de tarifas).

m) Qualidade do Ativo das Operações exceto Pronaf

A variável mede qual a representação das carteiras de crédito ativas com baixo risco de inadimplência em relação ao total de créditos ativos. Para tanto, considera-se de baixo risco as operações em situação normal e as vencidas até 14 dias que estejam fora de carência. Neste contexto, entende-se como fora de carência qualquer operação que se encontre em fase de reembolso, podendo ser este tanto de acessórios quanto de principal.

Em dezembro/2009, atingiu-se no total do Banco um percentual de Qualidade do Ativo de 91,47% para uma meta de 88,69%. Registrhou-se, portanto, um incremento de índice 2,78 pontos percentuais acima do esperado. Registre-se, ainda, que todas as Superintendências Estaduais superaram as suas respectivas metas.

O bom desempenho nessa variável se deve ao fato de que os créditos normais ou em atraso até 14 dias tiveram um crescimento de 100,6%, em relação a dezembro/2008, enquanto os valores em atraso acima de 14 dias registraram uma acréscimo de apenas 12,02% se comparados, também, com a posição de final do ano anterior. Isso indica que, nesse intervalo, a maior parte do volume de operações de crédito que saiu de carência, o fez com os devidos pagamentos e passaram a compor a

base do crédito normal. Aliado a isso, as renegociações de dívidas provocaram uma redução nos valores inadimplidos.

Gráfico 10 - Desempenho Qualidade do Ativo exceto Pronaf



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de *Performance* (S696)

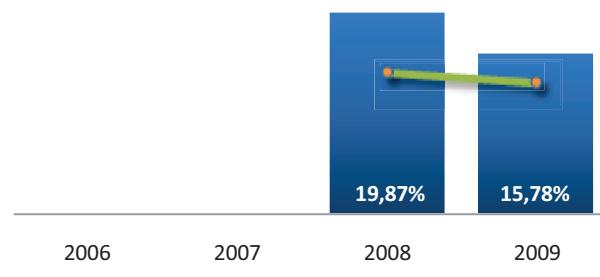
n) Qualidade do Ativo das Operações do PRONAF

A variável está caracterizada pela representação das carteiras de crédito ativas do PRONAF, de acordo com níveis de risco de inadimplência, em relação ao total de créditos ativos, considerando-se apenas os créditos em fase de reembolsos.

Em dezembro / 2009 registrou-se um índice de Qualidade do Ativo das Operações do Pronaf correspondente 51,13%, o que corresponde um incremento de 15,73% em relação a dezembro de 2008 (35,35%).

Os créditos normais ou em atraso até 14 dias tiveram um crescimento de 120,3%, em relação a dezembro / 2008, enquanto os valores em atraso acima de 14 dias registraram uma acréscimo de apenas 15,1% se comparados também com a posição de final do ano anterior, contribuindo para a superação da meta na variável.

Gráfico 11 - Desempenho Qualidade do Ativo do Pronaf



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de *Performance* (S696)

o) Agroamigo - Inadimplência

A variável evidencia a situação da carteira do AgroAMIGO, em cada agência, relativamente ao retorno do crédito, considerando o valor em atraso da carteira em relação ao seu saldo devedor total.

O índice apresenta redução desde a sua inclusão do Programa de Ação, sendo que em 2009 houve uma redução maior (1,33 ponto percentual em relação a 2008), conforme pode ser observado no Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 - Desempenho Histórico Agroamigo – Inadimplência



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

As renegociações com base na Lei 11.775 e uma administração de crédito mais aplicada e efetiva, influenciaram a redução do índice em comparação com 2008. No entanto, problemas pontuais em algumas Superintendências Estaduais (mudanças climáticas, cultura do não pagamento na zona rural) fizeram com que o índice geral ficasse acima da meta estabelecida, de redução do índice de inadimplência do programa para 2%.

p) Recuperação de Crédito em Espécie

Representa a qualidade na gestão dos créditos em atraso, refletindo o resultado do esforço das Agências e das Unidades de Recuperação de Crédito, para o recebimento máximo de valores em espécie, objetivando melhorar o resultado financeiro do Banco e minimizar os riscos, nos caso de prorrogações e ou composições das operações irregulares.

Observando a evolução da Recuperação de Crédito em Espécie a partir de 2006, o ano de 2009 apresenta o melhor resultado da variável.

Gráfico 13 - Desempenho Histórico Recuperação de Crédito em Espécie



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

Dentre os fatores que contribuíram para impulsionar de forma positiva os resultados de 2009, vale destacar:

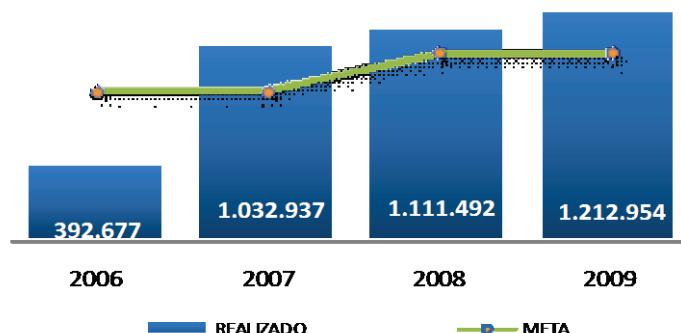
- ↳ priorização na negociação em blocos de operações;
- ↳ aplicação dos melhores procedimentos de renegociação em cada tipo de Fonte de Recursos;
- ↳ divulgação de normativos contendo condições e instrumentos para regularização de dívidas; e
- ↳ priorização na regularização de operações com enquadramento em instrumentos legais.

q) Regularização de Dívidas

Representa a qualidade na gestão dos créditos em atraso, refletindo o resultado do esforço das Agências e das Unidades de Recuperação de Crédito, em promover a regularização de valores em estado de inadimplência (atraso + prejuízo).

De acordo com o Gráfico 14, a seguir, o BNB, ao longo dos anos, vem cumprindo as metas de forma satisfatória, com exceção do ano de 2006.

Gráfico 14 - Desempenho Histórico Regularização de Dívidas



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

Além dos fatores citados nos comentários da variável Recuperação de Crédito em Espécie, vale acrescentar a realização de articulações no sentido de

prorrogar a Lei nº 11.775, visando à regularização do maior número possível de operações, então pendentes de enquadramento, também.

r) Qualidade dos Processos Analisados pelos Controles Internos

No intuito de aferir o nível de conformidade dos processos e produtos do Banco e, paralelamente, inculcar a cultura de controle na instituição, incentivar a leitura das normas e identificar as necessidades de treinamento, criou-se a variável Qualidade dos Processos Analisados pelo Controles Internos, que por meio do IQC – Índice de Qualidade de Controle, mede o nível de excelência, gerando um índice global ponderado por pesos pré-estabelecidos nos diversos roteiros aplicados nas certificações e conformidades aplicadas pelo Controles Internos nas Unidades do Banco.

A análise do gráfico, a seguir, demonstra que, apesar de uma ligeira queda em 2007, a qualidade da conformidade dos processos do Banco é ascendente, sempre permeando a meta, que também aumenta a cada ano. Isso mostra que as ações do Banco tem surtido efeito positivo e a cultura de controle está cada vez mais arraigada na Rede Operacional do Banco.

Gráfico 15 - Desempenho Histórico Qualidade dos Processos



Fonte: Programa de Ação e Avaliação de Performance (S696)

Podem-se mencionar como principais ações tomadas pelo Banco: constante processo de conscientização de todo os funcionários quanto à importância do Controle Interno; esforços empreendidos na monitoração constante da variável com o objetivo de melhorar sua qualidade; criação das visitas de certificação local às agências; criação das Unidades de Retaguarda Operacionais, que padronizaram a forma de instruir propostas de crédito; ações educativas para melhoria constante dos processos.

s) Oportunidades de Treinamento

A variável visa medir o esforço das unidades na otimização da aplicação e distribuição equitativa das oportunidades de treinamentos e capacitação profissional, de forma que, no mínimo, 90% dos funcionários tenham pelo menos um treinamento no ano.

O conhecimento é um dos maiores patrimônios de uma empresa, fundamental para a criação de soluções e o bom exercício das atividades empresariais. Da mesma maneira, o investimento na formação do funcionário contribui para o crescimento profissional e a satisfação pessoal.

A despeito das condições adversas e da conjuntura do último semestre de 2009 para as unidades do Banco, o que se constata é que houve um grande esforço das agências e superintendências estaduais no sentido de capacitar suas equipes, para o bom desempenho de suas atividades e o cumprimento dos objetivos estratégicos.

3.4.3.1.3. Programa de Ação do Crediamigo

O Programa Crediamigo é avaliado em função do desempenho das Unidades do Crediamigo e das suas Gerências de Microfinanças, funcionando estas com o mesmo modelo de avaliação das superintendências estaduais, ou seja, o resultado das Gerências de Microfinanças decorre das metas e resultados das variáveis constantes do Programa de Ação das Unidades do Crediamigo. Em 2009, o Crediamigo foi avaliado pelas seguintes variáveis:

Quadro 34 - Variáveis e Metas das Unidades do Crediamigo e Gerências Regionais

PROGRAMA DE AÇÃO 2009 – CREDIAMIGO			
PERSPECTIVA	VARIÁVEL	INDICADOR DE AVALIAÇÃO	
		TIPO	FORMA DE CÁLCULO
Mercado	Incremento de Mercado	Eficácia	Incremento de Clientes Ativos Realizados / Meta de Incremento de Clientes Ativos
	Limite de Evasão (1)	Eficácia	Meta de Limite de Evasão / {1 - [(Nº de Clientes Ativos Final do Período) / (Nº Clientes Ativos do Início do Período + Nº de Clientes Novos do Período)]}
Financeira	Despesas Administrativas sobre Carteira Ativa Média (2)	Eficiência	[1/(Despesas Administrativas Realizadas/Carteira Ativa Média Realizada)] / Meta de Despesas no Período
	Incremento de Carteira Ativa	Eficácia	[Carteira Ativa Realizada no Período (-) Carteira Ativa Realizada no Período do Ano Anterior] / Meta de Incremento de Carteira Ativa
	Limite de Carteira de Risco (3)	Eficiência	[(Parâmetro de Ajuste) - (Carteira em Risco/Carteira Ativa Média)] / Meta de Limite de Risco
	Limite de Perda (4)	Eficiência	[(Parâmetro de Ajuste) - (Fluxo em Perda/Carteira Ativa Média)] / Meta de Limite de Perda
	Produtividade de Cliente por Assessor	Eficiência	[(Média diária do Nº de Clientes Ativos / Média diária do Nº de Assessores com Clientes Ativos)] / Meta de Produtividade por Assessor
Processos	Retorno Sobre Carteira Ativa Média (1)	Eficiência	[(Lucro Líquido Realizado/Carteira Ativa Média)] / Meta de Retorno no Período
	Processos Internos	Eficácia	Nota Monitoração Realizada / Meta de Nota de Monitoração

(1) A meta é proporcional ao mês em que a variável é calculada: (Meta Anual/12)*Número de meses do período

(2) A meta é proporcional ao mês em que a variável é calculada: (Meta Mensal*12)/Número de meses do período

(3) Parâmetro de Ajuste: Unidade de capital: 0,04; Unidade de pequeno, médio e grande porte: 0,03

(4) Parâmetro de Ajuste: Unidade de capital: 0,03; Unidade de pequeno, médio e grande porte: 0,02

(5) A variável possui efeito redutor de até 5 pontos

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.4. Resultado Global do Crediamigo em 2009

O Programa Crediamigo superou o padrão em relação ao Desempenho Global (100 pontos), alcançando o resultado de 114 pontos. A tabela abaixo define, a partir das variáveis, indicadores e metas, os respectivos resultados ao final do ano.

Quadro 35 - Resultados das Unidades do Crediamigo

RESULTADOS DE 2009 – CREDIAMIGO					
Perspectiva	Variável	Natureza	Meta	Realizado	Indicador (%)
Mercado	Incremento de Mercado	Quantidade – Incremento de Clientes do mercado elegível de microfinanças urbana	120.587	128.397	106%
	Limite de Evasão	Percentual – Evasão máxima admitida de clientes no Programa	15,00%	18,70%	80%
Financeira	Despesas Administrativas sobre Carteira Ativa Média (1)	Percentual – Eficiência anual da Carteira Ativa Média	24%	21%	114%
	Incremento de Carteira Ativa	R\$ Milhões – Incremento de 31% do saldo da Carteira Ativa em relação a dez / 2008	112,7	139,4	124%
	Limite de Carteira de Risco	Percentual – Risco máximo admitido da Carteira Ativa Média	2%	1,6%	120%
	Limite de Perda	Percentual – Perda máxima admitida da Carteira Ativa Média	1,5%	1,63%	92%
Processos	Produtividade de Cliente por Assessor	Quantidade - Clientes por assessor	300	449	149%
	Retorno Sobre Carteira Ativa Média (1)	Percentual – Retorno anual do capital aplicado	12,00%	17,33%	144%
Processos	Processos Internos	Nota	8,5	9,20	108%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.5. Programa de Ação das Centrais de Apoio Operacional (CENOPS)

Estão contempladas no Programa de Ação as dez Centrais de Apoio Operacional, localizadas em: Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Montes Claros, Natal, Recife, Salvador, São Luís e Teresina. O desempenho global de cada Central será apurado, considerando o somatório dos pontos obtidos em todas as variáveis.

Foram estabelecidas 06 (seis) variáveis, cujos conceitos e forma de cálculo estão relacionados a seguir:

Quadro 36 - Variáveis e Metas das CENOPs
PROGRAMA DE AÇÃO 2009 – CENOPs

PERSPECTIVA	VARIÁVEL	INDICADOR DE AVALIAÇÃO	
		TIPO	FORMA DE CÁLCULO
Processos	Oportunidades de Treinamento	Eficácia	Nota atribuída a democratização de oportunidades de treinamento e cumprimento de meta de capacitações presenciais e a distância da equipe da unidade (40 horas por colaborador)
	Produtividade do Acompanhamento	Eficácia	{Quantidade de Acompanhamentos Padrão/mês / (Capacidade Operacional da Central em acompanhamento padrão/mês x PP diário/07)} x Peso da variável
	Qualidade do Acompanhamento	Efetividade	{(Qualidade dos laudos medida pelas Agências com atribuição de nota final / número de laudos elaborados) + (Qualidade dos laudos medida pelo Ambiente de Análise e Acompanhamento de Negócios, com atribuição de nota final da amostragem de 2% dos laudos concluídos / número de laudos analisados na amostra) / 2} x Peso da Variável
	Produtividade da Análise	Eficácia	{Quantidade de Acompanhamentos Padrão/mês / (Capacidade Operacional da Central em acompanhamento padrão/mês x 1,45)} x Peso da variável
	Qualidade da Análise de LRC	Efetividade	(Somatório das Notas das Avaliações / Nº de Análises Avaliadas) x Peso da Variável
	Qualidade da Análise de LRP	Efetividade	(Somatório das Notas das Avaliações / Nº de Análises Avaliadas) x Peso da Variável

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.6. Resultado Global das Centrais de Apoio Operacional (CENOPs)

O Programa de Ação das Centrais de Apoio Operacional apresentou o seguinte resultado em dezembro/2009:

Quadro 37- Resultados das CENOPs

RESULTADOS DE 2009 - CENOPs					
Perspectiva	Variável	Natureza	Meta	Realizado	Indicador (%)
Competência	Oportunidade de Treinamento	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento	10	7,7	77%
	Produtividade da Análise	Quantidade – Capacidade de superação da produtividade média da análise por técnico da Central (1,45pp/dia)	40.730	73.193	179%
Processos	Produtividade do Acompanhamento	Quantidade – Capacidade de superação da produtividade média do acompanhamento por técnico da Central (1,35pp/dia)	53.718	64.445	119%

RESULTADOS DE 2009 - CENOPs					
Perspectiva	Variável	Natureza	Meta	Realizado	Indicador (%)
	Qualidade da Análise de LRC	Nota - 100% das abalizes de LRC com nota 10,0 na sua avaliação de qualidade	10	9,4	94%
	Qualidade da Análise de LRP	Nota - 100% das abalizes de LRP com nota 10,0 na sua avaliação de qualidade	10	8,5	85%
	Qualidade do Acompanhamento	Nota - 100% dos lados com nota 10,0 na sua avaliação de qualidade	100	99,6	99,6%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.7. Programa de Ação das Células de Contencioso e Assessoria Jurídica (CONAJs)

Estão inseridas no Programa de Ação 11 (onze) Células de Contencioso e Assessoria Jurídica, localizadas em: Aracaju, Brasília, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Montes Claros, Natal, Recife, Salvador, São Luís e Teresina. O desempenho global de cada Célula será apurado considerando o somatório dos pontos obtidos em todas as variáveis.

Quadro 38 - Programa de Ação das CONAJs
PROGRAMA DE AÇÃO 2009 – CONAJs

PERSPECTIVA	VARIÁVEL	INDICADOR DE AVALIAÇÃO	
		TIPO	FORMA DE CÁLCULO
Processos	Revisão dos Cadastros dos Processos Jurídicos – Adv. Funcionários	Eficácia	$[(\text{Estoque de CPJs dos Advogados Funcionários} - \text{Posição Atual} (-) \text{Estoque de CPJs dos Advogados Funcionários - Ano Anterior}) X (-1)] / \text{Meta}$
	Revisão dos Cadastros dos Processos Jurídicos – Adv. Contratados	Eficácia	$[\text{Estoque de CPJs ativos e não revisados Adv Cont-Posição Atual} - \text{Estoque de CPJs ativos e não revisados Adv Cont-Ano Anterior} X (-1)] / \text{Meta}$
	Monitoramento das Atividades dos Adv. Contratados	Eficácia	Quantidade de Súmulas Acatadas / Meta
	Prazo de Ajuizamento de Cobrança Judicial	Eficácia	Quantidade de ACJs ajuizadas em até 30 dias / Meta de Ajuizamento de ACJ

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.8. Resultado Global Programa de Ação das CONAJs

As CONAJs apresentaram o seguinte resultado no Programa de Ação 2009:

Quadro 39 - Resultado Global das CONAJs

RESULTADOS DE 2009 - CONAJs					
Perspectiva	Variável	Natureza	Meta	Realizado	Indicador (%)
Processos	Revisão dos Cadastros dos Processos Jurídicos – Adv. Funcionários	Qtde - Revisão dos Cadastros de Processos Judiciais - CPJs ativos, acompanhados por advogados funcionários	3.235	1.289	40%
	Monitoramento das Atividades de Advogados Contratados	Qtde - Realização de 01 visita anual a cada advogado ou sociedade de advogados contratados que prestarem serviço à unidade jurídica	161	73	45%
	Revisão dos Cadastros dos Processos Jurídicos – Adv. Contratados	Qtde - Revisão dos Cadastros de Processos Judiciais - CPJs ativos, acompanhados por advogados contratados	4.805	5.991	80%
	Prazo de Ajuizamento de Cobrança Judicial – ACJ	Qtde - Ajuizamento das Autorizações de Cobrança Judicial – ACJs, no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data da liberação	2.239	2.151	96%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.9. Programa de Ação das Unidades da Direção Geral

O modelo de avaliação de 2009 das Unidades da Direção Geral envolve 51 unidades e contempla as variáveis constantes do Quadro 40, a seguir:

Quadro 40 - Programa de Ação das Unidades da Direção Geral
PROGRAMA DE AÇÃO 2009 – UNIDADES DA DIRGE

PERSPECTIVA	VARIÁVEL	METAS
Em função do tipo de variável de cada unidade	Gestão de metas e resultados	Distinta para cada Unidade, em função do papel e responsabilidades
Processos	Gestão de projetos	Cumprir 100% das entregas previstas
Competências	Oportunidades de Treinamento	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.3.1.10. Resultado Global do Programa de Ação das Unidades da Direção Geral

O Quadro, a seguir, contempla o resultado por cada unidade do Grupo Direção Geral em 2009:

Quadro 41 - Resultado das Unidades da Direção Geral
RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE

UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE ANALISE E ACOMP DE OPERAÇÕES DE CREDITO	Produtividade da Análise	Qtde – Capacidade de superação da produtividade média da análise por técnico da Central (1,45pp/dia).	73.193	40.729	179%
	Produtividade do Acompanhamento	Qtde – Capacidade de superação da produtividade média do acompanhamento por técnico da Central (1,35pp/dia)	3.997	57.720	6,92%
	Qualidade da Análise de LRC	Nota mínima esperada	9,38	10,00	93,8%
	Qualidade da Análise de LRP	Nota mínima esperada	8,55	10,00	85,5%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	5,52	10,00	55,20%
	Qualidade do Acompanhamento	Nota - 100% dos laudos com nota 10,0 na sua avaliação de qualidade	96,02%	100%	96,02%
AMBIENTE DE AUDITORIA INTERNA	Auditórias em Processos e Sistemas	Qtde de auditórias Realizadas em Processos e Sistemas	28	28	100%
	Auditórias Legais	Quantidade Realizada de Auditórias Legais	10	8	125%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,84	10,00	98,4%
AMB. DE CADASTRO DE CLIENTES E ANÁLISE SERV. FINANCEIROS E ESPECIALIZADOS	Gestão das Despesas com os Órgãos de Proteção ao Crédito (SERASA e SPC)	Percentual de Redução das Despesas previstas para 2009, com os Órgãos de Proteção ao Crédito (SERASA e SPC) %	2,70%	3%	90,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	8,83	10	88,3%
AMBIENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Cumprimento do Orçamento do Plano Anual de Comunicação	Reais Mil	34.257,5	45.948,0	134,1%
	Impacto das Ações de Assessoria de Imprensa	Centímetros de Colunas (cm.col.)	258.232	250.000	103,3%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE CONTABILIDADE	índice de Satisfação dos Funcionários com a Comunicação Interna do Banco	Índice mínimo exigido	76,2%	70%	108,9%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota referente ao percentual de 90% de funcionários treinados a distância e presencialmente em relação à meta de carga horária definida	10,0	10,0	100,0%
	Recursos Aplicados em Projetos e Ações Sócioamb. e Culturais - Amb. de Comunicação Social	Reais Mil	3.881,6	2.500,0	155,3%
AMBIENTE DE CONTROLADORIA	Balancete Patrimonial - Remessa ao Banco Central dentro do Prazo	Quantidade	10,0	10,0	100,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	8,93	10,0	89,3%
	Revisão de Esquemas Contábeis	Quantidade	47	15	313,3%
AMBIENTE DE CONTROLE DE OPERAÇOES DE CREDITO	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Percentual	23,78%	19%	125,2%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	7,50	10,0	75,0%
	Gestão de Projetos	Quantidade de Entregas realizadas no prazo previsto	2,00	5,00	40,0%
AMBIENTE DE CONTROLES INTERNOS	Atendimento às Demandas do SIAC no Prazo	Quantidade	1.551	1.768	87,7%
	Informações Encaminhadas ao RECOR	Quantidade registros aceitos	361.421	362.400	99,7%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	8,87	10,0	88,7%
	Ressarcimento de Bônus e Rebates	Reais Mil - ressarcimento, junto à STN, de 100% dos bônus de adimplência e dispensas concedidas em operações	33.726,9	33.757,6	99,9%
AMBIENTE DE CONTROLES INTERNOS	Prazo Médio de Análise de Conformidade	Qtde - Prazo médio das propostas analisadas	5,20	5,00	96,2%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	8,10	10,0	81,0%
	Qualidade dos Processos Analisados pelos Controles Internos	Índice de Qualidade de Controle de conformidade nas análises realizadas pela gerência de controle	93,6%	94%	99,6%
AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	Consultoria Integrada	Qtde de consultorias realizadas	150	90	166,7%
	Gestão de Projetos	Quantidade de Entregas	41	60	68,3%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	6,72	10,0	67,2%
	Mapeamento de Processos	Quantidade de processos	15	15	100,0%
AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	Financiamento ao Desenvolvimento Territorial	R\$ Milhões - Valor contratado em atividades priorizadas	1.736,3	1.211,2	143,4%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Recursos Aplicados nos Programas Ambientais	R\$ Milhões - Valor aplicado	651,8	480,0	135,8%
AMBIENTE DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,90	10,0	99,0%
	Gestão de Projetos	Quantidade de Entregas realizadas	13	13	100,0%
	Efetividade do Plano de Educação Corporativa	Qtde de treinamentos realizados	28.938	25.000	115,8%
AMBIENTE DE ESTUDOS PESQUISAS E AVALIAÇÃO	Atendimentos às Demandas no Prazo - Amb. de Estudos, Pesquisas e Avaliação	Quantidade	439	439	100,0%
	Gestão de Projetos	Quantidade de Entregas	36	36	100,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	7,1	10,0	71,0%
	Produção Científica	Quantidade	410	300	136,7%
AMBIENTE DE FUNDOS CIENTÍFICOS TÉCNICOS E	Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento - Contratação	R\$ Milhões - Valor Contratado	28,4	18,0	158,0%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
DESENVOLVIMENTO	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	6,61	10,0	66,1%
	Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento - Vistorias	Qtde - realizar vistorias em 10% dos projetos em vigor	84	75	112,0%
	Gestão de Projetos	Qtde de Entregas	11	11	100,0%
AMBIENTE DE GERENCIAMENTO DO PRONAF E PROGRAMAS DE CRÉDITO FUNDIARIO	Agroamigo - Inadimplência	Percentual de redução da inadimplência no âmbito do Agroamigo, sendo a inadimplência máxima tolerável de até 4,0%.	3,36%	2%	59,5%
	Crédito de Longo Prazo - Agricultura Familiar	R\$ Milhões - Valor contratado	389,0	536,2	72,6%
	Crédito de Longo Prazo - Microempreendedor Rural	R\$ Milhões - Valor contratado	490,5	563,7	87,0%
	Expansão da Base de Clientes - Agricultura Familiar	Quantidade de clientes agricultores familiares	604.694	490.000	123,4%
	Expansão da Base de Clientes - Microempreendedor Rural	Qtde de clientes microempreendedores rurais	1.015.868	1.087.610	93,4%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,32	10,0	93,2%
	Qualidade do Ativo das Operações do Pronaf	Percentual de 20%, de elevação da qualidade do ativo das operações do Pronaf em dez / 2009, representando uma redução do volume total do crédito com potencial de perda em relação a dez / 2008.	15,78%	12,93%	122,0%
AMBIENTE DE GESTÃO DE DEMANDAS E RELACIONAMENTO	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,56	10,0	95,6%
	IDT - Índice de Desempenho Tecnológico	Nota - somatório dos pontos obtidos no Programa de Ação da Área de TI	92,92	100,0	92,9%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE GESTAO DA CULTURA	Atendimento às Demandas Solicitadas às Bibliotecas dos CCBNB	Qtde - atendimento de 100% das demandas previstas	178.206	178,206	100,0%
	Cumprimento do Orçamento dos Centros Culturais do BNB - CCBNB	R\$ Mil - Valor aplicado	3.082,1	3.138,0	101,8%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	6,70	10,0	67,0%
	Frequência de Público dos CCBNB	Quantidade	973.354	955.000	102,0%
	Recursos Aplicados em Projetos e Ações Culturais - Amb. de Gestão da Cultura	R\$ Mil - Valor aplicado	2.745,1	2.362,0	116,2%
AMBIENTE DE GESTÃO DE PESSOAS	Absenteísmo	Percentual	2,00%	2,27%	88,1%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Lucro Líquido por Colaborador	R\$ Mil	58,8	50,00	117,6%
AMBIENTE DE GESTÃO DE RISCOS	Comportamento da Classificação dos Modelos de Risco de Crédito	Percentual de Operações Contratadas/ Liquidadas Mantidas no mesmo Nível de Risco	95%	80%	118,8%
	Gerenciamento de Medidas Mitigadoras de Risco Operacional	Qtde de Medidas Mitigadoras com Recomendações Formalizadas	75	60	125,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,41	10,0	94,1%
	Redução de Impacto no Aprovisionamento de Operações de Crédito	Percentual de Redução de Impacto no Aprovisionamento de Operações de Crédito	95%	85%	112,3%
AMBIENTE DE GESTAO DO PATRIMONIO	Desfazimento de Bens Não de Uso Próprio	Percentual de desfazimento de bens em relação ao valor da carteira no ano anterior	73%	30%	241,8%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento	5,91	10,0	59,1%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
		da unidade			
AMBIENTE DE GESTAO DOS SERVICOS DE LOGISTICA	Execução de Obras de Engenharia em Unidades do Banco	Quantidades de Obras de Engenharia em Unidades do Banco	32	30	106,7%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	7,50	10,0	75,0%
AMBIENTE DE GESTAO TRIBUTARIA	Tempo Médio de Conclusão de Processos Licitatórios (TMC)	Quantidade de dias - tempo médio de conclusão de processos licitatórios	55	70	127,3%
	Atendimento às Consultas Tributárias	Quantidade - consultas respondidas no prazo	62	62	100,0%
	Recolhimento de Tributos Federais de Terceiros	Reais Milhões - recolhimentos efetuados no prazo	173,4	174,4	99,4%
	Recolhimento de Tributos Federais Próprios Incidentes sobre Receitas e Lucros	Reais Milhões - recolhimentos efetuados no prazo	356,8	356,8	100,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	7,98	10,0	79,8%
AMBIENTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA	Regularidade Fiscal Junto à RFB/PGFN	Quantidade de dias em que o Banco Esteve Regular Junto à RFB/ PGFN no Período. de Dias	365	365	100,0%
	Disponibilidade da Rede	Percentual de disponibilidade de rede	99,8%	99,6%	100,2%
	Disponibilidade de Servidores Críticos	Percentual de Disponibilidade de Servidores Críticos	99,7%	99,8%	99,9%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	6,37	10,0	63,7%
AMBIENTE DE	Nível de Atendimento do Processamento de Sistemas Críticos	Percentual do Nível de Atendimento do Processamento de Sistemas Críticos	97,0%	98,0%	99,0%
	Pesquisa de Marketing	Quantidade	10	7	142,86%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
MARKETING	Transações de Clientes em Canais Alternativos de Atendimento	Percentual de transações realizadas em canais alternativos de atendimento	64,8%	60%	107,8%
	Atendimento às Demandas - 1º Nível - Cliente Consulta	Percentual - 80% das demandas recebidas, atendidas no primeiro contato.	97,9%	80,0%	122,3%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	8,55	10,0	85,5%
	Atendimento das Demandas no Prazo Regulamentar - Cliente Consulta	Segundos - Tempo Médio de Atendimento das demandas fechadas em 2º nível	2.514	2.558	98,3%
	Gestão de Projetos	Quantidade de Entregas	21	26	80,8%
AMBIENTE DE MERCADO DE CAPITAIS	Negócios de Mercado de Capitais	Reais Milhões - Volume de negócios prospectados e/ou distribuídos	2.978,3	1.000,0	297,8%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Tarifas de Prestação de Serviços - Mercado de Capitais	R\$ Milhões - Valor arrecadado de tarifas com negócios de mercado de capitais	20,7	6,0	345,0%
AMBIENTE DE MICRO E PEQUENA EMPRESA	Participação no Mercado de MPEs	Percentual	6,24%	6,40%	97,5%
	Crédito para MPEs	Reais Milhões – valor contratado	1.791,9	1.650,3	108,6%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Expansão da Base de Clientes Micro e Pequenas Empresas	Quantidade	68.739	70.000	98,2%
AMBIENTE DE MICROFINANÇA URBANA	Desembolsos do Programa Crediamigo	R\$ milhões - valores desembolsados	1.499,2	1.350,0	111,0%
	Desempenho Global do Crediamigo	Nota - desempenho do grupo Crediamigo	114,9	100,0	114,9%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	8,84	10,0	88,4%
	Margem Financeira do Crediamigo	Percentual	35,25%	25,0%	141,0%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE NEGÓCIOS CORPORATE	Participação no Mercado Elegível de Microfinanças	Percentual de participação de mercado	18,7%	18,4%	102,0%
	Crédito de Longo Prazo - Clientes Corporate	R\$ Milhões - Valor Contratado	3.863,9	2.525,0	153,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
AMBIENTE DE NEGÓCIOS COM MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	Expansão da Base de Clientes Corporate	Quantidade de Clientes Corporate	531	341	155,7%
	Expansão da Base de Clientes - Mini e Pequeno Produtor Rural	Quantidade de clientes Mini Produtor Rural em dez/2009	316.015	155.000	203,9%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	8,05	10,0	80,5%
AMBIENTE DE NEGÓCIOS EMPRESARIAIS	Regularização de Dívidas - Mini e Pequenos Produtos Rurais	R\$ Milhões - Valor da regularização das operações em atraso ou prejuizadas	339,9	289,7	117,3%
	Expansão da Base de Clientes - Grande Produtor Rural	Quantidade	1.355	1.100	123,2%
	Expansão da Base de Clientes - Médio Produtor Rural	Quantidade	4.175	3.900	107,0%
AMBIENTE DE NEGÓCIOS COM GOVERNO E PESSOAS FÍSICAS	Expansão da Base de Clientes - Grande Empresa	Qtde de clientes Média Empresa em dez/2009	672	770	87,8%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,01	10,0	90,1%
	Expansão da Base de Clientes - Média Empresa	Qtde de clientes Grande Empresa em dez/2009	5.123	3.500	146,8%
	Expansão da Base de Clientes de Governos	Qtde de clientes do segmento Governos em dez/2009	2.574	400	643%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	7,77	10,0	77,7%
	Expansão da Base de Clientes Pessoa Física Vinculada	Quantidade	221.965	189.200	117,3%
	Margem Financeira da Carteira de Câmbio	Percentual	5,80%	4,18%	138%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO	Câmbio	Reais Milhões - Saldo Médio Devedor	488,4	350,0	139,6%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Qualidade do Ativo da Carteira de Câmbio	Percentual de 20% de elevação da qualidade do ativo das operações de Câmbio em dez / 2009, representando uma redução do volume total do crédito com potencial de perda em relação a dez / 2008.	-3,73%	0,86%	-4,33%
AMBIENTE DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	Captação de Recursos	Reais Milhões - Saldo Médio Ponderado	4.441,6	4.100,0	108,3%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,84	10,0	98,4%
	Resultado das Operações de Tesouraria	Percentual – Taxa Média das Operações de Mercado em relação à Taxa Média SELIC	9,18	8,68	105,8%
AMBIENTE DE PLANEJAMENTO	Alinhamento Estratégico	Percentual de unidades alinhadas ao Programa Estratégico	94,9%	95%	99,9%
	Cenários e Análise da Concorrência	Quantidade	10	8	125,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,64	10,0	96,4%
	IDC - Índice de Desempenho Corporativo	Nota - somatório dos pontos obtidos no Programa de Ação das Superintendências Estaduais	144,6	135,0	107%
AMBIENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Integração de Políticas e Programas Governamentais	Qtde de Acordos de Cooperação e/ou Termos de Parceria Firmados e/ou Renovados	10	8	125,0%
	Políticas e Programas de Financiamento	Qtde de políticas e/ou programas de financiamento elaborados e/ou atualizados	12	8	150,0%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE PRODUTOS DE CRÉDITO ESPECIALIZADO E COMERCIAL	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,72	10	97,2%
	Programação do FNE	Nota pelo cumprimento de 90% dos valores previstos na programação do FNE, por setor	8,21	10,0	82,1%
	Crédito Comercial	Reais Mil - Saldo Médio	3.491,7	3.000,0	116,4%
	Crédito Especializado	Reais Mil - Valor Contratado	8.630,1	8.675,8	99,5%
	Margem Financeira da Carteira de Crédito Comercial	Percentual	9,11%	14,42%	63,1%
	Qualidade do Ativo da Carteira de Crédito Comercial	Percentual de 20%, de elevação da qualidade do ativo do Crédito Comercial em dez / 2009, representando uma redução do volume total do crédito com potencial de perda em relação a dez / 2008.	0,71%	1,0%	71,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,25	10,0	92,5%
	Qualidade do Ativo da Carteira de Crédito Especializado, Exceto Pronaf	Percentual de 20% de elevação da qualidade do ativo do Crédito Especializado, exceto Pronaf e MPE em dez / 2009, representando uma redução do volume total do crédito com potencial de perda em relação a dez / 2008.	5,82%	3,06%	190,5%
	Captação de Recursos	Reais Milhões - Saldo Médio Captado	4.441,6	4.100,0	108,3%
AMBIENTE DE PRODUTOS E SERVICOS BANCARIOS	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Tarifas de Prestação de Serviços	Reais Milhões	56,6	87,0	65,11%
	Recuperação de Crédito em Espécie	R\$ Milhões - Valor do recebimento em espécie das operações em atraso ou	327,4	250,0	132,0%
AMBIENTE DE RECUPERACAO DE CREDITO					

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE RELACIONAMENTO EXTERNO SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO		prejuizadas			
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	3,52	10,0	35,2%
	Regularização de Dívidas	R\$ Milhões - Valor da regularização das operações em atraso ou prejuizadas	1.212,5	1.000,0	121,2%
AMBIENTE DE RELACIONAMENTO EXTERNO SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Exame e Validação das informações destinadas aos órgãos de controle	Qtde de demandas de órgãos de controle atendidas no prazo	1.407	1.426	98,7%
AMBIENTE DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Coleta Seletiva Solidária	Quantidade - 50% de unidades com coleta seletiva implantada	150	150	100,0%
	Eventos de Responsabilidade Socioambiental	Quantidade de treinamentos	2.858	2.000	142,9%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Recursos Aplic.em Proj. e Ações de Resp. Socioambiental - Amb. de Resp. Socioamb.	R\$ Milhões - volume aplicado	2,3	1,5	155,9%
AMBIENTE DE SEGURANCA CORPORATIVA	Incidentes de Segurança Bancária no Sistema de Alarme e de DVR	Quantidade média de incidentes	3,25	3,00	92,3%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	9,92	10,0	99,2%
	Nível de Segurança da Informação em Estações de Trabalho do Banco	Percentual	63,6%	75%	84,85%
AMBIENTE DE SISTEMAS DE INFORMACAO	Demandas Atendidas dentro do Prazo - Ambiente de Sistemas da Informação	Percentual de demandas atendidas no prazo	86%	80%	107,2%
	Demandas para Correção de Defeitos - Ambiente de Sistemas da Informação	Percentual de demandas com defeito	14%	14%	100,0%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	5,79	10,00	57,9%
	Gestão de Projetos	Quantidade de Entregas	19	41	46,3%
AMBIENTE JURIDICO DE CONSULTORIA	Avaliação de Qualidade dos Serviços de Suporte ao Desenvolvimento	Nota	8,02	8,00	100,2%
AMBIENTE JURIDICO DE CONTENCIOSO	Realização de Ciclo de Palestras e Orientações Técnicas Corporativas	Qtde de palestras realizadas no âmbito da advocacia preventiva	6	6	100,0%
	Prazo de Resposta de Consultoria das Agências	Qtde de dias - atendimento das demandas de consultoria das agências dentro dos prazos estabelecidos	783	632	123,9%
	Prazo de Resposta de Assessoria Operacional	Qtde - atendimento das demandas de assessoria operacional nos prazos estabelecidos	557	520	107,1%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Prazo de Resposta de Assessoria Administrativa	Qtde - atendimento das demandas de assessoria administrativa prazos estabelecidos	2.353	1.863	126,3%
	Monitoramento das Atividades de Advogados Contratados	Qtde - Realização de 01 visita anual a cada advogado ou sociedade de advogados contratados	73	161	45,3%
	Prazo de Ajuizamento de Cobrança Judicial - ACJ	Qtde - 80% das Autorizações de Cobrança Judicial – ACJs, ajuizadas no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data da liberação	2.151	2.239	96,0%
	Revisão dos Cadastros dos Processos Jurídicos - Advogados Contratados	Qtde - Revisão dos Cadastros de Processos Judiciais - CPJs ativos, acompanhados por advogados	4.805	5.991	80,2%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
AMBIENTE JURIDICO DE COORDENACAO E CONTROLE		contratados			
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	7,99	10,0	79,9%
	Revisão dos Cadastros dos Processos Jurídicos - Advogados Funcionários	Qtde - Revisão dos Cadastros de Processos Judiciais - CPJs ativos, acompanhados por advogados funcionários	1.289	3.235	39,9%
	Aderência dos Cadastros de Processos Jurídicos	Qtde - conferência da similaridade dos cadastros de processos judiciais entre os sítios eletrônicos dos tribunais e o Sistema de Controle de Processos Jurídicos – S702.	240	240	100,0%
	Conformidade da Avaliação das Contingências Judiciais	Qtde - revisão dos maiores registros de contingências judiciais dos processos acompanhados pelo Banco.	360	360	100,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10	10	100,0%
AREA DE GESTAO DE RECURSOS DE TERCEIROS	Conformidade dos Aspectos Financeiros do Contencioso	Qtde - revisão de eventos contábeis alusivos às movimentações financeiras dos processos jurídicos acompanhados pelo Banco.	360	360	100,0%
	Captação de Recursos	Reais Milhões - Saldo Médio Captado	4.441,6	4.100,0	108,3%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Taxa de Administração de Fundos de Investimento	Reais Milhões	8,9	7,0	127,5%

RESULTADOS DE 2009 – UNIDADES DA DIRGE					
UNIDADE	VARIÁVEL	NATUREZA	DESEMPENHO ANUAL		
			Realizado	Meta	Indicador Anual
	Leilões do Finor	Quantidade de leilões	6	6	100,0%
CENTRAL DE CADASTRO	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	3,74	10,0	37,4%
CENTRAL DE ORIENTACAO AO CLIENTE INTERNO	Atendimento às Demandas - 1º Nível - Cliente Interno	Percentual de Demandas Atendidas no primeiro contato	61,22%	50%	122,4%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Atendimento às Demandas - 2º Nível - Cliente Interno	Minutos - Tempo Médio de Atendimento das demandas fechadas em 2º nível	482	600	124,5%
CENTRAL OPERACIONAL PARA O SETOR PÚBLICO	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	6,29	10,0	62,9%
	Desembolsos de Recursos do PRODETUR/NE II	Dólar – US\$ Milhões	37,67	60,00	62,8%
CLIENTE CONSULTA	Atendimento às Demandas - 1º Nível - Cliente Consulta	Percentual - 80% das demandas recebidas, atendidas no primeiro contato.	98%	80%	122,8%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Atendimento das Demandas no Prazo Regulamentar - Cliente Consulta	Segundos - Tempo Médio de Atendimento das demandas fechadas em 2º nível	2.514	2.558	98,3%
OUVIDORIA	Tempo Médio de Atendimento das Demandas - Ouvidoria	Atender 100% das demandas em até 5 dias úteis	6,17	7,00	113,0%
	Oportunidades de Treinamento - Dirge	Nota pelo cumprimento do plano de treinamento da unidade	10,0	10,0	100,0%
	Atendimento das Demandas no Prazo Regulamentar - Ouvidoria	Percentual- demanda atendidas no prazo de até 30 dias, de acordo com a resolução 3477, do BACEN	100%	100%	100%

Fonte: Ambiente de Planejamento, BNB.

3.4.4. Gestão Econômica – Financeira

3.4.4.1. Ativos Totais

Ao término de 2009, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 18,4% em relação ao final de 2008, conforme tabela 6. Nos ativos do BNB também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 274 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 3,28 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB (R\$ 2,98 bilhões) de dezembro de 2008 para dezembro de 2009 está representado, preponderantemente, pelo aumento do saldo de operações de crédito da carteira própria do BNB (R\$ 2,82 bilhões) e dos saldos de outros créditos (R\$ 218 milhões) em contrapartida à queda de R\$ 84,4 milhões observada no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal crescimento foi possível em função do aumento do volume de captação de depósitos a prazo e poupança em R\$ 2,1 bilhões ocorridos no ano de 2009, maiores detalhes ver item 3.4.4.4. Recursos Totais, este Relatório.

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, cresceram 46,5% em 2009, de acordo com a tabela 11, com destaque para o acréscimo de R\$ 1,87 bilhões nos saldos de operações de crédito de curto prazo (R\$ 3,42 bilhões em 31.12.2009, contra R\$ 1,55 bilhões em 31.12.2008), inclusive operações do Programa Crediamigo (R\$ 527,0 milhões em 31.12.2009, contra R\$ 377,1 milhões em 31.12.2008); e as operações de aquisição de créditos consignados com a coobrigação do banco cedente, com acréscimo de R\$ 361,4 milhões (R\$ 1,07 bilhões em 31.12.2009 e R\$ 708,6 milhões em 31.12.2008).

Em 2009, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 14,1%, conforme tabela 6, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2009, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 3.789 milhões, contra R\$ 3.931 milhões ingressados em 2008, conforme tabela 15. Os reembolsos de operações de crédito do âmbito do FNE em 2009 (R\$ 4.828 milhões) foram superiores aos R\$ 3.056 milhões de 2008, ver tabela 9. Quando são comparadas as posições de 31.12.2009 e 31.12.2008, percebe-se um acréscimo de 18,7% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (antes de retificados por provisões) e de 10% nos saldos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, detalhes na tabela 11.

Em contrapartida ao crescimento das operações de crédito do FNE, houve decréscimo do saldo de disponibilidades e de recursos comprometidos com operações de crédito do Fundo em R\$ 485 milhões, de acordo com a tabela 9, entre 2008 e 2009. Consequentemente, o volume de recursos captados pelo BNB junto ao Fundo reduziu na mesma proporção.

Destaca-se, também, em 2009, a recuperação, para o ativo do Fundo, de um volume de R\$ 282 milhões (contra R\$ 276,6 milhões em 2008) relativo a créditos anteriormente baixados como “Prejuízos”, dentre estes, R\$ 206,8 milhões recuperados

por meio de renegociações no âmbito das Leis 11.322 e 11.775 (contra R\$ 210 milhões em 2008), conforme tabela 15.

Tabela 6 - Ativos Globais

Discriminação	BNB		FNE		R\$ milhões
	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	
Disponibilidades, ^(*) Aplicações Interfinanceiras e TVM	8.644,6	8.560,2	1.220,2	274,3	
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-	3.367,2	3.276,5	
Relações Interfinanceiras	200,4	213,3	216,4	851,0	
Operações de Crédito - Saldo Líquido de Provisões	6.065,3	8.888,6	21.013,5	25.048,9	
Outros Créditos - Saldo Líquido de Provisões	1.070,1	1.288,1	2,3	2,5	
Outros Valores e Bens	12,0	7,9	1,5	1,7	
Permanente	184,9	196,4	-	-	
Total	16.177,2	19.154,5	25.821,0	29.454,9	

^(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

3.4.4.2. Títulos e Valores Mobiliários

Do valor total alocado em Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM, R\$ 2,9 bilhões estão aplicados em Operações Compromissadas, R\$ 0,2 bilhão em Depósitos Interfinanceiros e R\$ 5,2 bilhões em Títulos e Valores Mobiliários.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é classificada, quase na sua totalidade, na categoria de Títulos Disponíveis para Venda, com os seguintes objetivos:

- ↳ Adequar o fluxo de caixa do BNB às metas de contratação de operações de crédito, tanto do FNE, como de outras fontes, inclusive os créditos da carteira comercial, evitando que o Banco venha a apresentar problemas de liquidez quando da liberação de tais recursos para os mutuários; e
- ↳ Proporcionar a flexibilidade necessária para auferir ganhos no mercado financeiro por meio da eventual venda de títulos, contribuindo para o planejamento do resultado financeiro da Instituição.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2009, corresponde a R\$ 5.238 milhões, apresentando um decréscimo de R\$ 568 milhões (9,8%) em relação à 31.12.2008, quando totalizava R\$ 5.806 milhões.

A Tabela 7, a seguir, apresenta a composição da carteira de Títulos e Valores Mobiliários.

Tabela 7 - Classificação da Carteira De Títulos

Especificação	R\$ milhões	
	31.12.2008	31.12.2009
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	0	0
Títulos de Renda Fixa	0	0
Letras Financeiras do Tesouro	0	0
TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	5.775	5.209
Títulos de Renda Fixa	5.315	4.579
Letras Financeiras do Tesouro	4.842	3.399
Debêntures	107	406
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	62	54
Notas Promissórias	303	719
Títulos Públicos Federais – Outros	1	1
Cotas de Fundos de Investimento	15	67
Cotas de FIDC	15	67
Títulos de Renda Variável	269	366
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	1	1
Ações de Companhias Abertas	268	365
Títulos Oferecidos em Garantia	176	197
Letras Financeiras do Tesouro	176	197
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	31	29
Títulos de Renda Fixa	31	29
Letras Financeiras do Tesouro	0	0
Notas do Tesouro Nacional (NTN – P)	1	1
Cotas do Fundo de Investimentos NE Empreendedor	5	2
Cotas do Fundo de Investimento Criatec	2	3
FIP Nordeste Energia	23	23
CARTEIRA TOTAL	5.806	5.238

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

A variação de R\$ 568 milhões ocorreu principalmente em função do decréscimo no item Letras Financeiras do Tesouro, na tabela acima, com o direcionamento dos recursos para aplicação em operações de crédito. A variação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

Tabela 8 - Variação no Saldo da Carteira de Títulos

	R\$ milhões
Saldo em 31.12.2008	5.806,0
Rendas	512,0
Resgates no vencimento/Vendas	(4.112,0)
Compras	2.937,0
Ajuste a valor de Mercado	95,0
Saldo em 31.12.2009	5.238,0

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

Em 2009, não foram efetuadas reclassificações dos Títulos e Valores Mobiliários entre as categorias acima, assim como não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Em atendimento à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Tabela 9 - Evolução das Disponibilidades do FNE

Especificação	31.12.2008	31.12.2009	R\$ milhões
Saldos no Início do Período	5.072	4.587	
Disponibilidades	2.368	1.220	
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	2.085	3.367	
Entradas de Recursos	7.733	9.173	
Ingressos	3.931	3.789	
Remuneração (extramercado)	554	371	
Reembolsos de Operações	3.056	4.828	
Recebimento de Valores Prejuízo/Atualizações	50	31	
Cobertura de Risco pelo BNB	126	143	
Cobertura de Operações pelo Proagro	10	4	
Outras Receitas/Despesas ⁽¹⁾	5	7	
Saídas de Recursos	(7.598)	(10.209)	
Conversão de Operações Leis 10.464 e 10.696	(9)	(33)	
Liberações de Operações	(6.248)	(8.666)	
Taxa de Administração	(703)	(758)	
Del Credere BNB	(409)	(555)	
Del Credere Outras Instituições	(4)	(4)	
Remuneração do BNB sobre PRONAF	(56)	(58)	
Renegociação de Parcelas Baixadas Ativo - Risco BNB	(29)	(39)	
Aquisição de Operações pelo FNE - Lei nº 11.322	(33)	(4)	
Reclassificação de Operações para o FNE - Lei 11.775	(89)	(88)	

Dispensa Outras Fontes – Aquisições pelo FNE - Leis 11.322 e 11.775	(16)	(2)
Bônus/Dispensas Operações PJ-Renegociações Lei 11.322 - Parcela de Risco BNB	(2)	(2)
Saldos no Final do Período	4.587	3.551
Disponibilidades	1.220	274
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	3.367	3.277

⁽¹⁾Rebate de principal de operações do FAT/BNDES, despesas de auditoria externa, devolução de encargos de operações Lei 10.696, transferências de operações para o FNE, transferência para o BNB de encargos de inadimplência recebidos, cobertura de operações pelo Inera (Programa da Terra) e por fundos de aval e de risco e Outros.

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

De 31.12.2008 para 31.12.2009, conforme se verifica na Tabela 9, acima, os saldos das disponibilidades do FNE decresceram 77,5% e os recursos comprometidos com operações de crédito tiveram decréscimo de 2,7%. Esse comportamento é explicado pelo volume de liberações ocorridas no exercício de 2009 e também pelo fato de que parte dos recursos foi destinada a repasses pelo BNB conforme o art. 9º-A da Lei 7.827, e estão contabilizados na rubrica “Relações Interfinanceiras”, a qual, principalmente por esse motivo, teve um aumento de 293,3%, de 2008 para 2009. O alto volume de liberações no ano de 2009 (R\$ 8,7 bilhões) foi suportado tanto pelo ingresso de recursos (R\$ 3,8 bilhões), quanto pelos reembolsos expressivos no período (R\$ 4,8 bilhões).

3.4.4.3. Operações de Crédito Globais

Na Tabela 10, a seguir, demonstra-se a composição da carteira de crédito administrada pelo Banco, por fonte/programa de recursos, ao final dos exercícios de 2008 e 2009.

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens totalizavam, em 31.12.2009, sem a dedução de provisões, R\$ 36.287 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 25,4%.

Tabela 10 - Saldos de Aplicações por Fonte/Programa

Especificação	R\$ milhões	
	31.12.2008	31.12.2009
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	22.196	26.349
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	3.133	5.685
Captações Externas (Câmbio)	349	759
Poupança BNB	381	744
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	836	639
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	349	545
Crediamigo (utiliza recursos do BIRD, FAT, DIM e Recursos Internos)	377	527
Fundo de Terras/Reforma Agrária	457	518
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	643	266

STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	82	82
INCRA - Conta Fundiária	66	68
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	48	54
<i>FNE-Repasses Lei 7.827 Art 9º, "a" (Dívida Subordinada)</i>	-	29
FRT (Fundo Rotativo de Terras)	10	11
Outras	8	9
TOTAL	28.935	36.287

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

Demonstram-se, na Tabela 11 a seguir, os saldos das operações de crédito do BNB por setor, com destaque para o crescimento de 78,5% na carteira de créditos destinados à indústria, comércio e serviços, passando a representar 59,7% das aplicações em operações de crédito do BNB. O setor rural e agroindustrial representa 24,6% do saldo de operações de crédito do BNB, enquanto que o setor de infraestrutura e desenvolvimento correspondeu a 7,4% das aplicações de crédito do Banco.

Tabela 11 - Operações de Crédito por Setor

Discriminação	BNB		FNE	
	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009
Operações de Crédito - Saldo Líquido de Provisões	6.065,3	8.888,6	21.013,5	25.048,9
Operações de Crédito	6.389,4	9.443,8	22.195,8	26.349,2
- Indústria, Comércio e Serviços	3.157,4	5.635,0	6.236,0	7.877,4
- Rurais e Agroindustriais	1.754,4	2.321,3	13.440,0	14.372,0
- Infra-estrutura e Desenvolvimento	895,3	696,0	2.286,5	3.575,5
- Refinanciamentos	555,2	517,1	-	-
- Financiamento à Exportação e Importação	27,3	274,4	233,2	524,3
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(324,1)	(555,2)	(1.182,3)	(1.300,3)
Outros Créditos - Com Características de Concessão de Crédito - Saldo Líquido de Provisões	328,3	433,2	-	-
Outros Créditos	350,0	493,9	-	-
- À Importação e Exportação	322,1	484,4	-	-
- Outras	27,9	9,4	-	-
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21,7)	(60,7)	-	-
Total	6.393,7	9.321,8	21.013,5	25.048,9

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

Em relação às operações de crédito do FNE por setor, destacam-se o crescimento de 26,3% do setor da indústria, comércio e serviços, o qual passou a representar 29,9% das aplicações em operações de crédito do FNE; e o aumento de 56,4% na carteira destinada à infraestrutura e desenvolvimento, a qual representa 13,6% dos saldos globais de operações de crédito do FNE. O setor rural e agroindustrial

continua liderando a participação no saldo total de operações de crédito do FNE, com 54,5%, tendo crescido 6,9% de 2008 para 2009. Com participação de 2% nos saldos de operações de crédito do FNE, o setor de financiamentos à exportação apresentou um crescimento de R\$ 291 milhões de 2008 para 2009 (124,8%).

3.4.4.4. Recursos Totais

De 31.12.2008 a 31.12.2009, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 18,8%, conforme a Tabela 12 seguinte.

Tabela 12 - Recursos Totais

Especificação	R\$ milhões	
	31.12.2008	31.12.2009
Depósitos à vista	171	175
Depósitos de poupança	879	1.382
Depósitos a prazo	2.726	4.384
. FAT	444	395
. Finor - Disponib.e Reinvestimentos Lei No. 8.167	364	520
. Outros	1.918	3.468
Depósitos Interfinanceiros e Outros	360	392
Recursos FNE (Disponibilidades)	4.590	3.553
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.233	1.434
. BNDES e FINAME	578	773
. Outras Instituições	655	660
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	960	722
Obrigações por Empréstimos	328	701
Captações no Mercado Aberto	301	446
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	370	465
Passivos Contingentes	1.072	1.203
. FNE	817	956
. Causas Cíveis e Outras	78	96
. Causas Trabalhistas	177	151
Provisões Sociais e Estatutárias	127	238
Pagamentos a Efetuar	1.047	1.124
. Deliberação CVM 371 (Benefícios pós-emprego)	896	1.023
. Outros	151	101
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	622
Outras Obrigações	215	242
Total das obrigações para com terceiros	14.380	17.082
Resultados de Exercícios Futuros	0	0
Patrimônio Líquido	1.798	2.073
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO BNB	16.178	19.155
Recursos FNE (exceto Disponibilidades)	21.234	25.846
TOTAL	37.412	45.001

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

No exercício de 2009, registrou-se incremento significativo de recursos captados nas modalidades de depósito a prazo, com volume adicional de R\$ 1,66 bilhão; e poupança, com volume adicional de R\$ 502 milhões.

Os saldos dos depósitos especiais do FAT foram reduzidos em 11,1%, em função dos reembolsos efetuados à fonte durante o ano de 2009, que totalizaram R\$ 96,9 milhões, inclusive encargos e ingressos de R\$ 23 milhões.

Os recursos captados junto ao BNDES e Finame para efeito de contratação de operações de repasse tiveram aumento de 33,8%, por conta do ingresso líquido de recursos da ordem de R\$ 169,6 milhões, haja vista liberações de repasses no total de R\$ 281,1 milhões contra pagamentos no período da ordem de R\$ 111,5 milhões.

A redução de 24,8% dos saldos das obrigações por repasse em moeda estrangeira resulta, principalmente, da variação negativa do dólar norte-americano (25,49%) e da UC-BID (24,94%), e pelo reembolso de recursos ao BID em torno de R\$ 69,6 milhões de principal e R\$ 30,0 milhões de encargos, Em compensação, houve o ingresso de recursos do contrato BID/Prodetur-II, da ordem de R\$ 79,2 milhões.

Ao longo de 2009, os saldos de obrigações por empréstimos tiveram aumento de 113,7%, com um volume adicional de R\$ 373 milhões. Esse incremento de captação externa permitiu aumentar o volume de financiamentos e outros créditos à importação e exportação em 117,1%, conforme Tabela 11.

As captações no mercado aberto aumentaram 48,3%, comparando-se as posições de 31.12.2008 e 31.12.2009, com um volume a maior de R\$ 145 milhões.

Em 20.07.2009, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2009/07394, aprovou o enquadramento de operação de repasse de recursos do FNE ao BNB, no montante de R\$ 600 milhões, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco, na categoria de dívida subordinada, ao amparo da Resolução CMN Nº 3.444/07. Ao término de 2009, as dívidas subordinadas elegíveis a capital apresentavam um saldo de R\$ 622 milhões, sendo R\$ 593 milhões em Recursos Disponíveis e R\$ 29 milhões em Recursos Aplicados.

Os saldos de Obrigações Fiscais e Previdenciárias totalizam na posição de 31.12.2009 o valor de R\$ 465 milhões (R\$ 370 milhões em 31.12.2008). A seguir, são destacadas as principais movimentações:

- ↳ Provisões para IRPJ e CSL - na posição de 31.12.2008 havia um saldo de R\$ 188 milhões que foi totalmente liquidado, haja vista o pagamento do ajuste anual desses tributos em 31.03.2009. O saldo existente em 31.12.2009, no valor de R\$ 226,9 milhões, corresponde à provisão para pagamento desses tributos relativos ao exercício de 2009;
- ↳ Impostos e Contribuições a Recolher (IRRF, ISS, FGTS, Previdência, IPTU, Pasep, Cofins) - o saldo registrado em 31.12.2009, no valor de R\$ 39,4 milhões, corresponde aos valores de tributos retidos de terceiros bem como aos demais

tributos devidos pelo Banco na qualidade de contribuinte. Tais tributos são recolhidos regularmente no prazo estipulado pela legislação tributária. Cabe comentar que, do total registrado nessa conta, R\$ 6,9 milhões dizem respeito a impostos e contribuições federais retidos de terceiros, R\$ 0,76 milhão de ISSQN retido de terceiros, R\$ 14,5 milhões aos tributos PASEP e COFINS devidos pelo Banco como contribuinte, R\$ 2,2 milhões de ISSQN de receitas próprias do Banco. Conforme dados obtidos da Contabilidade, o saldo de Previdência Social de Serviços Prestados por Terceiros é de R\$ 0,9 milhão e sobre Salários é de R\$ 11,5 milhões, o FGTS é no montante de R\$ 2,6 milhões e o IPTU é de R\$ 0,08 milhão;

- ↳ Provisão Para Impostos e Contribuições Diferidos - o saldo registrado em 31.12.2009, no valor de R\$ 103,1 milhões, corresponde à alíquota de 40% relativa a tributos diferidos (IRPJ - 25%; e CSLL - 15%) sobre operações com ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado, num total de R\$ 225 milhões; e sobre Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 32,6 milhões; e
- ↳ Provisão para Riscos Fiscais - houve um aumento no saldo em relação a 31.12.2008, em cerca de R\$ 14,4 milhões em decorrência, principalmente, de:
 - Atualizações mensais na provisão do Plano Verão e IPC-BTNF, no valor de R\$ 5,7 milhões;
 - Acréscimo no valor das demais provisões fiscais de ISSQN, no valor de R\$ 0,4 milhão; e
 - Acréscimo de R\$ 8,3 milhões decorrente de atualizações de outras causa fiscais.

De janeiro a dezembro de 2009, houve a constituição líquida de provisões para passivos contingentes do FNE, no valor de R\$ 139,3 milhões. Os saldos dos passivos da espécie tiveram um incremento de 17% quando são comparadas as posições de 31.12.2008 e 31.12.2009, em função do crescimento da carteira de créditos do Fundo, conforme Tabela 11 mencionada anteriormente.

A variação do passivo contingente relacionado a causas trabalhistas decorreu, principalmente, de pagamento e reversão parcial do passivo trabalhista referente à ação do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará (licença-prêmio).

O aumento de 14,2% nos saldos de pagamentos a efetuar decorrentes de benefícios pós-emprego no âmbito da Deliberação CVM No. 371 (R\$ 896,0 milhões, em 31.12.2008 e R\$ 1.023,2 milhões, em 31.12.2009) está relacionado à constituição, em 2009, de provisões no montante de R\$ 127,2 milhões, sendo R\$ 89,7 milhões de despesas correntes (R\$ 48,4 milhões relativas à Capef e R\$ 41,3 milhões à Camed) e R\$ 37,5 milhões de despesas de provisões diferidas (R\$ 26,5 milhões relativas à Capef e R\$ 11 milhões à Camed).

3.4.4.5. Patrimônio Líquido

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2009, um Patrimônio Líquido de R\$ 2.072,7 milhões (R\$ 1.797,5 milhões, em 31.12.2008). A variação no Patrimônio Líquido é apresentada na Tabela 13, a seguir:

Tabela 13 - Evolução do Patrimônio Líquido

	R\$ milhões
Patrimônio Líquido em 31.12.2008	1.797,5
Lucro Líquido de 2009	459,0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	56,9
Atualização de Títulos Patrimoniais	0,2
Ações em Tesouraria	(0,4)
Distribuição de Dividendos	(130,5)
Juros sobre Capital Próprio	(110,0)
Patrimônio Líquido em 31.12.2009	2.072,7

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

Em 31.12.2009, o capital social do BNB era de R\$ 1.652.000 mil (R\$ 1.299.000 mil em 31.12.2008), representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. Em Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 30 de março de 2009, foi aprovado o aumento do Capital Social por intermédio de incorporação de reservas. As ações que constituem o capital social do Banco estão distribuídas da seguinte forma:

Tabela 14 - Composição Acionária em 31.12.2009

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3,04	4,42
BNDESPAR	22.785	403.495	0,05	0,49
Outros (9.297 acionistas)	393.007	367.177	0,81	0,88
TOTAL	48.484.775	38.517.126	100,00	100,00

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

O FNE apresentou, em 31.12.2009, um Patrimônio Líquido de R\$ 29.454,9 milhões (R\$ 25.821,0 milhões, em 31.12.2008). A mutação no PL do FNE é apresentada na Tabela 15, a seguir.

Tabela 15 - Mutações do Patrimônio Líquido do FNE

Especificação	R\$ milhões	
	31.12.2008	31.12.2009
Patrimônio Líquido Anterior	22.292,72	25.820,99
. Ingressos de Recursos	3.931,34	3.789,04
. Receitas de Operações de Crédito	891,98	1.272,04
. Receitas	1.410,34	1.735,94
. Rebates, Bônus, Descontos e Correção Monetária Negativa	(518,36)	(463,90)
. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(932,41)	(721,44)
. Provisão para Desvalorização de Títulos	(0,10)	(0,10)
. Reversões de Provisões	0,04	0,10
. Remuneração das Disponibilidades	554,03	370,86
. Remuneração Rec. Disponíveis - Repasses BNB Lei 7.827 Art 9º A	-	22,00
. Recuperação de Créditos Baixados	276,51	282,01
. Taxa de Administração	(703,16)	(757,61)
. Remuneração do BNB sobre Pronaf	(56,31)	(57,66)
. Prêmio de Performance - Pronaf	(0,06)	(0,10)
. Del Credere BNB – Repasses Lei 7.827 Art 9º A	0,00	(0,14)
. Del Credere BNB – Demais Operações	(409,39)	(554,36)
. Del Credere Outras Instituições	(3,59)	(3,89)
. Despesas Outras Fontes - Aquisições Lei 11.322	(17,26)	(2,18)
. Despesas Outras Fontes - Lei 11.775 - Lavoura Cacaueira	-	(1,27)
. Despesas com Auditoria	(0,04)	(0,09)
. Outras Receitas	0,16	0,14
. Ajustes de Exercícios Anteriores	(3,47)	(3,41)
Patrimônio Líquido Atual	25.820,99	29.454,93

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

3.4.4.6. Resultados

O lucro líquido de 2009 importou em R\$ 459 milhões, montante 9% superior ao apresentado em 2008 (R\$ 421 milhões). O lucro líquido por ação que em 31.12.2008 era de R\$ 4,84, passou, em 31.12.2009, para R\$ 5,28.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2009 foi de 22,15% a.a. Esse índice foi de 23,42% a.a. em 31.12.2008. Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido médio apresentado ao término de 2009, a rentabilidade passa para 23,78% a.a., enquanto que em 2008 foi de 24,16% a.a.

Tabela 16 - Demonstração de Resultados

Especificação	R\$ milhões	
	2008	2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.416,5	2.005,2
. Operações de Crédito	1.218,9	1.214,5
. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.040,2	739,2
. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(2,1)	(38,1)
. Resultado de Operações de Câmbio	136,9	86,8
. Resultado das Aplicações Compulsórias	22,6	2,8
(-) DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.646,4)	(1.219,4)
. Operações de Captação no Mercado	(348,0)	(381,2)
. Operações de Empréstimos e Repasses	(1.110,0)	(461,7)
. Provisão para Créditos de Liquidação Duvídosa	(188,4)	(376,6)
(=) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	770,1	785,8
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(156,4)	(126,7)
Receitas de Prestação de Serviços	969,6	1.106,9
Rendas de Tarifas Bancárias	9,0	12,2
Despesas de Pessoal	(770,1)	(890,5)
. Proventos, Encargos e Benefícios	(611,0)	(684,5)
. Provisões Deliberação CVM 371 (Benefícios Pós-emprego)	(159,1)	(206,0)
Outras Despesas Administrativas	(446,6)	(551,8)
Despesas Tributárias	(120,0)	(144,2)
Outras Receitas Operacionais	737,4	1.159,2
Outras Despesas Operacionais	(535,8)	(818,4)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	613,7	659,1
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2,9	2,1
(=) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	616,6	661,2
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(157,7)	(160,5)
. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(186,6)	(225,3)
. Ativo Fiscal Diferido	29,0	64,8
(-) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(37,9)	(41,7)
(=) LUCRO LÍQUIDO	421,0	459,0

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

O resultado do exercício de 2009 foi influenciado, principalmente, pelos seguintes fatores:

3.4.4.6.1. Resultado da Intermediação Financeira

- a) **Operações de crédito** – O volume de receitas de 2009 foi 0,4% inferior ao apresentado em 2008. Contribuíram decisivamente para esse declínio as receitas decorrentes de:

- ↳ Operações de infraestrutura e desenvolvimento, cujas receitas caíram 85,4% (R\$ 44,7 milhões em 2009, contra R\$ 306 milhões em 2008) por conta do comportamento da UC-BID, moeda que indexa a maioria das operações da espécie e que, em 2008, teve variação positiva de 39,87% e, em 2009, teve variação negativa de 24,94%;
 - ↳ Recuperação de créditos baixados como prejuízo (R\$ 181,6 milhões em 2009, contra R\$ 221,5 em 2008); e
 - ↳ Operações indexadas ao IGP-M, a exemplo dos créditos refinanciados pelo Governo Federal, os quais tiveram suas rendas diminuídas em 47,2% (R\$ 56,4 milhões em 2009, contra R\$ 106,9 milhões em 2008); e operações renegociadas com base na Resolução CMN 2471, que compõem as “Rendas de Financiamentos Rurais”, que caíram 50,6% (R\$ 79,1 milhões em 2009, contra R\$ 160,2 milhões em 2008). O IGP-M, que em 2008, teve variação positiva de 9,81%, em 2009, teve variação negativa de 1,71%. Em contrapartida, em 2009, ocorreram acréscimos nas rubricas “Rendas de Empréstimos”, no valor de R\$ 312,3 milhões (R\$ 572,8 milhões em 2009 contra R\$ 261 milhões em 2008); e “Rendas de Financiamentos”, no valor de R\$ 70,3 milhões (R\$ 180,6 milhões em 2009 contra R\$ 110,3 milhões em 2008). Esses acréscimos ocorreram, especialmente, em função da expansão do volume de operações de crédito comercial;
- b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários** - O resultado de operações com títulos e valores mobiliários em 2009 foi de R\$ 739,2 milhões, correspondendo a uma rentabilidade de 104,89% da SELIC acumulada do período, acima da rentabilidade de 104,88% obtida em 2008. Entretanto, como a SELIC acumulada de 2008 foi de 12,48%, bem acima da SELIC acumulada de 2009, que foi de 9,93%, a eficiência na gestão dos recursos de tesouraria não foi suficiente para evitar a redução de R\$ 301 milhões nas receitas com operações com títulos e valores mobiliários, as quais sofreram ainda a influência da redução do volume de operações da rubrica que caiu de R\$ 5.806 milhões em 2008 para R\$ 5.238 em 2009, tendo em vista o direcionamento de recursos do banco para operações de crédito.
- c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos** – O resultado apresentado nesta rubrica passou de R\$ 2,1 milhões negativos em 2008 para R\$ 38,1 milhões negativos em 2009, ou seja, um aumento de R\$ 36,0 milhões no resultado de operações de swap, sendo R\$ 12,9 milhões decorrentes das operações de swap cambial e R\$ 25,2 milhões decorrentes de operações de swap de taxa de juros pré-fixada. Como tais derivativos são usados exclusivamente para hedge, o prejuízo verificado nessa rubrica está compensado por resultados equivalentes nas rubricas de resultado com operações de crédito e resultado com operações de cambio.
- d) Resultado de operações de câmbio** - O decréscimo de 36,6% no resultado de operações de câmbio é explicado basicamente pela apreciação do Real frente ao dólar norte americano observada no ano de 2009. Cumpre destacar que, em virtude da política do Banco de redução de exposição a risco de variação cambial, essa diminuição de receitas é compensada com a redução das despesas com recursos captados no exterior para empréstimos e repasses.

e) Resultado de aplicações compulsórias – O decréscimo de 87,6% nessa rubrica deveu-se, especialmente à:

- ↳ Desvalorização de R\$ 10,3 milhões de créditos vinculados;
- ↳ Queda de R\$ 8,8 milhões nas rendas de créditos vinculados ao Banco Central, em virtude da redução das exigibilidades de depósitos compulsórios incidentes sobre depósitos a vista, depósitos a prazo e caderneta de poupança, com a liberação desses recursos para aplicação em operações de crédito; e
- ↳ Redução da TR, o que fez com que as rendas de créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) caíssem de R\$ 3,26 milhões em 2008 para R\$ 2,97 milhões em 2009, embora tenha havido, ao longo de 2009, reversão de perdas com desvalorização de créditos vinculados ao FCVS;

f) Operações de captação no mercado – Apesar da significativa redução na taxa de captação de recursos junto ao mercado e aos clientes em todos os produtos, a elevação de 9,5% nas despesas de operações de captação no mercado se explica, basicamente, pela elevação do volume de captações de depósitos a prazo que saiu de um patamar de R\$ 2 bilhões, em 2008, para R\$ 3,5 bilhões, no final de 2009 (com elevação de despesas da ordem de R\$ 22,9 milhões de 2008 para 2009) e poupança (despesas adicionais de R\$ 1,6 milhões de 2008 para 2009), além do aumento de R\$ 16,1 milhões nas despesas de operações compromissadas do exercício de 2008 para o de 2009 também em face da elevação do saldo médio de captação de recursos nessa modalidade de operação;

g) Operações de empréstimos e repasses – A queda de 58,4% nas despesas da espécie, correspondente a R\$ 648,3 milhões, decorre:

- ↳ Do comportamento do dólar norte americano, o qual teve variação positiva de 31,96% em 2008 e variação negativa de 25,49% em 2009, o que proporcionou uma queda de R\$ 334,2 milhões nas despesas de repasses ao exterior (despesas de R\$ 27,9 milhões em 2009 contra R\$ 362,2 milhões em 2008); e decréscimo de R\$ 107,2 milhões nas despesas de obrigações com banqueiros no exterior (despesas de R\$ 10,4 milhões em 2009 contra R\$ 117,6 milhões em 2008); e
- ↳ Da queda do índice com base no qual são remunerados os recursos do FNE em disponibilidade (taxa extramercado), que foi preponderante para a diminuição de R\$ 183 milhões nas despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento;

h) Provisões para devedores duvidosos - Comparando-se as despesas de provisões para créditos de liquidação duvidosa reconhecidas nos anos de 2008 e 2009, verifica-se um aumento de 99,9%. O volume de provisões da carteira de operações de crédito até R\$ 35 mil foi inferior em R\$ 10,6 milhões (R\$ 24,5 milhões em 2009, contra R\$ 35,1 milhões em 2008). Os 5 (cinco) clientes responsáveis por operações de crédito com provisões mais significativas contribuíram com um incremento em torno de R\$ 144,2 milhões em provisões. No segundo semestre de 2009, o saldo em atraso das operações de crédito securitizadas com base na Lei 9.138/96 foi transferido de contas de

compensação para contas de operações de crédito, gerando um aumento no saldo de créditos em atraso da ordem de R\$ 86,5 milhões. Tendo em vista que os valores se encontravam devidamente aprovisionados, não houve efeito relevante no resultado do Banco, haja vista que foi registrado acréscimo de provisão para operações de crédito e reversão de provisões operacionais no mesmo montante dos valores transferido, a qual é registrada em “Outras Receitas Operacionais”, item 3.4.4.6.5, a.

3.4.4.6.2. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Houve um crescimento de 14,4% nessas rubricas, obtido quando são comparados os volumes de receitas dos exercícios de 2008 e 2009. O comportamento da rubrica é explicado, especialmente, pelo seguinte:

- a) **Taxa de administração do FNE** - aumento de 7,7% (R\$ 757,6 milhões em 2009 contra R\$ 703,2 milhões em 2008), em função da expansão do Patrimônio Líquido do Fundo. Destaque-se que tal remuneração atingiu o limite de legal de 20% dos ingressos do exercício, detalhes na Tabela 15);
- b) **Remuneração PRONAF-FNE** – aumento de 3,6% (R\$ 57,8 milhões em 2009 contra R\$ 56,4 milhões em 2008), em função do maior volume de operações realizadas em 2009, conforme tabela 15);
- c) **Taxa de administração do Finor** – a elevação de 52,9% (R\$ 5,2 milhões em 2009 contra R\$ 3,4 milhões em 2008), decorreu da expansão do Patrimônio Líquido do Finor;
- d) **Taxas de administração de fundos de investimento financeiros** - houve elevação de 26% (R\$ 9,7 milhões em 2009 contra R\$ 7,7 milhões em 2008), nas receitas da espécie como consequência do crescimento dos patrimônios líquidos dos fundos administrados (R\$ 2,3 bilhões em 2008 e R\$ 2,8 bilhões em 2009);
- e) **Receitas de Serviços Bancários** – Estas receitas tiveram um incremento de R\$ 78 milhões, influenciadas, principalmente, pelo incremento das operações de crédito no BNB, as quais geram tarifas dos serviços de contratação que proporcionaram um incremento de R\$ 31,6 milhões; além disso, as receitas provenientes de assessoria e consultoria de mercado de capitais cresceram R\$ 25,8 milhões

3.4.4.6.3. Despesas Administrativas

- a) **Pessoal** - A elevação de 12% nas despesas com proventos, encargos e benefícios no exercício de 2009, em relação a 2008, foi motivada, preponderantemente, pelos seguintes fatores:

↳ Benefícios decorrentes dos acordos salariais referentes a setembro de 2008, com reajuste nos cargos de 10% e nas funções de 8,15%; e a setembro de 2009, com reajuste de 6%; e

↳ Decréscimo de 83 funcionários no quantitativo de pessoal, comparando-se a posição final de 2009 em relação à posição final de 2008. O aumento de R\$ 46,9 milhões nas provisões relacionadas aos benefícios pós-emprego por conta da Deliberação CVM 371, o que representa um aumento de 29,5%, é decorrente, principalmente, de dois fatores:

- Redução das contribuições normais do plano de benefício definido, realizada em janeiro de 2009, tanto as provenientes dos empregados como do empregador, em consequência da aprovação de novo plano de custeio; e
- Elevação nos custos assistenciais do plano de saúde dos empregados;

b) Outras Despesas Administrativas - Comparando-se o ano de 2009 com o de 2008, verifica-se elevação de 23,6%, sendo as mais significativas indicadas abaixo:

- ↳ Despesas com serviços de terceiros, com acréscimo da ordem de R\$ 59,4 milhões, sobretudo as destinadas à operacionalização do Crediamigo e do Microcrédito Rural, com acréscimo de R\$ 21,2 milhões, locação de pessoal e de serviços de tecnologia com acréscimo de R\$ 17,4 milhões, locação de serviços especiais, com acréscimo de R\$ 8,0 milhões, e despesas com emolumentos judiciais e cartorários, com acréscimo de R\$ 6,2 milhões;
- ↳ Despesas com os projetos Fase/Fundeci, com acréscimo de R\$ 9,0 milhões;
- ↳ Despesas com arrendamento de equipamentos de informática, com acréscimo de R\$ 6,6 milhões;
- ↳ Despesas com manutenção e conservação de bens, com acréscimo de R\$ 5,8 milhões;
- ↳ Despesas com aluguel, com acréscimo de R\$ 4,5 milhões;
- ↳ Despesas de comunicações, com acréscimo de R\$ 3,5 milhões; e
- ↳ Despesas com propaganda, publicidade e publicações, com acréscimo de R\$ 3,0 milhões.

Destacam-se as seguintes reduções ocorridas em 2009:

- ↳ R\$ 4,4 milhões, referentes a despesas com treinamento; e
- ↳ R\$ 3,1 milhões, referentes a despesas com viagens, passagens e conduções.

3.4.4.6.4. Despesas tributárias

De 2008 para 2009, houve um incremento de 20,2% nessa rubrica. Os aumentos mais significativos ocorreram nas despesas de contribuição ao Cofins (R\$ 17,4 milhões); ao ISSQN (R\$ 3,9 milhões); e ao PIS-PASEP (R\$ 2,8 milhões). Esses acréscimos decorrem dos seguintes fatores:

- ↳ Aumento nas receitas operacionais e não operacionais (bases de cálculo para PIS/PASEP e COFINS); e
- ↳ Aumento na receita de prestação de serviços (base de cálculo para o ISSQN).

3.4.4.6.5. Outras Receitas/Outras Despesas Operacionais

a) Outras Receitas Operacionais – Os efeitos mais significativos decorreram de:

- ↳ Del credere - A receita de del credere de fundos administrados atingiu, ao término de 2009, R\$ 554,5 milhões, valor 35,7% superior ao computado em 2008 (R\$ 409,4 milhões). Destaque-se que, em 2008, a receita de del credere proveniente de operações do FNE foi reduzida em R\$ 8,5 milhões, por conta de devolução desse montante ao patrimônio FNE, em consequência de recálculo de provisões e renegociações, atendendo decisão do TCU; e
- ↳ Recuperação de Créditos em Prejuízo;

b) Outras Despesas Operacionais – Os efeitos mais significativos são decorrentes de:

- ↳ Riscos Fiscais - as contas de provisões/reversões que compõem essa rubrica passaram de um saldo credor de R\$ 71,3 milhões, em 2008, para um saldo devedor de R\$ 14,4 milhões, em 2009. Isso se explica porquanto em 2008 ocorreram reversões significativas de provisões fiscais, o que não ocorreu em 2009, assim como porque, durante o exercício de 2009, houve a atualização monetária das provisões já constituídas e o registro de novas despesas, dentre essas as relacionadas com uma ação fiscal do município de São Luís no valor de R\$ 15,3 milhões, relativa à ISSQN; e outra relacionada com processo da Delegacia da Receita Federal em Fortaleza, no valor de R\$ 60,3 milhões, relativa ao IRPJ ano-base 1999;
- ↳ Causas cíveis - aumento de R\$ 61,1 milhões em relação ao montante de 2008;
- ↳ Causas Trabalhistas – redução de R\$ 49,4 milhões em relação ao montante de 2008;

c) **Riscos com Operações do FNE** – Comparando-se 2009 com 2008, houve um decréscimo nas despesas com o passivo contingente do FNE da ordem de R\$ 13,3 milhões;

d) **Tributos (IR/CSLL/PASEP/COFINS)** – a despesa de 2009 foi de R\$ 11,8 milhões, referente a:

- ↳ Atualização do ajuste anual de IRPJ e CSLL do ano de 2008 no valor de R\$ 1,3 milhão;
- ↳ Atualização de IRPJ ano 2000, face recolhimento em atraso devido a cancelamento de Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação no valor de R\$ 0,2 milhão;
- ↳ Regularização de créditos tributários, concernentes aos anos calendários 2003 e 2006, no valor total de R\$ 10,3 milhões, em face de enquadramento fiscal das despesas com provisão das contribuições extraordinárias à CAPEF, no ano calendário de 2003.

3.4.4.6.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social** – a provisão do exercício de 2009 (R\$ 226,9 milhões) foi 20,56% maior do que a do exercício de 2008 (R\$ 188,2 milhões).

As razões para o aumento são, basicamente, as seguintes:

- ↳ Aumento do resultado societário, antes dos tributos, no valor de R\$ 31 milhões, o qual variou de R\$ 478,5 milhões em 31.12.2008 para 509,5 milhões em 31.12.2009;
- ↳ Elevação de despesas de provisões operacionais indedutíveis para o IRPJ/CSLL, no valor de R\$ 292,3 milhões;
- ↳ Aumento do lucro fiscal do exercício de 2008 de R\$ 495,6 milhões para R\$ 579,9 milhões no exercício de 2009.

b) **Ativo Fiscal Diferido** – o Ativo Fiscal Diferido teve a seguinte movimentação durante o ano de 2009:

Tabela 17 - Ativo Fiscal Diferido

DISCRIMINAÇÃO	Diferenças Temporárias		R\$ milhões
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
Saldo inicial em 31.12.2008	92,3	55,4	
(+) Constituição de Créditos	74,7	44,8	

(-) Realização de Créditos	(34,2)	(20,5)
Saldo final em 31.12.2009	132,8	79,7

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

No Ativo Fiscal Diferido encontram-se registrados os créditos tributários de IRPJ/CSLL sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre créditos de liquidação duvidosa que apresentaram aumento no exercício de 2009. Como a constituição/realização desses créditos é calculada na mesma proporção das provisões, houve registro de variação líquida positiva, equivalente a R\$ 64,8 milhões que corresponde a R\$ 119,5 milhões de constituição e R\$ 54,7 milhões de realização.

A constituição dos créditos tributários, cujo estoque é de R\$ 212,5 milhões, é realizada com base em estudos técnicos devidamente amparados nas normas do Banco Central, Conselho Monetário Nacional e da Comissão de Valores Mobiliários e em função do histórico e da projeção de lucratividade da Instituição, sendo esse procedimento considerado eficaz para mensuração dos resultados societários.

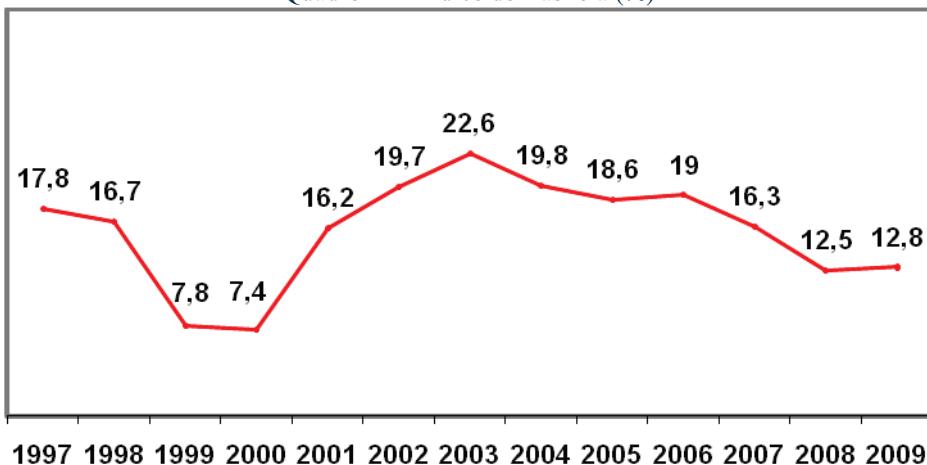
3.4.4.7. Índice de Adequação Patrimonial

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução Nº 3.490 e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos ao risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (Commitments); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2009, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é relação entre o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.12.2009, o índice de adequação de capital (Índice de Basiléia) do Banco do Nordeste foi de 12,80% (12,52% em 31.12.2008), enquanto o PR foi de R\$ 2.692.406 mil (R\$ 1.797.227 em 31.12.2008). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições ao risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.280.220 mil em 31.12.2009 (R\$ 1.510.894 mil em 31.12.2008).

Em julho de 2009, o BNB celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Bacen a considerar os valores do âmbito desse contrato como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basiléia da Instituição.

Quadro 42 - Índice de Basileia (%)



Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

3.4.4.8. Valor Adicionado

No ano de 2009, o BNB produziu R\$ 1.789 milhões de valor adicionado, ou seja, de riqueza líquida gerada para a sociedade. Esse montante, somado ao valor adicionado recebido em transferência (R\$ 1,5 milhões), totaliza R\$ 1.791 milhões. Tal valor é 15,2% superior aos R\$ 1.554 milhões gerados em 2008.

Do valor adicionado produzido em 2009, 46,9% foram destinados à remuneração da força de trabalho e aos encargos sociais e benefícios correspondentes (46,9% em 2008). As provisões decorrentes da Deliberação CVM nº. 371 e relativas aos benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria e pensão e de assistência médica) representavam, em 2008, 17,2% do valor adicionado, passando, ao final de 2009, a corresponder a 17,1% da riqueza produzida. A participação dos empregados e administradores no lucro correspondeu, no exercício de 2009, a 2,3% do valor adicionado a distribuir, enquanto que, em 2008, representava 2,4%. No ano de 2009, a União foi beneficiária de 37,7% da riqueza produzida pelo BNB, sendo 25,8% sob a forma de impostos, taxas e contribuições (24,8% em 2008), e 12,6% sob a modalidade de dividendos e juros sob capital próprio (13,4% em 2008). O restante da riqueza produzida em 2009 foi destinado ao pagamento de aluguéis: 1,7 (1,2% em 2008); aos demais acionistas: 0,8% (0,8% em 2008); e à retenção de lucros: 12,2% (12,9% em 2008).

Quadro 43 - Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		R\$ mil	
		31.12.2009	31.12.2008
RECEITAS		3.972.305	3.971.871
Intermediação Financeira		3.227.727	3.178.853
Prestações de Serviços		1.119.092	978.584
Provisão para Devedores Duvidosos		(376.592)	(188.433)
Resultado Não Operacional		2.078	2.867
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(842.848)	(1.461.713)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.314.717)	(940.244)
Materiais, energia e outros		(1.050.349)	(735.265)
Serviços de Terceiros		(264.368)	(204.979)
Perda/Recuperação de valores ativos		-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.814.740	1.569.914
REtenções		(25.511)	(23.236)
Depreciação, amortização e exaustão		(25.511)	(23.236)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.789.229	1.546.678
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		1.452	7.792
Dividendos Recebidos		1.452	7.792
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.790.681	1.554.470
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.790.681	1.554.470
PESSOAL		838.855	728.656
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO		498.944	433.099
Proventos		454.692	392.615
Honorários da Diretoria		2.566	2.580
Participação dos empregados nos lucros		41.686	37.904
BENEFÍCIOS		306.688	267.274
Plano de aposentadoria e pensão (Capef e PGBL)		899	5.687
Provisões (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 371)		205.993	159.077
Benefícios - Outros		99.796	102.510
FGTS		33.223	28.283
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		462.824	385.930
Federais		449.490	376.593
Estaduais		33	47
Municipais		13.301	9.290
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		29.990	18.855
Aluguéis		29.990	18.855
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		240.446	220.508
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		110.000	100.211
União		102.564	94.312
Outros		7.436	5.899
DIVIDENDOS		130.446	120.297
União		122.782	113.216
Outros		7.664	7.081
Lucros/prejuízos retidos no exercício		218.566	200.521

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

3.4.5. Gestão Orçamentária

Em conformidade com a legislação vigente, especialmente a relacionada com o plano plurianual e as diretrizes específicas, a programação orçamentária do BNB, de natureza governamental, para o exercício de 2009, contemplou o Programa de Dispêndios Globais – PDG e o Orçamento de Investimentos.

3.4.5.1. PDG - Ocorrências na programação e realização dos recursos

No que se refere aos recursos, o orçamento do PDG teve uma margem de realização de 111,89%, conforme tabela a seguir.

Tabela 18 - Orçamento de Recursos - 2009

Recursos	Previstos	Realizados	Valores em R\$ milhões % Realização
Recursos de Empréstimos de Longo Prazo	1.280,80	962,02	75,11%
Operações de Créditos Internas	798,76	882,89	110,53%
FINAME/BNDES	169,88	282,21	166,12%
Outras	628,88	600,68	95,52%
Operações de Créditos Externas	391,54	79,13	20,21%
Operações através da Res. 63	90,5	0	0,00%
Demais Obrigações - FAT	23	23	100,00%
Depósitos	423,08	2.267,08	535,85%
Receitas	4.552,08	4.296,24	94,38%
Recursos do FNE	3.877,00	3.789,04	97,73%
TOTAL DOS RECURSOS	10.132,96	11.337,38	111,89%

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

A previsão de recursos de longo prazo não se concretizou, principalmente, por não ter se confirmado o ingresso de R\$ 390,50 milhões referentes à emissão de títulos, e a Resolução 63.

3.4.5.2. PDG - Ocorrências na programação e realização das aplicações

No que diz respeito às aplicações de recursos, atingiu-se um percentual de realização de 82,40%, conforme se demonstra na tabela 19.

Tabela 19 - Orçamento de aplicações - 2009

Aplicações	Previstas	Realizadas	Valores em R\$ milhões % Realização
Amortização de principal e correção monetária/cambial	253,61	185,41	73,11%
Investimentos no Ativo Imobilizado	54,59	37,47	68,64%
Inversões Financeiras	0,15	0,14	93,33%
Outros Dispêndios de Capital	102,93	240,44	233,60%
Dividendos	102,93	240,44	233,60%
Dispêndios Correntes	3.705,78	3.542,89	95,60%
Pessoal	628,20	613,59	97,67%
Locação de Equipamentos de Processamento de Dados (aluguéis)	0,03	0,03	100,00%
Serviços de terceiros	466,86	425,14	91,06%

Utilidades e serviços	50,13	47,94	95,63%
Tributos e encargos parafiscais	372,90	304,70	81,71%
Juros e outros	1.144,47	1.161,17	101,46%
Outros dispêndios correntes	1.043,19	990,32	94,93%
Aplicações em Op. de Crédito	9.775,35	7.441,01	76,12%
TOTAL DE APLICAÇÕES	13.892,41	11.447,36	82,40%

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

O item “Investimentos no Ativo Imobilizado” do PDG corresponde ao Orçamento de Investimentos da Instituição, cujos projetos estão especificados na tabela abaixo.

Tabela 20 - Orçamento de Investimentos – 2009

Projetos/Ações	Previstos	Realizados	Valores em R\$ milhões
			Variação
Manutenção da Infraestrutura de Atendimento	22,18	15,67	70,65%
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	1,53	1,09	71,24%
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	18,22	15,82	86,83%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	10,80	3,82	35,37%
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	1,86	1,07	57,53%
TOTAL INVESTIMENTOS	54,59	37,47	68,64%

Fonte: Ambiente de Controladoria, BNB

As inversões previstas tiveram um percentual de realização de 68,64%. Dentre os motivos para a não realização dos investimentos conforme o planejado, os mais relevantes são:

- ↳ As intervenções previstas para “Manutenção de Infraestrutura de Atendimento”, as quais contemplavam 18 unidades, foram efetivamente concluídas em 14 unidades, tendo em vista que a adesão do BNB ao Termo de Ajustamento de Conduta sobre acessibilidade exigiu que os esforços fossem redirecionados para a adequação de 183 agências e 4 pontos de atendimento bancário, compreendendo a construção de rampas de acesso e sanitários adaptados, instalação de mobiliário acessível, sinalização etc. Como essas adequações de acessibilidade, apesar de executadas em maior número de unidades, demandam menos recursos financeiros, o valor aplicado ficou aquém do reprogramado; igual motivo fez com que o percentual de realização da “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis” ficasse abaixo do previsto, já que os projetos orçados para a Direção Geral, Superintendências Estaduais e Centrais também foram redirecionadas para as obras de acessibilidade.
- ↳ Os investimentos previstos para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento” foram prejudicados pelo atraso ocorrido na confecção dos anexos técnicos necessários à licitação dos microcomputadores para a solução Data Center, cujo valor orçado é de R\$ 5.975.000,00. Referido processo licitatório está previsto para ocorrer em 2010;

3.4.6. Gestão de Pessoas

3.4.6.1. Admissões e desligamentos

Na posição de 31 de dezembro de 2009, o Banco contava com 5.895 empregados. Ao longo desse ano ocorreram, no quadro funcional, 18 acréscimos, por conta de nomeações e 101 saídas decorrentes de mudanças de status funcional, estando entre essas movimentações às aposentadorias, demissões e falecimentos.

Nesse total de empregados, 184 afastados do Banco estando entre esses os cedidos, liberados para mestrado ou doutorado, licença acidente de trabalho, saúde ou gestação, licença interesse particular, licença mandato eletivo, sindical, licença para exercer mandado de Diretor ou requisitados.

3.4.6.2. Remuneração e Promoção

Nos primeiros meses de 2009 foi concluído o processo de Promoções do PCR – Plano de Carreira e Remuneração. Esse ciclo de promoções teve sua data de apuração antecipada de 31.01.2009 para 31.12.2008, medida que já era prevista desde a implantação do processo. Considerando que a promoção de todos os empregados que atenderam aos requisitos de elegibilidade ficou abaixo do limite legal definido pela Resolução CCE nº 09, de 08 de outubro de 1996, todos os 2.361 concorrentes foram promovidos, sendo 2.331 na categoria por merecimento e 30 por tempo de serviço.

Em novembro de 2009, foi realizada a aplicação da Avaliação da Qualidade no Trabalho, por meio de um modelo 360º, que consiste na verificação de atitudes, conduta e atuação dos funcionários, fornecendo subsídios para as ações de recursos humanos (processos seletivos, promoção, movimentação, saúde, sucessão, carreiras, educação corporativa, etc.). O encerramento do ciclo aconteceu em 30/12/09, com o término da fase de Reuniões de Feedback.

3.4.6.3. Sucessão

Em 2009, a Educação Corporativa gerou 28.938 oportunidades de treinamento, possibilitando o acesso de 5.405 funcionários, a pelo menos 01 treinamento por ano, 94 % do contingente de pessoal.

O Programa de Formação e Sucessão foi estruturado com o objetivo de potencializar as habilidades de gestão nos profissionais do Banco. Contou em 2009 com dois programas de treinamento voltados para a formação de líderes: o "Programa de Desenvolvimento Gerencial", que visa oferecer conhecimentos aprofundados em gestão e o workshop "Ritos de Passagem" com foco no desenvolvimento das habilidades e atitudes necessárias à gestão no Banco, ambos desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com as necessidades do Banco do Nordeste. Ao todo foram formados 326 sucessores para as diversas funções gerenciais do Banco.

Além destes, a MindQuest, instituição especializada em educação empresarial, ofereceu de forma on-line, cursos com conteúdos desenvolvidos pela Harvard Management, sendo finalizados 1.704 oportunidades de treinamento.

A Comunidade Virtual de Aprendizagem- CVA também ofereceu conteúdo voltado às necessidades da prática bancária das unidades, disponibilizando cursos presenciais para formação específica dos gestores. Ao todo, foram 18.246 oportunidades geradas, sendo que destas, 76% referente a cursos realizados pelos funcionários das agências.

O ano de 2009 também foi marcado pela definição do modelo da Universidade Corporativa Banco do Nordeste. Esse projeto estratégico foi desenvolvido em parceria com a FIA – USP, tendo sido realizado:

- ↳ Levantamento de informações do sistema de educação corporativa do BNB;
- ↳ Elaboração do projeto pedagógico e revisão das políticas de educação corporativa;
- ↳ Elaboração da estrutura curricular;
- ↳ Realização do mapeamento, desenho e descrição dos processos de educação corporativa do Banco;
- ↳ Especificação, desenho e elaboração de 50 programas internos, compreendendo o desenvolvimento de conteúdos e metodologias educacionais;
- ↳ Elaboração da matriz associando competências das unidades e das funções em comissão com os produtos da Educação Corporativa;
- ↳ Definição de modelo integrado de avaliação dos programas educacionais;
- ↳ Indicação de solução tecnológica e especificações com sistema operacional que possibilite a administração e o gerenciamento do Sistema de Educação Corporativa do BNB.

3.4.6.4. Saúde e qualidade de vida

Durante o ano de 2009 foram realizadas várias campanhas educativas e preventivas, de incentivo à cultura de hábitos e práticas saudáveis, que resultaram na melhoria da saúde e qualidade de vida. Dentre as campanhas, destacamos aquelas destinadas à prevenção de doenças como as LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), Hipertensão Arterial, Campanha de Prevenção a Diabetes, Campanha de Doação de Sangue e Medula Óssea, Campanha de Vacinação contra Gripe Influenza A H1N1. As Campanhas objetivam despertar a consciência do papel de cada um na promoção da saúde e na prevenção de enfermidades.

O Programa Melhoria da Qualidade de Vida está implantado atualmente em 284 (duzentas e oitenta e quatro) unidades do Banco, beneficiando aproximadamente 6.078 (seis mil e setenta e oito) colaboradores por meio da participação em atividades como ginástica laboral, alongamento, massagem terapêutica, ioga, shiatsu, corrida e iso stretching.

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, que visa promover a saúde e proteger a integridade dos

trabalhadores no local de trabalho, realizou elaboração de PPRA's em diversas Unidades, adequação de postos de trabalho, acompanhamento dos acidentes de trabalho no Banco, Laudos Ergonômicos, bem como a participação em várias Campanhas Preventivas e apoio à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

De acordo com a Norma Regulamentadora nº 5 da Portaria 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (NR- 5), houve convocação dos funcionários lotados, no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV), para eleição dos representantes dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA para o período setembro /2009 a agosto /2010, tendo sido realizada nos dias 06 e 07/08/2009.

3.4.6.5. Oportunidades de profissionalização

Com o objetivo de promover a formação técnico-profissional de adolescentes e em cumprimento à Lei da Aprendizagem Profissional nº 10.097 de 19/12/2000, o Banco contratou em 2009 o quantitativo de 48 jovens aprendizes, distribuídos na Direção Geral, agências das cidades de Fortaleza, Crato, Juazeiro do Norte e Sobral, no Ceará. Ao todo, no ano de 2009, o Banco contava com 199 Jovens Aprendizes participando do programa.

Foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre o BNB e Sesi objetivando desenvolver ações conjuntas em prol do Projeto VIRAVIDA, programa sócio-educativo voltado a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. São 10 (dez) jovens com idade entre 18 e 22 anos, contribuindo para sua formação, como uma forma de expressão da própria missão social do Banco do Nordeste.

Para preparar a inserção dos jovens no Banco, foi promovido um encontro – conduzido pelo Sesi e técnicos do Ambiente de Gestão de Pessoas –, para sensibilizar os gestores dos ambientes que receberão, em 2010, os aprendizes capacitados pelo Projeto, no qual receberam acompanhamento psicossocial e aulas de Comunicação Digital, Português, Matemática e Cidadania.

Já o Programa Bolsista iniciou o ano de 2009 com uma série de mudanças, tanto em procedimentos como em benefícios para os bolsistas, adequando-se à nova Lei de Estágio que estabeleceu, dentre outras questões, a necessidade do pagamento de auxílio-transporte e recesso-remunerado para os bolsistas. Quanto ao número de vagas, encerramos o ano com 275 Bolsistas de Nível Médio e 293 bolsistas de Bolsistas de Nível Superior.

3.4.7. Gestão da Tecnologia da Informação

As atividades da Área de TI, para o quadriênio 2008-2011, têm como referência o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), que visa ajudar a construir vantagem competitiva para o negócio.

Entre janeiro e dezembro de 2009 os dispêndios com tecnologia da informação cresceram expressivos 132,5% em relação ao mesmo período no ano passado. Com ênfase no suporte ao aprimoramento dos processos empresariais, a Área de TI destaca as seguintes realizações do ano:

- ﴿ Atualização e ampliação da infraestrutura de tecnologia, mediante: aumento da capacidade computacional e atualização de *software* básico da plataforma central (*mainframe*); expansão, em mais de cinco vezes, da capacidade de armazenamento utilizada por serviços corporativos; aquisição de 205 microcomputadores servidores das unidades distribuídas; viabilização da conectividade dos postos do CrediAmigo à rede do Banco por meio de acesso remoto seguro; contratação de serviços de suporte técnico especializado em infraestrutura de TI; implantação do uso de telefonia fixa através de rede de dados do Banco (VoIP);
- ﴿ Avanços na estruturação do gerenciamento das demandas de TI e do relacionamento com usuários, por meio de definição de requisitos para aquisição ou desenvolvimento de novos sistemas e contratação de serviços de TI;
- ﴿ Licenciamento de novos sistemas, tais como: sistema de manutenção de instalações, *software* de mineração de dados para o Ambiente de Gestão de Riscos; *software* de gestão de risco operacional. Assim como, elaboração de edital para licenciamento de sistema gerenciador de operações de câmbio;
- ﴿ Ações de suporte ao desenvolvimento de sistemas de informação, tais como a implantação de atividades de administração de dados e a melhoria do processo de homologação e garantia da qualidade de *software*; suporte a adaptação da metodologia de desenvolvimento RUP para projetos de Business Intelligence (BI); suporte a definição da métrica para cálculo de estimativas de projetos de BI;
- ﴿ Contratação da consultoria para implantação e operacionalização dos serviços de escritório de projetos da Área de TI;
- ﴿ Disponibilização de novas soluções de TI, para suporte aos processos de negócios, que resultam no produto ou serviço recebido pelo cliente externo, tais como: novos recursos de segurança (blindagem) para o Nordeste Eletrônico; implementação do novo Nordeste Eletrônico e do Nordeste Empresarial; aperfeiçoamento dos sistemas para melhorar o atendimento às pessoas com deficiência visual; sistema de atendimento para o Cliente Consulta e Ouvidoria; gerenciamento de convênios e arrecadação; sistema de apoio à operacionalização do FINAME/PSI; CDC Veículos, que permite amparar operações de crédito na carteira de crédito geral com vinculação a veículos; novos produtos de Título de Capitalização; disponibilização dos fundos de

investimento BNB FI Renda Fixa Crédito Privado Nordeste 100 e BNB FI Renda Fixa Crédito Privado LP; Renegociação automática de 24 mil operações do âmbito do PRONAF-B amparada pela Lei nº.11775; PRONAF-Emergencial; Adaptações dos sistemas para o Plano Safra 2009-2010; Adaptação do SINC para prorrogação de limite de risco cliente por 90 dias;

- ↳ Implementação de soluções para suporte aos processos gerenciais – que incluem ações de medição e ajuste do desempenho da organização – a exemplo da contratação do desenvolvimento de ferramenta Balanced Scorecard (BSC) e a liberação de nova versão do Sistema de Gestão de Parcerias; disponibilização do *data mart* Ativo Operacional e segunda versão do *data mart* CrediAmigo; inclusão dos produtos depósitos para reinvestimentos e título de capitalização no sistema de Rentabilidade de Clientes;
- ↳ Disponibilização de sistemas para apoio aos processos organizacionais, que viabilizam o funcionamento coordenado dos subsistemas da organização, garantindo o suporte adequado aos processos de negócio. Nesse contexto, ressaltam-se: sistema de Controle de Dotação de Hora Extra; Sistema Gerenciador de Recebíveis; novo Modelo de Avaliação de Risco Cliente e Risco Operação, envolvendo principalmente os sistemas de Risco de Crédito e SINC; Módulo de Geração Automatizada do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) no Sistema Risco de Tesouraria; implantação do modelo de avaliação de risco do CrediAmigo; automatização da recuperação de informações para gerenciamento da carteira de clientes; atualização do SPB para utilização do novo catálogo- versão 3.0; implantação da primeira versão do sistema Controle gerencial do FNE; geração dos arquivos da IN86, MANAD e LECD no sistema Arquivo Digitais; e
- ↳ Atendimento a cerca de 4,4 mil demandas de recuperação da informação, alteração, correção, desenvolvimento e evolução de sistemas, distribuídas, segundo as áreas do BNB, de acordo com o quadro seguinte:

Central de Orientação ao Cliente Interno

- ↳ Sistematização de pesquisa para auferir o nível de satisfação dos usuários dos serviços da Central de Orientação ao Cliente Interno, visando identificar oportunidades de melhorias;
- ↳ Atendimento de 342 mil demandas de incidentes, problemas, sugestões e esclarecimentos de dúvidas sobre a operacionalização de recursos de TI.

3.4.8. Gestão de Logística

A gestão dos recursos logísticos tem sua operacionalização a partir da integração dos subprocessos de pagamentos a fornecedores, administração do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas – CAPGV, licitações e contratos, serviços de engenharia e arquitetura, gestão do patrimônio, serviços de mão-de-obra e de documentação.

3.4.8.1. Alienação de Bens

Em 2009, o Banco doou 1.391 itens de bens, compreendendo móveis, máquinas e equipamentos, microcomputadores, obsoletos e sem utilização pelo Banco, beneficiando 126 entidades reconhecidas de utilidade pública e sem fins lucrativos, sendo o melhor resultado, desde o ano de 2006.

A alienação por meio de vendas permitiu ao Banco se desfazer 171 itens de bens não de uso próprios, recebidos em execução de dívidas ou em doações de pagamentos, compreendendo imóveis rurais e urbanos, móveis, máquinas e equipamentos, o que representa um crescimento de 13% em relação às vendas verificadas no ano anterior, para esse tipo de bem. O ano de 2009 contabilizou o maior lucro verificado neste tipo de ação, desde o ano de 2003, com um montante de R\$1,86 milhão.

No ano de 2009 foi realizado grande leilão de bens de uso já inservíveis, culminando com a venda e desfazimento de cerca de 5 mil itens, compreendendo equipamentos defasados tecnologicamente, mobiliário, dentre outros.

3.4.8.2. Modernização de Instalações

O processo de modernização de instalações prediais teve prosseguimento no ano de 2009, conforme definido no Plano de Ação da Logística para o exercício, a partir do padrão de solução integrada, que prevê intervenções de ordem geral em todos os sistemas prediais, bem como na ambientação interna, com o objetivo de prover as melhores condições de funcionamento a todas as Unidades.

Em 2009, foram realizadas diversas intervenções nas Unidades do Banco, conforme quadro seguinte:

Quadro 44 - Resumo de Intervenções - 2009

TIPOS DE INTERVENÇÃO	QUANTIDADE
Adequação de Instalações de Unidades	35
Centrais Telefônicas	22
Elevadores e Plataformas Elevatórias	7
Grupos Geradores	3
No-break e Estabilizadores	46
Reforma de Agências (Geral)	29
Reforma de Agências (Parcial)	26
Sistemas de Ar Condicionado	15

Fonte: Área de Logística, BNB

O número de intervenções neste exercício totalizou o número de 183, contra 93 no ano de 2008, representando um crescimento da ordem de 97%.

O Banco aderiu ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, assumindo com isso compromissos relacionados à disponibilização de requisitos de acessibilidade em suas agências e postos de atendimento. No decorrer do ano, foram contempladas 187 unidades, com um total de 487 intervenções.

Os investimentos relacionados às ações e projetos de Modernização de Instalações, no exercício de 2009, registraram valores da ordem de R\$ 16,7 milhões, superiores, portanto, aos verificados no ano de 2008, de R\$ 10,4 milhões, significando um incremento em torno de 61%, nesta rubrica.

3.4.8.3. Licitações e Contratos

Foram concluídos 181 processos licitatórios durante o exercício, ensejando a formalização de 336 contratos (incluídos os processos de dispensa e inexigibilidade). A modalidade de licitação “pregão” foi a mais adotada, representando 69% do total de eventos do período, sendo 04 de natureza presencial e 120 de natureza eletrônica. Isto permite uma maior celeridade e enseja um momento de negociação de preços, agregando maior qualidade ao processo de aquisição de bens e serviços. Essa modalidade permitiu a redução de 29% nos valores contratados por meio de pregões.

3.4.9. Gestão dos Riscos

A Gestão de Riscos prima por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e de metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

No ano 2009, prosseguiram as ações do Banco em busca de melhorias na gestão integrada de riscos e controles internos. Dentre elas destacam-se:

- ↳ Formalização da gestão por processos: definida arquitetura de processos organizacionais para o Banco, com critérios para identificação de processos críticos e estabelecimento de gestores de processos;
- ↳ Nova Estruturação da Certificação de Conformidade dos Controles Internos: criada nova sistemática de verificação da conformidade dos processos organizacionais do Banco, a partir da definição de roteiros de conformidade orientados a processos e baseados em riscos; e
- ↳ Reestruturação da Área, com a criação/redefinição de novas funções.

3.4.9.1. Gestão do Risco de Crédito

O BNB utiliza um conjunto de métodos mitigadores de riscos de crédito, regularmente avaliados pelo Banco Central, que são distintos em função do porte e da atividade produtiva do tomador do crédito.

Na gestão do risco de crédito, destacam-se as seguintes ações em 2009:

- ↳ Implantação em todas as Agências de novo modelo de avaliação de risco especialista, módulos risco-cliente e risco-operação;
- ↳ Conclusão do processo de calibração do modelo de avaliação de risco fundamentalista;
- ↳ Definição de novos critérios de enquadramento para o modelo de avaliação de risco fundamentalista;
- ↳ Criação de infra-estrutura tecnológica para geração contínua de base de dados histórica de clientes e operações, que permitirá a definição, implementação e teste dos modelos de avaliação de riscos de crédito, e
- ↳ Implantação de estrutura organizacional segregada para a gestão do risco de crédito.

3.4.9.2. Gestão dos Riscos Operacionais

O Banco cumpre as determinações da Resolução 3.380, do Conselho Monetário Nacional, para gerenciamento do risco operacional e, continuamente, tem desenvolvido trabalhos que visam ao cumprimento do Acordo de Basileia II. Destacam-se as seguintes ações realizadas em 2009:

- ↳ Mapeamento de novos processos de negócios e identificação dos seus riscos operacionais;
- ↳ Desenho da modelagem avançada do cálculo da parcela de patrimônio do risco operacional;
- ↳ Construção de metodologia de identificação de processos críticos;

- ↳ Acompanhamento da implementação das ações mitigadoras de processos de negócios, selecionados como críticos, sob a ótica do risco operacional; e
- ↳ Início da Implantação do Sistema de Gestão de Risco Operacional e Controles Internos.

3.4.9.3. Gestão do Risco de Mercado e de Liquidez

O acompanhamento do risco de mercado no BNB é realizado de forma sistemática, gerenciando potenciais oscilações envolvendo o comportamento de taxas de juros, índices (de ações, de preços etc), e também de moedas (câmbio e outros indexadores). São mensurados e registrados os eventuais riscos decorrentes de descasamentos de moedas e prazos e comunicados à gerência superior os resultados das análises sobre os movimentos das carteiras e a representatividade de seus efeitos sobre os resultados da Instituição.

No que se refere ao risco de mercado, foram implementados em 2009:

- ↳ Melhorias na ferramenta automatizada de suporte;
- ↳ Melhorias nos informativos gerenciais; e
- ↳ Estudos para criação de modelos internos de gestão de risco de mercado e liquidez.

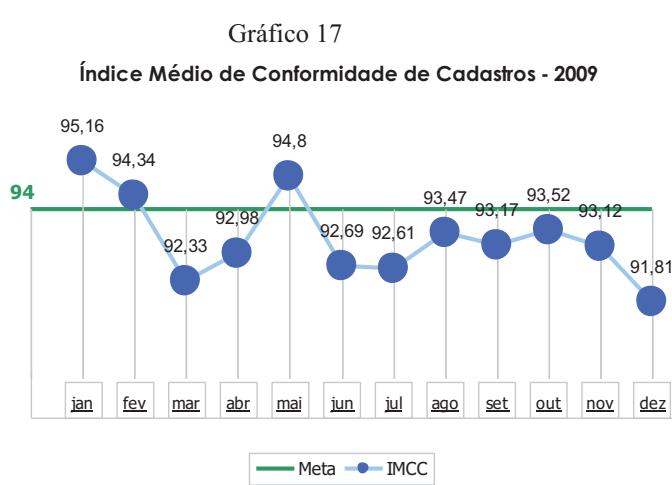
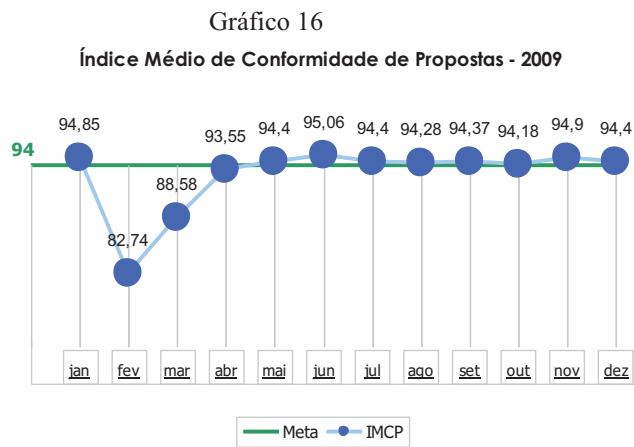
3.4.10. Gestão dos Controles Internos

Os controles internos fundamentam-se nas boas práticas de governança corporativa e incluem como importantes elementos à integridade das pessoas e seus valores éticos; o nível de compromisso em atuar com competência; a filosofia e o estilo de gerência; a estrutura organizacional; a delegação de autoridade e atribuições; as políticas e práticas de gestão de riscos, dos recursos humanos e a segurança da informação.

Durante o ano de 2009, destacam-se as ações realizadas pelas Gerências de Controles Internos, que realizaram verificações de conformidade em 14.005 cadastros vinculados a 7.498 propostas de crédito atingindo o montante de R\$ 12,9 bilhões equivalente a 62,02% de tudo que foi contratado pelo Banco.

Foram analisadas 3.316 contas correntes, 499 propostas de renegociação de dívidas (no valor de R\$ 1.379 milhões). Além de ter sido realizada a verificação em 4019 termos de adesão de fundos de investimento.

Abaixo constam os gráficos que demonstram o índice médio mensal de conformidade desses processos durante o ano de 2009, para uma meta de 94% de conformidade.





Fonte: S399,BNB

Nas Agências houve ampliações das atividades de controle, mediante alocação de mais 19 analistas de negócios às estruturas das Gerências Estaduais de Controle, que no segundo semestre de 2009 realizaram visitas às unidades para certificação da qualidade dos controles nas atividades dos seguintes processos: tesouraria, logística, segurança corporativa, Pronaf B, cobrança judicial e renegociação de dívidas, obtendo-se índices de conformidade, que variaram entre 70% e 94%.

Ademais, foram mobilizados todos os partícipes do processo de crédito no sentido de buscar a excelência na Administração de Crédito, produzindo-se roteiro específico para verificação de sua conformidade e a realização de curso de preparação dos analistas para a aplicação do referido roteiro.

Com referência à operacionalização das verificações de conformidade dos processos da Direção Geral do Banco, ressaltamos que foi verificada a conformidade de 17 (dezessete) processos, 13 (treze) deles pela primeira vez em 2009, onde o índice de conformidade variou entre 71% e 97%.

Cabe destacar que esses roteiros foram aplicados pela primeira vez e em primeira camada. A partir desta aplicação fica definida a periodicidade semestral para aplicação em segunda camada, ou seja, verificação da amostra a partir da aplicação de conformidade realizada por cada unidade gestora do processo.

Durante o ano, foram realizados diversos treinamentos *in loco* (nas Gerências de Controle) de funcionários das centrais e agências, com objetivo de elevar a qualidade dos processos e sua conformidade.

Para reforçar a cultura de controle de internos, destaca-se a disponibilidade na comunidade virtual aprendizagem (CVA) do Curso Básico de Controles Internos e elaboração da cartilha de Controles Internos a ser distribuída para todos os colaboradores do Banco do Nordeste.

Por fim registra-se que o Relatório de Controles Internos - Primeiro Semestre de 2009, foi apreciado na Reunião da diretoria 2009/3547 de 01/12/2009 e na reunião do Conselho de administração em 18/12/2009, estando em fase de desenvolvimento o Relatório de Controles Internos referente ao segundo semestre de 2009.

3.4.11. Gestão da Segurança Corporativa

3.4.11.1. Segurança da Informação

No cumprimento das funções relacionadas à Gestão de Segurança da Informação, o BNB realizou as seguintes ações:

- ↳ Implantação do Projeto “Institucionalizar Segurança no RUP-BNB”: envolve inclusões de controles de segurança para a disciplina de requisitos; elaboração de guias de orientação de segurança e melhorias de artefatos, a fim de aperfeiçoar a metodologia de desenvolvimento dos aplicativos deixando-os qualitativamente mais seguros;
- ↳ Atualização da solução antimalware na rede corporativa e no site alternativo para a nova versão em 99% das estações;
- ↳ Contratação de Serviços Gerenciados de Segurança, contemplando: identificação de ameaças e vulnerabilidades dos recursos computacionais, monitorando e prevenindo incidentes, fraudes, acessos indevidos, elevando o nível de criticidade;
- ↳ Tratamento de riscos operacionais: implantação da configuração de padrões de segurança, para todas as estações do parque computacional do Banco, com correções de vulnerabilidades;
- ↳ Alteração e aprovação pela Diretoria, em 14/12/2009, do normativo de acesso aos Aplicativos do Banco do Nordeste. A estrutura proposta de perfis de acesso tem o propósito de assegurar a segregação de funções, conformidade com exigências dos órgãos reguladores e homogeneidade na configuração de acessos para cada perfil;
- ↳ Implantação da campanha de conscientização, em parceria com o Ambiente de Comunicação Social, quanto a utilização adequada de softwares nas estações de trabalho;
- ↳ Verificação de conformidade em pontos críticos do processo referente à continuidade do Site Backup e Cópias de Segurança;
- ↳ Reestruturação do normativo relacionado à segurança da informação, com inclusão de conteúdo do Manual de Procedimentos de Segurança da Informação consolidado;
- ↳ Definição da metodologia de elaboração e manutenção de Planos de Contingência Operacional e apresentação desta para os serviços terceirizados.

3.4.11.2. Recursos de Segurança

O Gerenciamento dos Recursos de Segurança tem como função básica o gerenciamento de incidentes e soluções de problemas que envolvam recursos de Segurança Corporativa, bem como a verificação de padrões e perfis de segurança definidos pela Segurança Bancária e Patrimonial e Segurança da Informação.

Principais ações realizadas durante o ano de 2009:

- ↳ Análise, tratamento e acompanhamento de 6.567 (seis mil, quinhentos e sessenta e sete) eventos indevidos emitidos pelo sistema de alarme instalado em 182 agências e 5 postos bancários, dos quais se destacam: 3.252 (três mil, duzentos e cinqüenta e dois) acionamentos indevidos de intrusão e botão de pânico, 835 (oitocentos e trinta e cinco) relativos à falta de energia elétrica, 643 (seiscentos e quarenta e três) falhas de comunicação e 421 (quatrocentos e vinte e um) acionamentos indevidos de incêndio. Em resumo, 49,52% desses eventos foram ocasionados por acionamentos indevidos;
- ↳ Registro de 134 incidentes de segurança física relacionados a arrombamento, roubo/assalto, furtos, danos prediais, extorsão virtual, extorsão mediante seqüestro, ameaça, movimentos sociais, incêndio, acidente de trabalho, roubo de malote, enchente/alagamentos. Inclusos no total mencionado anteriormente encontram-se 35 situações suspeitas, as quais foram devidamente tratadas, conforme procedimentos constantes no Plano de Contingência em Situações de Crise, evitando-se sua concretização e consequentes perdas. O montante subtraído em decorrência dos eventos concretizados soma, aproximadamente, R\$ 750 mil e o valor preservado decorrente das ações preventivas, proativas e de resposta imediata estão estimados na ordem de R\$ 2 milhões;
- ↳ Análise sistemática de movimentações financeiras suspeitas, por meio do processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro;
- ↳ Elaboração de Cartilhas Educativas sobre o tema Prevenção à Lavagem de Dinheiro;
- ↳ Monitoramento de movimentações atípicas que possam evidenciar fraude ou uso indevido de ativos financeiros do BNB;
- ↳ Realização de pareceres técnicos versados sobre apurações das Contestações de Débito, sob ótica das diretrizes da Segurança Corporativa, a partir de demandas derivadas de reclamações de clientes;
- ↳ Envio sistemático de informativos, denominados “*Infomail*”, alertando os colaboradores sobre mensagens eletrônicas com indícios de portarem códigos maliciosos ou de serem fraudes eletrônicas;
- ↳ Constatação no parque computacional do Banco, com aproximadamente 11.671 recursos computacionais, distribuídos entre estações e servidores, 59.816 eventos, categorizados em “Softwares Não Homologados”, envolveram Segurança da Informação.

- ↳ Registro de 115 incidentes de segurança da informação, categorizados em uso indevido da Internet, que consiste no acesso a conteúdos não institucionais ou que degradem o recurso;
- ↳ Participação na implantação e análise de conformidade da nova versão da solução anti-malware instalada nos servidores e estações de trabalho do Banco;
- ↳ Análise de conformidade dos recursos e dispositivos de segurança patrimonial, envolvendo, principalmente, vigilância, fechaduras de retardo, sistema de alarme, Circuitos Fechado de TV (CFTV) e Portas Giratórias Detectoras de Metais (PGDM);
- ↳ Instalação de projeto para construção de metodologia corporativa para elaboração de planos de contingência operacional seguindo práticas internacionais e objetivando a redução de impactos negativos ao Banco do Nordeste, oriundos de interrupções em serviços críticos; e
- ↳ Elaboração de curso introdutório com o tema Gestão de Continuidade de Negócios, na Comunidade Virtual de Aprendizagem, com o fito de promover maior conscientização aos funcionários e colaboradores do BNB.

3.4.11.3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD)

Nas situações passíveis de serem caracterizadas como ‘lavagem’ de dinheiro, o Banco do Nordeste realiza buscas sistemáticas nos sistemas de contas-correntes, poupança, cadastro, cobrança e desconto, automação bancária, renda fixa, câmbio, produtos de crédito comercial, SPB.

Foram analisadas, no ano de 2009, 13.673 (treze mil seiscentas e setenta e três) transações superiores a 90 (noventa) mil reais enquadradas pelo SIRCOI (Sistema de Rastreamento de Reciclagem de Capitais de Origem Ilícita), 513 (quinhentas e treze) comunicações de transações de valor igual ou superior a 100 (cem) mil reais. As Agências realizaram 6 (seis) comunicações de operações suspeitas ao longo de 2009, das quais 5 (cinco) foram registradas no COAF. Ainda sobre o tema, já foram capacitados 5.824 (cinco mil oitocentos e vinte e quatro) colaboradores, correspondendo a 99,7% do corpo de funcionários, por meio de Curso em Comunidade Virtual de Aprendizagem - CVA, dos quais 813 (oitocentos e treze) capacitaram-se em 2009. Complementaram a capacitação com o curso “Programa de Reciclagem em PLD” também veiculado na CVA, 423 (quatrocentos e vinte e três) colaboradores, dos quais 125 (cento e vinte e cinco) em 2009.

3.4.11.4. Segurança Bancária e Patrimonial

A Segurança Bancária e Patrimonial possui atribuições básicas de definir requisitos, prospectar, homologar e participar da implementação de soluções relacionadas à segurança bancária, patrimonial, das comunicações, física em pessoas, bem como estabelecer parcerias estratégicas. Relacionamos as principais ações realizadas no ano de 2009.

- ↳ Controle de Acesso Físico: aquisição e homologação do software de cadastramento veicular integrado ao atual sistema de controle de acesso físico aos blocos administrativos;
- ↳ Implantação de quarteirização dos serviços de vigilância no CAPGV;
- ↳ Aprovação do Projeto Básico para substituição de cofres de numerário de 78 agências, atendendo novas especificações técnicas, com edital publicado em 04/01/2010;
- ↳ Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio CAPGV: elaborado e aplicado, roteiro de conformidade do BNB à Norma Regulamentadora nº 23, de combate a incêndio;
- ↳ Soluções em segurança bancária e patrimonial: homologação de dispositivos de segurança, a exemplo de contador e detector de cédulas falsas, mini-câmeras do tipo infravermelho, PGDMs (Portas Giratórias Detectora de Metais) e fragmentadoras;
- ↳ Implantação de controle de rondas noturnas dos vigilantes do CAPGV;
- ↳ Edital, licitação e início do processo de substituição do sistema de alarme das unidades do Estado da Bahia, Maranhão, Piauí e Sergipe;
- ↳ Acompanhamento Preventivo de Segurança – APS: foram realizadas 20 ações envolvendo contatos telefônicos com os gestores das Unidades e intensificação do monitoramento por meio dos recursos de segurança física (círculo fechado de TV e sistema de alarme);
- ↳ Descentralização do processo de renovação dos planos de segurança das agências e monitoramento do gerenciamento junto às Superintendências Estaduais;
- ↳ Elaboração do Manual de Procedimentos para Vigilância no CAPGV;
- ↳ Análises técnicas de projetos de reformas de agências, proporcionando a elevação do nível de segurança, dirimindo vulnerabilidades de acesso e quantificando os dispositivos de segurança das Unidades;
- ↳ Reestruturação da segurança física do CAPGV: acompanhamento das desconformidades surgidas durante as rondas noturnas;
- ↳ Acompanhamento de demandas de manutenção e realização de intervenções preventivas nos recursos de segurança (sistema de alarme, CFTV, entre outros);
- ↳ Participação no treinamento dos vigilantes das Agências localizadas nos Estados do Maranhão, região norte de Minas Gerais e Paraíba, tendo em vista modificações dos normativos internos, visando a reciclagem;
- ↳ Revisão do manual de procedimentos do GRIS: efetuada consolidação das atividades do GRIS e dos tratamentos envolvidos – atividade em andamento;
- ↳ Educação em Segurança: orientações às agências sobre incidentes de segurança, envolvendo temas como “golpe do mergulhão” e “saidinha bancária”;
- ↳ Mapeamento das estatísticas de incidentes do BNB; e
- ↳ Revisão do Plano de Contingência em Situações de Crise.

4. Informações sobre Composição de Recursos Humanos

Quadro 45 - Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	-	-	-
Requisitados	-	-	-
Celetistas	5.895	5.895	6.414
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	-	-	-
Não Estatutários	-	-	-
Terceirizados	3.772	3.772	3.772
Total	9.667	9.667	10.186

Fonte: Área de Desenvolvimento Humano, BNB.

Quadro 46 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007								
2008								
2009								
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	5.726	101.674.892,89	3.924.713,78	61.519.506,83	84.627.176,36	5.962.436,16		
2008	5.978	113.343.780,62	4.385.495,98	72.233.385,22	105.715.348,97	8.364.920,70		
2009	5.895	127.684.562,63	5.142.378,74	85.953.310,87	132.981.774,01	9.205.486,32		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007								
2008								
2009								
Requisitados com ônus para a UJ								
2007								
2008								
2009								
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	5	139.792,49	7.037,78	108.778,16	186.542,28	8.594,52		
2008	5	141.973,52	6.751,80	110.361,20	189.110,17	22.251,66		
2009	4	164.085,80	8.031,65	145.133,53	271.314,63	11.904,13		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim (*)		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	1020	R\$ 18.885.705,90	788	R\$ 28.970.808,74	-	-	491	R\$ 181.183,90
2008	1047	R\$ 20.858.855,63	1368	R\$ 24.138.004,97	-	-	596	R\$ 210.297,59
2009	1132	R\$ 23.091.744,11	1487	R\$ 33.169.553,91	-	-	568	R\$ 3.260.521,88

* Não se aplica ao BNB

Fonte: Área de Desenvolvimento Humano, BNB.

5. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no exercício

O Banco do Nordeste realiza parcerias com outras instituições por meio da celebração de instrumentos diversos.

Parte desses instrumentos envolve transferências de recursos e execução de programas de trabalho definidos. Tais instrumentos tratam de:

- ↳ Operacionalização do FASE (Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste), do FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional) e do FUNDECI (Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico);
- ↳ Operacionalização de programas de crédito e ações complementares ao crédito; e
- ↳ Aquisição de competências (capacitação de funcionários e participação em redes de aprendizagem).

As informações sobre cada instrumento de parceria que conta com transferências de recursos constam no Anexo A.

6. Previdência Complementar Patrocinada

6.1. Identificação

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, sociedade civil, entidade fechada de previdência complementar, regida pela Lei Complementar nº 109/2001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.273.170/0001-99, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como patrocinadores o BNB, Patrocinador-Fundador; a Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB – CAMED; e a própria CAPEF.

Seu objetivo principal é assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores retomencionados, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade, além de assegurar institutos de proteção previdenciária aos participantes desligados do patrocinador.

6.2. Demonstrativo anual

6.2.1. Valor total da folha de pagamento dos participantes da CAPEF

Tabela 21 - Folha de Pagamento dos participantes da CAPEF

Forma *	Valor
Valor total da folha em 2009 sem encargos	127.462.812,57
Valor total da folha em 2009 com encargos	173.474.920,68

* Considera-se a folha de pagamento, os funcionários ativos, participantes da CAPEF

Fonte: Área de Desenvolvimento Humano, BNB

6.2.2. Recursos aportados pelos participantes

Tabela 22 - CAPEF – Recursos aportados pelos participantes

Recursos aportados pelos participantes	(em R\$)
Ativos	3.503.782,99
Patrocinados	3.434.934,75
Autopatrocinados	68.848,24
Remuneração por atraso nas contribuições	0,00
Assistidos	54.808.400,10
Aposentados	52.038.190,08

Pensionistas	2.770.210,02
--------------	--------------

Fonte: CAPEF

6.2.3. Recursos aportados pelo patrocinador BNB

Tabela 23 - CAPEF – Recursos aportados pelo BNB

Recursos aportados pelo patrocinador BNB	(em R\$)
Ativos	3.436.071,59
Patrocinados	3.436.071,59
Autopatrocínados	0,00
Remuneração por atraso nas contribuições	0,00
Assistidos	54.801.909,53
Aposentados	52.048.521,87
Pensionistas	2.753.387,66

Fonte: CAPEF

6.2.4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora

Não existiram outros valores repassados pela patrocinadora além das contribuições.

6.2.5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições.

Não existiram outros valores repassados pela patrocinadora além das contribuições.

6.2.6. Passivo Financeiro

Tabela 24 - CAPEF – Passivo financeiro

Passivo Financeiro	(em R\$)
Recursos aportados pelo patrocinador BNB	0,00
Recursos descontados dos participantes assistidos	7.039,80
Aposentados	7.039,80
Pensionistas	0,00

Fonte: CAPEF

6.2.7. Despesas ressarcidas pelo patrocinador BNB face implantação do Plano CV

Quadro 47 - CAPEF – Despesas ressarcidas pelo BNB

Despesas ressarcidas pelo patrocinador BNB face implantação do Plano CV	(em R\$)
Total ressarcido	217.286,22

Fonte: CAPEF

6.2.8. Dívidas entre patrocinador e patrocinada

Não há dívidas entre BNB e CAPEF.

6.2.9. Cessões de recursos humanos pelo BNB a CAPEF

As cessões foram formalizadas com base nos artigos 7º, 26 e 28 do Estatuto da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, aprovado pela Diretoria e Conselho de Administração do BNB e pelos Órgãos reguladores e fiscalizadores competentes – Ministério da Fazenda, DEST e SPC. Os funcionários cedidos são:

Quadro 48 - CAPEF – Funcionários cedidos

NOME	MAT.	INÍCIO	OBSERVAÇÃO
FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA	44512	01/09/2005	PRESIDENTE DA CAPEF
JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA	48690	07/04/2003	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS
RÔMULO PEREIRA AMARO	63878	07/04/2003	DIRETOR DE PREVIDÊNCIA
ZILANA MELO RIBEIRO	48518	13/03/2008	SUPERINTENDENTE DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES
TOTAL: 04			

Fonte: Área de Desenvolvimento Humano, BNB.

6.2.10. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Tabela 25 - CAPEF – Aplicações

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO % CAPEF EM DEZ/2009	PARTICIPAÇÃO CAPEF EM DEZ/2009 (EM R\$ MIL)	RES.3792 (1) TETO (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF EM 2009	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	83,67	1.811.552,67	100	67	100
Renda Variável (2)	5,96	129.068,58	70	0	15
Investimentos	0,01	146,38	20	-	-

Estruturados					
Investimentos no Exterior	-	-	10	-	-
Imóveis	5,80	125.592,86	8	0	8
Empréstimos e Financiamentos	4,56	98.766,04	15	0	10
Empréstimos	4,28	92.607,80	-	0	10
Financiamentos	0,28	6.158,24	-	-	1

Observações Res. 3.792

(2) Limites Máximos Res. 3.792:

Novo Mercado: 70% ; Nível 2: 60%; Bovespa Mais: 50%;

Nível 1: 45%; Nenhum dos níveis: 35%; SPE: 20%

Demais classificados no segmento de RV: 3%

Fonte: CAPEF

(1) A Res. 3.792 foi publicada em 24 de setembro de 2009

A alocação de recursos do Plano BD direciona a maior parte dos ativos (de 67 a 100%) para aplicação conservadora, sob a forma de renda fixa, concentrada em títulos públicos federais, remunerados a taxas de juros reais superiores a meta atuarial de 6%. No segmento de renda variável, a alocação varia de 0 a 15% em ações de empresas que, no longo prazo, vêm contribuindo para o alcance da meta atuarial da Entidade; até 10% desses recursos poderão ser destinados à linha de empréstimos a participantes, com remuneração histórica superior à meta atuarial.

Com relação ao segmento de imóveis, sua participação patrimonial tem se mantido historicamente inserida nos limites legais de participação, notadamente ao final do ano de 2008, quando antecipadamente a CAPEF atingiu enquadramento ao limite máximo previsto de 8% da Carteira. Esses resultados decorrem principalmente de política de desimobilização em curso desde 1996 e impulsionada a partir do ano de 2003. Basicamente, o objetivo da política é redirecionar tais recursos para aplicações de maior rentabilidade e liquidez. Os segmentos de Investimentos estruturados e Investimentos no Exterior foram criados em setembro de 2009, através da Resolução nº 3.792. Conforme tabela anterior, é demonstrada que a CAPEF encerrou o ano respeitando todos os limites estabelecidos pela sua política de investimento.

6.2.11. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

A Resolução nº 248, do Tribunal de Contas da União, em seu art. 2º, alínea i, que trata da manifestação da SPC sobre as entidades de previdência privada, foi revogada pela Instrução Normativa TCU nº 47, de 24/10/2004.

6.2.12. Retorno detalhado das aplicações contidas na Política de Investimento

A CAPEF apresentava em dezembro de 2009 um total de investimentos no Plano BD de R\$ 2.165.297,27 mil, distribuídos nos segmentos de renda fixa (R\$ 1.811.552,67), renda variável (R\$ 129.214,96 mil), imóveis (R\$ 125.592,86 mil), operações com participantes (R\$ 98.766,04 mil).

A macrocarteira da CAPEF atingiu em 2009 uma rentabilidade de 17,213%. Com isso, a performance alcançada superou a meta atuarial (INPC + 6% a.a.), em 2009, (10,361%), como pode ser inferido na tabela abaixo.

A Política de Investimento , em sua integra, encontra-se no Anexo B

Quadro 49 - Composição e Desempenho das Carteiras de Investimento da CAPEF

ATIVOS	DEZEMBRO/2009			NO ANO
	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)	PARTICIP. (EM %)	RENTAB (EM %)	
RENDA FIXA	1.811.552,67	83,67	0,990	16,112
BNB - FIF Empresarial	1.721.721,41	79,52	0,987	16,227
Fortaleza Multimercado FI	89.831,26	4,15	1,046	14,041
RENDA VARIÁVEL	129.214,96	5,97	2,011	60,896
BNB - Exclusivo	58.836,29	2,72	0,921	66,833
BNB - FIC	55.417,83	2,56	1,273	68,267
Itaú	23.437,14	-	0,905	63,716
SulAmérica(*)	15.954,64	-	2,237	72,450
Schroder	15.684,85	-	0,890	73,425
Carteira Própria (ações do BNB)	14.814,46	0,68	10,121	3,587
Nordeste Empreendedor	146,38	0,01	-	-
IMÓVEIS	125.592,86	5,80	0,603	16,272
Direitos Creditórios s/Alienação de Imóveis	4.473,79	0,21	1,993	8,013
Edificações + Direitos a receber s/Edificações	121.119,07	5,59	0,530	16,534
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	98.766,04	4,56	0,979	10,641
Empréstimos	92.607,80	4,28	1,041	13,380
Financiamentos	6.158,24	0,28	0,074	(19,366)
SUBTOTAL INVESTIMENTOS (SEM IMPOSTOS A COMPENSAR)	2.165.126,53	-	-	-
IMPOSTOS A COMPENSAR	170,74	-	-	-
TOTAL INVESTIMENTOS	2.165.297,27	-	0,997	17,213
INPC + 6%aa	-	-	0,798	10,361
INPC	-	-	0,240	4,114
IPCA	-	-	0,370	4,312
IGPDI	-	-	(0,110)	(1,436)
IGPM	-	-	(0,260)	(1,712)
CDI	-	-	0,724	9,877
IBRX50 FECHAMENTO	-	-	1,046	72,413
IBOVESPA FECHAMENTO	-	-	2,303	82,658

(*) RENTABILIDADES BRUTAS DOS SEGMENTOS OBTIDAS PELO MÉTODO DE QUOTAS

Fonte: CAPEF

6.2.13. Ações para supervisão sistemática das atividades da CAPEF

Durante o exercício de 2009, no período de 13/10 a 16/12/2009, a Entidade submeteu-se a Auditoria Direta – Operacional do Patrocinador Instituidor – Banco do Nordeste do Brasil S.A., nos aspectos de controles de gestão, legais e estatutários e gestão financeira, em cumprimento ao que preceitua o Art. 25, da Lei complementar nº 108, de 29/05/2001.

A CAPEF contratou para fins de auditoria externa a empresa **BAKER TILLY BRASIL FORTALEZA AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, empresa de Auditoria Independente regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.373.505/0001-40 e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob o nº 10.430, com escritório em Fortaleza sito na Av. Santos Dumont 2828, salas 1201-1202, Aldeota, Fortaleza/CE que emitiu seu parecer independente sem ressalvas, fazendo apenas uma ênfase ao item 5.2 das notas explicativas da Entidade. O parecer dos Auditores Independentes quanto às demonstrações da CAPEF consta no Anexo C.

6.2.14. Parecer Atuarial

Segundo o Parecer Atuarial, contido no Anexo D , na posição de 31/12/2009 as provisões matemáticas do Plano de Benefícios Definidos (Plano BD) importam em R\$ 2.078.097.213,65 (dois bilhões, setenta e oito milhões, noventa e sete mil, duzentos e treze reais e sessenta e cinco centavos), sendo R\$ 1.388.244.107,13 (um bilhão, trezentos e oitenta e oito milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e sete reais e treze centavos) para Benefícios Concedidos e R\$ 689.853.106,52 (seiscentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e cinqüenta e três mil, cento e seis reais e cinqüenta e dois centavos) para Benefícios a Conceder, valores esses apurados em observância com as regras contidas no Regulamento do Plano BD, de acordo com as normas em vigor e com base nas práticas atuariais correntes.

As provisões matemáticas, segundo Parecer, expressam de modo satisfatório as obrigações previdenciárias do plano e aponta estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial de R\$12.850.487,71 (doze milhões, oitocentos e cinqüenta mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos).

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Quadro 50 - Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados) – Valores em US\$ 1,00				Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa Providências adotadas para correção	
	Previsto	Custo Total (ingressos externos)	Empréstimo contratado	Contrapartida nacional		
Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso , outros)	Motivo (amortização Juros Comissão)	Valor no ano acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram			
BID PEM	Variação cambial + LIBOR trimestral	-	7.500.000,00	-	2.882.543,10 159.099,26 196.698,85	3.351.293,10 1.272.818,41 1.293.506,97
BID PRODETUR I	Variação cambial + taxa de juros baseada no custo das captações do BID	-	398.657.709,22	-	27.648.080,49 12.480.411,58	177.125.805,36 192.863.535,83
BID PRODETUR II (*)	Variação cambial + LIBOR trimestral	60.000,00 0,00	39.314.715,82	96.063.549,96	Amortização Juros Comissão	9.268.100,99
Acordo de Empréstimo nº 4554-BR firmado com o BIRD para apoiar o Programa de Microcrédito do BNB Crediamigo.	Variação cambial + Variação da LIBOR + 3/4 da LIBOR	38.489,40 1,12 (**)	38.489.401,12	30.398.474,06 (**)	Amortização Juros Comissão	3.763.000,00 669.022,13 0,00

(*) A meta para desembolso de recursos para os submutuários, estados integrantes do Programa, foi de US\$ 80 milhões. Os valores dos ingressos referem-se aos desembolsos realizados pelo BID com o acréscimo do saldo do Fundo Rotativo no BNB. (**) Acumulado de 2000 a 2009.

8. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU

As Informações sobre as providências adotadas em 2009 encontram-se no Anexo E.

9. Informações quanto ao efetivo encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão, desligamentos, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício de 2009

Quadro 51 - Atos de admissão, desligamento e pensão praticada no exercício de 2009

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC	
		Quantidade	
Admissão	19		19
Desligamentos	102		102
Falecimentos	8		8

Fonte: Área de Desenvolvimento Humano, BNB.

10. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

A Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, encontra-se no Anexo F.

11. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

11.1. Investimento em publicidade

11.1.1. Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda

Em 2009, o BNB investiu em publicidade os valores seguintes:

Quadro 52 - Valores investidos em publicidade e patrocínio em 2009

Publicidade Legal	R\$ 1.788.411,00
Publicidade de Utilidade Pública	Nível
Patrocínios	R\$ 11.267.954,00
Publicidade Institucional	R\$ 15.923.678,37
Publicidade Mercadológica	R\$ 16.545.754,47

Fonte: Ambiente de Comunicação Social, BNB.

11.1.2. Contratos

Os atuais contratos de publicidade (2007/293 e 2007/294) foram licitados em 2007. Ambos os contratos já estão em sua segunda renovação anual – vigorando até 16/10/2010, e são prorrogáveis por mais 24 meses após essa data. O valor total de dotação dos dois contratos em conjunto somam o montante de R\$ 25.000.000,00 por período de 12 meses – passíveis de acréscimo legal de até 25% totalizando R\$ 31.250.000,00.

11.2. Remuneração e reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

A Declaração de que as atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal do BNB estão à disposição dos órgãos de Controle interno e externo, ocorridas em 2009, encontra-se no Anexo G.

Os honorários e as diárias referentes à atuação dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ao longo do referido exercício estão descritos no quadro a seguir.

Quadro 53 - Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

CPF	Membros do Conselho Fiscal	Honorários	Diárias
00834866153	ANTONIO JOSE LAVIO TEIXEIRA	2.086,24	750,00
25007087807	CLAUDIO XAVIER SEEFFELDER FILHO	21.288,70	6.300,00
00233196315	GIDEVAL MARQUES DE SANTANA	28.710,63	0,00
26186152120	JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO	2.086,24	750,00
12416177087	JOAO JOSE RAMOS DA SILVA	6.482,13	2.850,00
70529264749	LUIZ CESAR MUZZI	0,00	3.150,00
29057540797	MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA	21.288,70	4.650,00
84549033800	MARCO ANTONIO FIORI	21.288,70	5.850,00
64551997153	RODRIGO SILVEIRA VEIGA CABRAL	28.710,63	8.400,00
01243451823	SERGIO ROSA FERRÃO	6.482,13	2.250,00
TOTAL		138.424,10	34.950,00

CPF	Membros do Conselho de Administração	Honorários	Diárias
15755062897	ALVARO LARRABURE COSTA CORREA	28.710,63	5.250,00
39940640153	ANA TERESA HOLANDA DE ALBUQUERQUE	28.710,63	4.800,00
01039410707	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	28.710,63	5.250,00
00237534800	AUGUSTO AKIRA CHIBA	28.710,63	4.800,00
27032043887	ROBERTO SMITH	28.710,63	-
16283635334	ZILANA MELO RIBEIRO	28.710,63	3.780,00
TOTAL		172.263,80	23.880,00

Fonte: Área de Desenvolvimento Humano, BNB.

12. Informações Contábeis da Gestão

12.1. Demonstrações contábeis previstas nas Leis nº 4.320/64 e 6.404/76, incluindo notas explicativas

As Demonstrações Contábeis encontram-se no Anexo H.

12.2. Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação.

Quadro 54 - Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2009

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa: Banco do Nordeste do Brasil S.A.				
ACIONISTAS		Ações Ordinárias - %		
		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional	96,10291	96,10291	96,10291
	Outras Entidades Governamentais	3,09660	3,09013	3,09013
	Fundos de Pensão	0,55183	0,55286	0,55327
	Ações em Tesouraria	0,00000	0,00000	0,01668
Não Governamental	Free-Float	Σ 0,24866	Σ 0,25410	Σ 0,23700
	Pessoas Físicas	0,21595	0,19483	0,18282
	Pessoas Jurídicas	0,03268	0,05925	0,05416
	Capital Estrangeiro	0,00003	0,00002	0,00002
	Total	100	100	100
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional	91,83756	91,83756	91,83756
	Outras Entidades Governamentais	7,44754	7,20996	7,20996
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	0,31989	0,28824	0,28850
	Ações em Tesouraria	0,00000	0,00000	0,00557
Não Governamental	Free-Float	Σ 0,39345	Σ 0,66427	Σ 0,6584
	Pessoas Físicas	0,35656	0,25935	0,28094
	Pessoas Jurídicas	0,02843	0,40489	0,37746
	Capital Estrangeiro	0,01002	0,00000	0,00000
	Total	100	100	100

Fonte: Ambiente de Relacionamento com Investidores e Mercado Financeiro,BNB.

12.3. Composição Acionária do BNB como Investidora

Quadro 55 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

BNB COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2009

Denominação completa:			
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.			
Investida	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
CETIP S.A Balcão Organizado de Ativos e Derivativos	-	0,22	0,22
Total	-	0,22	0,22
Bladex – Banco Latino-Americano de Comércio Exterior S.A.	0,18	0,18	0,18
Total	0,18	0,18	0,18
Ações Preferenciais - %			
Investida	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
...			
Total			

Fonte: Ambiente Mercado de Capitais, BNB.

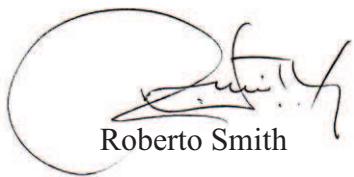
12.4. Parecer da Auditoria Independente

O Parecer encontra-se no Anexo H.

CONCLUSÃO

Com estas informações e atendendo ao requerido pelas normas vigentes, formalizamos o Relatório de Gestão do Banco do Nordeste do Brasil S.A. referente ao exercício de 2009, com a certeza de termos atendido aos princípios que norteiam a boa gestão de recursos públicos e de termos contribuído significativamente para cumprir os objetivos de governo visando ao desenvolvimento nacional equilibrado.

Fortaleza-CE, 15 de março de 2010.



Roberto Smith

Presidente

ANEXO

Anexo A	Transferências Mediante Convênios.
Anexo B	Política de Investimento PGA 2010; e Política de Investimento 2010 da CAPEF
Anexo C	DDRA – Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial; e Parecer da Auditoria Independente da CAPEF
Anexo D	Parecer Atuarial da CAPEF
Anexo E	Recomendações do TCU
Anexo F	Declaração do SIASG
Anexo G	Declaração de Disponibilidade da Atas do Conselho Fiscal e de Administração
Anexo H	Demonstrações Contábeis do BNB; e Parecer da Auditoria Independente do BNB

Anexo A

Transferências Mediante Convênios

Anexo B

Política de Investimento PGA 2010; e
Política de Investimento 2010 da CAPEF

Anexo C

DDRA – Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial; e
Parecer da Auditoria Independente da CAPEF

Anexo D

Parecer Atuarial da CAPEF

Anexo E
Recomendações do TCU

Anexo F

Declaração do SIASG

Anexo G

**Declaração de Disponibilidade da Atas do Conselho Fiscal e de
Administração**

Anexo H

Demonstrações Contábeis do BNB; e
Parecer da Auditoria Independente do BNB

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica	73.880,00	30.060,00	73.880,00	73.880,00	15/10/2008	15/8/2010	Adimplente
Convênio	FDR	AMAB	31.000,00	1.500,00	31.000,00	31.000,00	29/12/2008	29/4/2009	Concluído
Convênio	FDR	FFLB - Fundação Francisco Lima Boelho	47.603,50	2.380,18	47.603,50	47.603,50	19/12/2008	19/12/2009	Concluído
Convênio	FDR	CENTRO COMUNITÁRIO CRISTO REDENTOR	65.969,00	6.600,00	65.969,00	65.969,00	18/11/2008	18/5/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACACE - Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará	15.355,00	3.000,00	15.355,00	15.355,00	16/12/2008	16/4/2009	Concluído
Convênio	FDR	ADITAL - Agência de Informação Frei Tito para América Latina	62.588,00	7.000,00	62.588,00	62.588,00	08/01/2009	08/07/2009	Concluído
Convênio	FDR	GACC - Grupo de Apoio às Comunidades Carentes	12.000,00	1.200,00	12.000,00	12.000,00	26/11/2008	26/6/2009	Concluído
Convênio	FDR	INSTITUTO BRASIL - Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	97.813,00	10.100,00	97.813,00	97.813,00	15/12/2008	15/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	OIKOS CARIRI	51.597,00	5.159,70	51.597,00	51.597,00	14/1/2009	14/1/2010	Concluído
Convênio	FDR	CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	44.400,00	3.860,00	44.400,00	44.400,00	5/1/2009	5/7/2009	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	FFLB - Fundação Francisco Lima Boelhão	31.250,00	2.250,00	31.250,00	31.250,00	4/2/2009	4/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACACE - Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará	17.031,60	3.090,00	17.031,60	17.031,60	14/1/2009	14/8/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	114.676,59	10.000,00	114.676,59	114.676,59	20/5/2008	20/8/2009	Concluído
Convênio	FDR	Instituto Albanisa Sarasate	69.992,49	6.999,25	69.992,49	69.992,49	5/2/2009	5/7/2010	Concluído
Convênio	FDR	ACOPIJUG - Associação Comunitário de Proteção à Infância e a Juventude de Guaiuba	74.825,46	8.993,85	74.825,46	74.825,46	10/9/2008	10/3/2009	Concluído
Convênio	FDR	FMB - Fundação Marcos de Bruin	108.200,00	6.895,00	108.200,00	108.200,00	3/9/2008	5/5/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	37.224,00	4.400,00	37.224,00	37.224,00	4/2/2009	4/8/2009	Concluído
Convênio	FDR	SRTA - Sindicato dos trabalhadores rurais de Aparecida	69.860,00	14.260,00	69.860,00	69.860,00	20/11/2008	20/11/2011	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	37.224,00	4.400,00	37.224,00	37.224,00	4/2/2009	4/8/2009	Concluído

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	NADTS - Núcleo de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico Social	48.550,00	4.800,00	48.550,00	48.550,00	21/1/2009	21/1/2010	Concluído
Convênio	FDR	COEP - Instituto de Desenvolvimento Comunitário e Participação Social	50.723,66	6.000,00	50.723,66	50.723,66	28/1/2009	28/1/2010	Adimplente
Convênio	FDR	Ação Social de Parangaba	52.144,20	9.150,00	52.144,20	52.144,20	6/2/2009	6/10/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	39.680,00	4.500,00	39.680,00	39.680,00	6/2/2009	6/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	40.464,00	4.400,00	40.464,00	40.464,00	6/2/2009	6/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	43.164,00	4.400,00	43.164,00	43.164,00	10/2/2009	10/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	41.970,00	4.500,00	41.970,00	41.970,00	10/2/2009	10/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	Flor da Terra - Assessoria, Projetos e Pesquisa	51.740,00	6.000,00	51.740,00	51.740,00	27/1/2009	27/7/2009	Concluído
Convênio	FDR	SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza	82.743,20	10.752,00	82.743,20	82.743,20	28/4/2008	26/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ABA	30.093,00	14.000,00	30.093,00	30.093,00	15/12/2008	15/12/2009	Concluído
Convênio	FDR	Associação Frutos da Terra	24.700,00	4.000,00	24.700,00	24.700,00	10/12/2008	10/3/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	GRUPO ARTE DE VIVER	38.420,00	15.000,00	38.420,00	38.420,00	16/2/2009	16/7/2009	Concluído
Convênio	FDR	GRUPO ARTE DE VIVER	31.230,00	13.000,00	31.230,00	31.230,00	16/2/2009	16/7/2009	Concluído
Convênio	FDR	DIACONIA	100.000,00	29.839,52	100.000,00	100.000,00	8/10/2008	8/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	GACC - Grupo de Apoio às Comunidades Carentes	12.030,00	1.500,00	12.030,00	12.030,00	13/2/2009	13/8/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	43.665,00	4.400,00	43.665,00	43.665,00	9/1/2009	25/7/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	38.000,00	3.800,00	38.000,00	38.000,00	13/3/2009	13/11/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	108.270,00	10.500,00	108.270,00	108.270,00	17/3/2009	17/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	IVM - Instituto Vida Melhor	84.160,00	10.000,00	84.160,00	84.160,00	18/3/2009	18/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais	20.000,00	2.000,00	20.000,00	20.000,00	20/3/2009	20/6/2009	Concluído
Convênio	FDR	O CAMINHO - Associação Beneficente São João Eudes	28.901,00	1.800,00	28.901,00	28.901,00	4/2/2009	4/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	67.670,00	7.000,00	67.670,00	67.670,00	25/3/2009	25/3/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	Fundação Cultural e Educacional Bom Jesus	60.000,00	216.300,00	60.000,00	60.000,00	6/3/2009	6/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	49.320,00	5.000,00	49.320,00	49.320,00	24/3/2009	24/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FMB - Fundação Marcos de Bruin	109.900,00	7.000,00	109.900,00	109.900,00	9/4/2008	9/10/2009	Concluído
Convênio	FDR	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	94.598,00	5.000,00	94.598,00	94.598,00	30/3/2009	30/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa	15.050,00	3.100,00	15.050,00	15.050,00	18/2/2009	28/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FEGB - Fundação Grupo Esquel Brasil	54.000,00	6.000,00	54.000,00	54.000,00	7/4/2009	7/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	AEC - Associação Educacional Cearense	43.100,00	5.000,00	43.100,00	43.100,00	17/4/2009	17/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	AEC - Associação Educacional Cearense	54.800,00	6.000,00	54.800,00	54.800,00	17/4/2009	17/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza	45.247,00	22.893,40	45.247,00	45.247,00	22/4/2008	22/8/2009	Concluído
Convênio	FDR	INSTITUTO CEARÁ	25.000,00	2.500,00	25.000,00	25.000,00	16/4/2009	16/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INSTITUTO CEARÁ	50.000,00	5.000,00	50.000,00	50.000,00	16/4/2009	16/9/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INSTITUTO CEARÁ	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	16/4/2009	16/4/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	CCSM - Centro Comunitário Santa Maria	58.020,00	9.200,00	58.020,00	58.020,00	18/2/2009	18/1/2010	Adimplente
Convênio	FDR	UNICONJ - Unidade Comunitária Jovem Bairro Novo Juazeiro	76.713,00	9.896,87	76.713,00	76.713,00	15/4/2009	15/12/2009	Concluído
Convênio	FDR	ALSCP - Associação Leste Oeste Surf do Pirambú	32.495,00	4.800,00	32.495,00	32.495,00	5/5/2009	5/1/2010	Concluído
Convênio	FDR	CETREDE - Centro de Treitamento e Desenvolvimento	49.598,00	4.959,80	0	0	7/5/2009	7/11/2009	Cancelado
Convênio	FDR	QUALIFICA - Centro de Formação Profissional e Inclusão Social	97.230,00	4.500,00	97.230,00	97.230,00	3/9/2008	3/9/2009	Concluído
Convênio	FDR	UNICONJ - Unidade Comunitária Jovem Bairro Novo Juazeiro	50.886,56	5.088,66	50.886,56	50.886,56	8/5/2009	8/11/2009	Concluído
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	42.011,00	5.000,00	42.011,00	42.011,00	15/4/2009	15/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	APRONOSGA - Associação dos Produtores de Roupas de Nossa Senhora da Graças e Adiacências	33.807,00	4.000,00	33.807,00	33.807,00	5/5/2009	5/12/2009	Concluído

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	AGENDA DO SERTÃO	39.980,80	4.000,00	39.980,80	39.980,80	7/5/2009	7/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ABC - Academia Brasileira de Ciências	25.000,00	3.000,00	25.000,00	25.000,00	11/5/2009	11/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ASSOCIAÇÃO TERRA DA LUZ	25.610,00	2.620,00	25.610,00	25.610,00	21/5/2009	21/1/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ABC - Academia Brasileira de Ciências	25.000,00	3.000,00	25.000,00	25.000,00	11/5/2009	11/12/2009	Concluído
Convênio	FDR	PROJETO FELIZ JORNADA	25.241,65	4.597,45	25.241,65	25.241,65	18/5/2009	18/11/2009	Concluído
Convênio	FDR	QUALIFICA - Centro de Formação Profissional e Inclusão Social	90.000,00	9.000,00	90.000,00	90.000,00	4/6/2009	4/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INDESA - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental	90.000,00	47.000,00	90.000,00	90.000,00	28/5/2009	28/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INDESA - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental	90.000,00	57.000,00	0	0	28/5/2009	28/9/2009	Cancelado
Convênio	FDR	ARCOPI - Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna	34.400,00	3.500,00	34.400,00	34.400,00	16/6/2009	16/2/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	SOLAR - Associação Cultural Solidariedade e Arte	30.000,00	4.800,00	30.000,00	30.000,00	8/6/2009	8/12/2009	Concluído
Convênio	FDR	CECAB - Centro Cultural Capoeira Água de Beber	65.424,00	7.200,00	65.424,00	65.424,00	16/6/2009	16/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ASIS - Ação Solidária de Integração Social	30.010,00	3.300,00	30.010,00	30.010,00	3/7/2009	3/7/2010	Adimplente
Convênio	FDR	AAMSL - Associação Agrocomunitária dos Moradores do Sítio	46.784,96	8.092,00	46.784,96	46.784,96	24/4/2009	24/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CACTUS - Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares	25.675,00	3.040,00	25.675,00	25.675,00	13/7/2009	13/1/2010	Concluído
Convênio	FDR	COOMAF - Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares	24.707,00	2.500,00	24.707,00	24.707,00	9/7/2009	9/1/2010	Adimplente
Convênio	FDR	AMBA - Associação dos Moradores de Aquiraz	85.338,50	9.280,00	85.338,50	85.338,50	9/7/2009	9/4/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	61.906,00	4.500,00	61.906,00	61.906,00	10/6/2009	10/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	Assolciação Cearense de Estudos e Pesquisas - ACEP	66.533,00	7.000,00	66.533,00	66.533,00	17/06/2009	17/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACARTES - Associação de Ciências e Artes CÁRITAS BRASILEIRA - Secretariado Nacional	49.800,00	10.000,00	49.800,00	49.800,00	29/6/2009	29/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	95.169,00	10.000,00	95.169,00	95.169,00	17/6/2009	17/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	67.735,00	7.000,00	67.735,00	67.735,00	17/6/2009	17/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CETREDE - Centro de Treitamento e Desenvolvimento	139.650,00	13.965,00	139.650,00	139.650,00	17/6/2009	17/12/2009	Concluído
Convênio	FDR	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	149.768,00	15.000,00	149.768,00	149.768,00	6/7/2009	6/7/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CETREDE - Centro de Treitamento e Desenvolvimento	79.650,00	10.000,00	79.650,00	79.650,00	10/7/2009	10/1/2010	Concluído

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza	65.000,00	26.000,00	65.000,00	65.000,00	10/4/2008	26/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	SCHAPECC - Sociedade Cariuense de Apoio a habitação popular, educação, cultura e Comunicação	85.338,50	8.550,00	85.338,50	85.338,50	13/7/2009	13/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	JANUS - Instituto de Consciência Global e Ecologia Social	24.640,00	3.225,60	24.640,00	24.640,00	6/7/2009	6/7/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	40.000,00	5.000,00	40.000,00	40.000,00	8/7/2009	8/1/2010	Concluído
Convênio	FDR	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisas e Cultura	106.100,00	23.800,00	106.100,00	106.100,00	28/7/2009	28/10/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ECO-ECO - Sociedade Brasileira de Economia Ecológica	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	30/7/2009	30/12/2009	Concluído
Convênio	FDR	FMB - Fundação Marcos de Bruin	75.367,00	7.536,70	75.367,00	75.367,00	5/6/2009	28/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	TRAVESSIA - Centro de Cultura Afrodescendente Ong Travessia	15.170,00	1.510,00	15.170,00	15.170,00	18/3/2009	18/2/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	ASIS - Ação Solidária de Integração Social	75.000,00	8.250,00	75.000,00	75.000,00	3/8/2009	3/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CDI - Cáritas Diocesana de Itapipoca	25.000,00	2.500,00	25.000,00	25.000,00	29/6/2009	29/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FETRAAACE - Federação de Pescadores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Ceará	46.915,00	6.000,00	46.915,00	46.915,00	6/8/2009	6/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACB - Associação Cristã de Base	36.313,96	5.900,00	36.313,96	36.313,96	27/5/2009	27/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FAMA - Federação das Associações Comunitárias do Município de Acoijara	85.338,50	9.280,00	85.338,50	85.338,50	15/7/2009	15/4/2009	Concluido
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	36.835,00	4.400,00	36.835,00	36.835,00	15/7/2009	15/7/2010	Adimplente
Convênio	FDR	IFTA - Instituto Frei Tito de Alencar	59.797,50	7.500,00	59.797,50	59.797,50	14/8/2009	14/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	UFC - Universidade Federal do Ceará	68.500,00	20.000,00	68.500,00	68.500,00	15/7/2009	15/1/2010	Concluido
Convênio	FDR	Instituto Visão Futuro Ceará	19.831,00	2.000,00	19.831,00	19.831,00	19/8/2009	18/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INEC - Instituto Nordeste Cidadania	65.333,90	10.736,00	65.333,90	65.333,90	13/7/2009	13/9/2010	Adimplente
Convênio	FDR	JANUS - Instituto de Consciência Global e Ecologia Social	71.600,00	7.960,00	71.600,00	71.600,00	18/8/2009	18/2/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	CDL CASCAVEL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Cascavel	33.645,00	4.564,50	33.645,00	33.645,00	5/8/2009	5/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INSTITUTO DO CEARÁ	41.399,00	4.142,90	41.399,00	41.399,00	12/8/2009	12/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INSTITUTO DO CEARÁ	44.614,00	4.461,40	44.614,00	44.614,00	12/8/2009	12/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ADITAL - Agência de Informação Frei Tito para América Latina	68.872,40	12.750,00	68.872,40	68.872,40	6/8/2009	6/8/2010	Adimplente
Convênio	FDR	Associação Beneficente e Cultural Bom Samaritano da Comunidade da Barra	49.111,50	5.000,00	49.111,50	49.111,50	17/8/2009	17/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	OBAS - Organização Barreira Amigos Solidários	61.720,00	31.296,00	61.720,00	61.720,00	10/7/2009	10/7/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACACE - Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará	64.290,00	7.000,00	64.290,00	64.290,00	14/8/2009	14/1/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FECOMP - Federação das Organizações Comunitárias e de Pequenos Produtores do Ceará	66.724,00	10.800,00	66.724,00	66.724,00	14/8/2009	14/2/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	57.350,00	10.700,00	57.350,00	57.350,00	10/8/2009	10/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	UFC - Universidade Federal do Ceará	55.468,00	6.000,00	55.468,00	55.468,00	25/8/2009	25/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	60.500,00	20.000,00	60.500,00	60.500,00	27/8/2009	27/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	54.730,00	6.000,00	54.730,00	54.730,00	2/9/2009	2/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CÁRITAS - Cáritas Brasileira - Regional Ceará	35.657,00	14.400,00	35.657,00	35.657,00	17/8/2009	17/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza	35.500,00	4.000,00	35.500,00	35.500,00	26/8/2009	26/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	12.525,00	1.475,00	12.525,00	12.525,00	13/8/2009	13/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEG - Associação Científica de Estudos Agrários	41.007,00	4.200,00	41.007,00	41.007,00	1/9/2009	1/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ELO FEMININO - Centro de Capacitação e Assessoria da Mulher	34.706,85	2.000,00	34.706,85	34.706,85	12/8/2009	12/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	22/9/2009	22/3/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	AMOC - Associação de moradores de contendases	35.576,40	3.600,00	35.576,40	35.576,40	22/9/2009	22/9/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INSTITUTO DA CIDADE	34.818,00	4.000,00	34.818,00	34.818,00	8/9/2009	8/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CDDHL - Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Lagamar	48.743,65	5.200,00	48.743,65	48.743,65	10/8/2009	10/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	137.118,00	14.000,00	137.118,00	137.118,00	18/8/2009	18/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FAM - Fundação Antônio Marques - Centro de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	65.000,00	6.500,00	65.000,00	65.000,00	13/10/2009	13/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CEAT - Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e à Trabalhadora	45.535,00	5.000,00	45.535,00	45.535,00	6/8/2009	6/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FADURPE - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento	93.031,20	8.370,00	93.031,20	93.031,20	15/9/2009	15/9/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CODISMA - Cooperativa Cultural Universitária da Paraíba Ltda	46.845,00	22.048,00	46.845,00	46.845,00	22/7/2009	22/7/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	CASA DE APOIO SOL NASCENTE - Ordem Social Nossa Senhora da Glória	69.740,00	10.000,00	69.740,00	69.740,00	22/9/2009	22/9/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FMCS - Fundação Mauro Cavalcante de Souza	34.139,00	3.725,00	34.139,00	34.139,00	22/9/2009	22/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	IC - Instituto da Cidade	39.902,00	10.000,00	39.902,00	39.902,00	9/9/2009	9/3/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FCJA - Fundação Casa de Jorge Amado	181.500,00	22.032,00	181.500,00	181.500,00	22/9/2009	22/9/2010	Adimplente
Convênio	FDR	IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho	18.247,50	2.027,50	18.247,50	18.247,50	3/8/2009	3/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	70.000,00	7.778,00	70.000,00	70.000,00	1/10/2009	1/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	Lar da Criança Domingos Sávio	29.368,00	6.600,00	29.368,00	29.368,00	29/9/2009	29/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	IFTA - Instituto Frei Tito de Alencar	35.950,00	3.500,00	35.950,00	35.950,00	28/10/2009	28/10/2010	Adimplente
Convênio	FDR	UFC - Universidade Federal do Ceará	61.090,00	9.000,00	61.090,00	61.090,00	27/10/2009	27/7/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	43.410,00	4.800,00	43.410,00	43.410,00	15/10/2009	15/4/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	8.980,00	2.000,00	8.980,00	8.980,00	9/11/2009	9/5/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FDR	ACBE - Associação Comunitária do Bairro Ellery	40.620,00	4.200,00	40.620,00	40.620,00	5/10/2009	5/10/2010	Adimplente
Convênio	FDR	INDES - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social	65.000,00	6.500,00	65.000,00	65.000,00	3/11/2009	3/8/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FFCL - Fundação Francisca Clarinda Lopes	120.000,00	12.000,00	120.000,00	120.000,00	3/11/2009	3/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CETREDE - Centro de Treitamento e Desenvolvimento	50.130,00	5.570,00	50.130,00	50.130,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	TERRA DA LUZ - Associação Terra da Luz	13.670,00	1.500,00	13.670,00	13.670,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	FUNCET - Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza	64.500,00	9.000,00	64.500,00	64.500,00	6/8/2009	6/2/2010	Adimplente
Convênio	FDR	OIKOS CARIRI	60.339,00	7.000,00	60.339,00	60.339,00	3/11/2009	3/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	MAMA BRASIL - Instituto Mama Brasil de Pesquisas	64.400,00	6.500,00	64.400,00	64.400,00	17/11/2009	17/5/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACERTCOM - Associação Cearense de Emissoras de Rádio e TV Comunitária	50.536,00	5.400,00	50.536,00	50.536,00	18/11/2009	18/16/2010	Adimplente
Convênio	FDR	CCV - Centro Ceará Voluntário	20.000,00	3.400,00	20.000,00	20.000,00	23/11/2009	23/5/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FDR**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FDR	CADES - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social FADURPE - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento	111.640,00	15.000,00	111.640,00	111.640,00	1/12/2009	1/6/2010	Adimplente
Convênio	FDR	ACMMF - Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim	59.316,20	8.370,00	59.316,20	59.316,20	25/11/2009	25/5/2011	Adimplente
Convênio	FDR		44.896,00	5.000,00	44.896,00	44.896,00	19/11/2009	19/5/2010	Adimplente

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Contrato	FASE	FIPPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	485.250,00		485.250,00	485.250,00	30/11/2007	30/9/2009	Concluído
Convênio	FASE	IDECC	168.910,00	16.891,00	168.910,00	168.910,00	5/11/2008	5/9/2009	Concluído
Convênio	FASE	IBRA	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	4/12/2008	4/6/2009	Concluído
Convênio	FASE	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	90.000,00	30.000,00	90.000,00	90.000,00	7/8/2008	7/12/2009	Concluído
Convênio	FASE	FADE/UFPE - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	2/7/2008	2/9/2008	Concluído
Convênio	FASE	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	34.725,90	57.472,00	34.725,90	34.725,90	17/6/2008	17/6/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FEQ - Fundação Edson Queiroz	62.000,00	62.000,00	62.000,00	62.000,00	28/11/2008	28/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	UFC - Universidade Federal do Ceará/ FCP/ Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	30.000,00	14.421,70	30.000,00	30.000,00	20/11/2008	20/9/2009	Concluído
Convênio	FASE	ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	70.774,00	7.100,00	70.774,00	70.774,00	2/11/2009	2/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FEEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa catarina	18.215,00	122.847,00	122.847,00	122.847,00	19/9/2008	20/7/2009	Concluído
Convênio	FASE	UNIVALE - União dos Agronegócios no Vale Jaguaripe	20.000,00	10.000,00	20.000,00	20.000,00	3/11/2008	3/5/2009	Concluído
Convênio	FASE	FADURPE - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento	21.190,80	5.400,00	21.190,80	21.190,80	20/11/2008	20/5/2010	Adimplente

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FASE	FIERN - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte	108.420,00	32.340,00	108.420,00	108.420,00	9/2/2009	13/5/2010	Adimplente
Contrato	FASE	FGV - Fundação Getúlio Vargas	240.000,00		240.000,00	240.000,00	10/11/2008	9/5/2009	Concluído
Convênio	FASE	IRIS - Instituto de Referência de Imagem e do Som	68.360,00	13.780,00	68.360,00	68.360,00	3/3/2009	3/3/2010	Concluído
Convênio	FASE	IRIS - Instituto de Referência de Imagem e do Som	69.825,00	12.000,00	69.825,00	69.825,00	3/3/2009	3/3/2010	Concluído
Convênio	FASE	FUNAPE	40.000,00	16.000,00	40.000,00	40.000,00	15/5/2008	15/9/2008	Concluído
Convênio	FASE	CEDAGRO - Centro de Desenvolvimento do Agronegócio	10.000,00	5.300,00	10.000,00	10.000,00	17/3/2009	17/9/2009	Concluído
Convênio	FASE	AGN-S.A. - Agência de Fomento do Rio Grande do Norte	86.652,00	155.340,00	86.652,00	86.652,00	13/3/2009	13/7/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	105.104,93	10.000,00	105.104,93	105.104,93	4/2/2009	24/9/2009	Concluído
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	60.465,97	10.200,00	60.465,97	60.465,97	28/9/2008	28/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	MANGARA - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável	44.860,00	10.440,00	44.860,00	44.860,00	26/2/2009	26/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IPSA - Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas	105.884,00	10.588,40	105.884,00	105.884,00	18/2/2009	18/2/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FUNDACÃO DE PESQUISA AMBIENTAL - FUPAM	158.875,00	49.875,00	158.875,00	158.875,00	1/3/2008	30/4/2009	Concluído
Convênio	FASE	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	29.985,00	60.522,56	29.985,00	29.985,00	24/3/2009	24/3/2010	Adimplente

Tipo	Identificação	Conveniente	Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situacão
Convênio	FASE	IFEPD - Instituto Fecomércio-AL de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento	34.723,00	14.885,80	34.723,00	34.723,00	27/3/2009	27/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IFEPD - Instituto Fecomércio-AL de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento	47.137,00	20.198,80	47.137,00	47.137,00	30/3/2009	30/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FVRCM - Fundação Vingt Um Rosado	97.710,00	15.290,55	97.710,00	97.710,00	8/4/2009	8/7/2010	Adimplente
Convênio	FASE	UFC - Universidade Federal do Ceará	181.851,00	24.000,00	181.851,00	181.851,00	26/3/2009	26/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IPDC - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio	45.976,44	5.444,64	45.976,44	45.976,44	2/4/2009	2/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	UFC - Universidade Federal do Ceará	78.000,00	7.800,00	78.000,00	78.000,00	22/4/2009	3/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CICEF	46.800,00	18.000,00	46.800,00	46.800,00	29/10/2008	29/9/2009	Concluído
Convênio	FASE	CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	4/5/2009	4/11/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	90.000,00	9.000,00	90.000,00	90.000,00	30/4/2009	30/10/2009	Concluído
Convênio	FASE	UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	7.000,00	1.000,00	7.000,00	7.000,00	17/3/2009	17/9/2010	Adimplente
Contrato	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	14.995,00		14.995,00	14.995,00	1/11/2008	30/4/2009	Concluído
Convênio	FASE	SEBRAE-RN - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	60.000,00	740.00,00	60.000,00	60.000,00	8/4/2009	8/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	URCA - Universidade Regional do Cariri	40.000,00	4.000,00	40.000,00	40.000,00	30/4/2009	30/10/2009	Adimplente

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FASE	FIPÉ - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	485.250,00	Não consta	485.250,00	485.250,00	30/11/2007	31/12/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FMC - Fundação Miguel de Cervantes de Apoio à Literatura da Biblioteca Nacional	98.000,00	15.000,00	98.000,00	98.000,00	7/4/2009	7/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FDR - FUNDAÇÃO DEMOCRITO ROCHA	113.000,00	11.000,00	113.000,00	113.000,00	21/5/2009	21/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural	30.000,00	2.400,00	30.000,00	30.000,00	26/5/2009	26/11/2009	Concluído
Convênio	FASE	AMD - Associação Mosenhor Diomedes CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	32.848,00	4.200,00	32.848,00	32.848,00	7/5/2009	7/11/2009	Concluído
Convênio	FASE		100.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	11/5/2009	11/11/2009	Adimplente
Convênio	FASE	IPEAD - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais	135.780,00	15.800,00	135.780,00	135.780,00	2/6/2009	2/6/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	9.842,99	1.000,00	9.842,99	9.842,99	22/6/2009	22/12/2009	Concluído
Convênio	FASE	FCDL - CE - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará	35.000,00	5.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	12/12/2009	Concluído
Convênio	FASE	FUNDETEC	20.267,15	18.029,80	20.267,15	20.267,15	4/5/2009	4/11/2009	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	19.815,92	2.000,00	19.815,92	19.815,92	18/6/2009	18/9/2009	Concluído

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipo	Identificação	Conveniente	Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FASE	EMBRAPA CPATC - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	9.450,00	10.000,00	9.450,00	9.450,00	11/5/2009	11/11/2009	Concluído
Convênio	FASE	UFC - Universidade Federal do Ceará	40.000,00	5.000,00	40.000,00	40.000,00	1/7/2009	1/1/2010	Concluído
Contrato	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	29.990,00		29.990,00	29.990,00	1/11/2008	30/4/2009	Concluído
Convênio	FASE	UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	44.855,00	52.940,00	44.855,00	44.855,00	27/5/2009	27/1/2010	Adimplente
Contrato	FASE	FGV - Fundação Getúlio Vargas	240.000,00		240.000,00	240.000,00	10/11/2008	09/05/2009	Concluído
Contrato	FASE	Fundação Universidade de Brasília	150.100,91		150.100,91	150.100,91	27/5/2008	27/11/2008	Concluído
Convênio	FASE	LOJA OBEDIÊNCIA E JUSTIÇA Nº 18	12.407,00	200,00	12.407,00	12.407,00	15/5/2009	15/2/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IEPRO - Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Uece	61.922,00	6.300,00	61.922,00	61.922,00	18/5/2009	18/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	105.390,00	11.710,00	105.390,00	105.390,00	10/7/2009	10/8/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	16.030,80	2.000,00	16.030,80	16.030,80	27/5/2009	27/7/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	64.374,66	6.500,00	64.374,66	64.374,66	1/7/2009	1/10/2010	Adimplente
Convênio	FASE	UFC - Universidade Federal do Ceará	120.004,00	50.000,00	120.004,00	120.004,00	20/7/2009	20/7/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	23.156,50	2.500,00	23.156,50	23.156,50	28/7/2009	28/4/2010	Adimplente

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FASE	ANPUH - Associação Nacional de História	40.000,00	4.000,00	40.000,00	40.000,00	18/6/2009	18/12/2009	Concluído
Convênio	FASE	IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças	97.466,00	12.750,40	97.466,00	97.466,00	27/7/2009	27/1/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IPF - Instituto Paulo Freire	145.016,68	80.000,00	145.016,68	145.016,68	22/7/2009	22/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CJC - Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro	47.877,00	7.000,00	47.877,00	47.877,00	27/7/2009	21/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	22.364,68	2.400,00	22.364,68	22.364,68	28/7/2009	28/1/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	20.000,00	2.000,00	20.000,00	20.000,00	28/7/2009	28/1/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IRIS - Instituto de Referência de Imagem e do Som	70.000,00	9.378,00	70.000,00	70.000,00	18/8/2009	18/8/2010	Adimplente
Convênio	FASE	OEB - Ordem dos Economistas do Brasil	25.000,00	2.500,00	25.000,00	25.000,00	17/8/2009	17/12/2009	Concluído
Convênio	FASE	IEPRO - Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Uece	63.864,76	7.868,86	63.864,76	63.864,76	13/8/2009	13/2/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ANPEC - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia	60.000,00	25.000,00	60.000,00	60.000,00	11/8/2009	11/2/2010	Adimplente
Convênio	FASE	FCDL - BA - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia	77.850,19	19.470,00	77.850,19	77.850,19	25/8/2009	25/8/2010	Adimplente
Contrato	FASE	FIPÉ - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	350.000,00		350.000,00	350.000,00	15/7/2009	14/1/2010	Adimplente

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FASE	UFC - Universidade Federal do Ceará	142.000,00	24.000,00	142.000,00	142.000,00	7/8/2009	7/6/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	105.104,93	10.000,00	105.104,93	105.104,93	4/2/2009	24/3/2010	Adimplente
Contrato	FASE	FADURPE - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento	35.000,00		35.000,00	35.000,00	18/8/2008	17/12/2008	Concluído
Convênio	FASE	IEPRO - Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UEC	117.936,00	12.000,00	117.936,00	117.936,00	25/9/2009	25/9/2010	Adimplente
Contrato	FASE	INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará	90.000,00		90.000,00	90.000,00	13/4/2009	12/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	117.936,00	7.000,00	117.936,00	117.936,00	1/10/2009	1/6/2010	Adimplente
Convênio		INOVA - Empresa Júnior da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado	90.000,00	2.000,00	90.000,00	90.000,00	2/9/2009	2/3/2010	Adimplente
Contrato	FASE	Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais	49.900,00		49.900,00	49.900,00	03/08/2009	2/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	UFAL - Universidade Federal de Alagoas	40.000,00	50.000,00	40.000,00	40.000,00	1/10/2009	1/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IEDC - Instituto de Estudos Direito e Cidadania	12.000,00	1.200,00	12.000,00	12.000,00	17/9/2009	17/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	163.878,27	15.700,00	163.878,27	163.878,27	13/10/2009	13/7/2010	Adimplente

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipo	Identificação	Conveniente	Pactuado	Contrapartida Pautuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FASE	SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural	23.802,00	6.000,00	23.802,00	23.802,00	28/10/2009	28/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	20.075,00	2.000,00	20.075,00	20.075,00	15/10/2009	15/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	39.975,30	4.441,70	39.975,30	39.975,30	26/9/2009	26/3/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	50.700,00	6.055,00	50.700,00	50.700,00	9/10/2009	9/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	41.787,00	4.643,00	41.787,00	41.787,00	15/10/2009	15/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CENTEC - Instituto Centro de Ensino Tecnológico	14.410,00	1.800,00	14.410,00	14.410,00	5/11/2009	5/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	ITIC - Instituto de Tecnologia e Informação	90.280,00	9.600,00	90.280,00	90.280,00	16/10/2009	16/10/2010	Adimplente
Convênio	FASE	CICEF - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento	74.844,00	25.000,00	74.844,00	74.844,00	5/10/2009	5/7/2010	Adimplente
Contrato	FASE	EMPRESA JOSÉ VALDO MESQUITA AIRES FILHO	49.800,00		49.800,00	49.800,00	23/6/2008	22/7/2009	Concluído
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	33.600,00	3.400,00	33.600,00	33.600,00	3/11/2009	3/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	SEAGRI-BA - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	30.000,00	10.000,00	30.000,00	30.000,00	13/2/2009	13/2/2010	Adimplente

Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FASE

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Contrato	FASE	FIPÉ - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	350.000,00		350.000,00	350.000,00	15/7/2009	14/1/2010	Concluído
Contrato	FASE	ITP - Instituto de Tecnologia e Pesquisa CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	110.000,00		110.000,00	110.000,00	14/8/2008	13/3/2009	Concluído
Convênio	FASE	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	39.672,00	4.408,00	39.672,00	39.672,00	30/10/2009	30/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	EMPRESA JOSÉ VALDO MESQUITA AIRES FILHO	42.169,04	4.658,50	42.169,04	42.169,04	2/10/2009	2/4/2010	Adimplente
Contrato	FASE	TEAR - Agência para o Desenvolvimento Sustentável e a Inclusão Social	49.800,00		49.800,00	49.800,00	23/6/2008	22/7/2009	Concluído
Convênio	FASE	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	64.339,00	6.400,00	64.339,00	64.339,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente
Contrato	FASE	FVRCM - Fundação Vingt Um Rosado	110.000,00		110.000,00	110.000,00	26/10/2009	26/10/2010	Adimplente
Convênio	FASE	SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	97.710,00	15.290,55	97.710,00	97.710,00	8/4/2009	8/7/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IEPRO - Instituto de Estudos e Projetos da UECE	114.450,00	33.660,00	114.450,00	114.450,00	19/10/2009	19/4/2010	Adimplente
Convênio	FASE	IEPRO - Instituto de Estudos e Projetos da UECE	138.222,00	14.000,00	138.222,00	138.222,00	10/11/2009	10/5/2010	Adimplente
Convênio	FASE	Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais	71.771,00	7.200,00	71.771,00	71.771,00	10/11/2009	10/5/2010	Adimplente
Contrato	FASE				49.900,00	49.900,00	03/08/2009	22/3/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	AEC - Associação Educacional Cearense	92.201,28	102.998,72	92.201,28	92.201,28	29/12/2008	29/12/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros	7.600,00	760,00	7.600,00	7.600,00	15/12/2008	31/12/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	FUNDER - Fundação de Desenvolvimento Regional	45.000,00	151.200,00	45.000,00	45.000,00	20/11/2008	20/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDER - Fundação de Desenvolvimento Regional	120.000,00	220.000,00	120.000,00	120.000,00	20/11/2008	20/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDER - Fundação de Desenvolvimento Regional	49.200,00	103.223,45	49.200,00	49.200,00	20/11/2008	20/11/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDER - Fundação de Desenvolvimento Regional	150.000,00	355.000,00	150.000,00	150.000,00	20/11/2008	20/11/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FADTEC	96.138,00	20.000,00	96.138,00	96.138,00	28/10/2008	28/10/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FAPEAD	21.539,00	17.051,08	21.539,00	21.539,00	1/12/2008	1/12/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	74.300,00	76.000,00	74.300,00	74.300,00	23/11/2008	23/11/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	48.895,70	50.990,00	48.895,70	48.895,70	25/11/2008	25/11/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte	54.727,10	7.900,00	54.727,10	54.727,10	14/1/2009	14/1/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UECE - Universidade Estadual do Ceará	20.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00	2/12/2008	2/8/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	FRUTAL - Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria	80.000,00	9.000,00	80.000,00	80.000,00	16/1/2009	16/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária	45.831,00	111.000,00	45.831,00	45.831,00	15/12/2008	15/12/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária	46.000,00	45.000,00	46.000,00	46.000,00	15/12/2008	15/12/2011	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FUNDECI	IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária	45.571,00	37.000,00	45.571,00	45.571,00	15/12/2008	15/12/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UEMA - Universidade Estadual do Maranhão	49.618,22	80.000,00	49.618,22	49.618,22	26/10/2005	26/5/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATS - Centro de Pesquisa Agropecuário do Trípico Semi-árido	42.317,20	77.500,00	42.317,20	42.317,20	20/11/2008	20/11/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACEP - Associação Cearense de Estudos e Pesquisas	65.891,35	10.000,00	65.891,35	65.891,35	4/2/2009	4/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPC - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos	53.200,00	76.500,00	53.200,00	53.200,00	8/1/2009	8/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FEPESCF	64.766,12	7.500,00	64.766,12	64.766,12	22/1/2009	22/12/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	88.246,26	70.000,00	88.246,26	88.246,26	29/3/2007	29/2/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	40.000,00	92.216,00	40.000,00	40.000,00	26/1/2009	26/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CENTEC - Instituto Centro de Ensino Tecnológico	99.103,10	30.000,00	99.103,10	99.103,10	6/2/2009	6/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	38.375,00	20.000,00	38.375,00	38.375,00	18/2/2009	18/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDER - Fundação de Desenvolvimento Regional	37.830,46	85.060,00	37.830,46	37.830,46	16/12/2008	16/12/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte	66.967,00	64.500,00	66.967,00	66.967,00	18/2/2009	18/10/2012	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPAT - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical	20.000,00	22.670,00	20.000,00	20.000,00	2/3/2009	2/9/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	98.000,00	200.000,00	98.000,00	98.000,00	19/1/2009	19/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFBA - Universidade Federal da Bahia	16.000,00	19.000,00	16.000,00	16.000,00	5/1/2009	5/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IPA - Instituto Agronômico de Pernambuco	85.784,04	9.600,00	85.784,04	85.784,04	16/2/2009	16/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	81.320,00	40.000,00	81.320,00	81.320,00	13/2/2009	13/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	131.214,00	527.372,00	131.214,00	131.214,00	19/2/2009	19/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDER - Fundação de Desenvolvimento Regional	81.208,00	100.000,00	81.208,00	81.208,00	20/11/2008	20/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACOR - Associação Comunitária Renascer	57.911,00	17.500,00	57.911,00	57.911,00	18/2/2009	18/8/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	ACEG - Associação Científica de Estudos Agrários	46.331,00	18.000,00	46.331,00	46.331,00	6/3/2009	6/9/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNCEFET - Fundação de Apoio à Educação e ao desenvolvimento Tecnológico de Sergipe	22.500,00	25.185,00	22.500,00	22.500,00	3/12/2008	3/9/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	FUNDAÇÃO BAHIA - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano	52.010,00	56.293,44	52.010,00	52.010,00	26/2/2009	26/2/2011	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	FRUTAL - Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria	42.000,00	2.000,00	42.000,00	42.000,00	25/3/2009	25/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDACAO BAHIA - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano	52.640,52	3.400,00	52.640,52	52.640,52	26/2/2009	26/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	INDESA - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental	74.627,80	94.884,00	74.627,80	74.627,80	24/3/2009	24/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDESF	36.192,15	10.500,00	36.192,15	36.192,15	22/1/2009	22/1/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	10.404,00	1.040,40	10.404,00	10.404,00	6/2/2009	6/8/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	7.600,00	760,00	7.600,00	7.600,00	6/2/2009	6/11/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte	83.855,00	39.066,00	83.855,00	83.855,00	8/4/2009	8/4/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CPQT - Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica	123.904,00	10.693,00	123.904,00	123.904,00	7/8/2008	2/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNCIME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	8.000,00	800,00	8.000,00	8.000,00	18/3/2009	18/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPAT - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical	97.184,00	136.000,00	97.184,00	97.184,00	13/3/2009	13/3/2012	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipos	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	PADETEC - Parque de desenvolvimento Tecnológico	40.000,00	5.000,00	40.000,00	40.000,00	17/4/2009	17/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPAT - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Aeroindústria Troncal	85.000,49	460.000,00	85.000,49	85.000,49	13/3/2009	13/3/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDACÃO BAHIA - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano	35.099,00	21.000,00	35.099,00	35.099,00	25/3/2009	25/3/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNDACÃO BAHIA - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano	59.239,00	21.000,00	59.239,00	59.239,00	25/3/2009	25/3/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACAC - Associação Comunitária dos Agricultores da Canafistula	88.021,45	48.888,00	88.021,45	88.021,45	6/4/2009	6/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AEAPI - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí	22.590,00	2.410,00	22.590,00	22.590,00	5/5/2009	5/11/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	UFBA - Universidade Federal da Bahia	10.023,00	25.957,51	10.023,00	10.023,00	24/4/2009	24/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AACPSAF	49.484,96	8.092,00	49.484,96	49.484,96	19/11/2008	19/10/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária	21.500,00	95.000,00	21.500,00	21.500,00	6/5/2009	6/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	BAHIA PESCA	128.000,00	20.000,00	128.000,00	128.000,00	13/5/2008	11/11/2011	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPAT - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical	50.000,00	62.986,82	50.000,00	50.000,00	15/4/2009	15/10/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	INSA - Instituto Nacional do Semi-Árido	47.676,80	8.890,00	47.676,80	47.676,80	11/5/2009	17/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA - TABULEIRO COSTEIRO - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	94.299,00	100.000,00	94.299,00	94.299,00	14/3/2009	14/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	84.021,38	127.581,50	84.021,38	84.021,38	11/5/2009	11/11/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	BAHIA PESCA	128.000,00	20.000,00	128.000,00	128.000,00	13/5/2008	13/1/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	47.830,00	20.000,00	47.830,00	47.830,00	27/4/2009	27/4/2013	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPAC - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos	64.000,00	50.000,00	64.000,00	64.000,00	3/4/2009	3/4/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	38.012,95	236.000,00	38.012,95	38.012,95	8/5/2009	8/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	45.360,00	84.000,00	45.360,00	45.360,00	4/5/2009	4/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	61.431,80	30.000,00	61.431,80	61.431,80	4/5/2009	4/5/2012	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FUNDECI	UFRRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	45.892,00	67.600,00	45.892,00	45.892,00	4/5/2009	4/5/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACAC - Associação Comunitária dos Agricultores da Canafistula	48.517,45	48.517,45	48.517,45	48.517,45	27/5/2009	27/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMEPA - PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba	36.413,00	38.530,00	36.413,00	36.413,00	5/5/2009	5/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMEPA - PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba	82.100,00	30.000,00	82.100,00	82.100,00	6/5/2009	6/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento integrado para Ações Sociais	35.982,00	3.500,00	35.982,00	35.982,00	26/5/2009	26/11/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	IHAB - Instituto Hidroambiental Águas do Brasil	50.000,00	5.000,00	50.000,00	50.000,00	11/5/2009	11/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFMA - Fundação Universidade Federal do Maranhão	66.521,00	75.600,00	66.521,00	66.521,00	2/6/2009	2/6/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IBRA - Instituto Brasileiro de Ação Responsável	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	18/5/2009	18/9/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	CICEF - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento	101.339,80	55.276,80	101.339,80	101.339,80	12/6/2009	12/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	266.244,00	292.364,00	266.244,00	266.244,00	11/5/2009	11/5/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	17.620,00	15.500,00	17.620,00	17.620,00	27/5/2009	27/11/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	CPQT - Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica	58.397,58	24.990,00	58.397,58	58.397,58	21/5/2009	21/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte	100.000,00	32.400,00	100.000,00	100.000,00	19/6/2009	19/2/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFS - Fundação Universidade Federal de Sergipe	37.631,00	84.800,00	37.631,00	37.631,00	2/6/2009	2/6/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	PMM - Prefeitura Municipal de Morrinhos	70.000,00	18.338,00	70.000,00	70.000,00	6/7/2009	6/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	IOPEM - Instituto de Orientação das DST/HIV/AIDS para Mulheres de Baixa Renda	13.840,00	2.800,00	13.840,00	13.840,00	1/7/2009	1/1/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CEDAC - Centro de Desenvolvimento, Difusão e Apoio Comunitário	48.046,00	8.000,00	48.046,00	48.046,00	19/5/2009	19/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará	9.960,00	1.000,00	9.960,00	9.960,00	5/6/2009	5/12/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	SDR-PI - Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí	119.810,00	54.530,00	119.810,00	119.810,00	13/7/2009	13/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	15.302,00	43.700,00	15.302,00	15.302,00	18/6/2009	18/12/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	40.134,55	30.000,00	40.134,55	40.134,55	19/6/2009	19/6/2013	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FUNDECI	CPQT - Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica	120.000,00	16.179,60	120.000,00	120.000,00	1/7/2009	1/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	62.510,00	50.000,00	62.510,00	62.510,00	3/7/2009	3/9/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FAEC - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará	40.000,00	7.000,00	40.000,00	40.000,00	17/6/2009	17/12/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	CPQT - Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica	95.570,70	9.160,00	95.570,70	95.570,70	6/7/2009	6/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte	49.700,00	4.970,00	49.700,00	49.700,00	21/7/2009	21/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFPB - Universidade Federal da Paraíba	59.908,90	20.000,00	59.908,90	59.908,90	6/7/2009	6/7/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACBI - Associação dos Criadores do Baixo Jaguaribe	20.000,00	2.000,00	20.000,00	20.000,00	23/7/2009	23/11/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	IFIEX - Instituto de Fomento e Inovação Exército Brasileiro	323.151,80	33.900,00	323.151,80	323.151,80	9/7/2009	9/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	39.700,00	5.000,00	39.700,00	39.700,00	8/5/2009	8/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CENTEC - Instituto Centro de Ensino Tecnológico	72.867,00	115.600,00	72.867,00	72.867,00	25/5/2009	25/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CENTEC - Instituto Centro de Ensino Tecnológico	65.957,00	20.000,00	65.957,00	65.957,00	1/7/2009	1/1/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	55.000,00	22.500,00	55.000,00	55.000,00	25/6/2009	25/12/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	22.000,00	2.200,00	22.000,00	22.000,00	25/6/2009	25/12/2009	Concluído

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	92.148,95	10.000,00	92.148,95	92.148,95	15/7/2009	15/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	27/7/2009	27/5/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	44.103,10	35.000,00	44.103,10	44.103,10	8/6/2009	8/6/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACOCECE - Associação dos criadores de ovinos e caprinos do estado do Ceará	20.000,00	2.000,00	20.000,00	20.000,00	5/8/2009	5/1/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros	38.523,60	40.000,00	38.523,60	38.523,60	25/6/2009	25/6/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	21.874,00	11.900,00	21.874,00	21.874,00	1/7/2009	1/10/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	20.000,00	2.000,00	20.000,00	20.000,00	1/7/2009	1/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	CDI - Cáritas Diocesana de Itapipoca	25.000,00	33.480,00	25.000,00	25.000,00	29/6/2009	29/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CDI - Cáritas Diocesana de Itapipoca	25.000,00	33.480,00	25.000,00	25.000,00	29/6/2009	29/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CDI - Cáritas Diocesana de Itapipoca	25.000,00	2.500,00	25.000,00	25.000,00	29/6/2009	29/1/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	194.850,60	21.975,00	194.850,60	194.850,60	10/7/2009	10/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	FRUTAL - Instituto de Desenvolvimento da Fruticultura e Agroindústria	80.000,00	9.000,00	80.000,00	80.000,00	7/8/2009	7/2/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	59.400,00	6.600,00	59.400,00	59.400,00	23/7/2009	23/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	189.580,00	21.820,00	189.580,00	189.580,00	10/7/2009	10/1/2010	Concluído
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	59.520,00	6.613,40	59.520,00	59.520,00	23/7/2009	23/1/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFMA - Fundação Universidade Federal do Maranhão	40.000,00	21.750,00	40.000,00	40.000,00	26/2/2009	2/6/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMEPA - PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba	60.768,00	70.000,00	60.768,00	60.768,00	22/6/2009	22/6/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMEPA - PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba	71.000,00	20.500,00	71.000,00	71.000,00	22/6/2009	22/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IBSCMF - Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza	138.078,00	82.842,00	138.078,00	138.078,00	20/7/2009	20/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	10.000,00	3.000,00	10.000,00	10.000,00	16/7/2009	16/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	SDR-PI - Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí	32.640,00	54.530,00	32.640,00	32.640,00	13/7/2009	13/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACEG - Associação Científica de Estudos Agrários	88.773,00	40.400,00	88.773,00	88.773,00	8/6/2009	8/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACEG - Associação Científica de Estudos Agrários	36.421,00	18.200,00	36.421,00	36.421,00	25/6/2009	25/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACEG - Associação Científica de Estudos Agrários	146.881,20	126.000,00	146.881,20	146.881,20	3/7/2009	3/7/2011	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	57.208,80	662.009,00	57.208,80	57.208,80	2/7/2009	2/1/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	30.000,00	18.000,00	30.000,00	30.000,00	28/7/2009	28/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	118.243,84	12.000,00	118.243,84	118.243,84	28/7/2009	28/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ITIC - Instituto de Tecnologia e Informação	124.825,00	16.000,00	124.825,00	124.825,00	5/8/2009	5/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IDESCO - Instituto Desenvolvimento, Estratégia e Conhecimento	75.200,00	8.000,00	75.200,00	75.200,00	3/8/2009	3/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	Rotary Club de Iguatu	40.000,00	5.000,00	40.000,00	40.000,00	18/8/2009	18/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	Associação dos pequenos produtores rurais do córrego do Tamanduá - PALHANO (CE)	47.966,00	11.000,00	47.966,00	47.966,00	16/7/2009	16/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CHAPADA - Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe	54.000,00	6.000,00	54.000,00	54.000,00	14/8/2009	14/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNECE - Fundação Universidade Estadual do Ceará	37.586,00	4.500,00	37.586,00	37.586,00	8/7/2009	8/8/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPBM - Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura	105.560,00	38.100,00	105.560,00	105.560,00	16/7/2009	16/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FUNARBE - Fundação Arthur Bernardes	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	17/8/2009	17/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FADENOR - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas	13.342,00	9.600,00	13.342,00	13.342,00	14/7/2009	14/7/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FUNDECI	UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros	45.922,00	5.000,00	45.922,00	45.922,00	14/7/2009	14/7/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	29.500,00	10.648,80	29.500,00	29.500,00	7/8/2009	7/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ITP - Instituto de Tecnologia e Pesquisa ACEG - Associação Científica de Estudos Agrários	27.093,09	1.200,00	27.093,09	27.093,09	17/8/2009	17/8/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ITP - Instituto de Tecnologia e Pesquisa UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	149.985,00	18.970,00	149.985,00	149.985,00	13/8/2009	13/8/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	SOBRAPO - Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional	25.000,00	40.800,00	25.000,00	25.000,00	17/8/2009	17/8/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas	30.701,00	20.000,00	30.701,00	30.701,00	18/2/2009	18/2/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ATCC - Associação dos transplantados cardíacos do Estado do Ceará	20.000,00	2.900,00	20.000,00	20.000,00	1/9/2009	1/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACOSFADE - Associação Comunitária São Francisco do Sítio Deserto	99.790,00	15.000,00	99.790,00	99.790,00	3/8/2009	3/8/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	111.162,00	103.200,00	111.162,00	111.162,00	20/8/2009	20/8/2011	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	27.631,00	53.923,00	27.631,00	27.631,00	2/7/2009	2/7/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	32.394,00	50.000,00	32.394,00	32.394,00	1/7/2009	1/7/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	27.960,00	53.923,00	27.960,00	27.960,00	18/8/2009	18/8/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPBM - Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura	59.727,00	59.940,00	59.727,00	59.727,00	15/7/2009	15/7/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATS - Centro de Pesquisa Agropecuário do Trópico Semi-Árido	76.740,00	10.000,00	76.740,00	76.740,00	1/10/2009	1/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATS - Centro de Pesquisa Agropecuário do Trópico Semi-Árido	92.360,00	15.000,00	92.360,00	92.360,00	1/10/2009	1/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATS - Centro de Pesquisa Agropecuário do Trópico Semi-Árido	99.972,00	12.000,00	99.972,00	99.972,00	1/10/2009	1/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDÉ - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	65.398,50	7.266,50	65.398,50	65.398,50	10/8/2009	10/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	41.560,00	33.500,00	41.560,00	41.560,00	13/8/2009	13/9/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	61.013,70	7.500,00	61.013,70	61.013,70	13/8/2009	13/8/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDÉ - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	66.960,00	7.440,00	66.960,00	66.960,00	19/8/2009	19/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDÉ - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	130.500,00	17.500,00	130.500,00	130.500,00	19/8/2009	19/2/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	98.088,00	12.000,00	98.088,00	98.088,00	26/8/2009	26/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPMPF - Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura	25.050,00	120.000,00	25.050,00	25.050,00	15/7/2009	15/7/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	67.392,00	7.488,00	67.392,00	67.392,00	14/9/2009	14/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	INSA - Instituto Nacional do Semi-Árido	22.968,50	2.300,00	22.968,50	22.968,50	29/9/2009	29/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AACM - Associação de Corregos do Mendes	36.676,40	3.800,00	36.676,40	36.676,40	24/9/2009	24/9/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATS - Centro de Pesquisa Agropecuário do Triângulo Semi-Árido	190.000,00	20.000,00	190.000,00	190.000,00	28/9/2009	28/9/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	146.000,00	18.400,00	146.000,00	146.000,00	28/8/2009	28/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ISGH - Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar	130.000,00	14.450,00	130.000,00	130.000,00	1/9/2009	1/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	42.846,79	7.000,00	42.846,79	42.846,79	9/9/2009	9/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	96.726,00	12.596,00	96.726,00	96.726,00	15/9/2009	15/9/2013	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	35.085,00	4.500,00	35.085,00	35.085,00	14/9/2009	14/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	90.000,00	10.000,00	90.000,00	90.000,00	13/10/2009	13/10/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	29.211,00	38.000,00	29.211,00	29.211,00	30/3/2009	30/3/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	SINDIVERDE - Sindicato das Empresas de Reciclagem de Resíduos Sólidos Domésticos e Industriais do Estado do Ceará	26.800,00	3.000,00	26.800,00	26.800,00	25/9/2009	25/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UVA - Universidade Vale do Acaraú	72.380,00	20.000,00	72.380,00	72.380,00	2/10/2007	29/1/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	68.130,00	7.500,00	68.130,00	68.130,00	13/10/2009	13/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FAEPA - Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	15/10/2009	15/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	55.315,00	6.000,00	55.315,00	55.315,00	28/9/2009	28/9/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACEG - Associação Científica de Estudos Agrários	43.692,00	4.579,00	43.692,00	43.692,00	21/9/2009	21/9/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UNIFOR - Universidade de Fortaleza	40.250,00	5.000,00	40.250,00	40.250,00	28/8/2009	28/2/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UNIFOR - Universidade de Fortaleza	39.900,00	7.000,00	39.900,00	39.900,00	13/10/2009	13/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	7.600,00	760,00	7.600,00	7.600,00	19/10/2009	19/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMEPA - PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba	67.000,00	7.000,00	67.000,00	67.000,00	28/10/2009	28/4/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigênci inicial	Vigênci Final	Situação
Convênio	FUNDECI	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	7.600,00	760,00	7.600,00	7.600,00	21/10/2009	21/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	14/10/2009	14/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento ASTEF - Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin	59.175,00	6.575,00	59.175,00	59.175,00	8/10/2009	8/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte	20.000,00	2.000,00	20.000,00	20.000,00	15/10/2009	15/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	73.772,32	156.000,00	73.772,32	73.772,32	4/5/2009	4/5/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	46.800,00	5.200,00	46.800,00	46.800,00	18/9/2009	18/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento integrado para Ações Sociais	116.550,00	12.950,00	116.550,00	116.550,00	15/10/2009	15/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	35.982,00	3.500,00	35.982,00	35.982,00	26/5/2009	26/11/2009	Concluído
Convênio	FUNDECI	FDR - Fundação Demócrata Rocha	79.020,00	8.780,00	79.020,00	79.020,00	28/10/2009	28/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	115.801,00	12.000,00	115.801,00	115.801,00	16/10/2009	16/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	55.985,00	96.600,00	55.985,00	55.985,00	15/10/2009	15/10/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPAT - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional Pesquisa de Agroindústria Tropical	25.958,00	3.000,00	25.958,00	25.958,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	7.600,00	760,00	7.600,00	7.600,00	28/9/2009	28/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	7.600,00	760,00	7.600,00	7.600,00	28/9/2009	28/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	FADURPE - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento	106.020,00	15.600,00	106.020,00	106.020,00	29/7/2008	29/1/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	68.681,65	6.800,00	68.681,65	68.681,65	26/8/2009	26/2/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	22.580,14	2.300,00	22.580,14	22.580,14	28/9/2009	28/9/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	PMS - Prefeitura Municipal de Sobral	40.000,00	6.000,00	40.000,00	40.000,00	26/10/2009	26/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	75.000,00	12.500,00	75.000,00	75.000,00	27/10/2009	27/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	10.404,00	1.040,00	10.404,00	10.404,00	27/10/2009	27/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	7.600,00	760,00	7.600,00	7.600,00	27/10/2009	27/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	10.404,00	1.040,00	10.404,00	10.404,00	27/10/2009	27/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	SGN - Sociedade Brasileira de Geologia	15.000,00	1.500,00	15.000,00	15.000,00	28/9/2009	28/3/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	PMC - Prefeitura Municipal de Cascavel	40.000,00	5.000,00	40.000,00	40.000,00	10/11/2009	10/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UEMA - Universidade Estadual do Maranhão	23.500,00	20.000,00	23.500,00	23.500,00	13/10/2009	13/10/2011	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigenci inicial	Vigencia Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATC - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	21/10/2009	21/6/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATC - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros	82.727,00	120.000,00	82.727,00	82.727,00	21/10/2009	21/10/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IEPRO - Instituto de Estudos e Projetos da UECE	57.190,00	7.800,00	57.190,00	57.190,00	4/11/2009	4/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACRITICA - Associação dos criadores de Tilápia do Castanhão	31.072,00	3.200,00	31.072,00	31.072,00	23/11/2009	23/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	IHAB - Instituto Hidroambiental Águas do Brasil	113.046,00	12.000,00	113.046,00	113.046,00	9/10/2009	9/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	79.950,00	8.550,00	79.950,00	79.950,00	20/10/2009	20/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	BIOSCAMED - Biofábrica Moseamed Brasil	195.040,00	32.100,00	195.040,00	195.040,00	25/8/2009	25/8/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	63.430,00	7.000,00	63.430,00	63.430,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	56.700,00	6.300,00	56.700,00	56.700,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	82.030,00	8.500,00	82.030,00	82.030,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	OIKOS CARIPI	60.359,00	7.000,00	60.359,00	60.359,00	12/11/2009	12/5/2010	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipos	Identificação	Conveniente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EUBRA - Conselho Euro-Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável	129.015,00	14.335,00	129.015,00	129.015,00	4/12/2009	4/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	30.000,00	3.000,00	30.000,00	30.000,00	5/11/2009	5/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	URCA - Universidade Regional do Cariri	55.000,00	5.500,00	55.000,00	55.000,00	4/12/2009	4/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	APP - Associação Piauiense de Piscicultores	104.880,00	10.706,00	104.880,00	104.880,00	16/11/2009	16/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	INSTITUTO AGROTECNOLOGIA - Associação para o Desenvolvimento da Agrotecnologia	36.800,00	5.000,00	36.800,00	36.800,00	7/10/2009	7/4/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido	30.310,00	148.000,00	30.310,00	30.310,00	22/5/2009	22/5/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFS - Fundação Universidade Federal de Sergipe	28.750,00	3.200,00	28.750,00	28.750,00	25/9/2009	25/9/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ACEDH - Associação Cearense de Diabéticos e Hipertensos	10.000,00	1.000,00	10.000,00	10.000,00	11/11/2009	11/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UVA - Universidade Estadual do Vale do Acaraú	25.850,00	2.750,00	25.850,00	25.850,00	9/11/2009	9/10/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	DIBAU - Distrito de irrigação do Perimetro Baixo Acaraú	40.000,00	5.000,00	40.000,00	40.000,00	13/11/2009	13/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	SPR MUCURI - Sindicato dos Produtores Rurais de Mucuri	28.800,00	40.800,00	28.800,00	28.800,00	10/9/2009	10/9/2011	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	FUNECE - Fundação Universidade Estadual do Ceará	36.938,80	4.500,00	36.938,80	36.938,80	10/11/2009	10/11/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	PMO - Prefeitura Municipal de Ocara	35.000,00	6.340,00	35.000,00	35.000,00	24/11/2009	24/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	83.334,00	9.800,00	83.334,00	83.334,00	18/11/2009	18/5/2011	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ICM - Instituto de Ciências Médicas Paulo Marcelo Martins Rodrigues	65.520,00	8.000,00	65.520,00	65.520,00	19/11/2009	19/11/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	65.925,00	8.675,00	65.925,00	65.925,00	16/11/2009	16/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	CETREDE - Centro de Treinamento e Desenvolvimento	32.400,00	3.600,00	32.400,00	32.400,00	16/11/2009	16/5/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	ICM - Instituto de Ciências Médicas Paulo Marcelo Martins Rodrigues	80.000,00	12.000,00	80.000,00	80.000,00	3/12/2009	3/12/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EUBRA - Conselho Euro-Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável	29.520,00	3.000,00	29.520,00	29.520,00	4/12/2009	4/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	64.500,00	7.000,00	64.500,00	64.500,00	4/12/2009	4/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	AGROPOLOS - Instituto Agropolos do Ceará	104.000,00	12.000,00	104.000,00	104.000,00	4/12/2009	4/6/2010	Adimplente
Convênio	FUNDECI	EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	79.772,50	131.000,00	79.772,50	79.772,50	19/6/2009	19/6/2014	Adimplente

**Transferência Mediante Convênios
Operacionalização do FUNDECI**

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência inicial	Vigência Final	Situação
Convênio	FUNDECI	EMBRAPA-CNPAT - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional Pesquisa de Agroindústria Tropical	97.143,77	9.000,00	97.143,77	97.143,77	12/11/2009	12/11/2012	Adimplente
Convênio	FUNDECI	UFC - Universidade Federal do Ceará	48.591,50	136.024,00	48.591,50	48.591,50	5/12/2007	5/9/2010	Adimplente

Transferência Mediante Convênios

Operacionalização de crédito e Ações complementares 2009

Tipo	Identificação	Convenente	Valor Pautado	Contrapartida Pautada	Repasse total	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Inicio	Fim	
1	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMA TER-PB – 08.973.752/0001-40	-	Nihil	R\$ 56.216,00	R\$ 2.619,42	18/4/2008	18/4/2013	-
1	-	Federação da Agricultura do Estado do Piauí – 06.522.312/0001-41	-	Nihil	R\$ 215.469,82	R\$ 4.270,00	2/1/2004	2/1/2010	-
1	-	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí – EMA TER-PI – 06.688.451/0001-40	-	Nihil	R\$ 10.279,25	Nihil	11/3/2003	11/3/2008	-
1	-	Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento da Região dos Cocais e Médio Paraíba Maranhense – CINPRA/COCAIS – 04.566.567/0001-80	-	Nihil	R\$ 192.188,00	R\$ 6.856,54	18/8/2004	18/8/2009	-
1	-	Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED - 05.814.777/0001-03	R\$ 1.184.089,54	Nihil	R\$ 506.416,88	R\$ 506.416,88	4/6/2009	4/6/2010	-
4	-	Instituto Nordeste Cidadania – 01.437.408/0001-98	R\$ 51.031.861,00	Nihil	R\$ 23.302.154,36	R\$ 17.582.496,65	25/7/2008	26/7/2010	-
4	-	Instituto Nordeste Cidadania – 01.437.408/0001-98	R\$ 150.000.000,00	Nihil	R\$ 98.189.018,64	R\$ 62.274.627,21	9/6/2008	8/6/2010	-
4	-	VIVA CRED - 01.689.732/0001-01	R\$ 38.800.000,00	Nihil	R\$ 1.837.847,22	R\$ 1.837.847,22	1/1/2009	31/12/2013	-
8	-	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA	R\$ 9.530.000,00	Nihil	R\$ 7.350.000,00	R\$ 1.000.000,00	29/12/2003	31/3/2010	-
1	-	Diversas empresas estatais	R\$ 350.000,00	58323,43	R\$ 4.666,66	Nihil	21/5/2007	20/5/2012	-

Fonte: GAPRE

1 de 1

Caixa de Previdência dos Funcionários Banco do Nordeste do Brasil
CONSELHO DELIBERATIVO



Nº da Reunião: 156

Data: 31/12/2009

PROPOSTA DE AÇÃO OPERACIONAL/ADMINISTRATIVA

PROCESSO

ÁREAS DE ORIGEM	DATA	ALÇADA	REFERÊNCIA
GERÊNCIAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	04/12/2009	CONSELHO DELIBERATIVO	2009/155

DESPACHOS

DESPACHOS

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS	DIRETOR-PRESIDENTE	PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO
De Acordo, 30.12.09 	De Acordo, 30.12.09 	De Acordo, 30/12/09 	De acordo,

SÍNTESE DA PROPOSTA

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA,
ADMINISTRADO PELA CAPEF, PARA O PERÍODO DE 2010 A 2014.**

FUNDAMENTAÇÃO

BREVE COMENTÁRIO SOBRE O PGA DA CAPEF

As Entidades de Previdência Complementar (EFPC) deverão adotar, a partir de janeiro de 2010, a nova planificação contábil instituída pela Resolução CGPC n.º 28, de 26 de janeiro de 2009

A mudança na legislação tem como objetivo orientar e padronizar os registros contábeis das EFPCs, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade e também em relação à convergência do padrão contábil brasileiro às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards), aprofundar a transparência e facilitar ao participante a leitura na divulgação de números, custos e resultados dos planos de previdência.

A alteração mais relevante da Resolução N° 28 se deu no âmbito administrativo com a criação do Plano de Gestão Administrativa – PGA para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

A Resolução N° 05, de 30 de janeiro de 2002, instituída a criação de um Balancete de Operações

FUNDAMENTAÇÃO

Administrativas para registrar, exclusivamente, o patrimônio e os recursos da gestão administrativa das Entidades, no entanto não as obrigava, tendo sido adotado por poucas Fundações, uma vez que esse procedimento era facultativo. A Capef, por sua vez, implantou a segregação no exercício de 2009 e o denominou Plano Gestor.

A partir de janeiro/2010, as entidades terão de divulgar separadamente balanços e demonstrações de cada um dos planos que administra, conforme prevê a legislação. No caso das despesas administrativas, foi introduzida a obrigatoriedade de as entidades de previdência apresentarem um único demonstrativo de Plano de Gestão Administrativa (PGA).

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possuirá um balancete próprio, com maior detalhamento nas despesas administrativas e que será responsável pela gestão administrativa cotidiana por meio de regulamento próprio, conferindo-lhe assim maior transparência. Seu regulamento, entre outros pontos, deve estabelecer: limite e fontes de custeio administrativo; regras para a realização de despesas; previsão de critérios qualitativos e quantitativos de despesas; regras para a conversão e reversão do fundo administrativo; regulamentação para as operações de transferências de administração dos planos de benefícios, inclusões de novos planos ou de novos patrocinadores, extinção da Entidade, fomento, etc.

A criação do PGA passa, naturalmente, pelas três instâncias decisórias das EFPCs, pois caberá ao Conselho Deliberativo a tarefa de aprovação do Regulamento. À Diretoria Executiva caberá a execução do Regulamento e o Conselho Fiscal terá a missão de fiscalizar o cumprimento do que for estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão.

O Regulamento do PGA da Capef, aprovado pelo Conselho Deliberativo no dia 16 de dezembro de 2009, estabeleceu no capítulo X a necessidade da elaboração anual de sua política de investimentos, devendo estar em convergência com a política de investimentos global da entidade. De acordo com A Resolução nº 3.792, em seu Art. 16 estabelece que, as EFPCs devem definir a política de investimentos para a aplicação dos recursos de cada Plano por elas administrado.

1. Alocação de Recursos e os Limites por Segmento de Aplicação

O Plano Gestor da CAPEF apresentava em novembro de 2009 um total de investimentos de R\$ 2.378,41 mil, alocado integralmente no segmento de renda fixa. Segue abaixo as tabelas contendo a alocação e os limites de aplicação para o Plano:

TABELA I
CAPEF - ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	100,00%	0	100

TABELA II
LIMITES DE ALOCAÇÃO DEFINIDOS PELA RESOLUÇÃO 3792

SEGMENTO DESCRIÇÃO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	100%
a) Títulos da dívida pública mobiliária federal.	100%
b) Conjunto de Ativos classificados no segmento de renda fixa, excluídos os títulos da dívida pública mobiliária federal.	80%
c) Cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB) e notas promissórias.	20%
d) Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE).	20%

FUNDAMENTAÇÃO

e) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC).	20%
---	-----

SEGMENTO DESCRIÇÃO	LIMITE MÁXIMO
f) Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%
g) Cédula de crédito imobiliário (CCI)	20%
h) Cédula de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA).	20%
i) Conjunto dos demais títulos e valores mobiliário de emissão de companhias abertas, excetuando-se as debêntures, ou de companhias securitizadoras.	20%

Essa proposta de alocação de ativos poderá ser revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as necessidades do Plano, mediante aprovação do Conselho Deliberativo da CAPEF.

2. Cenário Econômico

Internamente a percepção estrutural do Brasil permanece positiva refletindo os avanços econômicos alcançados ao longo dos últimos anos. O país vem mantendo firme o tripé de sustentação da política econômico (controle de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante), e por ter uma base macroeconômica sólida, o Brasil deve sair da crise bastante fortalecido e com grande reconhecimento internacional.

Enquanto os países desenvolvidos passaram por uma forte recessão em 2009, o Brasil deve fechar o ano com um crescimento zero ou até mesmo no campo positivo. Conforme já frisado anteriormente, o mercado interno será o grande alavancador do PIB nos próximos anos. Os números para 2010 são animadores: a) a produção industrial, na margem, vem crescendo há vários meses consecutivos, b) a taxa de desemprego está em níveis extremamente baixo, alcançado os patamares anteriores ao da crise, c) o consumo permanece aquecido com as vendas no varejo e vendas de automóveis em franco processo de aceleração e, d) o crédito vem se expandindo depois de vários momentos de restrição devidos a crise financeira. Para 2010, a Capef espera que o nível de atividade alcance uma expansão de, aproximadamente, 5,5%.

Para 2010, a inflação deve continuar comportada, visto que, deve ocorrer: uma alta moderada dos preços das commodities, menor inércia inflacionária e um forte aumento das importações. Como os preços administrados e de serviços são vinculados a inflação passada, isso deve favorecer também a inflação corrente de 2010. Esses fatores devem contribuir para que o IPCA, em 2010, caminhe muito próximo do centro da meta (4,5%). Nos IGP'S, o comportamento em 2010 deve ser completamente diferente do que em 2009, devido principalmente a um câmbio menos apreciado. O principal fator que pode vir a reverter todo esse cenário positivo para inflação seria um aquecimento maior do que o previsto na economia.

O cenário de inflação controlado, juntamente com uma demanda desaquecida permitiu que o Banco Central reduzisse a SELIC ao seu nível histórico mais baixo (8,75%). Para o ano de 2010, a expectativa do mercado é de que haja uma elevação nos juros, devido a um crescimento mais robusto da economia brasileira e o aumento das expectativas de inflação. Existem alguns riscos que podem potencializar um aperto monetário ainda mais forte em 2010, são eles: uma forte expansão dos preços das commodities, aumento dos salários reais acima da produtividade e uma diminuição da capacidade ociosa da indústria e consequentemente o fechamento do hiato do produto.

Abaixo segue tabela com as projeções dos diversos indicadores econômicos brasileiros, coletado no Seminário de Investimento anual da CAPEF:

FUNDAMENTAÇÃO

TABELA III
CONSOLIDAÇÃO DE CENÁRIOS

INDICADORES	CENÁRIO PROJETADO 2009	ANO				
		2010	2011	2012	2013	2014
Bolsa em pontos no final do ano	69.000	75.000 - 80.000	86.943	101.124	117.618	136.803
INPC (% a.a.)	4,25%	4,70%	4,00%	3,75%	3,75%	3,75%
IGP-DI (% a.a.)	-0,90%	4,80%	4,50%	3,88%	3,65%	3,40%
IGP-M (% a.a.)	-1,10%	4,80%	4,65%	4,03%	3,90%	3,65%
IPC-A (% a.a.)	4,30%	4,70%	4,20%	4,13%	3,88%	3,63%
Taxa Média de Juros Nominais (Over-Selic, % a.a.)	8,75%	10,00%	10,71%	9,14%	8,83%	8,70%
Taxa Média de Juros Reais (IPCA, % a.a.)	4,45%	5,10%	5,03%	4,79%	4,79%	4,92%
Desvalorização Cambial (% a.a.)	-26,83%	5,32%	6,73%	2,35%	1,80%	1,58%
Taxa de Câmbio (final de período, R\$/US\$)	1,71	1,75	1,87	1,95	1,99	2,03
Resultado Primário Fiscal (% PIB)	1,50%	0,73%	0,00%	0,10%	0,10%	2,90%
Resultado Nominal Fiscal (% PIB)	-3,60%	-0,25%	-0,85%	-0,85%	-0,90%	-1,00%
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	44,00%	43,37%	41,15%	39,30%	38,00%	36,00%
Balança Comercial (US\$ bilhões)	22,80	9,98	-1,90	-2,20	0,85	1,90
Exportações (US\$ bilhões)	152,70	169,80	180,65	200,60	220,40	241,50
Importações (US\$ bilhões)	129,90	161,20	182,50	202,80	219,55	239,60
Investimento Direto Estrangeiro	25,70	35,81	45,00	30,00	30,00	30,00
Conta Corrente (% PIB)	-1,50%	-19,72%	-57,00%	-57,80%	-56,30%	-62,10%
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-22,30	-48,21	-64,90	-65,80	-64,20	-70,10
Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	240,00	256,02	265,00	276,00	287,00	298,00
PIB (US\$ bilhões)**	1.515,00	2.398,00	1.966,50	2.061,00	2.209,00	2.373,00
PIB - Crescimento Real (%)**	0,10%	5,50%	3,88%	4,75%	4,75%	4,75%
Risco-País (JP Morgan)	250,00	200,00	150,00	130,00	120,00	100,00

Fonte: Relatórios de Instituições Financeiras em poder da GERIM

3. Utilização de Instrumentos Derivativos

A CAPEF usa os instrumentos de derivativos tanto para hedge como para posicionamento. Baseado nos seus sistemas de controles internos a CAPEF, previamente, avalia os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação. A Entidade definiu como limite para depósito de margem até 10% em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento. No que se refere a prêmios de opções pagos a CAPEF limitou em 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

4. Taxa Mínima Atuarial ou Índice de Referência

Para o total de ativos do Plano Gestor da CAPEF, a rentabilidade a ser perseguida está representada pela **meta atuarial**, equivalente a **INPC + 6% a.a.** Para o alcance dessa meta, a Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta. Com efeito, observa-se máximo grau de aderência, sempre analisando o cenário e aproveitando as oportunidades de mercado.

5. Controle de Risco

Para a manutenção da saúde financeira das entidades fechadas de previdência complementar são necessários controles internos eficazes, que garantam níveis de risco e qualidade adequados aos resultados desejados. Dessa forma, a correta precificação de produtos, a eliminação de ineficiências nos processos e a eficácia na aplicação de recursos passam a ser diferenciais na gestão do patrimônio.

FUNDAMENTAÇÃO

A Gestão de Risco, do Plano Gestor da Capef, busca otimizar a relação risco/retorno/liquidez, minimizando a probabilidade de insolvência.

5.1. Gestão do Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado da carteira é feito através de:

- a) limites de exposição por classe de ativo e por prazo;
- b) limites de *Value at Risk* (*Valor em Risco*) para as posições dos segmentos de renda fixa;
- c) monitoramento dos valores de mercado dos segmentos de renda fixa;
- d) monitoramento dos fatores de risco que causam impacto nas posições dos segmentos de renda fixa;
- e) monitoramento das volatilidades dos fatores de risco que causam impacto nas posições de renda fixa;
- f) monitoramento de comportamentos correlacionados entre mercados distintos, buscando antecipar impactos nas posições dos segmentos de renda fixa.

O monitoramento da *renda fixa* é realizado através de:

- a) acompanhamento do comportamento da taxa de juros interna e americana;
- b) dos índices de inflação;
- c) observância das projeções elaboradas por instituições de renome no mercado, tendo como exemplo maior, a pesquisa FOCUS desenvolvida pelo Banco Central do Brasil.

5.2. Value at Risk – VaR

Um dos instrumentos amplamente utilizados para a mensuração do risco é o cálculo do **VaR** (*Value at Risk* ou *Valor em Risco*). Uma das funções do *VaR* consiste em estimar a possibilidade de perda potencial máxima de uma carteira, associada à incerteza e aos riscos inerentes a qualquer *portfólio* de ativos

O *Value at Risk – VaR* significa, portanto, a medida do risco agregado de mercado enfrentado por um investidor, ou seja, o montante de dinheiro que ele poderia perder ou realizar devido às alterações de preço nos mercados relacionados. De maneira mais técnica, o *VaR* traduz uma medida monetária que indica a perda máxima em uma posição (carteira) em um dado período de tempo (dia, mês) com um dado grau de confiança, por exemplo, 95%.

O *VaR* pode ser avaliado de diversas maneiras:

- i) financeiramente;
- ii) como percentual do patrimônio;
- iii) tendo como referencial “benchmarks” de mercado (Ibovespa, CDI etc.);
- iv) Marginal *VaR*.

A CAPEF, ao manter o cálculo do *VaR*, inclusive como medida de perda máxima para os segmentos investidos, amplia o controle dos riscos de mercado a que estão submetidos os ativos de renda fixa da Entidade.

5.2.1. Parâmetros de Utilização do *VaR*

A CAPEF adota os seguintes parâmetros para o cálculo do *VaR*:

- Modelo: Paramétrico (histórico);
- Intervalo de Confiança: 95%;
- Periodicidade: diário.

FUNDAMENTAÇÃO

A CAPEF adotará, para o ano de 2010, um percentual de variação de risco máximo por Carteira de Investimento do PGA de 0,5%. O limite indicado poderá ser alterado mediante aprovação do Conselho Deliberativo da CAPEF, com base em informação técnica proposta pela Diretoria-Executiva.

6. Controle do Risco de Crédito

Com relação ao controle de risco de crédito das instituições financeiras e não-financeiras emitentes de títulos de renda fixa, a CAPEF dispõe de um conjunto de regras, ratings (mecanismo de classificação da qualidade de crédito de uma empresa) e metodologia própria para mensuração e percepção de risco de crédito.

7. Estratégia para Formação de Preço Ótimo para Investimento e Desinvestimentos

7.1 Carteira de Renda Fixa

A Entidade se utiliza de estratégias para formar seus preços ótimos de investimentos e desinvestimentos de renda fixa definidas abaixo:

- a) colher informações junto ao mercado financeiro acompanhando o momento de entrada e saída;
- b) utilizar-se de relatórios gerenciais de empresas especializadas em formação de preços de ativos;
- c) analisar os custos incorridos na realização das operações de venda ou compra, tais como despesa de corretagem e outras despesas operacionais;
- d) avaliar perspectivas macroeconômicas inerentes ao crescimento da economia doméstica e mundial que possam afetar, diretamente, as obrigações atuariais do Plano Gestor da Entidade;
- e) realizar reuniões semanais com participantes do mercado que trazem informações relativas a cenários e fatos relevantes do dia

8. Observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Como as EFPC têm uma visão de longo prazo, todas as decisões tomadas pela direção da CAPEF, inclusive as relacionadas a investimentos, devem ser pautadas por governança e sustentabilidade. A Capef, por intermédio da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAAPP participa como signatária do programa *Carbon Disclosure Project 2009*. Com esse propósito, a Entidade vem estudando formas de incluir na sua política de investimentos dos próximos anos práticas que atendam a tais preceitos.

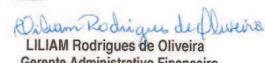
Atenciosamente,


MARCELO D'Agostino
Gerente de Valores Mobiliários


DANIEL Dantas Soárez Teixeira
Analista Técnico Especializado

Atenciosamente,


Manoel MIGUEL dos Santos Filho
Analista Técnico Especializado


LILIAM Rodrigues de Oliveira
Gerente Administrativo Financeiro

Caixa de Previdência dos Funcionários Banco do Nordeste do Brasil
CONSELHO DELIBERATIVO



Nº da Reunião: 156

Data: 31/12/2009

PROPOSTA DE AÇÃO OPERACIONAL/ADMINISTRATIVA

PROCESSO

ÁREAS DE ORIGEM	DATA	ALÇADA	REFERÊNCIA
GERÊNCIAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	04/12/2009	CONSELHO DELIBERATIVO	2009/154

DESPACHOS

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E INVESTIMENTOS	DIRETOR-PRESIDENTE	PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO
<i>De Acordo, 30/12/09</i>  Rômulo Pereira Amaro	<i>De Acordo, 30/12/09</i>  Jose Jurandir Bastos Mesquita	<i>De Acordo, 30/12/09</i>  Francisco José Araújo Bezerra	<i>De acordo,</i>  Maria Lúcia Costa Teles

SÍNTESE DA PROPOSTA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD, ADMINISTRADO PELA CAPEF, PARA O PERÍODO DE 2010 A 2014.

FUNDAMENTAÇÃO

RETROSPECTIVA

Em 2008 presenciamos uma das maiores crises econômicas do mundo. O ano de 2009 está se caracterizando pelo ano da recuperação, a partir da injeção de recursos na economia promovida pelos Governos Centrais.

A princípio parecem superados os problemas mais graves surgidos, as finanças mundiais estão se equilibrando, ainda que com o surgimento de alguns repiques como os registrados na recente moratória em Dubai. Se fizermos uma comparação com o ano de 2008, podemos dizer que estamos reestruturados o suficiente e podemos registrar este episódio para os livros da história. Mas, economistas do FMI e Banco Mundial sustentam que as economias não estão sólidas e que há problemas em diversos segmentos. De fato a recuperação foi rápida, mas sabemos que ainda existem alguns pontos que precisamos acompanhar como: a recuperação do consumo americano e a melhora do emprego nos EUA, Europa e Japão.

FUNDAMENTAÇÃO

O Governo do Brasil, em particular, vem promovendo desonerações em setores específicos da economia, redução de compulsórios, aumento dos limites de cobertura do FGC, como forma de irrigar os pequenos e médios Bancos, além dos chamados estímulos para-fiscais através de crédito para investimentos nos bancos públicos de aproximadamente R\$ 145 bilhões. Em função destes impulsos fiscais a relação Dívida/PIB sofreu uma elevação no ano de 2009 de 36,0% para 44,0%, mas projeções de longo prazo apontam para uma solvência tranquila da nossa Dívida Pública.

Além disso, o Brasil que já tinha recebido em 2008, de duas importantes agências de rating, FITCH e S&P, a classificação de investment grade, em 2009 recebeu a sua 3^a. Classificação, desta vez da Moodys, consolidando de vez a ótima percepção de risco do país no exterior, e abrindo uma grande oportunidade para os investidores institucionais estrangeiros, inclusive Fundos de Pensão, investirem no nosso país. Durante o ano de 2009 houve uma redução de 5 pontos percentuais na taxa de juros básica, saindo de 13,75% no início do ano para 8,75%, mantendo-se a plena normalidade do ambiente econômico, comprovando que o Brasil pode e deve convergir para padrões internacionais de taxas de juros. O que por um lado é uma ótima mudança para a economia, para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC's representa um grande desafio. A inflação mantém-se comportada, a última pesquisa FOCUS projeta para 2009 uma inflação medida pelo IPCA em 4,25%, abaixo, portanto, da meta que é de 4,5% e os IGP's apresentam variações negativas. As reservas internacionais ultrapassam o nível de 230 bilhões de dólares.

A produção industrial apresentou expansão de 2,2% em Outubro sobre o mês anterior, completando o 10º mês de variação positiva e confirmando o crescimento da economia. Com isso e com o fortalecimento da imagem do Brasil lá fora, o fluxo de recursos estrangeiros se acelerou e o governo criou o IOF de 2,0% para investimentos no exterior em Renda Fixa e Renda Variável, e, posteriormente, 1,5% sobre *American Depository Receipt* - ADRs. Falando sobre Renda Fixa, além da redução da taxa básica de juros, nós assistimos ao retorno das taxas dos títulos de longo prazo para patamares pré-crise. Os títulos chegaram a patamares de 6,60% a.a., no auge da crise atingiram o patamar de 8,70% aa.

No mercado de crédito privado de Renda Fixa assistimos as empresas fazerem novas emissões em debêntures, notas promissórias, Certificado de Recebíveis Imobiliários – CR's, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC's e Fundo de Investimento Imobiliário – FII's no valor aproximado de R\$ 52,4 bilhões e com perspectivas de um maior crescimento no ano de 2010. No segmento de renda variável assistimos à rápida recuperação da Bolsa, partindo do início do ano de 2009 de um patamar de 37.550 pontos e encerrando dezembro com 68.588 pontos, com valorização de 82,66% no ano. Também vale destacar a retomada dos IPO's, destacando-se o do Banco Santander que com uma captação de R\$ 14,1 bilhões foi um dos maiores do mundo no ano de 2009.

No setor imobiliário visualizamos uma crescente demanda por escritórios, principalmente de empresas internacionais que estão ingressando ou se expandindo no Brasil. Ainda neste setor foi anunciada a criação em 2010 de um índice, que servirá de benchmark, desenvolvido pela FGV por encomenda da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) batizado de IBRI (Índice Brasileiro de Rentabilidade Imobiliária) e que foi lançado em sua primeira versão na 1^a semana de dezembro em um workshop em São Paulo. Com relação especificamente ao Sistema de Previdência Complementar, o Conselho Monetário Nacional, em setembro, aprovou uma nova Resolução, a 3.792, que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades de Previdência Complementar. Além disso, a partir de janeiro/10 teremos adaptações na planificação contábil, em função da convergência do padrão brasileiro de contabilidade para o padrão internacional, assim como mudanças nas regras relativas às despesas administrativas das EFPCs.

Esta nova legislação simplificou alguns pontos da antiga Resolução 3.456 e foi adaptada para um cenário de taxa de juros baixa, flexibilizando os limites de aplicação dos recursos, transferindo responsabilidades para os gestores das EFPCs e cobrando certificação de dirigentes e profissionais diretamente envolvidos com os investimentos. Boa parte destes acontecimentos acabou tendo repercussão nas aplicações do Plano BD, de forma que até novembro para uma meta de 9,487%

FUNDAMENTAÇÃO

(INPC + 6% ao ano) a rentabilidade foi 16,057%. Neste ano de 2009, o Plano BD apresenta uma necessidade maior de liquidez, resultado da redução das contribuições dos assistidos de 29% para 25% promovida no final do ano passado.

Para o ano de 2010 há um grande consenso entre os economistas que o Brasil vai crescer em torno de 5% e que a inflação ficará abaixo da meta do Banco Central. A grande dúvida deve ficar por conta da política monetária, em relação a taxa básica de juros, primeiro se realmente haverá sua elevação, e, depois, em havendo, com que intensidade e em que momento do próximo ano.

1. RESOLUÇÃO Nº 3.792 DO CMN - BREVE COMENTÁRIO

As diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar foram alteradas em 24 de setembro de 2009, através da substituição da Resolução 3.456 pela Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional. Seguem os principais pontos da Resolução nº 3.792

A Resolução determina a obrigatoriedade dos recursos de cada plano de benefício serem discriminados, controlados e contabilizados individualmente. A gestão de cada carteira de investimento, para cada plano de benefício, deve ser independente, com o valor da cota calculado periodicamente, para fins de movimentação de recursos e de avaliação de desempenho.

A Resolução estabelece que a Política de Investimentos deva ser aprovada pelo Conselho Deliberativo anualmente, sendo sua elaboração a cargo da Diretoria-Executiva. O Conselho Fiscal da Entidade deve semestralmente avaliar os custos com a administração de recursos, realizar o acompanhamento da política de investimentos e da regulamentação em vigor.

A aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações, com o objetivo da manutenção do equilíbrio entre seus ativos e passivos.

A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecido mérito pelo mercado financeiro nacional. A SPC estabelece prazo de até 31 de dezembro de 2010 para a certificação do Administrador Estatutário Técnicamente Qualificado – AETQ. Para os demais administradores, participantes do processo decisório e empregados da EFPC que realiza operações com ativos financeiros, devem ser observados os seguintes percentuais mínimos em relação ao contingente: a) 25% até 31/12/2011; b) 50% até 31/12/2012; c) 75% até 31/12/2013 e d) 100% até 31/12/2014. No intuito de atender o artigo nº 8, a ABRAPP em conjunto com o Instituto Cultural de Seguridade Social – ICSS estuda desenvolver um modelo de certificação para os participantes do processo decisório das EFPC's.

1.1. Atribuições e Responsabilidades

Dentre as obrigações e responsabilidades estabelecidas pela Resolução nº 3.792, destacam-se:

- contratar agente custodiante responsável pelo controle de fluxos de pagamentos e recebimentos gerados pelos investimentos;
- as entidades devem estabelecer anualmente uma **Política de Investimentos** a ser submetida ao Conselho Deliberativo. A Política de Investimentos, depois de apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo, deverá ser enviada aos participantes e à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, devendo conter no mínimo:
 - a) a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes);
 - b) os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;

FUNDAMENTAÇÃO

- c) a utilização de instrumentos derivativos;
 - d) a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefício;
 - e) a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
 - f) a metodologia ou as fontes de referência adotadas para apreçamento dos ativos financeiros;
 - g) a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e
 - h) a observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental.
- a EFPC deve acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Até a implementação de modelo próprio de monitoramento de risco, a EFPC deve calcular a divergência não planejada entre o resultado dos investimentos e o valor projetado para estes investimentos;
 - identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluído os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico, e a segregação das funções de gestão, administração e custódia, bem como avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesses dos seus prestadores de serviço;
 - os títulos e valores mobiliários devem ser depositados em conta individualizada da EFPC no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), na CETIP S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, na BM&FBovespa S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência;
 - Os títulos e valores mobiliários devem ser admitidos à negociação em bolsa de valores, de mercadorias e futuros ou mercado de balcão organizado, ou registrado em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizado pelo BACEN ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência;
 - Os títulos e valores mobiliários classificados no segmento de renda fixa devem, preferencialmente, ser negociados por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela CMF, nas suas respectivas áreas de competência, observados os critérios estabelecidos pelo CGPC;
 - Os títulos e valores mobiliários devem deter ***International Securities Identification Number*** (Código ISIN);
 - A aquisição de títulos e valores mobiliários classificados nos segmentos de renda fixa e renda variável devem ser precedidas de análise de risco;
 - Nos investimentos em ações de emissão de Sociedades de Propósito Específico – SPE a EFPC deve avaliar previamente, a viabilidade econômica e financeira dos projetos;
 - As aquisições, alienações, recebimento em dação em pagamento e demais formas de transferências de titularidade de investimentos classificados no segmento de imóveis devem ser precedidos de avaliação de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão competente;
 - Os encargos financeiros das operações com participantes devem ser superiores à taxa mínima atuarial, para planos constituídos na modalidade de benefício definido, ou ao índice de referência estabelecido na política de investimentos, para planos constituídos em outras modalidades, acrescidos de taxa referente à administração das operações.

FUNDAMENTAÇÃO

1.2. Limites para Aplicação dos Recursos

A Resolução nº 3.792 prevê a exigência do cálculo e atualização diária das cotas de todas as carteiras que formam os *portfólios* dos fundos. Determina também que os recursos dos fundos devam ser contabilizados, discriminados e controlados por planos de benefícios, dentro dos seis segmentos gerais de aplicações de recursos: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimento no exterior, imóveis e operações com participantes. Definidas essas carteiras, os limites fixados pela Resolução para as aplicações financeiras são os seguintes:

QUADRO I
LIMITES DE ALOCAÇÃO DEFINIDOS PELA RESOLUÇÃO N° 3.792

SEGMENTO / DESCRIÇÃO	LIMITE MÁXIMO
Renda Fixa	100%
a) Títulos da dívida pública mobiliária federal.	100%
b) Conjunto de Ativos classificados no segmento de renda fixa, excluídos os títulos da dívida pública mobiliária federal.	80%
c) Cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB) e notas promissórias.	20%
d) Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE).	20%
e) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC).	20%
f) Certificados de recebíveis imobiliários (CRI).	20%
g) Cédula de crédito imobiliário (CCI).	20%
h) Cédula de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA).	20%
i) Conjunto dos demais títulos e valores mobiliário de emissão de companhias abertas, excetuando-se as debêntures, ou de companhias securitizadoras.	20%
Renda Variável	70%
a) Ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa.	70%
b) Ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível II da BM&FBovespa.	60%
c) Ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa.	50%
d) Ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível I da BM&FBovespa.	45%
e) Ações de emissão de companhias abertas não mencionadas nos itens a, b, c e d, bem como as cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em bolsa de valores	35%
f) Títulos e valores mobiliários de emissão de SPE	20%
g) Demais investimentos classificados no segmento de renda variável	3%
Investimentos Estruturados	20%
a) Cota de fundos de investimento imobiliário	10%
b) Cotas de fundos de investimento e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificado como multimercado	10%
Investimentos no Exterior	10%
Imóveis	8%
Operações com Participantes	15%

Fonte: Conselho Monetário Nacional (CMN)

FUNDAMENTAÇÃO

QUADRO II LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR DE ACORDO COM RESOLUÇÃO N° 3.792

EMISSOR	LIMITE MÁXIMO
a) Tesouro Nacional	100%
b) Instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN	20%
c) Tesouro estadual ou municipal	10%
d) Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	10%
e) Organismo multilateral	10%
f) Companhia securitizadora	10%
g) Patrocinador do plano de benefício	10%
h) Fundo de investimento em direitos creditórios ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	10%
i) Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas	10%
j) SPE	10%
k) Fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificados no segmento de investimentos estruturados	10%
l) Se o emissor não estiver incluído nos itens b, c, d, e, f, g, h, i, j e k	5%

Fonte: Conselho Monetário Nacional (CMN)

QUADRO III LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR DE ACORDO COM RESOLUÇÃO N° 3.792

Concentração por Emissor	LIMITE MÁXIMO
a) Capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma mesma SPE	25%
b) Capital votante de uma mesma companhia aberta	25%
c) Patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN	25%
d) Patrimônio líquido de um mesmo fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas	25%
e) Patrimônio líquido de um mesmo fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	25%
f) Patrimônio líquido de um mesmo fundo de investimento constituído no Brasil que tenha em sua carteira ativos classificados no segmento de investimentos no exterior	25%
g) Patrimônio líquido de um mesmo fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsas de valores do Brasil	25%
h) Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%

Fonte: Conselho Monetário Nacional (CMN)

QUADRO IV LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO DE ACORDO COM RESOLUÇÃO N° 3.792

Concentração por Investimento	LIMITE MÁXIMO
a) Uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%
b) Uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	25%
c) Um mesmo empreendimento imobiliário	25%

Fonte: Conselho Monetário Nacional (CMN)

FUNDAMENTAÇÃO

2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD DA CAPEF

2.1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimentos do Plano BD administrado pela CAPEF, referente ao período de 2010-2014, constitui-se em um instrumento norteador de procedimentos a serem adotados na condução da administração dos ativos do Plano BD da Entidade, em contraponto com as despesas com benefícios, objetivando o equilíbrio atuarial do patrimônio.

Para a elaboração da política de investimento, são utilizados como balizadores os cenários traçados por gestores de recursos e parceiros da Entidade. Baseada nessas projeções, a CAPEF determina a macro-alocação de seus segmentos no Plano BD.

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ é o senhor José Jurandir Bastos Mesquita, certificado pela ANBIMA CPA 20. Possui autorização junto a CVM para administração de carteiras e valores mobiliários. Ocupa o cargo de Diretor de Administração e Investimentos da CAPEF.

Segue o detalhamento da política para os próximos cinco anos:

3. OBJETIVOS DA GESTÃO

3.1.1. Objetivo Geral

A CAPEF tem por objetivo a constituição e administração de planos de benefícios previdenciários, custeados predominantemente no regime financeiro de capitalização. Assegura aos seus participantes e respectivos dependentes benefícios de suplementação de aposentadoria, de pensão e pecúlio ordinário, a serem cumpridos nos estritos termos dos seus normativos.

Atualmente, a CAPEF administra um único plano de benefícios, na modalidade de *Benefício Definido* (BD), fechado a novos ingressantes. Em 2010 está previsto a implantação de um novo plano de benefícios, na modalidade *Contribuição Variável*, destinado a abrigar funcionários do BNB e da CAPEF. O plano de *Contribuição Variável* é também destinado a complementar o benefício previdenciário dos participantes ativos do Plano BD. A partir da implementação do novo plano, haverá readequação da estrutura da Entidade, de tal forma a permitir a gestão independente das carteiras de investimento do novo plano de benefícios.

3.1.2. Modelo de Gestão

O modelo de gestão da CAPEF é estabelecido através de seus três órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior, cabendo-lhe, precipuamente, a definição da política de administração da CAPEF e de seus planos de benefícios. Dentre as suas principais competências, destacam-se as de aprovar o orçamento anual de receitas e despesas, **as políticas de investimentos**, os planos de benefícios previdenciais e os respectivos planos de custeio.

A Diretoria-Executiva é o órgão de administração geral da CAPEF, cabendo-lhe executar as diretrizes fundamentais baixadas pelo Conselho Deliberativo, dentro das políticas e dos objetivos por ele estabelecidos. Dentre as principais atribuições da Diretoria-Executiva, está a elaboração, para a devida apresentação ao Conselho Deliberativo:

- a) das normas gerais de organização, de administração e de operação;
- b) do orçamento anual de receitas, despesas e de investimentos;
- c) das **políticas de investimentos** da Entidade.

FUNDAMENTAÇÃO

O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle e fiscalização da CAPEF, sendo suas principais atribuições:

- a) apreciação das demonstrações financeiras e contábeis da CAPEF, no mínimo trimestralmente, assim como a elaboração de pareceres sobre os negócios e atividades do período em que servir, tomando por base o balanço e as contas da Diretoria-Executiva;
- b) manifestação semestral sobre a aderência da gestão de recursos pela direção da CAPEF à regulamentação em vigor e à Política de Investimento, em especial sobre rentabilidade, custos e controle de risco, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar;
- c) emissão de parecer no que diz respeito à adequação dos *Controles Internos da Entidade* aos preceitos divulgados pela Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004;
- d) emissão de parecer no que diz respeito a enquadramentos da Entidade;
- e) avaliação dos custos com administração de recursos (gestão, consultoria, custódia, auditoria e corretagens pagas) e acompanhamento da política de investimento, justificando os resultados que não estejam em consonância com os previstos;

3.1.3. Objetivos da Gestão dos Investimentos

A CAPEF administra plano previdenciário em estágio de maturidade, em que os valores desembolsados mensalmente com os pagamentos dos benefícios são superiores aos valores ingressados através das contribuições dos participantes e dos patrocinadores.

No ano de 2009, o montante de benefícios pagos será de aproximadamente R\$ 230,66 milhões, enquanto que as contribuições importarão em R\$ 106,42 milhões, em consonância com demonstrativo abaixo:

TABELA I
FLUXO FINANCEIRO DA CAPEF ANO 2009

ITEM	PARCELA ORDINÁRIA (R\$)	TOTAL (R\$)
Benefício	230.551.342,12	230.659.245,10
Contribuição	106.388.825,08	106.414.908,36

Fonte: GEPREV

Essa característica de maturidade constitui-se em vetor crucial ao direcionamento da administração dos seus recursos garantidores do Plano BD que se deve pautar por aplicações de natureza conservadora, perseguindo rigorosamente o perfeito equilíbrio entre retorno, risco e liquidez.

Outro ponto importante que merece ser destacado, além da maturidade do plano, na gestão dos investimentos do Plano BD da CAPEF é a atual regra de reajuste dos benefícios concedidos. A partir da vigência do Regulamento de 2003, os benefícios são atualizados em janeiro de cada ano pela aplicação da taxa de rentabilidade nominal dos investimentos, relativa aos últimos 12 meses, descontada a taxa anual de juros atuarial utilizada pela CAPEF, sendo que o percentual de atualização não poderá ser inferior a 30% e nem superior a 100% da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado para o mesmo período.

Dessa forma, há que se ter um gerenciamento eficiente e responsável dos recursos do Plano BD para fazer face aos compromissos com o completo custeio dos benefícios a serem honrados junto aos seus participantes e beneficiários, promovendo o casamento entre ativo e passivo. Nesse contexto, a gestão da CAPEF analisa os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios que administra, considerando:

FUNDAMENTAÇÃO

- a) taxa esperada de retorno;
- b) preservação do capital;
- c) diversificação;
- d) tolerância a risco;
- e) estabilidade;
- f) liquidez; e
- g) regra de reajuste dos benefícios.

Com base em tais critérios, a CAPEF define os mecanismos específicos de investimentos e a melhor estratégia na composição de sua carteira, ou seja, o *mix* entre renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes, para o alcance dos resultados esperados, que lhe assegurem o pleno equilíbrio atuarial do seu plano de benefícios.

3.2. Objetivos Específicos

A elaboração da **Política de Investimentos** do Plano BD da CAPEF tem como objetivos principais:

- nortear a aplicação dos recursos do Plano BD da Entidade, de acordo com a programação de pagamento de benefícios de seus participantes;
- manter um instrumento de planejamento que proporcione uma definição efetiva das metas de retorno, tolerância ao risco e restrições legais e de mercado para os investimentos;
- propiciar o claro entendimento por parte de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com as atividades da Entidade, dos mecanismos e critérios adotados na aplicação de recursos do Plano BD;
- proporcionar a existência de critérios objetivos e racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias de investimentos empregadas na aplicação de recursos do Plano BD, conforme os parâmetros pré-estabelecidos.

Conforme orientação constante da Resolução nº 3.792, alguns elementos são sugeridos para maior padronização e melhor definição das políticas de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar e que serão assumidos pela CAPEF na elaboração da presente política, quais sejam:

1. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial;
2. Macroalocação e Composição da Carteira;
3. Diversificação;
4. Utilização de Instrumento de Derivativos;
5. Controle de Risco de Mercado;
6. Controle do Risco de Crédito;
7. Relação entre a EFPC e Patrocinador;
8. Processo de Escolha de Instituições Financeiras e Não Financeiras e Corretoras;
9. Política de Terceirização de Gestão;
10. Testes comparativos e de avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e a diversificação da gestão externa de ativos;
11. Custódia e Controladoria;
12. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;

FUNDAMENTAÇÃO

13. Estratégia de formação de preço ótimo para investimentos e desinvestimentos;
14. Informações sobre Auditoria Independente;
15. Informações aos Participantes;
16. Controles Internos da Entidade;
17. Observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental;
18. Ética.

Seminário de Investimentos da CAPEF

Nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, foi realizado o **Seminário de Investimentos da CAPEF**, contando com a participação e contribuição da equipe de investimentos e previdência da Entidade e da equipe de profissionais do BNB (Área de Gestão de Recursos de Terceiro, Área de Operações Financeiras e Mercado de Capitais e o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste). Participaram também os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria-Executiva da Entidade.

Referido encontro tem como destaque a apresentação e consolidação de cenários macroeconômicos e políticos para o ano seguinte. Para tanto, neste ano, houve a participação *in loco* de economistas com larga experiência de mercado de capitais e de profissionais das áreas de análise das instituições *Itaú-Unibanco, Schroders, Sulamerica, Rio Bravo Investimentos, BTG Pactual e Urbano Métrica*.

A partir das contribuições dos referidos parceiros e das discussões em grupos de trabalho, os integrantes da Diretoria-Executiva, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e as equipes de analistas de investimentos e de previdência da CAPEF e do Patrocinador-Instituidor Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), elaboraram um cenário macroeconômico de consenso, analisando os impactos decorrentes das diversas variáveis na Carteira de Investimentos do Plano BD da Entidade.

1. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial

Há uma percepção de que as principais economias do mundo saiam da recessão mais cedo do que o esperado. Mas, por outro lado o temor é de que a reação ensaiada até agora tenha sido fruto apenas de ações anticíclicas adotadas pelas autoridades. Teme-se com isso que quando tais dispositivos expirarem, as economias não tenham ainda condições de prosseguir sozinhas. E, novos incentivos, tanto fiscais como monetários parecem difíceis de serem adotados novamente, uma vez que os déficits governamentais dos países desenvolvidos são gigantescos. Com relação as políticas monetárias, as taxas de juros se mantêm em patamares extremamente baixos, não se dispendo assim de muitos espaços para adoção de políticas monetárias expansionistas.

O Fundo Monetário Internacional - FMI alerta para uma retirada prematura desses estímulos fiscais e monetários sem uma completa recuperação dos sistemas financeiros. Isto poderia acarretar em uma temida recuperação econômica em forma de W, o que evidenciaria um novo recuo da atividade mundial. Mas as autoridades dos países desenvolvidos não parecem dispostas a retirar tais estímulos enquanto não perceberem reações positivas das economias de seus países. Segundo o banco *Credit Suisse*, somente haverá reversão das políticas expansionistas quando o mercado de trabalho mostrar recuperação ou quando ocorrer uma deterioração das expectativas inflacionárias.

Quanto ao cenário para atividade mundial, segundo ainda o FMI, a economia global sofrerá uma retração de -1,0% em 2009 e um avanço de 3,8% em 2010, crescimento este, fortemente influenciado pela performance das economias emergentes que alcançarão 2% em 2009 e 6,3% em 2010, tendo como destaque o PIB da China e da Índia. Já as economias desenvolvidas terminarão 2009 com o PIB negativo em torno de -3,3%, maior contração das últimas décadas e positivo em 2,2% em 2010.

FUNDAMENTAÇÃO

Nos EUA a contração do mercado de trabalho e a escassez do crédito corroborarão para que a economia americana demore mais algum tempo para alcançar o patamar pré-crise. Com a taxa de desemprego se mantendo num patamar elevado e, com o acesso restrito ao crédito, o norte-americano está com uma propensão maior a poupar do que a consumir. Para se ter uma idéia do tamanho da disposição a poupar do americano, em outubro/2009, a parcela da renda disponível poupada foi de 4,4%, bem superior a média praticada no período compreendido entre o início de 2005 a meados de 2007 (pré-crise), que foi de 1,75%. As projeções para o PIB dos EUA, segundo cálculos do FMI, são de -2,5% para 2009 e de 2,6% para 2010.

No que diz respeito à inflação, a expectativa é de que o cenário não seja de aceleração nos índices de preços nos próximos anos, em função, basicamente, do atual patamar de ociosidade da economia e dos elevados ganhos de produtividades. A inflação deverá convergir para níveis abaixo dos patamares perseguidos pelo banco central americano (*Federal Reserve*) que são núcleos inflacionários compreendidos entre 1% e 2%, em 12 meses.

Com relação aos próximos passos do *Federal Reserve*, a expectativa é de que, baseado em uma retomada gradativa do nível de atividade e, de um cenário benigno para a inflação, a autoridade monetária americana mantenha a taxa básica de juros de sua economia, atualmente entre 0% e 0,25%, por mais algum tempo. Para o ano de 2010, a expectativa do *Credit Suisse*, é de que o Fed eleve os juros em 1,25%, iniciando o processo no 3º tri/2010, com uma elevação de 0,75% e de 0,5% no 4º trimestre, terminando o ano com a taxa dos *Fed Funds* no patamar de 1,5%.

Dentre os mercados emergentes, China e Índia são os principais destaques de crescimento econômico para os próximos anos. Espera-se crescimentos robustos para o PIB dessas duas economias tanto para 2009 como para os anos vindouros. Os recentes números divulgados sobre a atividade chinesa são impressionantes, em outubro de 2009, quando comparado com outubro de 2008, os investimentos em ativos fixos urbanos cresceram 31,6%; a produção industrial teve expansão de 16,1%; as vendas no varejo subiram 16,2% e o consumo de bens duráveis cresceu 72%. O FMI projeta para a China crescimento de 8,8% e 9,5% para os anos de 2009 e 2010 respectivamente e para a Índia a expectativa é de que o PIB termine 2009 no patamar de 7% e 2010 com 8%.

Internamente a percepção estrutural do Brasil permanece positiva refletindo os avanços econômicos alcançados ao longo dos últimos anos. O país vem mantendo firme o tripé de sustentação da política econômica (controle de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante), e por ter uma base macroeconômica sólida, o Brasil deve sair da crise bastante fortalecido e com grande reconhecimento internacional.

No auge da crise, o Risco País medido pelo JP Morgan, não ultrapassou os 700 pontos, demonstrando, assim, a confiança que os investidores depositam no Brasil. A Moody's, uma das três principais agências classificadoras de risco que ainda não tinha elevado o Brasil a condição de *investment grade* atribuiu, em setembro de 2009, a classificação Baa3 incluindo o país no seletivo grupo de países com reduzido risco de default.

Graças aos avanços econômicos alcançados, o período recessivo pelo qual o país passou foi curto e a retomada econômica será acelerada. A expansão do PIB para os próximos anos será baseada, a) no crescimento do consumo das famílias, consequência da elevação do crédito bancário, do aumento da massa salarial, do emprego e da renda do consumidor brasileiro e, b) no consumo do governo, com as três esferas (União, Estados e Municípios) investindo pesado nos diversos setores da economia brasileira. Já o setor externo contribuirá de forma negativa para o crescimento do PIB nos próximos anos em função do maior crescimento das importações ante as exportações. Mas, por outro lado, esse impacto negativo pode ser atenuado em função, basicamente, dos ingressos de Investimentos Estrangeiros Diretos e dos investimentos em portfólios na economia do país.

Enquanto os países desenvolvidos passaram por uma forte recessão em 2009, o Brasil deve fechar o ano com um crescimento zero ou até mesmo no campo positivo. Conforme já frisado anteriormente, o mercado interno será o grande alavancador do PIB nos próximos anos. Os

FUNDAMENTAÇÃO

números para 2010 são animadores: a) a produção industrial, na margem, vem crescendo há vários meses consecutivos, b) a taxa de desemprego está em níveis extremamente baixo, alcançado os patamares anteriores ao da crise, c) o consumo permanece aquecido com as vendas no varejo e vendas de automóveis em franco processo de aceleração e, d) o crédito vem se expandindo depois de vários momentos de restrição devido a crise financeira. Para 2010, a Capef espera que o nível de atividade alcance uma expansão de, aproximadamente, 5,5%.

O setor de imóveis no ano de 2009 teve como principal característica a cautela quanto à crise nos mercados financeiros mundiais, contudo, nos últimos oito meses, fortaleceu-se a percepção de uma superação mais rápida do seu impacto sobre o nível de atividade econômica, representada pelos indicadores de produção e consumo que estão iniciando o 4T09 em ritmo acelerado, o que afetará este segmento no próximo período.

A taxa de desemprego será uma variável chave para determinar o momento da elevação do juro e a demanda interna sustentará o PIB em 2010, enquanto a externa contribuirá negativamente, seguindo retomada global. Esperamos alta do investimento em torno de 15% em 2010 e, por sua vez, crédito, emprego e gasto público impulsionarão consumo das famílias. A demanda doméstica em ritmo forte causará uma contrapartida ao ritmo do setor externo.

Em consequência de uma política fiscal comprometida, observaremos um declínio acentuado do superávit primário no curto prazo a menos que uma mudança nos gastos públicos e no volume das arrecadações seja observada. Há sinais indicativos de que um superávit primário de 0,5% a 1,3% do PIB estabilizaria a relação dívida líquida/PIB no médio prazo.

Ainda segundo especialistas, no próximo ano veremos o retorno de grandes players como os investidores institucionais, bem como um incremento na entrada de investidores internacionais trazidos pela boa resposta brasileira à crise e pela manutenção, em patamares baixos, da taxa de juros americana. Com um cenário de cautela e observância no grau de estabilidade das economias mundiais, variáveis como custos transacionais, estoques, despesas administrativas e a logística se tornam importantes na taxa de retorno esperada pelos investidores.

Com uma fluidez nos fluxos internacionais de capitais buscando melhores taxas e o grau de investimento brasileiro, talvez notemos um aumento da oferta especulativa.

Depois de revisar para baixo a maior parte das projeções para 2009, a cadeia da construção civil está otimista para 2010. O crescimento esperado pela área - composta pelo mercado imobiliário, por obras públicas, pelo segmento privado de ampliação de unidades comerciais e industriais e pela autoconstrução e reforma pelas famílias - para o ano que vem é de 8,8%, após a expansão prevista de 1% neste ano marcado pela crise global.

Na área residencial, a meta é que o setor movimente mais de R\$ 202 bilhões. Na opinião de incorporadores, nos últimos seis meses houve uma arrancada das incorporadoras para compra de terrenos com o objetivo de lançar novos projetos em 2010. Com a melhora da expectativa do impacto da crise no Brasil, e a oferta de crédito, o brasileiro ficou mais confiante em comprar a casa própria. Neste cenário, a expectativa é de um aumento substancial nas vendas para o próximo ano.

Na área de imóveis industriais não será diferente. Segundo pesquisas, previsão de entrega deste tipo de imóveis em 2010 aumentará 17,29% em relação a este ano, o que está bem acima da projeção do PIB, que teria um aumento entre 5% a 6%. A valorização deste mercado está cada vez mais em ascensão, uma vez que a economia do país continuará aquecida para atender este tipo de demanda.

Analisaremos os dois mercados mais relevantes para o caso brasileiro: São Paulo e Rio de Janeiro. Para o caso da cidade de São Paulo, os resultados do terceiro trimestre indicam que o mercado de escritórios em São Paulo continua bem posicionado para reverter os efeitos da crise financeira mundial, registrando um crescimento estável apesar de moderado.

FUNDAMENTAÇÃO

Tal fato torna as oportunidades atuais do mercado cada vez mais atrativas tanto para empresas quanto para investidores. A absorção bruta (ocupação de espaços vagos em um determinado período) acumulada em 2009 totalizou 398.300 m², o que representa uma queda de 33% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, considerando estatísticas trimestrais, a absorção bruta cresceu 90% quando comparada ao segundo trimestre.

A absorção líquida (diferença no volume total ocupado entre períodos consecutivos) se recuperou de resultados negativos no início do ano ao totalizar 95.800 m² no terceiro trimestre, o que elevou o resultado anual para 49.100 m². O mercado Classe A também registrou uma significativa melhora na performance ao registrar um dos maiores volumes de absorção líquida em um trimestre apenas inferior ao resultado do primeiro trimestre de 2008.

A taxa de vacância, que manteve baixíssimos níveis em 2008, cresceu consideravelmente em 2009 em função das decisões de empresas de cortar custos em face da crise econômica mundial. Entretanto, no terceiro trimestre, os índices de vacância retomaram a tendência de queda, ao registrar 6,5% -- 0,6 pontos percentuais inferior ao registrado em junho, porém 1,1 ponto percentual superior ao menor índice de 2008. A contínua sofisticação da demanda por espaços de melhor qualidade levou a taxa de vacância de espaços Classe A para 8% ou 1 ponto percentual inferior ao trimestre anterior.

Os valores de locação na cidade permaneceram estáveis no terceiro trimestre em todas as subregiões segundo estatísticas trimestrais. Comparado ao quarto trimestre de 2008, os preços de oferta ou permaneceram estáveis ou retraíram levemente em alguns casos. Todas as subregiões, no terceiro trimestre, registraram uma média de 5% de queda nos preços se comparado a 2008. A maior queda ocorreu na subregião da Paulista (10% de queda), com médias de preços pedidos de R\$ 100,00 /m² mês em Setembro de 2009, em relação à médias anteriores de R\$ 110,00/ m² mês no final de 2008.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, após registrar consecutivos resultados trimestrais aparentemente ilesos à crise econômica, os indicadores do mercado de escritórios no terceiro trimestre demonstraram que o mercado parece ter finalmente sentido o impacto do prolongamento da crise econômica iniciada no ano anterior.

Apesar de ainda positiva, a absorção líquida totalizou 8.000 m² no terceiro trimestre, um resultado bastante inferior a outros períodos - sendo 84% inferior ao resultado anterior. Tal fato ocorreu em função do aumento do número de decisões corporativas de corte de custos adicionando novos espaços ao mercado.

Como resultado, a taxa de vacância, após registrar os mais baixos índices de vacância de sua história em 2008, aumentou sensivelmente em 0,3 pontos percentuais saindo de 2,8% para os atuais 3,1% no terceiro trimestre. A vacância de espaços Classe A não sustentou o valor próximo a zero e registrou um aumento mais expressivo saindo de 1,2% no segundo trimestre para os atuais 3,1%.

Entretanto faz-se importante observar que a absorção bruta anual de Classe A superou o maior nível registrado até então em 2004 totalizando 92.500 m². A ausência de espaços de qualidade aliada à sofisticação da procura beneficiou a demanda por edifícios de maior qualidade no Rio. Novos edifícios Classe A representaram 60% das entregas no ano.

Tal volume entregue está 100% localizado na subregião do Centro, a qual respondeu por 78% do novo estoque de 2009. Restringindo a análise às subregiões, o Centro continua a exercer maior impacto no mercado representando 45% da absorção bruta do trimestre e 60% no ano.

A vacância no Centro aumentou para 3,2% saindo de 1,9% em Junho. O mercado Classe A no Centro registrou um aumento mais significativo na vacância de 3,7 pontos percentuais para 4,2% em Setembro.

FUNDAMENTAÇÃO

Apesar dos aumentos registrados na vacância, a oferta de espaços continua bastante restrita, levando a uma estabilização de preços, tendência essa que deverá continuar nos próximos trimestres.

Os preços pedidos de locação mantiveram-se estáveis no terceiro trimestre. Entretanto, a diminuição da oferta de espaços tornaram as faixas de preços adotadas em muitas subregiões mais restritas. Estes preços devem aumentar em 2010 devido à expectativas de crescimento econômico geradas pelas eleições presidenciais e aos investimentos que deverão ocorrer enquanto a cidade se prepara para receber os jogos olímpicos que surgem um alento de esperança para performances de mercado mais consistentes num futuro próximo.

1.1. Variáveis Relevantes para o Cenário Nacional

Para o ano de 2010 a CAPEF traçou os cenários para algumas variáveis consideradas importantes para a Entidade, definidas no Seminário de Investimentos de 2009. Para os anos compreendidos entre 2010 a 2014, a CAPEF utilizou como parâmetro os cenários traçados por algumas instituições financeiras.

1.1.1. Setor Externo

Em 2009, o saldo da balança comercial irá apresentar um *superávit* superior aos US\$ 22 bilhões, resultado esse muito superior ao projetado no início do ano. Mas as projeções seguintes são de números mais modestos, chegando inclusive a apresentar, em alguns anos, situações de *déficit*. Os principais fatores desse quadro são: fraco crescimento mundial; preços das commodities estáveis e crescimento das importações acompanhado da expansão doméstica. Para os anos de 2010 e 2011 as projeções do saldo da balança comercial são de US\$ 8,60 bilhões e US\$ -1,90 bilhões, respectivamente.

O enfraquecimento das exportações, juntamente com o fortalecimento das importações, além de uma maior emissão de remessas de lucros e dividendos ao exterior colaborará para uma forte deterioração do saldo das transações correntes para os próximos anos. As projeções para os anos de 2010 e 2011 são de *déficits* de US\$ 48 bilhões e 64 bilhões, respectivamente. O lado positivo das contas externas fica por conta do fluxo dos investimentos estrangeiros diretos, que vem contribuindo para que o saldo do balanço de pagamento, em 2009, fique superavitário e o câmbio permaneça apreciado até o primeiro trimestre de 2010. A expectativa para a taxa de câmbio é de que encerre 2009 em R\$ 1,70, e para os anos de 2010 e 2011 a projeção é de R\$ 1,75 e R\$ 1,87, respectivamente.

1.1.2. Dívida Pública

O Brasil no intuito de minimizar os efeitos da crise econômica mundial adotou algumas medidas de desoneração tributária, fato esse que, juntamente com a desaceleração do crescimento econômico, contribuiu para que a relação dívida/PIB saltasse de 36%, em 2008, para os atuais 44%. No intuito de melhorar a sua arrecadação o Governo aumentou a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, das Instituições Financeiras, de 9% para 15%. Esse relação dívida/PIB deve sofrer uma reversão já no próximo ano, visto que os incentivos fiscais devem ser retirados e a economia brasileira deve voltar a crescer de maneira mais significante. A expectativa para os anos de 2010 e 2011 é de que essa relação volte a cair, e fique em 43,37% e 41,15%, respectivamente.

A desoneração tributária e a crise econômica afetaram a meta de *superávit* primário, que foi alterada de 3,30% para 2,50% do PIB, excluindo os investimentos da Petrobras, fato esse que leva a meta fiscal para o nível de 1,50%. Para 2009, o *superávit* primário deverá ficar muito próximo do centro da meta, e para 2010 a projeção dos economistas que participaram do Seminário de Investimentos da Entidade é de 0,73%, inferior a meta de 3,3% definida pelo governo. Para 2011 a expectativa é de que o superávit primário fique em torno de 0,00%. Apesar dessa piora das contas públicas brasileiras, no mês de setembro a agência Moody's juntou-se a Standard & Poor's e a Fitch e concedeu ao Brasil o grau de investimento.

FUNDAMENTAÇÃO

1.1.3. Inflação

O cenário de inflação em 2009 foi bastante comportado, com o IPCA devendo encerrar o ano abaixo do centro da meta (4,5%). Os principais motivos que levaram a inflação a níveis mais baixos foram: a redução no nível da atividade econômica, elevação da capacidade ociosa, queda no preço das *commodities* e a apreciação do real frente a moeda americana. Esses efeitos foram mais sentidos no atacado do que no varejo, principalmente devido à forte valorização do real em 2009, tanto que os IGP'S irão encerrar o ano com deflação.

Para 2010, a inflação deve continuar comportada, visto que, deve ocorrer: uma alta moderada dos preços das commodities, menor inércia inflacionária e um forte aumento das importações. Como os preços administrados e de serviços são vinculados à inflação passada, isso deve favorecer também a inflação corrente de 2010. Esses fatores devem contribuir para que o IPCA, em 2010, caminhe muito próximo do centro da meta (4,5%). Nos IGP'S, o comportamento em 2010 deve ser completamente diferente do observado em 2009, devido principalmente a um câmbio menos apreciado. O principal fator que pode vir a reverter todo esse cenário positivo para inflação seria um aquecimento maior do que o previsto na economia. Para os anos de 2010 e 2011 as projeções para o IPCA são de 4,70% e 4,20% e para o INPC as projeções são de 4,70% e 4,00%, respectivamente. Para os anos de 2010 e 2011 as expectativas para o IGPM são de 4,80% e 4,50% e para o IGP-DI são de 4,80% e 4,65%, respectivamente.

1.1.4. Taxa de Juros

O cenário de inflação controlado, juntamente com uma demanda desaquecida, no primeiro trimestre de 2009, permitiu que o Banco Central reduzisse a SELIC ao seu nível histórico mais baixo (8,75%). Para o ano de 2010, a expectativa do mercado é de que haja uma elevação nos juros, devido a um crescimento mais robusto da economia brasileira e o aumento das expectativas de inflação. Existem alguns riscos que podem potencializar um aperto monetário ainda mais forte em 2010, são eles: uma forte expansão dos preços das commodities, aumento dos salários reais acima da produtividade e uma diminuição da capacidade ociosa da indústria e consequentemente o fechamento do hiato do produto. As projeções para a taxa de juros em 2010 e 2011 são de 10,00% e 10,71%, respectivamente.

Abaixo seguem projeções definidas no evento de investimentos da CAPEF:

TABELA II
CONSOLIDAÇÃO DE CENÁRIOS

INDICADORES	CENÁRIO PROJETADO 2009	ANO				
		2010	2011	2012	2013	2014
Bolsa em pontos no final do ano	69.000	75.000 - 80.000	86.943	101.124	117.618	136.803
INPC (% a.a.)	4,25%	4,70%	4,00%	3,75%	3,75%	3,75%
IGP-DI (% a.a.)	-0,90%	4,80%	4,50%	3,88%	3,65%	3,40%
IGP-M (% a.a.)	-1,10%	4,80%	4,65%	4,03%	3,90%	3,65%
IPC-A (% a.a.)	4,30%	4,70%	4,20%	4,13%	3,88%	3,63%
Taxa Média de Juros Nominais (Over-Selic, % a.a.)	8,75%	10,00%	10,71%	9,14%	8,83%	8,70%
Taxa Média de Juros Reais (IPCA, % a.a.)	4,45%	5,10%	5,03%	4,79%	4,79%	4,92%
Desvalorização Cambial (% a.a.)	-26,83%	5,32%	6,73%	2,35%	1,80%	1,58%
Taxa de Câmbio (final de período, R\$/US\$)	1,71	1,75	1,87	1,95	1,99	2,03
Resultado Primário Fiscal (% PIB)	1,50%	0,73%	0,00%	0,10%	0,10%	2,90%
Resultado Nominal Fiscal (% PIB)	-3,60%	-0,25%	-0,85%	-0,85%	-0,90%	-1,00%
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	44,00%	43,37%	41,15%	39,30%	38,00%	36,00%
Balança Comercial (US\$ bilhões)	22,80	9,98	-1,90	-2,20	0,85	1,90
Exportações (US\$ bilhões)	152,70	169,80	180,65	200,60	220,40	241,50
Importações (US\$ bilhões)	129,90	161,20	182,50	202,80	219,55	239,60
Investimento Direto Estrangeiro	25,70	35,81	45,00	30,00	30,00	30,00
Conta Corrente (% PIB)	-1,50%	-19,72%	-57,00%	-57,80%	-56,30%	-62,10%
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-22,30	-48,21	-64,90	-65,80	-64,20	-70,10
Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	240,00	256,02	265,00	276,00	287,00	298,00
PIB (US\$ bilhões)**	1.515,00	2.398,00	1.966,50	2.061,00	2.209,00	2.373,00
PIB - Crescimento Real (%)**	0,10%	5,50%	3,88%	4,75%	4,75%	4,75%
Risco-País (JP Morgan)	250,00	200,00	150,00	130,00	120,00	100,00

Fonte: Relatórios de Instituições Financeiras em poder da GERIM

FUNDAMENTAÇÃO

1.2. Aspectos Tributários

1.2.1. IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e os Empréstimos da CAPEF

O IOF incide sobre quatro tipos de operações: crédito, câmbio, seguro e títulos e valores mobiliários. Desde o final de 2008, porém, como medida para estimular a economia frente ao cenário de crise internacional, o Governo Federal publicou no DOU de 12/12/2008, o Decreto 6.691 de 11/12/08, que dá nova redação ao art. 7º do Decreto 6.306 de 14/12/2007 (que fora anteriormente alterado pelo Decreto 6.339 de 03/01/2008). A mudança ocorrida foi no percentual diário de IOF, que passou de 0,0082% para 0,0041% ao dia.

Revisando, porém, o comportamento da carteira de empréstimos da CAPEF ao longo de 2009, percebe-se que não houve impactos significativos dessa medida no nível de demanda por empréstimos assistenciais: em 2008 o total de liberações foi de 1.662 contratos, com uma média mensal de 139 concessões, até novembro o total de contratos liberados, em 2009, é de 760, apresentando média de 69 liberações por mês. A carteira de empréstimos decresceu de uma participação patrimonial ao final de 2008 de 4,68% (R\$ 92,06 milhões) para 4,31% em novembro/2009 (R\$ 92,89 milhões).

1.2.2. Créditos Tributários

O RET – Regime Especial de Tributação, instituído pela Medida Provisória 2.222, de 4 de setembro de 2001, estabeleceu que, a partir de 1º de janeiro de 2002, os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de entidades abertas de previdência complementar e de sociedades seguradoras que operam planos de benefícios de caráter previdenciário ficariam sujeitos à incidência do imposto de renda, de acordo com as normas de tributação aplicáveis às pessoas físicas e às jurídicas não-financeiras.

A CAPEF optou pela adesão em 31/01/2002 e cumpriu às determinações do RET até dezembro de 2004, quando a medida provisória foi revogada pela Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

No ano de 2003, a Entidade intermediou um processo de negociação entre o BNB e as entidades representativas dos participantes e beneficiários com o objetivo de por fim às demandas judiciais e solucionar o histórico déficit atuarial da Instituição.

Como consequência do processo de negociação, em 30/12/2003, o Patrocinador-Fundador celebrou contrato com a CAPEF assegurando o repasse de R\$ 238.670 mil a título de contribuições extraordinárias para equacionamento de déficit atuarial da Entidade. A totalidade dessas contribuições compôs a base de cálculo do RET e a CAPEF efetuou um recolhimento no valor de R\$ 10.904 mil.

A Entidade solicitou um Parecer Atuarial que esclareceu que toda a contribuição extraordinária resultante do “Acordo” se destinava a custeio de serviço passado e, complementarmente, efetuou consulta fiscal à Receita Federal do Brasil obtendo a resposta que o regime a ser aplicado para cálculo do RET era o regime de competência.

Dessa forma, em janeiro de 2007, a Entidade reconheceu R\$ 11.111 mil de créditos tributários provenientes da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET – Regime Especial de Tributação, do 4º trimestre de 2003, que utilizou para compensar R\$ 9.899 mil de débitos tributários até o mês de abril de 2008, data da não-homologação das compensações pela Receita Federal.

FUNDAMENTAÇÃO

A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a CAPEF, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar os seguintes registros contábeis: 1) reversão do saldo desse crédito no valor de R\$ 7.765 mil e 2) provisão de R\$ 13.290 mil correspondentes R\$ 9.899 mil ao total de débitos tributários compensados; R\$ 1.411 mil, relativos à atualização monetária pela SELIC e R\$ 1.980 mil referente à multa de 20%. Informamos, entretanto, que continuamos com a discussão administrativa em 1^a instância

2. Macroalocação e Composição da Carteira

2.1. Composição da Carteira

A CAPEF apresentava em novembro de 2009 um total de investimentos no Plano BD de R\$ 2.153.133,67 mil, distribuídos nos segmentos de renda fixa (R\$ 1.801.081,24), renda variável (R\$ 126.667,87 mil), imóveis (R\$ 126.154,09 mil), operações com participantes (R\$ 99.060,74 mil).

A macrocarteira da CAPEF atingiu em 2009, até o mês de novembro, rentabilidade de 16,057%. Com isso, a performance alcançada superou a meta atuarial (INPC + 6% a.a.), no acumulado do ano, até novembro, (9,487%), como pode ser inferido na tabela III.

TABELA III
COMPOSIÇÃO E DESEMPENHO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS DA CAPEF

ATIVOS	NOVEMBRO/2009			NO ANO
	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)	PARTICIP. (EM %)	RENTAB (EM %)	
RENDA FIXA	1.801.081,24	83,66	0,918	14,974
BNB - FIF Empresarial	1.712.179,63	79,53	0,873	15,091
Fortaleza Multimercado FI	88.901,61	4,13	1,790	12,861
RENDA VARIÁVEL	126.667,87	5,88	6,845	57,724
BNB - Exclusivo	58.299,47	2,71	8,632	65,311
BNB - FIC	54.721,30	2,54	8,573	66,152
Itaú	23.226,86	-	8,720	62,247
SulAmérica(*)	15.605,58	-	8,057	68,677
Schroder	15.546,49	-	9,084	71,895
Carteira Própria (ações do BNB)	13.499,06	0,63	(5,823)	(6,043)
Nordeste Empreendedor	148,03	0,01	-	-
IMÓVEIS	126.154,09	5,86	0,667	15,574
Direitos Creditórios s/Alienação de Imóveis	4.948,17	0,23	0,161	5,903
Edificações + Direitos a receber s/Edificações	121.205,92	5,63	0,668	15,919
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	99.060,74	4,60	0,983	9,569
Empréstimos	92.894,05	4,31	0,992	12,212
Financiamentos	6.166,69	0,29	0,863	(19,425)
SUBTOTAL INVESTIMENTOS (SEM IMPOSTOS A COMPENSAR)	2.152.963,93	-	-	-
IMPOSTOS A COMPENSAR	169,73	-	-	-
TOTAL INVESTIMENTOS	2.153.133,67	-	1,205	16,057
INPC + 6%aa	-	-	0,835	9,487
INPC	-	-	0,370	3,865
IPCA	-	-	0,410	3,927
IGPDI	-	-	0,070	(1,328)
IGPM	-	-	0,100	(1,456)
CDI	-	-	0,659	9,087
IBRX50 FECHAMENTO	-	-	8,658	70,627
IBOVESPA FECHAMENTO	-	-	8,935	78,546

(*) RENTABILIDADES BRUTAS DOS SEGMENTOS OBTIDAS PELO MÉTODO DE QUOTAS

FUNDAMENTAÇÃO

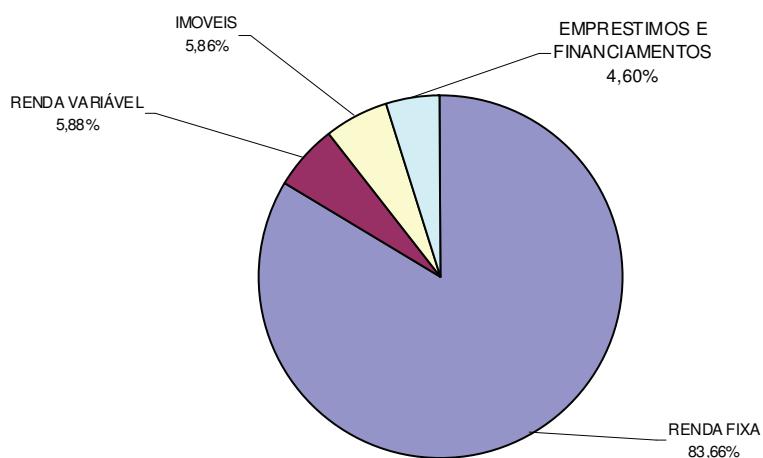


Gráfico 1 – Distribuição do Patrimônio da CAPEF

Fonte: Sistema ATT (CAPEF)

2.2. Macroalocação da Carteira

A macro-alocação dos recursos se constitui na decisão mais importante da **Política de Investimentos**. Estudos indicam que, aproximadamente, de 85 a 95% do retorno e do risco de um portfólio podem ser atribuídos à decisão de alocação de longo prazo. Dessa forma, a principal fonte de retorno e de risco associado aos investimentos é a decisão de macro-alocação.

Com o intuito de alocar de forma otimizada os ativos, de acordo com a distribuição temporal do fluxo futuro de obrigações e assegurando a solvência financeira e econômica, conforme recomendado pelo estudo de ALM realizado pela Risk Office em 2005 e atualizado mensalmente pela Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, a CAPEF vem dando continuidade ao alongamento da carteira de renda fixa.

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da CAPEF e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano BD da CAPEF no de 2010, que se encontra na tabela IV.

TABELA IV
CAPEF - ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF EM 30/11/2009 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	83,66%	69	100
Renda Variável	70	5,88%	0	12
Investimentos Estruturados	20	0,01%	0	1
Investimentos no Exterior	10	0,00%	0	0
Imóveis	8	5,86%	0	8
Operações com Participantes	15	4,60%	0	10

Essa proposta de alocação de ativos poderá ser revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas, mediante aprovação do Conselho Deliberativo da CAPEF.

FUNDAMENTAÇÃO

Em resumo, a proposta de alocação de recursos do Plano BD, um plano maduro, direciona a maior parte dos ativos (de 69 a 100%) para aplicação conservadora e de proteção, sob a forma de **renda fixa**, concentrada em títulos públicos federais, remunerados a taxas de juros reais superiores a meta atuarial de 6%; no segmento de **renda variável** serão aplicados de 0 a 12% dos ativos em ações de empresas que, no longo prazo, vêm contribuindo para o alcance da meta atuarial da Entidade; até 10% desses recursos poderão ser destinados à linha de **emprestimos a participantes**. Para o ano de 2010, de acordo com a Resolução 3.792, foram criados os segmentos de **investimentos estruturados** e **investimento no exterior**. A alocação máxima para o segmento estruturado ficou definida em 1% do patrimônio de investimento da Entidade. Já para o segmento de investimento no exterior ficou definido que não haverá aplicações.

Com relação ao segmento de imóveis, sua participação patrimonial tem se mantido historicamente inserida nos limites legais de participação, cujo enquadramento possui um limite máximo previsto na nova Resolução nº 3.792 de 8% da Carteira. Esses resultados decorrem principalmente de política de desimobilização em curso desde 1996 e impulsionada a partir do ano de 2003. Basicamente, o objetivo da política é redirecionar tais recursos para aplicações de maior rentabilidade e liquidez. No ano de 2010, permanecerão os esforços no sentido de reduzir a vacância, mitigar o risco de inadimplência e buscar novas opções de investimentos, como, por exemplo, Fundos de Investimentos Imobiliários – FII e Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI

2.3. Sistemas de Controle dos Investimentos do Plano BD da CAPEF

Em novembro de 2007, a CAPEF substituiu o *Banco Santander* pelo Itaú no intuito de desenvolver os serviços de custódia e controladoria das carteiras de renda fixa e variável, o que torna desnecessário o uso e desenvolvimento de sistemas internos de controle para estas carteiras. Em 2006, foi contratado os serviços da *Mellan Brasil* para a administração e controladoria do Fundo Fortaleza Multimercado. O detalhamento dos serviços contratados encontra-se no item “11” da presente Política. Importante enfatizar que o controle dessas carteiras passará a ser realizado integralmente por referida instituição, ficando a cargo dos analistas desenvolver tarefas de caráter predominantemente analíticas e negociais.

A CAPEF dispõe de sistema informatizado de imóveis concatenando em módulos os macro-processos de cadastro, contabilidade, locações e vendas, desenvolvido internamente, com funcionamento em rede e restrições de acesso e base de dados em Access 2003. Porém, está em andamento a implantação de um novo sistema na base de dados em SQL.

Para a carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários, a CAPEF dispõe de sistema informatizado também desenvolvido internamente, controlando todo o fluxo de recebíveis, desenvolvido na plataforma Visual Basic 6.0, acessando banco de dados Microsoft SQL Server 7.0, tendo por objetivo básico o controle dos contratos de empréstimos assistenciais e financiamento imobiliários, assim como a elaboração e a liberação de novos contratos de empréstimos. Para o ano de 2010 será implantado um novo sistema desenvolvido na linguagem C# e banco de dados Microsoft SQL Server 7.0.

3. Diversificação

No segmento de renda fixa, foram definidos os seguintes filtros de alocação: a) para uso de derivativos, depósito de margem limitado a 10,0% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN; b) os ativos da carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial; c) limitar em 5,0% as aplicações do patrimônio do Plano BD da CAPEF em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito pelo Comitê de Investimentos da Capef, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio do FIDC. Na posição de 30/11/2009, a CAPEF detinha uma participação em FIDC de 0,71% do patrimônio de investimento do Plano BD; d) limitar em 10,0% as aplicações do total dos investimentos do Plano BD da CAPEF em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito definido pelo Comitê de Investimentos da CAPEF, sendo permitido um limite máximo de 5% do Patrimônio Líquido (PL) de uma mesma instituição financeira. Na posição de 30/11/2009, a CAPEF

FUNDAMENTAÇÃO

detinha uma participação em títulos privados de 2,40% do patrimônio de investimento do Plano BD; e) não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos e f) não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta.

Para o segmento de renda variável, além da Gestão Compartilhada, a CAPEF contratou gestores terceirizados responsáveis pelo nível de **diversificação das carteiras**. Essa característica se mostra especialmente diversa por cada instituição financeira. Nesse sentido, a CAPEF apresenta somente algumas **regras de filtros** definidas pelo seu seminário anual de investimentos. São elas: a) utilização de derivativos respeitando a Resolução nº 3.792, limitado a 10% de depósito de margem; b) buscar como referencial dos investimentos a rentabilidade do IBrX; e c) valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5,0% do patrimônio do fundo. Se tratando de carteira própria, os prêmios pagos de opções ficam limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano. A utilização de derivativos também respeitará a Resolução nº 3.792 limitando a 10% de depósito de margem em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano.

Com relação à gestão própria de recursos, a CAPEF desenvolve gestão de um **Fundo Multimercado Exclusivo**, cujo regulamento observa as legislações estabelecidas pela CVM e pela SPC. O fundo adota as seguintes regras de filtro: a) limitar em até 6% dos recursos do Plano BD da Entidade para aplicação; b) utilização de derivativos respeitando a Resolução nº 3.792, limitado a 10% de depósito em margem da posição total de títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa do Fundo de Investimento Fortaleza Multimercado; e c) valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5,0% do patrimônio do fundo.

Para o segmento de imóveis, a diversificação respeitará os limites definidos pela legislação (Resolução nº 3.792/2009). Pretendemos investir em cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários, enquadrado na Carteira de Investimentos Estruturados, onde poderemos alocar até 1% do total dos nossos recursos conforme proposto no seminário de investimentos da Capef. Na Carteira de Imóveis atual da CAPEF, não há registro de desenquadramento. A maior aplicação em um único empreendimento refere-se ao prédio Apolônio Sales, com valor aproximado de R\$ 31.618,84 mil, equivalente a cerca de 25,06% do segmento de imóveis.

Será admitida apenas a ocupação por locatários de áreas comerciais de prédios com ocupação diversificada, desde que respeitada a relação máxima de 1 (um) posto de trabalho para cada 6 m² de área privativa. Sistematicamente a necessidade de diversificação também será observada com relação a possíveis ocorrências de concentração de risco de ocupação em determinadas locações. Dessa forma, apesar de se revelar como um quadro preferível ao da vacância, a situação de concentração de unidades locadas por um único ente (o que eleva risco, embora possa figurar como tecnicamente recomendável), recebe avaliação punitiva pela metodologia interna de seleção de carteiras imobiliárias.

No segmento de imóveis, o ingresso em novos empreendimentos somente será permitido após a prévia apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo da CAPEF. Todos os novos aportes da carteira e processos de permuta devem sofrer processo pretérito de análise técnica conjugada à avaliação do valor de mercado do imóvel. Serão admitidos, porém, reinvestimentos do Plano BD no setor imobiliário relacionados aos periódicos procedimentos de manutenção da estrutura predial, benfeitorias julgadas necessárias à atratividade comercial da unidade imobiliária limitadas a 15% (quinze por cento) do valor do ativo por cada contrato firmado com terceiros e, por fim, os aportes extraordinários para correção de problemas estruturais dos imóveis componentes da carteira.

Com relação às operações com participantes, não será permitido contratar financiamentos imobiliários, exceto nos casos de refinanciamento derivados da política de reestruturação da carteira. De acordo com recomendação do estudo de ALM, busca-se a unificação da carteira de empréstimos pelo INPC (IBGE), que regula a meta atuarial da CAPEF. Importante enfatizar que,

FUNDAMENTAÇÃO

enquanto o IGP-DI regula 3,48% e IGPM 0,47% do valor do saldo atual, o INPC é o índice de referência de 96,05% do saldo atual contratado.

4. Utilização de Instrumentos Derivativos

A CAPEF usa os instrumentos de derivativos baseada em seus sistemas de controles internos que, previamente, avaliam os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação. A Entidade definiu como limite para depósito de margem até 10% em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento. No que se refere a prêmios de opções pagos a CAPEF limitou em 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

5. Controle de Risco

Para a manutenção da saúde financeira das entidades fechadas de previdência complementar são necessários controles internos eficazes, que garantam níveis de risco e qualidade adequados aos resultados desejados. Esse gerenciamento é importante para dar segurança aos participantes e subsidiar o processo decisório, garantindo o alcance da meta atuarial e o aumento do patrimônio. Dessa forma, a correta precificação de produtos, a eliminação de ineficiências nos processos e a eficácia na aplicação de recursos passam a ser diferenciais na gestão do patrimônio.

A Gestão de Risco, do Plano BD da Capef, busca otimizar a relação risco/retorno/liquidez, minimizando a probabilidade de insolvência. Esta Entidade possui uma área específica para proporcionar a gestão integrada de riscos, sejam operacionais, de mercado e de descasamento de passivos.

5.1. Gestão do Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado da carteira é feito através de:

- a) limites de exposição por classe de ativo e por prazo;
- b) limites de *Value at Risk* (*Valor em Risco*) para as posições dos segmentos de renda fixa e renda variável;
- c) monitoramento dos valores de mercado dos segmentos de renda fixa e renda variável e das unidades de investimento que as compõem;
- d) monitoramento dos fatores de risco que causam impacto nas posições dos segmentos de renda fixa e renda variável;
- e) monitoramento das volatilidades dos fatores de risco que causam impacto nas posições de renda fixa e renda variável;
- f) monitoramento de comportamentos correlacionados entre mercados distintos, buscando antecipar impactos nas posições dos segmentos de renda fixa e renda variável.

O monitoramento da *renda fixa* é realizado através de:

- a) acompanhamento do comportamento da taxa de juros interna e americana;
- b) dos índices de inflação;
- c) observância das projeções elaboradas por instituições de renome no mercado, tendo como exemplo maior, a pesquisa FOCUS desenvolvida pelo Banco Central do Brasil.

Na *renda variável* o monitoramento é feito da seguinte forma:

- a) acompanhamento *on-line* do movimento da bolsa brasileira;

FUNDAMENTAÇÃO

b) sintonia com o mercado financeiro, desenvolvida por conferências com corretoras e gestores dos recursos de renda variável.

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado do Fundo Fortaleza Multimercado é feito através de:

- a) *Stress Testing*¹ Histórico: avalia as operações do fundo em relação a grandes oscilações de preços e taxas registradas em datas passadas relevantes (tais como a Maxi-Desvalorização do Real em 1999, a crise das bolsas americanas e da Argentina em 2000, os eventos pós 11 de setembro de 2001, a crise da marcação a mercado de 2002, a turbulência pré-eleitoral de 2002 e a crise financeira de 2008 dentre outros). Estes eventos oferecem aos gestores dados empíricos relevantes para a construção de cenários de *stress* alinhados à conjuntura atual e frente a eventos de ruptura.
- b) *Stress Testing* com simulação de cenários definidos: podem ser utilizados cenários da BM&F ou definidos pelo comitê mensal de investimentos. Com isso, é possível estimar movimentos de diferentes amplitudes, de pequenas a médias, para cada operação ou para a carteira do fundo.
- c) Value at Risk (VaR): utilizado para avaliar o impacto da variabilidade do retorno das operações sobre o retorno do fundo e da carteira total de Renda Fixa e Variável. A utilização da medida VaR, uma medida de risco para condições normais de mercado, tem como objetivo avaliar prospectivamente as melhores opções de investimentos frente a dois parâmetros chave: retorno e volatilidade projetada. Em resumo, esta aplicação prospectiva do VaR visa maximizar o Índice de Sharpe do fundo.
- d) Análise do Risco x Retorno (Markowitz²) – Otimização de carteiras de Renda Variável. Determina a composição da carteira que tenha o maior retorno com um dado nível de risco ou o menor risco com um dado nível de retorno.
- e) monitoramento dos valores de mercado dos segmentos de renda fixa e renda variável e das unidades de investimento que as compõem;
- f) monitoramento dos fatores de risco que causam impacto nas posições dos segmentos de renda fixa e renda variável;
- g) monitoramento das volatilidades dos fatores de risco que causam impacto nas posições de renda fixa e renda variável;
- h) monitoramento de comportamentos correlacionados entre mercados distintos, buscando antecipar impactos nas posições dos segmentos de renda fixa e renda variável.

Na *carteira de imóveis*, o monitoramento do risco do *mercado imobiliário* por parte da CAPEF é efetuado através do acompanhamento dos principais indicadores de comportamento dos mercados de atuação da carteira imobiliária existente, através de relatórios setoriais produzidos por entidades oficiais e pesquisas divulgadas, privilegiando-se as variáveis: índice de velocidade de vendas, evolução do preço dos aluguéis e de venda e a vacância.

Para a *carteira de operações com participantes*, o risco de mercado é acompanhado com o monitoramento da oferta pelo mercado de crédito de alternativas que impactem na competitividade ao empréstimo pessoal da Entidade, influenciando sua demanda. Para a carteira de *financiamentos imobiliários*, a CAPEF monitora fatos relevantes pertinentes ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), notadamente a aplicação de variados programas de deságios, buscando, quando possível, revisar sua política de deságio.

¹ O processo denominado de *Stress testing* determina os efeitos de condições extremas de mercado no valor do patrimônio e no alcance da meta atuarial.

² O trabalho de Henry Markowitz (1952) pode ser sintetizado na conclusão de que é possível anular o nível de risco através da formação de carteiras diversificadas de ações, uma vez que, se duas ações tiverem correlação perfeitamente negativa, haverá determinada combinação de ambas em que o risco é nulo. Portanto, pode-se através da diversificação do investimento, ou seja, composição de uma carteira, aumentar o retorno esperado mantendo o risco a níveis iguais ou menores que o risco individual de cada ativo.

5.2. Value at Risk – VaR

Um dos instrumentos amplamente utilizados para a mensuração do risco é o cálculo do **VaR** (Value at Risk ou Valor em Risco). Uma das funções do **VaR** consiste em estimar a possibilidade de perda potencial máxima de uma carteira, associada à incerteza e ao risco inerentes a qualquer *portfólio* de ativos

O *Value at Risk – VaR* significa, portanto, a medida do risco agregado de mercado enfrentado por um investidor, ou seja, o montante de dinheiro que ele poderia perder ou realizar devido às alterações de preço nos mercados relacionados. De maneira mais técnica, o **VaR** traduz uma medida monetária que indica a perda máxima em uma posição (carteira) em um dado período de tempo (dia, mês) com um dado grau de confiança, por exemplo, 95%.

O **VaR** pode ser avaliado de diversas maneiras:

- i) financeiramente;
- ii) como percentual do patrimônio;
- iii) tendo como referencial “benchmarks” de mercado (Ibovespa, CDI etc.);
- iv) Marginal **VaR**.

A CAPEF, ao manter o cálculo do **VaR**, inclusive como medida de perda máxima para os segmentos investidos, amplia o controle dos riscos de mercado a que estão submetidos os ativos de renda fixa e renda variável da Entidade.

5.2.1. Parâmetros de Utilização do **VaR**

A CAPEF adota os seguintes parâmetros para o cálculo do **VaR**:

- Modelo: Paramétrico (histórico);
- Intervalo de Confiança: 95%;
- Periodicidade: diário.

A CAPEF adota um **percentual de variação de risco máximo por Carteira de Investimento**. Para o ano de 2010, adotar-se-ão os seguintes percentuais:

- **Renda Fixa:** até 1% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- **Renda Variável:** até 20% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- **Fundo Multimercado:** até 2% do valor do patrimônio líquido da carteira.

Os limites indicados poderão ser alterados mediante aprovação do Conselho Deliberativo da CAPEF, com base em informação técnica proposta pela Diretoria-Executiva. Vale registrar que, no ano de 2009, como apresentado no Gráfico, mesmo com o aumento da volatilidade, os referidos percentuais mostraram-se adequados às variações de risco verificadas nas carteiras de renda fixa, renda variável e multimercado da Entidade.

FUNDAMENTAÇÃO

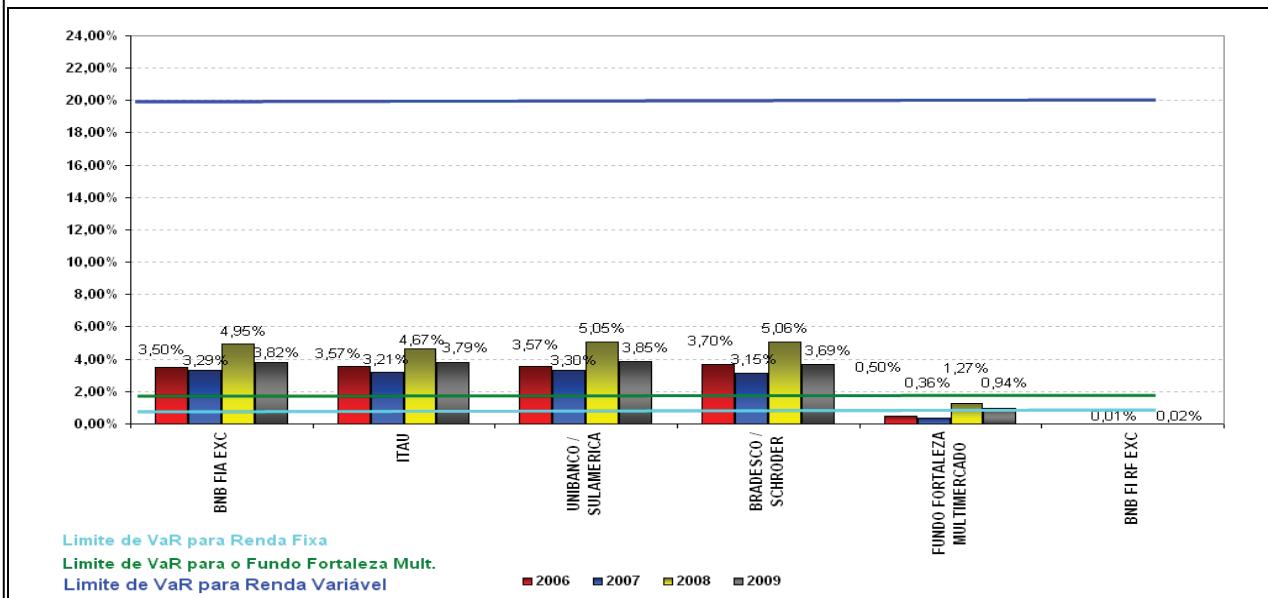


Gráfico 2 – Análise de VaR dos Investimentos da CAPEF

Fonte: CAPEF

6. Controle do Risco de Crédito

Com relação ao controle de risco de crédito das instituições financeiras e não-financeiras emitentes de títulos de renda fixa, a CAPEF dispõe de um conjunto de regras, *ratings* (mecanismo de classificação da qualidade de crédito de uma empresa) e metodologia própria para mensuração e percepção de risco de crédito, explicitados no item 8 adiante, que são utilizados no processo de escolha de instituições financeiras gestoras de recursos e corretoras.

A Carteira de Imóveis da CAPEF possui portfólio com 95 contratos de locação comercial. A principal receita obtida da carteira de imóveis, portanto, provém desse agrupamento. O risco de crédito é minimizado pela política de garantia adotada pela Entidade, que inclui: recepção de depósito de caução de, no mínimo, três meses de aluguéis, fiança bancária emitida por banco idôneo, seguro-fiança emitido por seguradora idônea e, finalmente, o aval pessoal. O tratamento de excepcionalidade é dado aos patrocinadores da Entidade, onde não se exige garantia, órgãos públicos da administração direta e indireta, empresas públicas, grandes instituições financeiras ou corporações multinacionais com reconhecido baixo risco, todos apreciados individualmente pela Diretoria Executiva da Entidade.

Nas vendas imobiliárias a prazo, o risco de crédito é minimizado com análise cadastral dos proponentes compradores, incluindo apontamentos de instituições de risco (SERASA, SPC etc.), poder financeiro de compra e, essencialmente, a proteção do crédito através do uso do instituto da alienação fiduciária em garantia, fundamentada na Lei nº 9.514 (1997), que otimiza o processo de retomada do bem em caso de inadimplência. A CAPEF observará igualmente dispositivos da Instrução **MPS/SPC nº 20, de 01/02/2008**, acerca das orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPCs para o acompanhamento das operações e das propostas de operações realizadas por pessoas politicamente expostas e no combate ao financiamento ao terrorismo.

Para a Carteira de Empréstimos e Financiamentos, as condições de garantia do recebimento são oferecidas pelo fato do tomador do empréstimo também figurar como detentor de direitos de crédito contra a Entidade. A política de empréstimo deverá ter como limite indistinto, portanto, o saldo atualizado do resgate das contribuições de cada participante. No tocante à amortização, vale destacar que a sistemática de cobrança minimiza o risco de crédito, uma vez que incide diretamente na folha de pagamento do participante aposentado e, no caso do ativo, o débito é enviado na data correspondente ao crédito dos proventos, favorecendo-se a liquidez da amortização. A liberação de quaisquer valores respeitará a existência do contrato original regular na sede da Entidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Atualmente todos os saldos de empréstimos são garantidos por Fundo Garantidor de Empréstimo administrado pela CAPEF, implementado desde 2006 e custeado pelos participantes e beneficiários. O modelo foi criado após parecer atuarial, surgindo como alternativa de redução do custo de seguridade para os participantes e beneficiários, além de oferecer solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na CAPEF. Ao final de novembro/2009, o saldo do Fundo Garantidor de Empréstimo atingia a cifra de R\$ 1,21 milhões.

Para tratamento dos atuais 41 casos de inadimplência da carteira de empréstimos (0,95% do saldo do segmento, posição novembro/2009), a CAPEF desde 2007 pratica política de regularização, com os seguintes parâmetros: periodicamente contatos verbais com o mutuário para regularização da dívida, inclusive com o pagamento de encargos contratuais; notificação administrativa; renegociação com parcelamento e dispensa de encargos moratórios; provisão contábil de perdas e, por fim, a execução judicial do crédito quando superados todos os estágios administrativos.

No dia 09 de dezembro de 2009, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 12.112, que altera a Lei 8.245/91, a qual trata dos aspectos jurídicos da locação de imóveis urbanos. A lei sancionada por Lula deverá entrar em vigor no dia 25 de janeiro de 2.010 e tem como objetivo aperfeiçoar as regras e procedimentos referentes à locação.

Um dos itens que mitiga o risco do locador trata da questão do pedido de despejo, ou seja, a locação que tenha sido contratada sem garantia ou em caso de extinção da mesma ou ainda quando o fiador tenha pedido sua exoneração e o inquilino deixe de pagar o aluguel, o locador poderá pedir o despejo do mesmo e o juiz poderá concedê-lo liminarmente, conforme prevê o novo inciso IX, do § 1.º do artigo 59, da Lei 8.245/91.

A nova lei trouxe mais algumas hipóteses em que o juiz poderá conceder a liminar para desocupação do imóvel em 15 dias, já no início da ação de despejo. São elas: (i) necessidade de realização de reparos urgentes no imóvel determinados pelo poder público que não possam ser executados com a permanência do inquilino ou ele se recuse a consenti-los; (ii) quando encerrado o prazo da notificação para que o locatário apresente nova garantia locatícia; (iii) quando encerrado o prazo do contrato de locação não residencial, desde que tenha sido proposta a ação de despejo dentro do prazo de 30 dias do termo do contrato ou da notificação comunicando a intenção de retomada pelo locador; (iv) na falta de pagamento do aluguel e acessórios no vencimento, estando o contrato desprovido de qualquer garantia por não ter sido contratada ou no caso de exoneração da fiança.

O inquilino terá 30 dias para deixar o imóvel quando o contrato não for renovado. Antes, o prazo era de até seis meses. Na lei antiga, o locatário podia atrasar o aluguel duas vezes, no máximo, em um período de 12 meses, na terceira vez, o locador tinha direito de não aceitá-lo mais como inquilino. Na lei nova, o locatário somente pode atrasar o pagamento uma única vez em um período de dois anos.

Para o fiador, agora há regras definindo em que situações ele poderá deixar o negócio – ao fim do prazo inicial do contrato, nos casos de morte do locatário ou de separação do casal de inquilinos.

Será mais rápido reaver um imóvel comercial depois de ação renovatória na Justiça (em aluguéis por períodos longos). Agora, bastará a decisão de um juiz de 1^a instância para que, em 30 dias, o locatário deixe o imóvel, caso perca a ação. O prazo anterior era de seis meses depois de decisão transitada em julgado – em última instância.

Estas novas regras irão acelerar a desocupação pelos maus inquilinos e o imóvel poderá ser colocado no mercado para nova locação. Com a maior possibilidade de celeridade do processamento das ações de despejo a lei visou incentivar a negociação entre locador e locatário, uma vez que no judiciário o inquilino não será favorecido com a demora no andamento da ação.

FUNDAMENTAÇÃO

7. Relação entre a CAPEF e os Patrocinadores

Para os fins do contido no art. 41, da Resolução nº 3.792, a CAPEF se encontra devidamente enquadrada, em 30.11.09, com relação ao volume de recursos aplicados com o Patrocinador Instituidor, BNB. Maiores detalhes acerca do relacionamento com o BNB encontram-se comentados nos itens 8 - Processo de Escolha de Instituição Financeira e Não Financeira e Corretoras, 9.2. – Política de Terceirização e 10 – Testes comparativos e de avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e a diversificação da gestão externa de ativos. Inexistem aplicações financeiras junto aos dois outros patrocinadores, Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (CAMED) e CAPEF. De acordo com a nova Resolução nº 3.792, o limite para operações com a patrocinadora é de 10%.

Quanto à Carteira Imobiliária, existe relação de locação comercial envolvendo prédios comerciais de propriedade da CAPEF em diversas capitais, sendo atualmente sete contratos de locação com o BNB e um contrato com a CAMED. As locações estão precificados por valor de mercado, de acordo com os últimos laudos oficiais. As relações contratuais atendem premissas básicas de locação imobiliária praticadas pela Entidade (prazo mínimo de 12 meses, reajuste anual, despesas de conservação e impostos e taxas por conta do locatário etc.).

8. Processo de Escolha de Instituições Financeiras e Não Financeiras e Corretoras

8.1. Seleção de Instituições Financeiras e Não Financeiras e Risco de Crédito

O processo de análise da proposta até a aprovação do limite passa por quatro etapas:

- 1) A equipe da mesa de operações recebe o prospecto da emissão, enviado por analistas de corretoras ou bancos;
- 2) É realizado um mini-comitê de crédito, com a presença dos analistas e o gerente de estratégia, para analisar se o prazo, a taxa de retorno e o setor que a empresa emissora atua está dentro das estratégias setoriais adotadas pela gestão. No caso de um possível cenário de *stress* nos mercados globais, o comitê analisará seus impactos no resultado da empresa, ou seja, medir-se-á o grau de dependência do setor com a economia.
- 3) Verificando-se a aprovação do enquadramento da estratégia, analisa-se alguns aspectos fundamentalistas, como: EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que traduzido literalmente para o português significa: lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização; ROE (*return on equity*), ou seja, refere-se ao percentual financeiro que mede a capacidade financeira de uma empresa em agregar valor a ela mesma utilizando seus recursos próprios; P/L quando a empresa possuir capital aberto em Bolsa de Valores (mede a relação entre o preço atual das ações e o lucro por ação acumulado no ano) e, por fim, o nível de endividamento da empresa.
- 4) Nesta fase, consolida-se o grau de investimentos das principais empresas de *ratings* reconhecidas no mercado financeiro e gera-se um *rating* interno de avaliação.

	Standard&Poors	Moody's	Fitch Rating	SR Rating	LF Rating	CAPEF - Rating Interno
Grau de Investimento						
Baixo risco de crédito	AAA	Aaa	AAA	br AAA	AAA	A+
	AA+	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-	br AAA+, br AA, br AA-	AA	A
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-	br A+, br A, br A-	A	A-
Médio risco de crédito	BBB+	Baa1	BBB+	br BBB+, br BBB, br BBB-	BBB	B+
	BBB	Baa2	BBB	br BB+, br BB, br BB-	BB	B
	BBB-	Baa3	BBB-	br B+, br B, br B-	B	B-
Grau Especulativo						
Alto risco de crédito	BB+, BB, BB-	Ba1, Ba2, Ba3	BB+, BB, BB-	br CCC	C	C+
	B+, B, B-	B1, B2, B3	B+, B, B-	br CC	C	C
	CCC, CC, C	Caa, Ca, C	CCC, CC, C	br C	-	C-

FUNDAMENTAÇÃO

A partir do *rating* interno, define-se em que escala de alocação a emissão se enquadra. Tem-se um controle de exposição por emissor (quanto menor a qualidade do crédito, em geral a previsibilidade de fluxo de caixa para pagamentos torna-se mais volátil). Abaixo, a escala de alocação de acordo com o *rating* interno.

PERFIL MODERADO		
	Consolidação dos ratings	Exposição máxima por emissor em relação ao PL da CARTEIRA (%)
Baixo risco de crédito	A+	20%
	A	15%
	A-	10%
Médio risco de crédito	B+	5%
	B	3%
	B-	2%
Alto risco de crédito	C+	0%
	C	0%
	C	0%

Acompanha-se periodicamente a qualidade de crédito dos emissores presentes no portfólio do Plano BD da CAPEF, além de ter-se uma tabela de periodicidade mínima de revisão relacionada a cada *rating* interno atribuído ao emissor.

	Capef - Rating Interno	Periodicidade mínima para revisão de limite (meses)
Baixo risco de crédito	A+	12
	A	12
	A-	6
Médio risco de crédito	B+	3
	B	3
	B-	3

Ressalta-se que os pareceres positivos da equipe técnica serão submetidos à Diretoria da Entidade para homologação quanto à decisão de aportes de recursos para aquisição do título. Na eventualidade de parecer negativo da equipe técnica, será o título rejeitado, automaticamente, pela Diretoria da Entidade.

8.2. Corretoras

O risco de crédito representado por uma corretora pode ser considerado baixo, pois apenas prestam serviços de intermediação financeira. Seus resultados são baseados em corretagens e comissões, não havendo aporte de recursos por parte de seus clientes, na forma de investimentos.

A gestão da CAPEF age pro-ativamente no sentido de se obter o melhor percentual de devolução das corretagens pagas pelos administradores de recursos, estando atualmente em cerca de 90% de devolução. Percentual de devolução de corretagem inferior a 90% será obrigatoriamente compensado com redução de taxa de administração, preservando ganho equivalente.

As devoluções de corretagem inferiores a 90%, limitadas a 80% de devolução, somente poderão ser aceitas caso a corretora possua uma área de *research*, que forneça serviços de análise de empresas, *conference call's* com analistas, economistas e envio de relatórios.

Como a CAPEF gera internamente parte da carteira de renda variável, a seleção de corretoras será realizada pela equipe técnica da Entidade, que constará dos seguintes passos:

FUNDAMENTAÇÃO

- 1) O número de corretoras estabelecido para operar com a CAPEF será de no máximo 10 corretoras, respeitando os seguintes critérios:
 - a) existência de um departamento técnico composto por analistas e economistas;
 - b) fornecimento de material de análise econômica e contato direto com analistas de empresas;
 - c) boa colocação no *ranking* da Bovespa ou BM&F por volume negociado;
 - d) bom relacionamento;
 - e) devolução mínima de 90% para as operações executadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e 80% para operações realizadas na Bovespa, respeitando a regra citada anteriormente.
- 2) Os critérios para a seleção e avaliação das corretoras estão descritos de maneira mais detalhada no *Manual Operacional Interno de Valores Mobiliários* periodicamente editado pela CAPEF.

Para a carteira de imóveis, a CAPEF deverá, se for o caso, contratar imobiliária em regime de exclusividade para venda/locação de unidades residenciais ou comerciais desocupados, com prazo sugerido de seis meses. Periodicamente, os resultados alcançados pela empresa contratada estarão sujeitos a processos de reavaliação da CAPEF, podendo resultar em exclusão de imobiliária com desempenho avaliado como insatisfatório.

Em termos de remuneração, a corretagem máxima é fixada no intervalo de 4% a 6% do valor da venda à vista, no caso de alienações, e um aluguel mensal, no caso de locação. Será, todavia, admitida a possibilidade de revisão de tais condições somente em casos especiais apreciados individualmente pela Diretoria da CAPEF, onde seja comprovada maior dificuldade de comercialização, aqui entendida como aquela que gera prejuízos financeiros à Entidade, especialmente a configuração de vacância crônica, perpetuando desembolsos de custos de manutenção.

Os critérios de escolha das empresas imobiliárias para distribuição da carteira existente respeitam: consolidação da empresa e tradicionalidade no mercado, plano de atuação da imobiliária (salas, apartamentos, terrenos etc.), estrutura disponível e, finalmente, avaliação da imobiliária da própria CAPEF, tomando-se como referência trabalhos anteriores

9. Política de Gestão

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em 30 de dezembro de 2004 a Deliberação nº 475, que autoriza as entidades fechadas de previdência privada à prática de gestão de carteiras de Fundos de Investimentos Exclusivos, que, em conjunto, tenham patrimônio líquido mínimo de R\$ 50 milhões, e dos quais a entidade fechada de previdência seja a única cotista.

A Deliberação CVM nº 475 ressalva que a entidade de previdência privada só poderá efetuar a prática de Gestão dos Recursos devidamente habilitada pela CVM, devendo nomear um administrador e custodiante para os seus recursos, podendo ser exercida por bancos múltiplos sem carteira de investimentos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimentos e sociedades de crédito, financiamento e investimento. No dia 30 de outubro de 2005, foi publicada no Diário Oficial da União, via ato declaratório nº 8.519, a habilitação da CAPEF para gerir fundos de investimentos.

9.1. Política de Gestão Própria

A Diretoria da CAPEF, analisando a performance dos gestores, os recursos humanos e tecnológicos existentes na Entidade e a experiência no passado na gestão própria de recursos chegou à conclusão de que existia viabilidade de gestão interna de uma parcela dos seus recursos alocados nos segmentos de renda fixa e renda variável, tendo com principais vantagens:

FUNDAMENTAÇÃO

- a) redução das taxas de administração paga aos gestores externos, em virtude da transferência de parte dos recursos para gestão própria;
- b) maior flexibilidade e agilidade na implementação e execução das estratégias de investimento;
- c) aproveitamento de ferramentas e sistemas que propiciam presteza na gestão de ativos.

O Conselho Deliberativo aprovou na política de investimentos para o ano de 2006, através da PAOA 2005/166, a gestão própria de até 4% do Patrimônio Líquido da Entidade, excluídos as ações ON e PN do Banco do Nordeste do Brasil S/A. Na política de investimentos de 2007, através da PAOA 2006/179, foi ratificado o limite de 4% aprovado pelo referido conselho. Este limite de até 4% foi alterado na data de 20/07/2007 em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, ampliando-o para até 6%, conforme PAOA 2007/099. A gestão própria de parte dos recursos do Plano BD é realizada atualmente via fundo de investimentos - o Fortaleza Multimercado, que teve suas atividades iniciadas em 07 de fevereiro de 2006.

O objetivo da gestão própria é superar INPC+7%, sempre respeitando os limites estabelecidos na política de investimentos anual e as regras da Resolução 3.792 do CMN. Dessa forma, o foco da atuação está pautado na disciplina na tomada de decisão e rígido controle de risco, de forma a permitir a consistência de resultados ao longo tempo.

Na posição de 30 de novembro, o fundo possuía a seguinte composição: 75,44% em ativos de renda fixa e 24,56% de renda variável. Desde a sua criação em fev/06, o fundo vem atingindo seu benchmark, em 2006 o fundo obteve rentabilidade de 14,78%, que correspondeu a 109,58% do cdi e 182,42% da meta atuarial. Em 2007 o fundo obteve rentabilidade de 14,24%, que correspondeu a 119,20% do cdi e 122,65% da meta. Apenas em 2008, com a forte desvalorização do mercado de ações, o fundo encerrou o ano com uma rentabilidade de -6,28%, que corresponde a -56,06% do cdi e -53,09% da meta atuarial projetada. Em 2009, até o mês de novembro, o fundo acumulava uma rentabilidade de 12,86%, o que equivale 139,11% do cdi e 135,56% da meta atuarial. Desde o início, o fundo acumula uma rentabilidade de 38,70%, equivalente a 74,57% do cdi e 79,35% da meta atuarial, no acumulado até novembro/2009.

9.2. Política de Terceirização de Gestão

Aproveitando a experiência do Patrocinador, a CAPEF vem adotando um modelo de **gestão compartilhada**, com a realização de reuniões semanais, da qual participam técnicos de seu quadro e do BNB, com a finalidade de analisar, discutir e sugerir decisões que envolvem as movimentações dos segmentos de renda fixa e, principalmente, renda variável.

A gestão da Carteira de Renda Fixa do Plano BD da CAPEF é muito simplificada, estando centralizada no BNB e subordinada à referida gestão compartilhada, sendo composta preferencialmente por títulos públicos federais. A taxa de administração do fundo de renda fixa é de 0,04% a.a. Essa prática poderá ser modificada em função de perspectivas de melhor rentabilidade da carteira de renda fixa junto com outros administradores de recursos.

Para a Carteira de Renda Variável, a política de terceirização se mostra saudável do ponto de vista do custo/benefício, quando se considera a complexidade de mercado, a diversidade de papéis negociados, a especialização de equipe de análise que se requer e o volume de informações e pesquisas mercadológicas e setoriais necessárias para o seu pleno acompanhamento. Com a fusão, em 2009, entre os Bancos Itaú e Unibanco a CAPEF decidiu trocar o fundo gerido pelo UNIBANCO pelo SULAMERICA. A escolha pelo novo gestor seguiu a metodologia de seleção de gestores externos de renda variável. No momento, os recursos de renda variável estão distribuídos entre 4 (quatro) instituições financeiras: *Itaú-Unibanco, Schroders, Sulamerica e BNB*. As taxas de administração dos fundos do *Itaú-Unibanco, Schroders, Sulamerica e BNB* são respectivamente 0,40%, 0,50%, 0,20% e 0,30%, respectivamente.

FUNDAMENTAÇÃO

No caso da Carteira de Empréstimos e Financiamentos, administrar-se-ão os recursos internamente, sem a necessidade de terceirização dos trabalhos.

Para a Carteira de Imóveis, objetivando-se não afetar os resultados da carteira, somente será admitida administração terceirizada para imóveis com quadro crônico de vacância. Todos os demais componentes da carteira serão administrados internamente pela CAPEF.

9.2.1 Metodologia de Seleção dos Gestores Externos de Renda Variável

O processo de seleção de gestores de renda variável da CAPEF para o período de 2010 a 2014 será orientado pela metodologia apresentada a seguir:

A pré-seleção contempla o estudo dos principais gestores que atendam aos seguintes requisitos básicos: porte da Instituição, existência de uma área de estudos e pesquisas econômicas, além de uma equipe de analistas disponíveis para consulta da Entidade.

- O primeiro grupo será composto pelos atuais administradores de recursos utilizados pela CAPEF, selecionados em estudos anteriores;
- O segundo grupo será formado por no máximo 10 instituições, consideradas como de excelente conceito na avaliação dos profissionais envolvidos no trabalho, tanto da CAPEF quanto do BNB. Para esta avaliação, será utilizado modelo desenvolvido internamente com base em análise quantitativa e qualitativa. No método quantitativo, analisamos o balanço da Instituição, índice Sharpe, Brito e de Performance. No método qualitativo, analisamos o conteúdo e a qualidade das apresentações sobre cenários macro e microeconômicos. Outro aspecto relevante que o modelo leva em conta é a facilidade de acesso a economistas e a analistas da Instituição Financeira analisada.

De posse dos dados acima, é definido um *ranking*, com as devidas notas atribuídas aos estudos mencionados acima. A referida metodologia de seleção de administradores de recursos prevê a revisão anual das instituições eleitas ou, a qualquer tempo, caso necessário, utilizando-se, além dos critérios descritos acima, quaisquer outros que contribuam para o seu aperfeiçoamento.

Apesar do número de gestores avaliados, vale ressaltar que a proposta consiste em trabalhar efetivamente com, no máximo, 4 gestores de renda variável, inclusive o BNB, Patrocinador-Instituidor da CAPEF, em razão do atual volume de recursos destinado a aplicações no segmento de renda variável, que não permite um elevado índice de pulverização.

Anualmente deverá ser realizada uma avaliação da carteira terceirizada, de modo a auferir o desempenho dos gestores que prestam serviços à CAPEF, podendo ser trocados até dois gestores por ano. Em cada nova contratação ou substituição de gestor, após o levantamento e consolidação dos dados, o processo será submetido à Diretoria-Executiva para deliberação.

10. Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e a Diversificação da Gestão Externa de Ativos.

Para obtenção das informações sobre o desempenho (retorno e risco) dos gestores externos, são utilizadas as quotas diárias dos Fundos de Investimentos nos quais a CAPEF detém participação. Haverá substituição anual de gestores, tomando-se como referência a avaliação dos dois últimos anos. O administrador que obtiver pior desempenho no período avaliado será destituído e os recursos serão re-alocados para um novo gestor ou distribuídos aos outros administradores.

Vale ressaltar que a CAPEF leva em conta para avaliar a performance de seus gestores, além do critério de rentabilidade descrito acima, outros critérios como: o risco, a composição dos fundos, regulamentos e perfis dos fundos.

FUNDAMENTAÇÃO

A CAPEF, no intuito de sempre manter o quesito de comparação de seus atuais gestores com o mercado, realizará um estudo comparativo da performance obtida dos seus administradores a um grande número de fundos que atuam no mercado e que tenham características semelhantes aos da CAPEF, para tentar obter indicador da qualidade de gestão. Este será também critério de substituição de gestores.

No caso dos gestores onde a CAPEF não mantém aplicação, mas que constam da seleção estabelecida, a avaliação de desempenho respeita os critérios descritos no parágrafo anterior, além de consultas através dos jornais de grande circulação no país que divulgam os valores diários dos patrimônios e das quotas desses fundos de investimentos. A análise ainda é complementada pelo exame dos relatórios mensais de performance de fundos exclusivos com características similares aos da CAPEF, recebidos das respectivas Assets.

Outra ferramenta que a CAPEF utiliza para comparar seus gestores com o mercado é o Indicador de Gestão de Investimentos – IGI, calculado pela ABRAPP que fornece relatório contendo análise comparativa dos fundos de investimentos abrangendo rentabilidade, risco e retorno excedente ajustado ao risco.

11. Custódia e Controladoria

Para atendimento do art. 14 da Resolução 3.792, a CAPEF se utiliza, desde novembro de 2007, dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e controladoria prestados pelo *Banco Itaú-Unibanco*. Para o fundo *Fortaleza Multimercado* foi contratada a *Mellon Brasil* para realizar os serviços de administração e controladoria, sendo a custódia realizada pelo *Banco Itaú*.

O processo de centralização da custódia e controladoria envolve três entes interessados no perfeito gerenciamento e movimento da carteira de ativos da entidade, que são: a) a CAPEF, ente titular dos ativos; b) o gestor de recursos, ente interessado na boa gestão dos ativos; e c) custodiante, ente que tem a função de fiel depositário dos títulos. Os serviços de custódia centralizada compreendem:

- a) guarda dos ativos do cliente em contas de custódia nominais aos Fundos ou a Carteira Própria do cliente;
- b) envio, em bases diárias, de relatórios de todos os ativos dos Fundos ou da Carteira Própria;
- c) execução, mediante instruções do cliente ou pessoas autorizadas pelo mesmo, de liquidações físicas e financeiras dos ativos que compõem as carteiras dos Fundos ou da Carteira Própria;
- d) informar diariamente à Entidade a carteira consolidada dos ativos para que possa visualizar em um único relatório todos os seus ativos, além da carteira individualizada por gestor;
- e) acesso à Entidade, via Internet, ao site do Itaú custódia com o objetivo de efetuar a boletagem das operações realizadas, consulta às operações digitadas pelos gestores em tempo real e impressão de relatórios.

Também a Entidade contratou o Itaú-Unibanco para prestação de serviços de controladoria de todos as carteiras de renda fixa e renda variável, compreendendo:

- a) contabilizar as movimentações ocorridas nos Fundos de Investimentos conforme as normas vigentes;
- b) envio de informações diárias, semanais e mensais, de acordo com a legislação vigente, ao Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- c) emissão e envio de balanços e balancetes para os administradores dos Fundos e órgãos de fiscalização, conforme exigências legais;

FUNDAMENTAÇÃO

- d) atendimento dos auditores externos dos Fundos;
- e) guarda da documentação legal dos Fundos por períodos exigidos pela legislação em vigor;
- f) cálculo diário das cotas dos Fundos administrados pelos gestores externos;
- g) recolhimento de tributos e encargos dos Fundos em nome do administrador;
- h) precificação dos ativos que compõem os Fundos de acordo com a metodologia de precificação do Banco Itaú-Unibanco, garantindo a uniformização de critérios de preços para todos os ativos do Plano BD de propriedade da Entidade;
- i) relatório de enquadramento de cada Fundo em que a Entidade é cotista exclusivo;
- j) relatórios de análise de risco - *VaR* e *DNP (Tracking Error)*, e envio do arquivo XML, padrão ANBID, para elaboração do Demonstrativo de Investimento;

As ações relacionadas à centralização da custódia e controladoria visam conferir maior segurança no controle e na guarda de seus títulos, bem como reduzir os custos na gestão de seus investimentos. Pode-se enumerar como benefícios dessas ações:

- a transferência dos serviços de controladoria e de custódia dos administradores de recursos implica maior espaço para renegociação de taxas de administração cobradas pelos gestores, reduzindo custos e redirecionando atenções da equipe técnica às atividades de gestão da carteira;
- padronização dos preços dos ativos que compõem o portfólio de investimento do Plano BD da CAPEF, permitindo melhor efeito comparativo entre os gestores;
- otimização dos aspectos de segurança da informação;
- eliminação de outros custos diretos na gestão dos recursos;
- liberação da equipe técnica interna com relação à parte operacional (processamento de carteiras) e consequente melhor acompanhamento da gestão dos recursos terceirizados;
- implantação de uma política de *compliance*³, ou seja, estabelecer restrições para diversos tipos de mercados, ativos, intervenientes, emissores de títulos etc., permitindo, assim, um melhor acompanhamento de possíveis desenquadramentos.

12. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Para o total de ativos do Plano BD da CAPEF, a rentabilidade a ser perseguida está representada pela **meta atuarial**, equivalente a INPC + 6% a.a. O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se compatível com o perfil do benefício pago ao participante assistido da Entidade.

Para o alcance dessa meta, a Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. Com efeito, observa-se máximo grau de aderência, sempre analisando o cenário e aproveitando as oportunidades de mercado. O segmento de Renda Variável tem como *benchmark* a variação do IbrX. Para o segmento Multimercado o

³ O termo *Compliance* tem origem no verbo *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, um pedido ou um comando. Os funcionários dos Departamentos de *Compliance* têm, portanto, a função de monitorar e assegurar que a instituição esteja cumprindo as regras aplicáveis a cada negócio. Através das atividades de *Compliance*, qualquer possível desvio em relação à política de investimento dos produtos é identificado e evitado. Assim, os participantes têm a segurança de que suas aplicações serão geridas segundo as diretrizes estabelecidas.

FUNDAMENTAÇÃO

benchmark⁴ a ser perseguido será INPC+7%.

O segmento de operações com participantes possui hoje (posição novembro/2009) portfólio de 7.073 contratos de empréstimos e 91 contratos de financiamento imobiliário. A carteira apresenta uma rentabilidade de 9,569%, superando a meta atuarial (9,487%) em 0,082 ponto percentual. Os encargos cobrados com a concessão de empréstimo ao participante correspondem ao INPC + 8% a.a., definido a partir do benchmark de rentabilidade do segmento (meta atuarial de INPC + 6% a.a.) mais custos administrativos da carteira e cobertura de eventuais perdas com casos de inadimplência. Além disso existe a cobrança de um prêmio destinado ao Fundo de Garantia de EAP – FGE para cobertura de saldo em caso de morte do mutuário. No tocante à inadimplência do segmento de empréstimos, é importante enfatizar que tais casos correspondem apenas a 0,58% do total de contratos (41 casos, derivados em sua maior parte de funcionários demitidos e afastados por problema de saúde) e a 0,95% do saldo total de empréstimos.

Para o ano de 2010, a CAPEF estuda a implementação de novas linhas de empréstimos assistenciais, atendendo, desta maneira, aos anseios de uma parcela considerável do corpo de associados, entretanto não serão concedidas carências a qualquer título para os empréstimos já concedidos.

Por sua vez, a carteira de financiamentos imobiliários para o grupamento de participantes encontra-se desativada, constituindo-se em segmento a apresentar reiteradamente rentabilidade abaixo da meta atuarial (-19,425% em 2009 - até novembro), resultado das provisões de perdas e, principalmente, concessões de deságios nas quitações e refinanciamentos.

12.1. Meta de rentabilidade para o Segmento de Imóveis

A meta atuarial é o parâmetro básico de rentabilidade para o segmento de imóveis. Esse mercado de atuação da CAPEF permanece sob forte foco de reestruturação, ações permeadas pela busca contínua de otimização de rentabilidade e da própria carteira, quer seja através de vendas de ativos com baixo desempenho quer seja através da minimização geral dos níveis de vacância. Atualmente, avalia-se especialmente a idade⁵ do ativo, que pode exprimir necessidade presente ou futura de reinvestimentos, por vezes incompatíveis com o grau de retorno obtido.

Portanto, a participação imobiliária no total do portfólio de investimentos é de 5,86%. Salienta-se que a rubrica de direitos creditórios integra a análise de enquadramento do setor, participando atualmente com 4,36% do segmento de imóveis e 0,26% do patrimônio do Plano BD da Entidade.

No ano de 2009, até o mês de novembro/2009, a rentabilidade do segmento imobiliário foi de 15,574%, logo a meta atuarial, que atingiu a variação de 9,487%, foi superada pelo segmento de imóveis em 63,17%. Basicamente, o resultado obtido até novembro/2009 decorre principalmente das reavaliações positivas dos imóveis e das alienações ocorridas no período com lucro.

O alcance da meta atuarial pelo segmento de imóveis em 2009 vincula-se aos resultados de três fatos correntes: i) a reavaliação dos imóveis Ed. Pedro Filomeno-CE, Ed. Fran Carvalho-CE, Ed. Atlantic Center-CE, Ed. Beira Mar Trade Center-CE, Ed. Empresarial Center-PE, Galpão Oliveira Lima-PE, Ed. Parque Cultural Paulista-SP; ii) lucro obtido com a venda de uma sala e duas vagas do Ed. Beira Mar Trade Center-CE, do Edifício Juscelino Kubitscheck-MG e da participação no Shopping Penha-SP.

No ano de 2009, até o mês de novembro, houve ganho patrimonial de R\$ 7.817,40 mil, referente a sete diferentes imóveis reavaliados. O resultado com as reavaliações reflete o positivo desempenho anual do setor, mas também revela efeitos do gradativo quadro de saneamento da carteira de imóveis da CAPEF através da seleção de ativos, investimentos em qualificação, manutenção predial etc.

⁴ Benchmark é o referencial pelo qual algum ativo pode ser medido ou julgado. É um padrão de referência utilizado para se comparar a rentabilidade entre os investimentos, títulos, taxa de juros etc., de tal modo a saber se os demais itens a serem comparados se encontram acima ou abaixo em relação ao que é proposto como referência.

⁵ A idade média da carteira imobiliária da CAPEF hoje alcança o patamar de 24 anos.

FUNDAMENTAÇÃO

Até final de novembro de 2009, o quadro de vacância atingia o percentual de 13,03% dos recursos aplicados na carteira de imóveis. Contudo, registra-se que o Edifício Apolônio Sales-PE corresponde a 77,67% da referida vacância.

A política de locações em 2010 será protagonizada pelo aumento do empenho na busca de finalização do processo de ocupação do prédio Apolônio Sales.

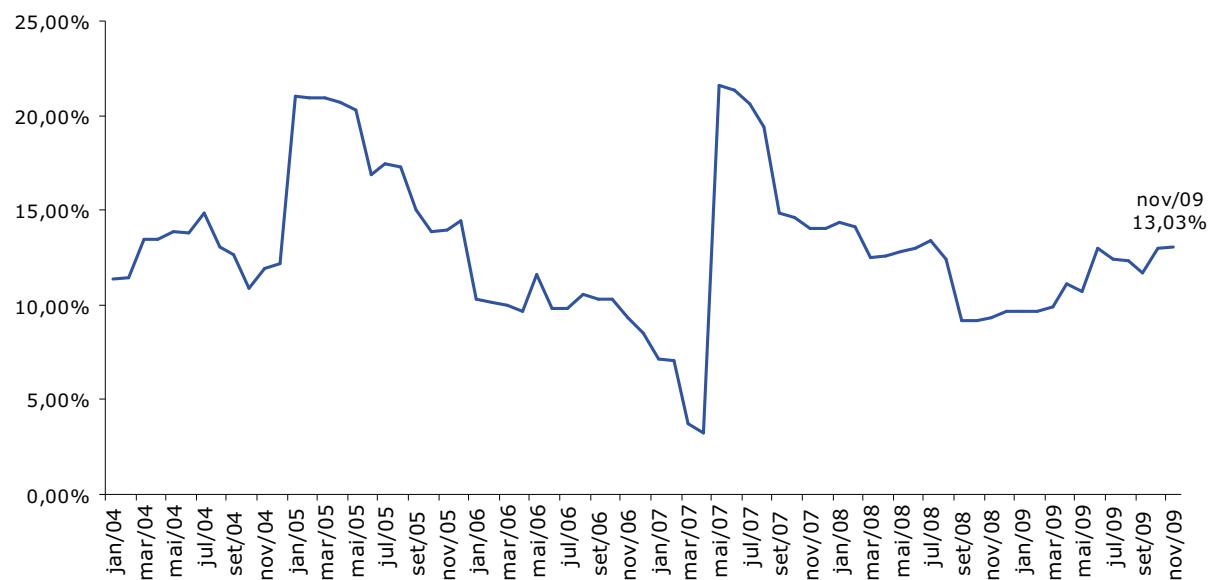


Gráfico 3 – Evolução da Vacância Carteira Imobiliária da CAPEF

Fonte: CAPEF

13. Estratégia para Formação de Preço Ótimo para Investimento e Desinvestimentos

13.1 Carteira de Renda Fixa e Renda Variável

A Entidade, para formar seus preços ótimos de investimentos e desinvestimentos de renda fixa e variável se utiliza de estratégias conforme abaixo:

- a) realizar um comitê entre os gestores da Entidade, BNB e um atual administrador de recursos do Plano BD da CAPEF, onde são elaboradas estratégias para realização de novos investimentos e desinvestimentos, tanto em renda fixa quanto em renda variável;
- b) colher informações junto ao mercado financeiro acompanhando o momento de entrada e saída;
- c) utilizar-se de relatórios gerenciais de empresas especializadas em formação de preços de ativos;
- d) analisar os custos incorridos na realização das operações de venda ou compra, tais como despesa de corretagem, emolumentos e outras despesas operacionais;
- e) avaliar perspectivas macroeconômicas inerentes ao crescimento da economia doméstica e mundial que possam afetar, diretamente, as obrigações atuariais do Plano BD da Entidade;
- f) realizar reuniões semanais com participantes do mercado que trazem informações relativas a cenários e fatos relevantes do dia.

13.2 Carteira de Imóveis

Para imóveis, a otimização das condições para investimento pode ser alcançada a partir de premissas como a análise da liquidez do investimento selecionado para ingresso ou saída, riscos envolvidos, análise dos prováveis fluxos de resultados do investimento e consistência quanto ao valor negociado frente às condições oferecidas pelo mercado. Qualquer nova atuação no setor, quer seja através de permuta, quer seja através de aporte, será realizada mediante análise do impacto no enquadramento da CAPEF na Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional, publicada em 27 de setembro de 2009.

Utilizar-se-á, pois, como melhor estratégia para formação de preço ótimo para investimentos e desinvestimentos, de instrumentos de avaliação baseados em técnicas de análise de investimentos, como o método determinístico do fluxo de caixa descontado, metodologia de seleção de carteiras imobiliárias, além do comparativo direto com os números indicados oficialmente pelo mercado imobiliário.

Nesse sentido, micro-aspectos de análise se revelam como significativos para que a CAPEF se decida pela aquisição: custo de oportunidade do investimento; análise de risco (*beta* do investimento); comparativo do preço de oferta frente a imóveis similares; vínculo da compra à ocupação; questões relacionadas à localização do prédio; padrão construtivo e conservação; risco de crédito do locatário; entre outros.

Segue um breve resumo acerca dos instrumentos de análise:

- Metodologia de Seleção: análise dos Aspectos Estruturais e Mercadológicos (Grau de Otimização da Localização, Nível de Aceitação Mercadológica e Diversificação) e Econômicos-Financeiros [Período Provável de Recuperação do Investimento (*Pay-Back*), Rentabilidade, Relação com o Custo de Oportunidade, Custo de Manutenção, Qualidade da Performance e Comportamento da Evolução Patrimonial pertinentes ao imóvel, fornecendo nota final de avaliação];
- Fluxo de Caixa: a partir da aplicação do fluxo de caixa descontado, encontra-se o valor presente líquido (*VPL*) e a taxa interna de retorno (*TIR*) gerados pelo investimento, baseados em premissas racionais e conservadoras;
- Laudo de Avaliação: realização de, no mínimo, 1 laudo técnico de avaliação (avaliação de precisão) do valor de mercado do imóvel, elaborado por profissional legalmente habilitado.

A avaliação técnica do valor de mercado do imóvel deve figurar como etapa antecessora aos processos de aquisição e alienação administrados pelas entidades de previdência complementar. A CAPEF buscará conciliar a sistemática de elaboração trienal dos laudos de reavaliação patrimonial à gerência do plano de vendas de imóveis, minimizando-se os custos administrativos. A periodicidade mínima, salvo em casos especiais, é fixada em **12 (doze)** meses para que o laudo produza efeitos gerenciais de compra ou venda.

Para o laudo de avaliação, é exigível que se busque o nível de precisão “Grau III”, especificando-se no corpo do laudo qualquer condição impeditiva ao alcance dessa meta, constando ainda de textos, planilhas de cálculos e banco de dados utilizado pelo avaliador. Os laudos técnicos produzidos devem observar ainda as novas normas da ABNT sob o código NBR/14653-2. Para execução dos trabalhos, são contratadas pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à CAPEF ou aos seus patrocinadores e/ou a seus administradores.

Para casos em que ativos imobiliários sejam atingidos por problemas estruturais ou de manutenção, que requeiram reinvestimentos por parte da CAPEF, primordialmente deverão ser adotadas as medidas que possibilitem a manutenção ou retomada do ciclo de receitas, porém sempre preservando os seguintes aspectos:

FUNDAMENTAÇÃO

- a) a viabilidade econômico-financeira das intervenções corretivas, a partir do levantamento dos melhores custos de mercado para recuperação (mínimo de três empresas concorrentes e em consonância com política de contratação de terceiros da CAPEF);
- b) a análise da receptividade do mercado frente a essa ocorrência, ou seja, as ameaças e oportunidades do projeto de recuperação;
- c) a possibilidade de venda do prédio a terceiros no estado em que se encontra;
- d) em último caso, a análise da possibilidade de demolição da edificação com a patologia: custos decorrentes, impactos etc.

Em 2010, com a conclusão do processo de reestruturação da carteira de imóveis, objetivando a obtenção de uma “carteira-ótima” em termos de rentabilidade, maturação do investimento e custos de manutenção do ativo, poderemos contribuir com maior precisão e assertividade para a liquidez necessária ao planejamento dos recursos garantidores.

13.3 Carteira de Financiamentos Imobiliários

A Carteira de Financiamentos Imobiliários da CAPEF encontra-se atualmente desativada, persistindo somente a administração de 91 contratos. Praticamente, o atual portfólio de contratos de financiamentos detém crônico problema de descasamento entre saldos devedores e respectivas prestações, causado pelo procedimento de equivalência salarial, adotado pela CAPEF no início da década de 90. A questão vem sendo gradativamente solucionada a partir de política de reestruturação adotada pela Entidade. Tal política poderá implicar necessariamente a realização tanto de novos investimentos (dação em pagamento) como até mesmo desinvestimentos (deságios) de recursos do Plano BD da Entidade.

Em síntese, figuram como parâmetros da Política: a) dação em pagamento à CAPEF do imóvel no estado em que se encontra, com incorporação pelo valor atual da avaliação técnica, quitação do financiamento e baixa da hipoteca; b) deságio reduzindo-se a taxa de juros de 10% a.a. para 6% a.a. para liquidação ou refinanciamento dos contratos em todos os grupos, com as condições de desatrelamento salarial, prazo de 20 anos (limitados à tábua biométrica) e confecção de avaliação técnica custeado pelo mutuário. O limite negocial inferior do deságio para liquidação observará o valor presente de cada fluxo considerado individualmente por cada contrato, utilizando-se das seguintes variáveis: expectativa de vida do mutuário (tábua biométrica CAPEF); valor e crescimento da prestação; prazo de execução da hipoteca e, principalmente, valor de mercado do imóvel, que obrigatoriamente resultará de laudo técnico de precisão, com profissional selecionado pela CAPEF.

14. Informações sobre a Auditoria Independente

Visando a atender ao disposto nos artigos 14 e 15 da Instrução SPC nº 14, de 18/01/2007, a pessoa jurídica contratada pela EFPC para a realização da auditoria independente deverá avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controles referentes aos investimentos da Entidade, bem como a adequação do seu sistema de controles internos. A referida legislação ainda expressa que, não será considerada atendida a exigência normativa de apresentação dos relatórios anuais de auditoria independente, se neles houver cláusula que exclua a responsabilidade do auditor por seus trabalhos técnicos.

A Entidade implementou um processo seletivo, através de tomada de preços, para a contratação de serviço de auditoria independente, tendo sido contratada a empresa Baker Tilly Brasil – Auditores & Consultores para a prestação do serviço à CAPEF, referente ao exercício de 2009. Esse procedimento é praticado a cada novo exercício.

FUNDAMENTAÇÃO

15. Informações aos Participantes

De acordo com a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006, foi estabelecida a elaboração de um Relatório Anual de Informação aos Participantes e Assistidos, que deverá conter no mínimo:

- a) Demonstrativo patrimonial e de resultados do plano de benefícios, previstos pelos itens 5 e 6 do Anexo "C" da Resolução CGPC nº 5, de 30/01/2002;
- b) Informações referentes à política de investimentos referida no art. 3º da Resolução CGPC nº 7, de 0/12/2003, aprovada no ano a que se refere o relatório;
- c) Relatório resumo das informações sobre o demonstrativo de investimentos;
- d) Parecer atuarial do plano de benefícios, com conteúdo previsto em normas específicas, incluindo as hipóteses atuariais e respectivos fundamentos, bem como informações circunstanciadas sobre a situação atuarial do plano de benefícios, dispendo, quando for o caso, sobre superávit e déficit do plano, bem como suas causas e equacionamento;
- e) Informações segregadas sobre as despesas do plano de benefícios, referidas no parágrafo único do art. 17 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004;
- f) Informações relativas às alterações de Estatuto e Regulamento ocorridas no ano a que se refere o relatório; e
- g) Outros documentos previstos em instrução da Secretaria de Previdência Complementar.

O relatório anual de informações deverá ser encaminhado em meio impresso aos participantes e assistidos até o dia 30 de abril do ano subseqüente a que se referir.

16. Controles Internos da Entidade

A Secretaria de Previdência Complementar, através da Resolução nº 13, de 1º de outubro de 2004, estabeleceu princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

A implementação de controles internos e ferramentas de governança corporativa pelas entidades fechadas de previdência complementar deve ser feita visando garantir a segurança da situação econômico-financeira e atuarial dos planos de benefícios, salvaguardar seus ativos, promover a eficiência operacional, encorajar a aderência às políticas definidas pela Diretoria e Conselhos, proteger os interesses dos participantes e assistidos e assegurar que eles tenham acesso às informações referentes à administração dos planos.

Visando à adoção de melhores práticas, a CAPEF possui um sistema de gestão de riscos e controles que vem, constantemente, passando por adequações e aprimoramentos, tendo como finalidade principal identificar, classificar, medir, controlar e monitorar os riscos em cada área da Entidade. A ferramenta e a metodologia empregadas foram adquiridas da empresa de consultoria Junqueira de Carvalho, Murgel & Brito - Advogados e Consultores. Além disso, a Entidade adota sólidas ferramentas de suporte à boa governança corporativa, tais como Auditoria Independente, Política de Alçadas Operacionais, Política de Avaliação e Desempenho Profissional, dentre outras.

A CAPEF segue, ainda, as orientações estabelecidas na Instrução nº 26 da Secretaria de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em observância ao disposto no art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como no acompanhamento das operações realizadas por pessoas politicamente expostas. Com o fim de atender as disposições emanadas do referido normativo, a CAPEF efetuou, em 2009, recadastramento dos participantes, ativos e assistidos, bem como registro e envio das operações financeiras obrigatórias ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

FUNDAMENTAÇÃO

Por fim, é importante registrar que a Entidade iniciou em 2009 o Projeto de Mapeamento e Modelagem de Processos, cujo objetivo é proceder com o registro formal das atividades desenvolvidas na Capef, bem como promover melhorias que possibilitem a mitigação de riscos inerentes aos processos. A Gerência de Investimentos Mobiliários, que foi a primeira área a ser mapeada, teve seus 35 principais processos registrados, analisados e ajustados para um melhor aproveitamento dos recursos da área. Está previsto para o segundo semestre de 2010 o início do mapeamento dos processos da Gerência de Investimentos Imobiliários e Operações com Participantes.

Ressalta-se que a Capef está sempre em busca de atingir níveis ainda maiores de excelência em seus serviços, bem como acompanhar as constantes mudanças observadas na administração da Previdência Complementar

17. Observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Como as EFPC têm uma visão de longo prazo, todas as decisões tomadas pela direção da CAPEF, inclusive as relacionadas a investimentos, devem ser pautadas por governança e sustentabilidade. A Capef, por intermédio da ABRAPP participa como signatária do programa *Carbon Disclosure Project* 2009. Com esse propósito, a Entidade vem estudando formas de incluir na sua política de investimentos dos próximos anos práticas que atendam a tais preceitos.

18. Ética

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O novo Código de Ética direcionado a todos os profissionais da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo realizada em 14/12/2005 e está disponível para todos os participantes e funcionários através da página eletrônica da Entidade e através da Central de Atendimento.

O novo Código de Ética atende determinação da Resolução nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão, consolidando sua imagem ética e satisfazendo seus participantes, beneficiários e patrocinadores.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

Submete-se, pois, a presente Política de Investimentos do Plano BD da CAPEF do período 2010-2014 à apreciação superior.

Atenciosamente,



MARCELO D'Agostino
Gerente de Valores Mobiliários

DANIEL Dantas Soares Teixeira
Analista Técnico Especializado

Atenciosamente,



Manoel MIGUEL dos Santos Filho
Analista Técnico Especializado

MARCELLO Fernandes Castello Branco
Gerente de Investimentos Imobiliários e Op.Part.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

ENTIDADE		CÓDIGO:		PLANO	
SIGLA: CAPEF	RAZÃO SOCIAL: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil	1	00182001	2	3
NOME DO PLANO: PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS					
PATROCINADORES: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Patrocinador Fundador;					
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED;					
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF.					
MOTIVO DA AVALIAÇÃO	X AVALIAÇÃO ANUAL	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO	OUTROS	6	4
ATUÁRIO RESPONSÁVEL					
NOME: Neyraci Cordeiro Maia					
EMPRESA: VESTING CONSULTORIA FINANCEIRA E ATUARIAL					
DATA DA AVALIAÇÃO: 31.12.2009 13 DATA BASE: 31.12.2009					
DADOS DO PLANO					
SITUAÇÃO DO PLANO	EM MANUTENÇÃO () EM EXTINÇÃO (X)	16	SE EM EXTINÇÃO - DATA DE DESATIVAÇÃO 05/11/1999	17	
CARACTERÍSTICAS DO PLANO					
BENEFÍCIOS	18 NÍVEL BÁSICO DO BENEFÍCIO	19 MODALIDADE DO BENEFÍCIO	20 REGIME FINANCEIRO	21 MÉTODO	22
Suplementação de Aposentadoria	(1)	Benefício Definido	Capitalização		
Suplementação de Pensão	(2)	Benefício Definido	Capitalização		
Pecúlio	(3)	Benefício Definido	Capitalização		
Observações:					
23					
Campo 19 -					
(1) aquele determinado no Capítulo 2 do Título VI do Regulamento do Plano de Benefícios da CAPEF decorrente do Acordo entre a Entidade, os participantes e beneficiários assistidos.					
(2) aquele determinado no Capítulo 3 do Título VI do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da CAPEF, decorrente do Acordo referido, sendo resumidamente composto por:					
- parcela familiar equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do valor-base das pensões, acrescida de 1/6 (um sexto) do seu valor,					
- parcela individual equivalente a 10% (dez por cento) do valor-base das pensões, acrescida de 1/6 (um sexto) de seu valor, por cada Beneficiário até o máximo de 5 (cinco).					
(3) aquele determinado no Capítulo 4 do Título VI do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da CAPEF, decorrente do citado Acordo, sendo resumidamente composto por:					
- no caso de óbito de Participante Assistido: 3 vezes o valor da suplementação de aposentadoria;					
- no caso de óbito de Participante Ativo: 3 vezes o valor da suplementação de aposentadoria a que este teria direito na condição de Aposentado por invalidez.					

<p>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS</p> <p>Observações: (continuação)</p>	<p>Fl. 2b</p> <p>Campo 22 - segundo classificação do Prof. Dan McGill, do Pension Research Council, o método adotado pela CAPEF é melhor descrito por seus atributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cálculo agregado, por benefício e por participante; - alocação de custos, com contribuição expressa por percentagem sobre o salário de contribuição mensal e sobre os benefícios em fruição; - idade individual de entrada; - não reconhecimento na inscrição de tempo de serviço passado e, consequentemente, não geração de passivo atuarial inicial individual; - reconhecimento implícito dos ganhos ou perdas atuariais, cujo equacionamento se faz através de ajustes no plano de ajustes ou de benefícios; - grupo fechado.
--	---

ANEXO A

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

SIGLA: CAPEF

NOME DO PLANO: **Piano de Benefícios Definidos**

PATROCINADORES: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Patrocinador Fundador;

Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED;

Caisa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - CAPEF.

1 CÓDIGO: 00182001

2

4

5

HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL		INFORMAÇÕES GERAIS	
TAXA REAL ANUAL DE JUROS	6,0% a.a. 1% a.a.	A.1 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	867 A.16
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	0%	A.2 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO	1.509 A.17
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS	0%	A.3 TEMPO MÉDIO DE FILIAÇÃO PARA O PLANO	28,2 A.18
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	0%	A.4 SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO	3.188,82 A.19
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO		A.5 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS	43,2 A.20
DOS SALÁRIOS	97,7%	A.6 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	3.519 A.21
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	97,7%	A.7 FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	7.576.645,00 A.23
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	97,7%	A.8 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	- A.24
HIPÓTESES SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	inexistem	A.9 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	- A.25
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE		A.10 IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	- A.26
TABUAS DE MORTALIDADE GERAL DE VÁLIDOS	AT 2000H	A.11 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	3.302 A.27
TABUAS DE MORTALIDADE DE INVALIDOS	IAPC fraca	A.12 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	4.628,56 A.28
TABUAS DE ENTRADA EM INVALIDEZ	Exper. CAPEF Fraca	A.13 IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	66,0 A.29
OUTRAS TABUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS		A.14 QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	217 A.30
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS		A.15 COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	1.936,99 A.31
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE		IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	60,0 A.32
		QUANTIDADE - PENSÕES	825 A.33
		COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	1.790,91 A.34
		QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	- A.35
		COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	- A.36
		QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A.37
		COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A.38
		QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	- A.39
		COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	- A.40
Observações:		A.41	
Campo A.1 - Acima do INPC do IBGE.			

Neyraci Cordeiro Maia
 Atuário - MIBA N° 1269
 DE ACORDO

REPRESENTANTE DA ENTIDADE
 NOME:
 CARGO:

REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
 NOME:
 CARGO:

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

SIGLA: CAPEF	NOME DO PLANO: PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS	1	CÓDIGO: 00182001	2
PATROCINADORES: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Patrocinador Fundador;				4
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED;				5
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF.				
ITEM	VALOR	ITEM	VALOR	
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	2.090.947.701,36	24	CUSTO	
RESERVAS MATEMÁTICAS	2.073.097.213,65	25	APOSENTADORIAS	-
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.388.244.107,13	26	INVALIDEZ	-
Benefícios do Plano	1.874.276.737,47	27	PENSAO POR MORTE	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios	(486.032.630,34)	28	AUXÍLIO-DOENÇA	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-	29	PECULIO POR MORTE	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	30	RESGATES	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	689.853.106,52	31	OUTROS BENEFÍCIOS	-
Benefícios do Plano com a Geração Atual	963.278.258,62	32	OUTROS BENEFÍCIOS	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	(255.047.415,33)	33	OUTROS BENEFÍCIOS	-
Outras Contribuições da Geração Atual	(18.377.736,77)	34	TOTAL DE BENEFÍCIOS	12,40%
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-	35	SUPLEMENTAR	-
Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras	-	36	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-	37	ADMINISTRAÇÃO	1,04%
RESERVA AMORTIZAR	-	38	TOTAL	13,44%
Pelas Contribuições Especiais Vigentes	-	39	CONTRIBUIÇÕES	
Por Alianças das Contribuições Especiais Vigentes	-	40	PATROCINADORAS	6,72%
DÉFICIT TÉCNICO	-	41	NORMAL	6,72%
SUPERAVIT TÉCNICO	12.850.487,71	42	AMORTIZANTE	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.850.487,71	43	PARTICIPANTES ATIVOS	6,72%
	-	44	NORMAL	6,72%
		45	AMORTIZANTE	0,00%
		46	PARTICIPANTE ASSISTIDOS	24,54%
Observações:		65		66

Campo 24 - Exclui o Fundo de Risco de Crédito de Empréstimo e Financiamento a Participantes, de R\$ 1.475.375.227, o Fundo Administrativo, de R\$ 9.897.320,32, e o Fundo para Perdas Atuariais, de R\$ 12.973.167,39

Campo 25 - Conforme orientação da Entidade, as reservas matemáticas consideram a hipótese de retorno às regras do Regulamento de 1994 para um grupo de assistidos que não aderiram ao Regulamento de 2003. Estes registros estão relacionados e destacados pela Entidade no arquivo de Participantes e Beneficiários Assistidos. Esta medida visa a mensurar obrigações com possíveis perdas judiciais. As obrigações relativas aos benefícios passados pagos a menor, deste grupo de 1994, são calculadas e provisionadas em separado pela Entidade em sua contabilidade. As reservas matemáticas incluem o valor atual das despesas administrativas futuras.

Campo 27 e 32 - benefícios líquidos das contribuições dos participantes enquanto assistidos.

Campo 30 - os benefícios decorrentes de futuras pensões e pecúlios de atuais participantes assistidos são classificados como benefícios a conceder. Campo 45, 46, 47, 49 e 54 - o método agregado adotado pela Entidade reúne todos os participantes e todos os benefícios em um único cálculo de custo, não se podendo identificar os custos por benefício, nem por participante, devendo seu custo normal ser refletido periodicamente para capturar todas as modificações ocorridas;

O custo normal planejado para o exercício de 2010, incluindo-se a despesa administrativa, é de 13,31% incidente sobre salários de contribuição futuros de todos os participantes ativos contribuintes. Campo 57 - as despesas administrativas oriundas pela CAPEF para o exercício de 2010 correspondem a 7,18% incidentes sobre o total das receitas correntes de contribuições estimadas para serem vertidas em 2010 por patrocinadores e participantes ativos e assistidos.

Campos 59 a 65 - As taxas médias constantes nestes campos foram encontradas aplicando-se o novo plano de custeio, para o exercício de 2010, com início de vigência em 01/01/2010, aos salários e benefícios, de participantes e assistidos contribuintes, presentes no banco de dados de 31/12/2009. As percentagens encontradas observam as situações particulares contidas no arquivo da Capef, decorrentes de questões judiciais e de determinações do próprio Regulamento da Capef.

Campo 65 - As contribuições dos Patrocinadores são paritárias às contribuições dos participantes e beneficiários assistidos.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Observações: (continuação)

Campo A.2 - No Plano BD da CAPEF os salários de contribuição dos atuais Participantes Ativos não correspondem aos efetivos salários auferidos por estes como empregados dos patrocinadores, não estando os referidos salários de contribuição sujeitos à política salarial dos patrocinadores. Os salários de contribuição dos participantes do Plano BD seguem uma regra de evolução determinada no Regulamento do Plano BD.

Campo A.11 - Resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original.

Campo A.12 - Resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da Tábua Experiência Capef original.

Campo A.13 - tábua bidecimtal composta a partir da tábua AT 2000H, para sobrevida na fase laborativa, e da tábua Experiência da CAPEF fraca, para entrada em invalidez;

Campo A.14 - o cálculo se apoia em dados observados, constantes dos cadastros de beneficiários inseridos integrantes das famílias dos participantes e beneficiários.

Campo A.15 - admite-se, no longo prazo, a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, previdenciais e econômicas do plano; aceita-se como viável um resultado efetivo, real e líquido do mercado de investimentos, igual à taxa de juros atuariais do plano, de 6% ao ano.

Campo A.16 - inclui 3 ativos desligados sem opção por institutos de preservação de direitos previdenciais. As obrigações com esses benefícios já estão contempladas na Avaliação Atuarial.

Campo A.17 - inclui 2 ativos desligados sem opção por institutos de preservação de direitos. As obrigações com esses benefícios já estão contempladas na Avaliação Atuarial.

Campo A.19, A.23, A.28, A.31 e A.34: todos estes valores correspondem ao cenário vigente no banco de dados da Entidade no mês de dezembro de 2009.

Campos A19 e A23 - exclui salários de contribuição de não contribuintes, afastados, em espera, desligados sem opção.

Campo A.28 e A.31 - benefícios brutos: incluem contribuição de participante assistido e contribuição de Patrocinadores. Exclui assistidos "em espera por pensão"

Campos A.27 - inclui 2 registros temporários de aposentados falecidos "em espera" por pensão. Os custos desses benefícios já estão contemplados na Avaliação Atuarial.

O cálculo das reservas para os referidos registros temporários é um procedimento necessário sem o qual, por algum tempo, referidos participantes já falecidos ficariam sem mensuração de direitos em nenhuma categoria até o início do pagamento de pensão.

Campos A.30 - inclui 1 registro temporário de aposentado inválido falecido "em espera" por pensão. Os custos desses benefícios já estão contemplados na Avaliação Atuarial.

O cálculo das reservas para os referidos registros temporários é um procedimento necessário sem o qual, por algum tempo, referidos participantes já falecidos ficariam sem mensuração de direitos em nenhuma categoria até o início do pagamento de pensão.

Campos A28, A31 e A34 - médias constantes dos arquivos de dez/2009, considerando-se a hipótese de retorno às regras do regulamento de 1994

para os valores dos benefícios de um grupo de 126 aposentados e 9 pensionistas, informados pela Entidade, que não aderiram ao novo regulamento.

Campo A.34- benefícios brutos: incluem contribuição de patrocinadores e de beneficiários assistidos para aqueles ingressados nessa condição de assistido a partir de 03.08.1998.

Neýraci Cordeiro Maia
 Atuário - MIBA N° 1269

DE ACORDO

REPRESENTANTE DA ENTIDADE
 NOME:
 CARGO:

REPRESENTANTE DA PATROCINADORA

NOME:
 CARGO:

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PARECER ATUARIAL

Esta avaliação expressa a situação atuarial do plano de benefícios administrado pela CAPEF na data-base de 31/12/2009.

A obrigação atuarial da CAPEF, em 31/12/2009, foi quantificada em R\$ 2.078.097.213,65, revelando situação superavitária de R\$ 12.850.487,71, correspondente a 0,61% do Ativo Líquido do Plano e a 0,62% das provisões matemáticas.

Com a elaboração do fluxo previdenciário, e se levando em conta o valor do ativo líquido no início de 2010, esta avaliação aponta situação de solvência financeira ante os compromissos previdenciais acenados para o ano de 2010.

Os investimentos apresentaram rentabilidade nominal de 17,213%, superior à meta atuarial, quantificada em 10,356%.

O cadastro foi julgado satisfatório para esta avaliação e considerando-se as premissas, as hipóteses, os regimes financeiros, o método atuarial e os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela CAPEF, concluímos que na posição de 31/12/2009 o plano de benefícios da CAPEF encontrava-se atuarialmente equilibrado.

Assim, estamos propondo novo PLANO DE CUSTEIO para ser aplicado a partir de janeiro/2010, abaixo descrito.

Salário de Contribuição (em R\$)	TAXA DE CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR
Até 0,5 UBC	2,60%	0,00
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,20%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,80%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,60%	0,1056 UBC

Nota: UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 1.689,01 em 2010.

Os participantes assistidos e beneficiários assistidos, estes com benefícios vigentes a partir de 03/08/98, deverão ter suas contribuições extraordinárias reduzidas de 25% para 23% do valor do benefício de suplementação, cabendo observar que há participantes que contribuem com percentuais inferiores a este.

Fortaleza-CE, 05 de fevereiro de 2010.

Neyraci Cordeiro Maia
ATUARIO - MIBA No 1.269
CIENTE

ASS. REPRESENTANTE DA ENTIDADE
FRANCISCO JOSÉ ARAUJO BEZERRA
PRESIDENTE

ASS. REPRESENTANTE DA PATROCINADORA
NOME:
CARGO:

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Diretores, Conselheiros e Participantes da

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF

Fortaleza – CE

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF**, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF**, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seu fluxo financeiro referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme comentado na nota explicativa nº 3.2.c – Exigível Contingencial, a Entidade possui diversas demandas judiciais promovidas por participantes, ativos e assistidos, ainda não transitadas em julgado. Estas demandas montam em R\$ 44.720 mil e encontram-se provisionadas.

5. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 27 de janeiro de 2009, contendo parágrafo de ênfase relativo ao mesmo assunto comentado nos parágrafos 4 quanto à rentabilidade da carteira de investimentos de renda variável.

Fortaleza (CE), 05 de fevereiro de 2010

BAKER TILLY BRASIL FORTALEZA
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-CE 612/O-6



PAOLO GIUSEPPE ARAÚJO
CONTADOR CRC-CE 010.539/O-0

**PARECER ATUARIAL
CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO
BRASIL – CAPEF**

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

POSIÇÃO: 31 DE DEZEMBRO DE 2009

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. Este parecer atuarial, integrante do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), é concernente à avaliação atuarial do plano previdenciário da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF, modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, estando avaliado na posição de 31/12/2009.
2. O objetivo desta avaliação atuarial é levantar a situação financeiro-atuarial do plano de benefícios e, ao final, propor o plano de custeio para o exercício de 2010. As informações foram fornecidas pela CAPEF na posição de 31/12/2009.

2. AVALIAÇÃO DA BASE CADASTRAL

3. A base cadastral foi avaliada pela consultoria atuarial e julgada satisfatória para a realização da avaliação atuarial. Registre-se que, por força de dispositivo regulamentar do plano avaliado, o cadastro é atualizado de modo contínuo e sempre que ocorrer alterações, sobretudo em relação às informações que possam repercutir na gestão de benefícios.

4. Os dados cadastrais empregados nesta avaliação atuarial foram fornecidos pela CAPEF em mídia magnética. Outras informações foram disponibilizadas em planilhas e mensagens eletrônicas. Todas as informações são de responsabilidade da CAPEF não fazendo parte da avaliação atuarial qualquer auditoria em relação a dados de participantes e beneficiários.

5. A base cadastral utilizada nesta avaliação considera a posição de 31/12/2009.

3. PLANO DE CUSTEIO

6. O plano de custeio apresenta a estrutura de custos projetada para o exercício correspondente, de modo que seja preservada a solvência atuarial do plano previdenciário. Referido plano de custeio versa quanto aos custos dos participantes assistidos e dos participantes ativos, da aplicação de tabela de contribuições normais de participantes ativos para vigorar no exercício correspondente e dos custos das despesas administrativas.

3.1. Assistidos

7. Os participantes e beneficiários assistidos do plano de benefícios da CAPEF continuam a efetuar contribuições extraordinárias as quais foram estabelecidas por ocasião do acordo pactuado entre o banco do Nordeste do Brasil, a CAPEF e seus participantes no ano de 2003. Ditas contribuições objetivaram, à época de sua implementação, restabelecer o equilíbrio atuarial do Plano e solucionar o passivo contencioso enfrentado pela CAPEF.

8. As contribuições extraordinárias foram estabelecidas de forma crescente, em taxas percentuais que se iniciavam em 25% (vinte e cinco por cento) do valor do benefício de suplementação no exercício de 2004, alcançando 30% (trinta por cento) na mesma base a partir do exercício de 2009. As taxas de contribuição extraordinárias revelaram-se, então, indispensáveis para que fosse assegurado o equilíbrio atuarial do Plano, tendo sido disciplinadas no art. 28 do Regulamento aprovado na mesma época.

9. Por outro lado, conforme demonstrado adiante, no exercício de 2009, a CAPEF obteve ganho atuarial, notadamente em razão da obtenção de rentabilidade sobre os investimentos acima da meta atuarial, correspondente à variação anual do INPC mais juros reais anuais de 6%, estabelecida como premissa atuarial.

10. Do ponto de vista técnico-atuarial, o ganho observado no Plano permite redução no nível das contribuições extraordinárias de participantes assistidos, sem comprometimento do equilíbrio financeiro e atuarial.

11. Em razão dos ganhos atuariais acumulados no período de 2004 a 2009, com base no estabelecido no § 2º do artigo 3º da Instrução SPC nº 28 de 30.12.2008, o Plano de Custeio do Plano BD da CAPEF, proposto para o exercício de 2010, prevê redução da contribuição extraordinária, ficando estabelecido a taxa máxima de contribuição extraordinária de participantes assistidos e beneficiários assistidos, estes com benefícios vigentes a partir de 03/08/98, de **23% (vinte e três por cento)** do valor do benefício de suplementação. Cabendo observar que há participantes que contribuem com percentuais inferiores a este por força de disposição regulamentar ou em decorrência de decisões judiciais.

3.2. Ativos

3.2.1. Determinação do Custo Normal Agregado

12. A Avaliação Atuarial, posicionada em 31/12/2009, foi realizada com dados e informações fornecidos pela CAPEF na posição de 31/12/2009.

3.2.1.2. Sem Despesa Administrativa

13. De acordo com os resultados da avaliação atuarial, posicionados para 31/12/2009, os Valores Presentes Atuariais dos incrementos decorrentes da acumulação de todos os créditos futuros, contados a partir de 2003, para os atuais participantes ativos, a serem pagos pela CAPEF, após deduzidas as contribuições incidentes sobre os benefícios vertidas pelos patrocinadores e assistidos, alcançaram R\$70.534.733,53 (setenta milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e cinqüenta e três centavos). Isto porque, na data da avaliação, o Valor Presente Atuarial dos Salários de Contribuição Futuros, somado ao Valor Atual dos Salários Passados, a partir de 01/01/2004, alcançou R\$ 570.557.964,05 (quinhentos e setenta milhões, quinhentos e cinqüenta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos), o que resulta no **custo normal agregado de 12,36%** (doze inteiros e trinta e seis centésimos por cento) sobre salários de contribuição, ainda sem considerar as despesas administrativas, conforme demonstra o cálculo adiante:

- ✓ A = VPASF + VASP = R\$ 570.557.964,05;
- ✓ B = VPA dos créditos de benefícios futuros, líquidos das correspondentes contribuições de assistidos = R\$70.534.733,53.

Custo Normal Agregado sem Despesa Administrativa = B/A =
 = R\$70.534.733,53/R\$570.557.964,05 = 12,36%.

3.2.1.3. Com Despesa Administrativa

14. Se adicionado o percentual de 8,07% (oito inteiros e sete centésimos por cento), correspondente a taxa de despesa administrativa de curto prazo, conforme detalhado no tópico III deste documento, foi obtido o custo normal agregado com despesas administrativas de **13,44% (treze inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento)** dos salários de contribuição, a partir do seguinte cálculo:

Custo Normal Total com Despesa Administrativa = $12,36\% / (1 - 8,07\%) = 13,442\%$.

15. O Custo Normal dos Benefícios de Risco, requerido para o cálculo dos Resgates de Contribuição, ficou quantificado em 0,47% (quarenta e sete centésimos por cento), percentual este obtido da seguinte conta:

- ✓ A = VPASF + VASP = R\$ 570.557.964,05
- ✓ C = VPA dos créditos de benefícios de risco futuros, líquidos das correspondentes contribuições de assistidos = R\$2.662.101,63

O Custo Normal dos Benefícios de Risco sem Despesa Administrativa = C/A =
 = R\$2.662.101,63)/R\$570.557.964,05 = 0,47%.

16. Por último, o Custo Normal dos Benefícios de Risco representa **3,77% (três inteiros e setenta e sete centésimos por cento)** do Custo Normal Agregado sem Despesas Administrativas.

3.2.2. Taxa Média de Contribuição Normal

17. A taxa média de contribuição normal dos participantes ativos, de responsabilidade dos participantes e patrocinadores, posicionada em 31/12/2009, e levantada com base na aplicação da tabela de contribuição vigente em 2009, ficou quantificada, para 2010, em **12,68% (doze inteiros e sessenta e oito centésimos por cento)**, resultado do seguinte cálculo:

$12,68\% = 2 \times \{ \text{Valor esperado da soma dos valores das contribuições do participante ativo para o plano} / \text{Valor esperado da soma dos salários de contribuição para o plano} \}$, em que:

- ✓ Valor esperado da soma dos valores de contribuição para o plano = R\$247.476,56;
- ✓ Valor esperado da soma dos salários de contribuição para o plano = R\$3.903.917,92.

3.2.3. Sugestão de Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos

18. Pelo exposto, tendo em vista que a taxa média de contribuição normal, de 12,68%, não se revela suficiente à cobertura dos custos normais com despesas administrativas, de 13,44%, este Plano de Custeio sugere a aplicação de nova tabela de contribuições normais de participantes ativos, de forma que o novo nível de contribuição seja suficiente em 2010 para a constituição das reservas garantidoras do Plano. Assim, sugere-se a aplicação da tabela abaixo, observado o agrupamento dos participantes ativos em quatro faixas de salários de contribuição.

Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos para o Exercício de 2010

Salário de Contribuição	Taxa de Contribuição ⁽²⁾	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota: (1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 1.689,01 em 2010.

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem a parcela de responsabilidade dos patrocinadores.

3.2.4. Custeio Administrativo

19. A determinação do percentual da despesa administrativa de curto prazo para o orçamento da CAPEF, a ser aplicado no exercício de 2010 sobre todas as contribuições ao Plano, levou em conta o fluxo de contribuições atuarialmente projetadas e as despesas administrativas orçadas pela área competente da CAPEF para referido exercício. Com base nestas informações, o percentual da despesa administrativa sobre as contribuições ao Plano para o exercício de 2010 resultou **8,07% (oito inteiros e sete centésimos por cento)**. Cabe ressaltar que esse custeio é inferior ao limite estabelecido no regulamento do Plano de Gestão Administrativa da entidade.

20. Por outro lado, foi estimada uma taxa administrativa de longo prazo em 6,45% (seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento).

4. TAXA DE JUROS ATUARIAL E TAXA DE RENTABILIDADE NOMINAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

21. A taxa de juros atuarial, para efeito de mensuração dos retornos dos investimentos do plano de benefícios está prevista em 6% ao ano, real e líquida de todas as perdas, custos e despesas.

22. A taxa de rentabilidade nominal é calculada pela CAPEF pelo método de variação de valor de cotas das carteiras de investimentos.

23. O quadro Nº 1 detalha a rentabilidade nominal, o índice de inflação e a rentabilidade real do plano de benefícios avaliado no período de 2004 a 2009.

Quadro N.º 1
Rentabilidade dos Investimentos, Índice de Inflação e Rentabilidade Real
Período: 2004 a 2009

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rentabilidade	16,172%	12,546 %	13,861%	21,342%	6,170%	17,213%
INPC	6,13%	5,05 %	2,81 %	5,16 %	6,48%	4,11%
Rentabilidade Real	9,462%	7,136 %	10,749 %	15,388%	-0,291%	12,586%

Fonte: CAPEF e Conjuntura Econômica.

Nota: (1) rentabilidade bruta obtida pelo método de quotas.

24. Observa-se que no exercício de 2009 a CAPEF conseguiu reverter a rentabilidade negativa verificada em 2008. Considerando os últimos seis anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 9,06%, calculada pela média geométrica dos retornos anuais, superando no período em 3,06% a taxa de juros atuarial, de 6% ao ano.

5. ATUALIZAÇÃO NOMINAL DOS SALÁRIOS E DOS BENEFÍCIOS

25. De acordo com o Regulamento do Plano BD, a atualização nominal dos salários de contribuição e dos benefícios é realizada a cada mês de janeiro pela aplicação da taxa de rentabilidade nominal dos investimentos da Entidade, relativamente aos últimos 12 (doze) meses, descontada a taxa anual de juros atuarial utilizada pela CAPEF. Segundo a regra regulamentar, o percentual de atualização desses valores não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) e nem superior a 100% (cem por cento) da variação acumulada no ano do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação IBGE para o mesmo período.

26. Como se observa, dita regra do Regulamento do Plano BD configura salvaguarda nos casos dos investimentos do plano não alcançarem a meta atuarial e contribuírem para reduzir, sem, no entanto, impedir o surgimento de déficit atuarial.

27. A taxa nominal de rentabilidade dos investimentos no exercício de 2009 alcançou 17,213%. Neste período, a inflação, medida pela variação do INPC, resultou em 4,11%, concorrendo para a obtenção de 10,356% como meta atuarial. Nesta situação - rentabilidade nominal superior à meta atuarial -, o Regulamento determina que as variáveis salariais e previdenciais sejam reajustadas em janeiro/2010 pela variação do INPC em 2009.

6. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS E REGIME FINANCEIRO

28. O Quadro Nº 2 detalha as premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2008 e 2009.

Quadro Nº 2
Hipóteses Utilizadas nas últimas Avaliações Atuariais

Hipótese (1)	Avaliação 2008	Avaliação 2009
Tábuas de Mortalidade Geral:	AT 2000 - Masculina	AT 2000 - Masculina
Tábuas de Mortalidade de Inválidos:	IAPC Fraca ⁽²⁾	IAPC Fraca ⁽²⁾
Tábuas de Entrada em Invalidez:	Experiência CAPEF Fraca ⁽³⁾	Experiência CAPEF Fraca ⁽³⁾
Hipótese Familiar:	Família Observada	Família Observada
Rotatividade:	Não Utilizada	Não Utilizada
Taxa de Juros:	6% a.a.	6% a.a.
Inflação:	5% a.a.	5% a.a.
Crescimento Salarial:	1% a.a.	1% a.a.
Aposentadoria ⁽⁴⁾ :	na data da elegibilidade	na data da elegibilidade

Fonte: CAPEF e Consultoria Atuarial.

Notas:

(1) este Parecer é parte integrante da avaliação atuarial anual, as informações e observações presentes são complementadas pelo DRAA da mesma posição;

(2) resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábuas IAPC original;

(3) resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da Experiência da CAPEF;

(4) no primeiro momento em que reúne condições para implementação do benefício.

29. Nesta Avaliação Atuarial de 31/12/2009 não ocorreram mudanças de hipóteses atuariais em relação à avaliação posicionada em 31/12/2008, uma vez que os resultados do estudo estatístico de aderência de tábuas atuariais revelaram que ditas tábuas encontram-se aderentes, se confrontados os valores observados com os valores estimados, conforme detalhado no Apêndice A. Da mesma forma, não houve alteração do método atuarial.

30. O método de custeio atuarial adotado pela CAPEF, em dezembro de 2009, considera seis atributos:

- i. cálculo agregado, por benefício e por participante;
 - ii. alocação de custos, com contribuições expressas por percentagem sobre o salário-de-participação mensal e também sobre os benefícios em fruição;
 - iii. idade individual de entrada;
 - iv. não reconhecimento, por ocasião da inscrição de participante de seu tempo de serviço passado e, consequentemente, não geração de passivo atuarial inicial individual;
 - v. reconhecimento implícito dos ganhos ou perdas atuariais, cujo equacionamento se faz através de ajustes no plano de contribuições ou de benefícios;
 - vi. grupo fechado a novos entrados.
31. O regime financeiro aplicado consistentemente na avaliação atuarial do plano é o de capitalização mensal para todos os benefícios do plano avaliado.
32. A aderência das hipóteses atuariais está verificada no Apêndice A deste Parecer.

7. RESULTADO ATUARIAL

33. O Ativo Líquido do Plano, na posição de 31/12/2009, encontra-se detalhado no Quadro Nº 3.

Quadro N.º 3
Cálculo do Ativo Líquido do Plano
Posição 31/12/2009

Ativo Total	R\$2.166.445.526,91
Exigível Operacional	(R\$16.329.650,58)
Exigível Contingencial	(R\$ 44.719.632,36)
Fundo Administrativo ¹	(R\$ 0,00)
Fundo de Investimentos	(R\$ 1.475.375,22)
Fundo para Perdas Atuariais	(R\$ 12.973.167,39)
Ativo Líquido	R\$2.090.947.701,36

Fonte: CAPEF.

Nota: (1) A CAPEF conta com Fundo Gestor para a cobertura das despesas administrativas, cujo saldo em 31/12/2009 é de R\$ 9.897.320,32.

34. Da comparação do Ativo Líquido do Plano, no valor de R\$ 2.090.947.701,36 (dois bilhões, noventa milhões, novecentos e quarenta e setenta mil, setecentos e um reais e trinta e seis centavos), com as Provisões Matemáticas de R\$ 2.078.097.213,65 (dois bilhões, setenta e oito milhões, noventa e sete mil, duzentos e treze reais e sessenta e cinco centavos), contata-se, na data da avaliação, superávit atuarial de R\$ 12.850.487,71 (doze milhões, oitocentos e cinqüenta mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos)

35. O superávit atuarial acima foi calculado após a implementação das seguintes modificações efetuadas nos parâmetros do Plano:

i. Plano de Custeio (comentados no item 3 deste Parecer):

- ✓ Redução da contribuição extraordinária de assistidos;
- ✓ Ajuste na tabela de contribuições normais de participantes ativos;

ii. Ajuste no custeio das despesas administrativas futuras do Plano.

36. O superávit atuarial apresentado em 2009 decorre, notadamente, da obtenção de rentabilidades financeiras acima da meta atuarial, verificadas em exercícios anteriores, e representa, na posição de 31/12/2009, 0,6% do total das Provisões Matemáticas do Plano, devendo ser contabilizado como Reserva de Contingência de Benefícios conforme art. 20 da Lei Complementar Nº 109 de 29/05/2001.

8. FUNDOS E SUAS DESTINAÇÕES

37. Na posição de 31/12/2009 a CAPEF tem contabilizado três fundos com destinação específica.

38. O primeiro fundo, do Programa Administrativo, registra saldo de R\$ 9.897.320,32 (nove milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e vinte reais e trinta e dois centavos), destinado a prover gastos administrativos futuros.

39. O segundo fundo, do Programa de Investimentos, aponta saldo de R\$ 1.475.375,22 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), em 31/12/2009, destinado à cobertura do saldo devedor de empréstimos assistenciais e financiamentos imobiliários em caso de morte do participante durante a vigência desses contratos. As taxas de contribuição para cobertura de risco dos empréstimos assistenciais encontram-se detalhados no Quadro Nº 4.

Quadro N.º 4
Cobertura de Risco dos Empréstimos Assistenciais
Contribuições por Faixa Etária

Faixa Etária	Contribuição s/ Saldo Devedor
Até 55 anos	0,045%
56 a 65 anos	0,090%
66 a 70 anos	0,250%
71 a 75 anos	0,388%
76 a 90 anos	0,550%

Fonte: CAPEF

40. O terceiro fundo destina-se a cobrir perdas atuariais e acumula saldo de R\$12.973.167,39 (doze milhões, novecentos e setenta e três mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) em 31/12/2009. O objetivo deste fundo é o de absorver eventuais perdas atuariais acima das reservas de contingência do plano, sendo este fundo atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano, podendo ser recalculado, a critério do atuário responsável pelo plano, por ocasião das reavaliações atuariais anuais do plano de benefícios.

9. RENTABILIDADE DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS ASSISTENCIAIS

41. A rentabilidade auferida com a carteira de empréstimos assistenciais alcançou 13,38% em 2009, correspondendo a 129,14% da meta atuarial.

42. Em relação ao patrimônio do plano, a carteira de empréstimos assistenciais a participantes representou 4,28% do total dos ativos. Os investimentos em empréstimos e financiamentos representam, em 31/12/2009, 4,56% do patrimônio da

CAPEF, respeitando assim o limite legal estabelecido pela Resolução no 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.

10. CAPACIDADE DE MANUTENÇÃO DE TÍTULOS ATÉ O VENCIMENTO

43. Faz-se necessário demonstrar que a CAPEF tem capacidade financeira de manutenção das aplicações constantes em sua carteira de renda fixa, referentes a "Notas do Tesouro Nacional - NTN", classificadas como "títulos mantidos até o vencimento", conforme Art. 1º, Inciso II, da Resolução CGPC Nº 04, de 30/01/2002, alterada pela Resolução CGPC Nº 22, de 25 /09/2006.

44. O total acumulado aplicado nessas NTNs soma, até 31/12/2009, R\$ 1.600.300.820,02 (um bilhão, seiscentos milhões, trezentos mil, oitocentos e vinte reais e dois centavos). Com a finalidade de alargar seus prazos de vencimento, a CAPEF permutou, no exercício de 2009, parte dessas "Notas do Tesouro Nacional - NTN", classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento". De acordo com informação prestada pela CAPEF, a negociação alcançou o valor de R\$ 371.450.543,64 (trezentos e setenta e um milhões, quatrocentos e cinqüenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

45. Consoante Art. 1º, § 3º, da resolução retromencionada, deve ficar evidenciado no Demonstrativo - DRAA que a CAPEF tem capacidade financeira de manter até a maturidade os referidos títulos em carteira, considerando-se as necessidades de liquidez para honrar as obrigações tendo em vista o perfil do exigível atuarial do plano de benefícios.

46. Encontram-se no Apêndice B os fluxos previdenciais do plano de benefícios, iniciando-se em janeiro/2010 e encerrando-se em maio/2045, data de vencimento das NTNs mais longevas. No Quadro Nº 5 estão distribuídos os investimentos do plano.

Quadro Nº 5
Distribuição dos Investimentos do Plano
Posição: 31/12/2009

Rubricas	Valor (R\$ 1,00)
Renda Fixa	1.811.552.671,15
Renda Variável	129.214.956,18
Imóveis	125.592.861,47
Empréstimos a Participantes	92.607.802,29
Financiamentos a Participantes	6.158.240,68
Outras (disponível + realizável-invest. - exigível - fundos + imp. a compensar)	-74.178.830,41
Total	2.090.947.701,36

Fonte: CAPEF

47. A situação de solvência financeira fica caracterizada quando, ao fim de cada prazo de vencimento das NTN's de vencimento mais longos se constata que o Ativo de Liquidez Imediata, acrescido pelas entradas de contribuições previdenciais, pelos juros e resgates líquidos de despesas das NTN's, for suficiente para honrar todas as obrigações da Entidade, permanecendo sempre positivo no período em análise.

48. Para a confirmação da solvência financeira em cada mês futuro de análise fez-se necessário realizar desinvestimentos de ativos de menor liquidez ao longo do período em análise para garantir o pagamento dos benefícios do Plano, sendo que a CAPEF estimou como possível os desinvestimentos resumidos no Quadro Nº 6.

Quadro Nº 6
Desinvestimentos de Ativos estimados pela CAPEF

Rubricas	Data do Desinvestimento	Valor (1) R\$ 1,00
Renda Variável	dezembro/2012	R\$ 23 milhões
Renda Variável	dezembro/2013	R\$ 20,7 milhões
Renda Variável	dezembro/2014	R\$ 18,7 milhões
Renda Variável	dezembro/2015	R\$ 16,8 milhões
Renda Variável	dezembro/2016	R\$ 15,2 milhões
Renda Variável	dezembro/2017	R\$ 13,7 milhões
Renda Variável	dezembro/2018	R\$ 12,4 milhões
Renda Variável	dezembro/2019	R\$ 11,1 milhões
Renda Variável	dezembro/2020	R\$ 10 milhões
Renda Variável	dezembro/2021	R\$ 9,1 milhões
Renda Variável	dezembro/2022	R\$ 8,2 milhões

Renda Variável	dezembro/2023	R\$ 7,4 milhões
Renda Variável	dezembro/2024	R\$ 6,6 milhões
Renda Variável	dezembro/2025	R\$ 6 milhões
Renda Variável	dezembro/2026	R\$ 5,4 milhões
Renda Variável	dezembro/2027	R\$ 4,9 milhões
Renda Variável	dezembro/2028	R\$ 4,4 milhões
Renda Variável	dezembro/2029	R\$ 3,9 milhões
Renda Variável	dezembro/2030	R\$ 3,6 milhões
Renda Variável	dezembro/2031	R\$ 3,2 milhões
Renda Variável	dezembro/2032	R\$ 2,9 milhões
Renda Variável	dezembro/2033	R\$ 2,6 milhões
Renda Variável	dezembro/2034	R\$ 2,4 milhões
Renda Variável	dezembro/2035	R\$ 2,1 milhões
Renda Variável	dezembro/2036	R\$ 1,9 milhão
Renda Variável	dezembro/2037	R\$ 1,7 milhão
Renda Variável	dezembro/2038	R\$ 1,6 milhão
Renda Variável	dezembro/2039	R\$ 1,4 milhão
Renda Variável	dezembro/2040	R\$ 1,3 milhão
Renda Variável	dezembro/2041	R\$ 1,1 milhão
Renda Variável	dezembro/2042	R\$ 1 milhão
Renda Variável	dezembro/2043	R\$ 900 mil
Renda Variável	dezembro/2044	R\$ 900 mil

Fonte: CAPEF.

Nota: (1) em moeda da data do desinvestimento previsto.

49. Na leitura do Apêndice B constata-se que, com base na estrutura de liquidez imediata verificada em 31/12/2009, acrescida dos desinvestimentos de ativos de menor liquidez, a condição de solvência fica atendida, atestando a viabilidade financeira da manutenção até o vencimento dos títulos mantidos em carteira na posição de 31/12/2009.

11. CERTIFICAÇÃO

50. Observando-se as regras contidas no Regulamento do Plano BD, as provisões matemáticas do plano de benefícios importam, na posição de 31/12/2009, **R\$ 2.078.097.213,65 (dois bilhões, setenta e oito milhões, noventa e sete mil, duzentos e treze reais e sessenta e cinco centavos)**, sendo R\$ 1.388.244.107,13 (um bilhão, trezentos e oitenta e oito milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e sete reais e treze centavos) para Benefícios Concedidos e R\$ 689.853.106,52 (seiscentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e cinqüenta e três mil, cento e seis

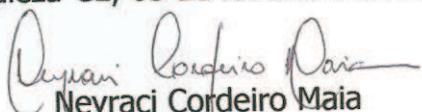
reais e cinqüenta e dois centavos) para Benefícios a Conceder, valores esses apurados de acordo com as normas em vigor e com base nas práticas atuariais correntes.

51. Em nossa opinião, ditas provisões matemáticas expressam de modo satisfatório as obrigações previdenciais do plano avaliado e aponta estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial de R\$12.850.487,71 (doze milhões, oitocentos e cinqüenta mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos).

52. Referido parecer fica na dependência da certificação contábil pela Auditoria Independente do Ativo Líquido para Cobertura de Reservas Matemáticas do Plano BD, constituído por haveres que totalizam R\$ 2.090.947.701,36 (dois bilhões, noventa milhões, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e um reais e trinta e seis centavos), conforme informado pela CAPEF.

Este é o nosso parecer.

Fortaleza-CE, 05 de fevereiro de 2010.



Neyraci Cordeiro Maia
Atuária MIBA 1269

Unidade Jurisdicionada										
Denominação completa: Banco do Nordeste do Brasil S.A.					Código SIORG 172					
Deliberações do TCU										
Deliberações expedidas pelo TCU										
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida					
02	023.112/2007-5	1385-25/2009-PL	9.2.1	DE						
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação Banco do Nordeste do Brasil S.A.					Código SIORG 172					
Descrição da Deliberação: Determinar ao Banco do Nordeste do Brasil: 9.2.1. que providencie os devidos ajustes, de modo que as dívidas dos mutuários enquadrados no § 6º-A do art. 5º da Lei nº 9.138/1995 sejam corrigidas com base no IGP-M, mas limitado, desde a data da renegociação, a 9,5% a.a. sobre o principal, conforme art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.437/2002.										
Providências Adotadas										
Setor responsável pela implementação										
Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Sistemas de Informação										
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento: Realizada definição pelo Ambiente de Controle de Operações de Crédito e encaminhada para o Ambiente de Sistemas de Informação que implementou as manutenções devidas no sistema. Enquanto era providenciada a implementação no sistema, foi elaborado Roteiro de Recálculo e encaminhado para as Agências com as orientações pertinentes. Além desse roteiro, foi realizada videoconferência explicando como deveria ser efetuado o recálculo nas operações renegociadas pela Resolução. 2471.										
Síntese dos resultados obtidos Efetuado o recálculo das operações, tendo sido recalculadas 1.488 operações com sucesso, analisados os erros apresentados no recálculo e providenciados os ajustes para permitir o recálculo das demais operações.										
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Dentre os fatores que impossibilitaram o recálculo de todas as operações encontram-se as especificidades nas informações cadastrais e na movimentação financeira de determinadas operações, as quais estão sendo tratadas.										



Referência: 2010/606 - 398

Fortaleza (CE), 23 de Fevereiro de 2010

Ao

TCU – Tribunal de Contas da União

Exmo. Sr. Ministro,

Assunto: RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2009 – ITEM 13

Em atendimento à sua solicitação, com vistas a compor o relatório à epígrafe, no que se refere a **Conteúdo Geral - Informações Gerais sobre Gestão – Item 13**, atestamos que as informações referentes a contratos de investimentos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Atenciosamente

Pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Área de Logística
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística

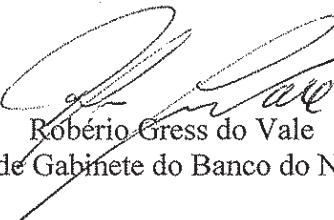
Francisco das Chagas FARIA Paiva
Superintendente

LEOVIGILDO Carlos da Silva Holanda
Gerente de Ambiente

DECLARAÇÃO

DECLARO para fins de atendimento à Decisão Normativa TCU N° 100, de 7 de outubro de 2009, que as atas do conselho de administração e do conselho fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S/A, estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Fortaleza-CE, 15 de março de 2010


Robério Gress do Vale
Chefe de Gabinete do Banco do Nordeste



Demonstrações Contábeis

B A N C O

Posição: 31.12.2009

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE N° 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

	31.12.2009	31.12.2008
CIRCULANTE	11.095.395	10.225.718
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	72.983	73.148
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	3.248.634	2.750.285
Aplicações no Mercado Aberto	2.937.128	1.396.472
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	311.506	1.353.813
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	2.227.338	4.080.744
Carteira Própria	1.765.055	3.653.749
Vinculados a Compromissos de Recompra	350.792	236.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	14.324
Vinculados à Prestação de Garantias	111.491	175.715
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	178.392	158.776
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.328	1.907
Créditos Vinculados:		
Depósitos no Banco Central	172.818	146.170
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	1.363	7.566
Repasses Interfinanceiros	777	1.139
Correspondentes	1.106	1.994
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1	0
Transferências Internas de Recursos	1	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.177.810	2.157.764
Operações de Crédito (Nota 7.a)	4.517.643	2.303.807
Setor Público	92.410	137.654
Setor Privado	4.425.233	2.166.153
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.a)	(339.833)	(146.043)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	1.182.343	993.033
Créditos por Avais e Fianças Honrados	30	26
Carteira de Câmbio	453.777	420.462
Rendas a Receber	21.134	22.857
Diversos	745.672	566.387
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(38.270)	(16.699)
OUTROS VALORES E BENS	7.894	11.968
Outros Valores e Bens	6.390	7.971
(Provisões para Desvalorizações)	(1.476)	(2.115)
Despesas Antecipadas	2.980	6.112
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.862.666	5.766.627
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	3.011.201	1.740.383
Carteira Própria	2.925.119	1.740.383
Instrumentos Financeiros Derivativos	268	0
Vinculados à Prestação de Garantias	85.814	0
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	38.603	41.666
Créditos Vinculados:		
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	333	153
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	32.808	32.974
Repasses Interfinanceiros	5.462	8.539
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.710.825	3.907.545
Operações de Crédito (Nota 7.a)	4.926.147	4.085.638
Setor Público	1.101.962	1.358.301
Setor Privado	3.824.185	2.727.337
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.a)	(215.322)	(178.093)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	102.037	77.033
Créditos por Avais e Fianças Honrados	35	14
Diversos	156.888	108.765
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(54.886)	(31.746)
PERMANENTE (Nota 9)	196.405	184.890
INVESTIMENTOS	1.379	1.120
Outros Investimentos	6.682	6.023
(Provisão para Perdas)	(5.303)	(4.903)
IMOBILIZADO DE USO	191.962	179.161
Imóveis de Uso	127.000	118.492
Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.628
Outras Imobilizações de Uso	142.320	119.373
(Depreciações Acumuladas)	(188.986)	(170.332)
DIFERIDO	3.064	4.609
Gastos de Organização e Expansão	8.059	10.436
(Amortização Acumulada)	(4.995)	(5.827)
TOTAL DO ATIVO	19.154.466	16.177.235

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

P A S S I V O

	31.12.2009	31.12.2008
CIRCULANTE.....	8.110.117	6.910.295
DEPÓSITOS (Nota 10).....	3.197.499	2.339.354
Depósitos à Vista.....	142.577	118.009
Depósitos de Poupança.....	1.381.500	879.323
Depósitos Interfinanceiros.....	364.753	349.550
Depósitos a Prazo.....	1.301.556	981.797
Outros Depósitos.....	7.113	10.675
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	445.678	300.567
Carteira Própria.....	350.670	236.925
Carteira de Terceiros.....	95.008	63.642
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....	13.128	6.262
Recursos em Trânsito de Terceiros.....	13.115	6.262
Transferências Internas de Recursos.....	13	0
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 12).....	644.553	263.122
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....	14.031	12.933
Empréstimos no Exterior.....	630.522	250.189
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13).....	313.523	293.776
Tesouro Nacional.....	182	183
BNDES (Nota 11.b).....	182.186	174.867
CEF.....	0	98
FINAME (Nota 11.b).....	14.940	16.720
Outras Instituições.....	116.215	101.908
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	15.979	8.981
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	15.979	8.981
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14).....	63.653	82.487
Repasses do Exterior.....	63.653	82.487
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15).....	3.416.104	3.615.746
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	3.269	6.641
Carteira de Câmbio.....	7.523	24.411
Sociais e Estatutárias.....	238.115	127.488
Fiscais e Previdenciárias.....	464.557	370.441
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	1.237.069	1.710.095
Diversas.....	1.465.571	1.376.670
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	8.971.610	7.469.375
DEPÓSITOS (Nota 10).....	3.135.228	1.797.306
Depósitos à Vista.....	32.763	52.768
Depósitos Interfinanceiros.....	20.018	0
Depósitos a Prazo.....	3.082.447	1.744.538
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 12).....	56.126	64.673
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....	56.126	64.673
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13).....	1.120.001	939.312
Tesouro Nacional.....	982	1.129
BNDES (Nota 11.b).....	561.610	358.213
FINAME (Nota 11.b).....	14.390	27.873
Outras Instituições.....	543.019	552.097
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	20.592	8.997
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	20.592	8.997
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 14).....	658.740	877.675
Repasses do Exterior.....	658.740	877.675
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15).....	3.980.923	3.781.412
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	2.402.693	2.957.093
Dividas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	622.064	0
Diversas.....	956.166	824.319
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	14	46
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	14	46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16).....	2.072.725	1.797.519
CAPITAL	1.652.000	1.299.000
De Domiciliados no País.....	1.652.000	1.299.000
RESERVAS DE CAPITAL.....	502	380
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....	30.501	32.938
RESERVAS DE LUCROS.....	271.976	403.973
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	118.130	61.228
AÇÕES EM TESOURARIA.....	(384)	0
TOTAL DO PASSIVO.....	19.154.466	16.177.235

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
 SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
 CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE N° 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2009	Exercício/2009	Exercício/2008
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 17).....	1.013.049	2.005.203	2.416.531
Operações de Crédito.....	673.763	1.214.532	1.218.859
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	312.698	739.243	1.040.237
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(6.401)	(38.146)	(2.130)
Resultado de Operações de Câmbio.....	31.046	86.778	136.939
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	1.943	2.796	22.626
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 18).....	(577.007)	(1.219.439)	(1.646.413)
Operações de Captação no Mercado.....	(191.278)	(381.160)	(348.005)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(195.334)	(461.687)	(1.109.975)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.e).....	(190.395)	(376.592)	(188.433)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....	436.042	785.764	770.118
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 19).....	(14.599)	(126.657)	(156.368)
Receitas de Prestação de Serviços.....	563.568	1.106.886	969.570
Rendas de Tarifas Bancárias.....	6.893	12.205	9.014
Despesas de Pessoal.....	(468.969)	(890.476)	(770.067)
Outras Despesas Administrativas.....	(298.681)	(551.813)	(446.574)
Despesas Tributárias.....	(75.780)	(144.214)	(119.969)
Outras Receitas Operacionais.....	563.922	1.159.159	737.419
Outras Despesas Operacionais.....	(305.552)	(818.404)	(535.761)
RESULTADO OPERACIONAL	421.443	659.107	613.750
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	131	2.078	2.867
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	421.574	661.185	616.617
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20).....	(63.281)	(160.487)	(157.684)
Provisão para Imposto de Renda.....	(59.130)	(138.924)	(119.457)
Provisão para Contribuição Social	(37.992)	(86.380)	(67.190)
Ativo Fiscal Diferido.....	33.841	64.817	28.963
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(33.096)	(41.686)	(37.904)
LUCRO LÍQUIDO.....	325.197	459.012	421.029
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (Nota 16.e).....	(75.641)	(110.000)	(100.211)
 Nº de Ações (em mil)	87.002	87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....	3,74	5,28	4,84

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 270 - FORTALEZA - CE/BRÁ

CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE N° 3465 - C-NP-J. 07/23/73/3001-20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Dirigida Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

E V E N T O S	C A P I T A L R E A L I Z A D O	C A P I T A L	A U M E N T O D E C A P I T A L	R E S E R V A S D E C A P I T A L	O U T R A S R E S E R V A S D E C A P I T A L	A T V I O S P R O P R I O S	L E G A L	E S T A T U T A R I A S	R E S E R V A S D E L U C R O S	R E S E R V A S D E R E A V A L U A Ç Ã O	A U J U S T E S D E P A T R I M Ó N I O	L U C R O S (P R E J U I Z O S) A C U M U L A D O S	A Ç Õ E S E M T E S O U R A R I A	T O T A L
S A L D O S E M 31/12/2007														
A U J U S T E S D E A V A L U A Ç Ã O P A T R I M Ó N I A L														
O U T R O S E V E N T O S:														
A u t u l i z a ç ã o d e T i u d o s P a t r i m o n i a l s														
R e a v a l u a ç ã o d e A l i v o s														
R e a l i z a ç ã o d a R e s e r v a														
V a l o r B ruto														
E n c a r g o s I n d u s t r i a l e s														
D e s t i n a ç ã o e s														
R e s e r v a s														
J u r o s s o b r e o C a p i t a l P r o p r i o														
S A L D O S E M 31/12/2008	1.299.000	0	380	32.938	50.266	353.707	61.228	0	0	1.797.519				
M U T A Ç Õ E S D O E X E R C I C I O	0	0	89	(4.881)	21.052	181.987	(32.227)	0	0	1.795.020				
S A L D O S E M 31/12/2008	1.299.000	0	390	32.938	50.266	353.707	61.228	0	0	1.797.519				
A U J U S T E S D E A V A L U A Ç Ã O P A T R I M Ó N I A L														
A U M E N T O D E C A P I T A L:														
P r o v e n i e n t e d e R e s e r v a														
T r a n s f e r ê n c i a d a A u m e n t o d e C a p i t a l														
I n c o r p o r a ç ã o d o C a p i t a l														
O U T R O S E V E N T O S:														
A u t u l i z a ç ã o d e T i u d o s P a t r i m o n i a l s														
A q u i s i ç ã o d e A ç ã o e m T e s o u r a r i a														
R e a v a l u a ç ã o d e A l i v o s														
R e a l i z a ç ã o d a R e s e r v a														
V a l o r B ruto														
E n c a r g o s I n d u s t r i a l e s														
D e s t i n a ç ã o e s														
R e s e r v a s														
J u r o s s o b r e o C a p i t a l P r o p r i o														
S A L D O S E M 31/12/2009	1.652.000	0	502	30.501	73.216	198.760	118.130	0	0	(384)	2.072.725			
M U T A Ç Õ E S D O E X E R C I C I O	353.000	0	122	(2.437)	22.950	(154.947)	50.930	0	0	(384)	2.752.065			
S A L D O S E M 30/06/2009	1.652.000	0	502	31.719	56.957	94.691	73.709	0	0	(384)	1.909.194			
A U J U S T E S D E A V A L U A Ç Ã O P A T R I M Ó N I A L														
O U T R O S E V E N T O S:														
R e a v a l u a ç ã o d e A l i v o s														
R e a l i z a ç ã o d a R e s e r v a														
V a l o r B ruto														
E n c a r g o s I n d u s t r i a l e s														
D e s t i n a ç ã o e s														
R e s e r v a s														
J u r o s s o b r e o C a p i t a l P r o p r i o														
S A L D O S E M 31/12/2009	1.652.000	0	502	30.501	73.216	198.760	118.130	0	0	(384)	2.072.725			
M U T A Ç Õ E S D O S E M I S T R E	0	0	0	(1.218)	16.259	104.069	44.421	0	0	(384)	163.331			

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE N° 3465 - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2009	Exercício/2009	Exercício/2008
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício/Semestre.....	325.197	459.012	421.029
Ajustes ao Lucro Líquido:			
- Despesas de Depreciação e Amortização.....	12.898	25.498	23.235
- Provisão para Perdas em Investimentos.....	400	400	64
- Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	45	60	714
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	190.395	376.592	188.433
Lucro Líquido Ajustado.....	528.935	861.562	633.475
Títulos e Valores Mobiliários.....	501.346	588.855	(29.647)
Outros Valores e Bens.....	(139)	3.051	4.623
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	251.076	1.298.483	(870.570)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(17.240)	(9.688)	63.923
Operações de Crédito.....	(1.785.711)	(3.153.792)	(2.323.559)
Outros Créditos.....	(338.757)	(260.440)	(143.607)
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros.....	(4)	(32)	(32)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	44.421	56.902	(3.227)
Reserva de Reavaliação.....	-	-	(2.364)
Atualização de Títulos Patrimoniais.....	-	122	89
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(816.073)	(614.977)	(2.670.896)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Depósitos.....	2.207.284	2.196.067	1.019.522
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	356.540	335.553	357.787
Captações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas).....	(25.191)	145.111	99.601
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(1.491)	18.591	(5.067)
Outras Obrigações.....	482.480	(131)	366.769
Dividendos e Bonificações Propostos.....	(130.446)	(130.446)	(120.296)
Juros sobre o Capital Próprio Propostos.....	(75.641)	(110.000)	(100.211)
Ações em Tesouraria.....	-	(384)	-
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	2.813.535	2.454.361	1.618.105
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(368)	(234)	(1.108)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(8.615)	(36.616)	(12.959)
Inversões em Investimentos.....	(439)	(1.035)	(252)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	495	1.198	2.052
Alienação de Imobilizado de Uso.....	302	252	166
Alienação de Investimentos.....	2	376	11
Aplicações no Diferido.....	314	(392)	(1.394)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(8.309)	(36.451)	(13.484)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.989.153	1.802.933	(1.066.275)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do Exercício/Semestre.....	1.888.766	2.074.986	3.141.261
No fim do Exercício/Semestre.....	3.877.919	3.877.919	2.074.986
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.989.153	1.802.933	(1.066.275)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

RECEITAS.....	2º Sem/2009	%	Exercício/2009	%	Exercício/2008	%
Intermediação Financeira.....	1.989.682		3.972.305		3.971.871	
Prestações de Serviços.....	1.609.484		3.227.727		3.178.853	
Provisão para Devedores Duvidosos.....	570.462		1.119.092		978.584	
Outras Receitas/Despesas.....	(190.395)		(376.592)		(188.433)	
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	131		2.078		2.867	
INSUMOS ADQUÍRIDOS DE TERCEIROS.....	(386.613)		(842.848)		(1.461.712)	
Materiais, energia e outros.....	(575.363)		(1.314.717)		(940.244)	
Serviços de Terceiros.....	(432.609)		(1.050.349)		(735.265)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(142.754)		(264.368)		(204.979)	
RETENÇÕES.....	1.027.706		1.814.740		1.569.915	
Depreciação, amortização e exaustão.....	(12.911)		(25.511)		(23.235)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.014.795		1.789.229		1.546.680	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.328		1.452		7.793	
Dividendos Recebidos.....	1.328		1.452		7.793	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	1.016.123		1.790.681		1.554.473	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL.....	1.016.123		1.790.681		1.554.473	
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	452.587	44,5%	838.855	46,8%	728.658	46,9%
Proventos.....	275.018	27,1%	498.944	27,9%	433.099	27,9%
Honorários da Diretoria.....	240.571	23,7%	454.692	25,4%	392.615	25,3%
Participação dos empregados nos lucros.....	1.351	0,1%	2.566	0,2%	2.580	0,2%
BENEFÍCIOS.....	33.096	3,3%	41.686	2,3%	37.904	2,4%
Plano de aposentadoria e pensão (Capef e PGBL)	159.914	15,7%	306.688	17,1%	267.275	17,2%
Provisão (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 371)	16	0,0%	899	0,1%	5.688	0,4%
Benefícios - Outros.....	108.990	10,7%	205.983	11,4%	155.077	10,2%
FGTS.....	50.908	5,0%	99.796	5,6%	102.510	6,6%
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	222.380	21,9%	462.824	25,8%	385.930	24,8%
Federais.....	214.868	21,1%	449.490	25,1%	376.592	24,2%
Estaduais.....	13	0,0%	33	0,0%	47	0,0%
Municiais.....	7.499	0,8%	13.301	0,7%	9.291	0,6%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	15.959	1,6%	29.990	1,7%	18.856	1,2%
Alugueis.....	15.959	1,6%	29.990	1,7%	18.856	1,2%
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	206.087	20,3%	240.446	13,4%	220.507	14,2%
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	75.641	7,4%	110.000	6,1%	100.211	6,4%
União.....	70.224	6,9%	102.564	5,7%	94.313	6,1%
Outros.....	5.417	0,5%	7.436	0,4%	5.898	0,3%
DIVIDENDOS	130.446	12,8%	130.446	7,3%	120.296	7,7%
União.....	122.782	12,1%	122.782	6,9%	113.215	7,3%
Outros.....	7.664	0,7%	7.664	0,4%	7.081	0,4%
LUCROS RETIDOS NO EXERCÍCIO.....	119.110	11,7%	218.566	12,2%	200.522	12,9%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008

Índice das Notas Explanatórias

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Patrimônio Líquido
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Receitas da Intermediação Financeira
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Despesas da Intermediação Financeira
Nota 4- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 19- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 20- Impostos e Contribuições
Nota 6- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 21- Provisões e Contingências Passivas
Nota 7- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 22- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Outros Créditos	Nota 23- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Permanente	Nota 24- Benefícios a Empregados
Nota 10- Depósitos	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Obrigações de Longo Prazo	Nota 26- Gerenciamento de Riscos
Nota 12- Obrigações por Empréstimos	Nota 27 - Partes Relacionadas
Nota 13- Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	Nota 28- Outras Informações
Nota 14- Obrigações por Repasses do Exterior	
Nota 15- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas do Banco Central do Brasil – BACEN e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei Nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei Nº 6.404, de 15.12.1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil. A Lei Nº 11.941, de 27.05.2009, por meio dos artigos 37 e 38, introduz modificações na Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, que visam adaptar e convergir as normas contábeis nacionais ao Padrão Contábil Internacional (IFRS), coordenado pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

No Brasil, a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, em consonância com o Padrão Contábil Internacional, está a cargo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, por meio da edição de Pronunciamentos. A aprovação desses pronunciamentos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou Banco Central (BACEN) torna sua aplicação obrigatória.

O Banco Central do Brasil não se manifestou a respeito de todas as alterações introduzidas pelas referidas Leis, tendo aprovado as seguintes mudanças, as quais são observadas nas Demonstrações Financeiras do Banco:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN);
- CPC-03 - Elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação de Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);

- CPC-25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.535, de 31.01.2008, do CMN); e
- Manutenção da reserva de reavaliação até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, tendo em vista as disposições da Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1) Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata dia*;
- a.2) As provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido;
- a.3) São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas apropriar ou provisão, quando necessário, cabendo salientar que:

- b.1) As operações de crédito estão pactuadas às taxas normais de mercado;
- b.2) A provisão para operações de crédito está constituída de acordo com a Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional;
- b.3) Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:
 - Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;
 - Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício;
 - A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez. Os Títulos para negociação são apresentados no Circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição, observado o seguinte:

- c.1) Os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- c.2) Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- c.3) O Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: edificações - 4%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%;
- c.4) O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%;
- c.5) O Banco avaliou as edificações de maior relevância patrimonial e apurou que os valores de mercado se apresentam superiores aos valores contábeis, não necessitando qualquer ajuste nos registros contábeis.

d) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

- d.1) As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.
- d.2) As provisões referentes à concessão de benefícios pós-emprego são reconhecidas em conformidade com as orientações da Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

e) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

Os aprovisionamentos são constituídos às alíquotas abaixo demonstradas e consideram para cada tributo a base de cálculo prevista na legislação vigente:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%

Contribuição Social	15,00%
PASEP	0,65%
COFINS	4,00%

NOTA 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades em moeda nacional	70.284	68.882
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.699	4.266
Total da Disponibilidade de Caixa	72.983	73.148
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (1)	680.747	674.481
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	3.124.189	1.327.357
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.877.919	2.074.986

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 5 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Aplicações no Mercado Aberto	2.937.128	1.396.472
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	2.842.120	1.332.830
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	95.008	63.642
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	311.506	1.353.813
TOTAL	3.248.634	2.750.285
SALDO DE CURTO PRAZO	3.248.634	2.750.285
SALDO DE LONGO PRAZO	-	-

NOTA 6 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2009 estão assim distribuídos:

a.1) A carteira de Títulos e Valores Mobiliários está assim composta em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Títulos Disponíveis para Venda	5.208.854	5.775.452
Títulos Mantidos até o Vencimento	29.417	31.351
Diferencial a Receber Swap	268	14.324
TOTAL	5.238.539	5.821.127
SALDO DE CURTO PRAZO	2.227.338	4.080.744
SALDO DE LONGO PRAZO	3.011.201	1.740.383

a.2) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	4.601.272	4.578.504	(22.768)	
Letras Financeiras do Tesouro	3.399.248	3.399.303	55	2010 a 2015
Debêntures	406.915	405.555	(1.360)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	54.248	54.248	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	718.550	718.550	-	2010
Títulos Públicos Federais – FCVS	1.674	828	(846)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	20.606	-	(20.606)	1993
Títulos da Dívida Agrária	31	20	(11)	2010 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	68.722	67.518	(1.204)	
Fundos de Desenvolvimento Social-FDS	1.204	-	(1.204)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	67.518	67.518	-	2012 a 2020
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	365.527	221.368	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	607	(3.604)	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	364.920	224.972	Sem vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	197.817	197.305	(512)	
Letras Financeiras do Tesouro	197.296	197.305	9	2010 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	521	-	(521)	1993
TOTAL DA CATEGORIA	5.011.970	5.208.854	196.884	
Crédito Tributário	-	-	11.261	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	(90.015)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	118.130	

Especificação	31.12.2008			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	5.336.993	5.315.483	(21.510)	
Letras Financeiras do Tesouro	4.841.822	4.842.123	301	2009 a 2011
Debêntures	106.900	106.887	(13)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	62.129	62.129	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	303.353	303.102	(251)	2009
Títulos Públicos Federais – FCVS	1.759	1.201	(558)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	20.974	-	(20.974)	1993
Títulos da Dívida Agrária	56	41	(15)	2009 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	16.028	14.868	(1.160)	
Fundos de Desenvolvimento Social-FDS	1.160	-	(1.160)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	14.868	14.868	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	269.386	125.227	
Ações de Companhias Abertas	139.948	268.803	128.855	Sem Vencimento
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	583	(3.628)	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	176.225	175.715	(510)	
Letras Financeiras do Tesouro	175.694	175.715	21	2009
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	531	-	(531)	1993
TOTAL DA CATEGORIA	5.673.405	5.775.452	102.047	
Crédito Tributário	-	-	10.852	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	(51.671)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	61.228	

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado" o valor de R\$ 196.884 mil (R\$ 102.047 mil em 31.12.2008). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 118.130 mil (R\$ 61.228 mil em 31.12.2008).

(1) A rubrica Títulos Públicos Federais – Outros registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado pelo Tesouro Nacional.

a.3) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009			31.12.2008		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	29.417	29.417		31.351	31.351	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.000	2.000	2011	5.164	5.164	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	394	394	2012 a 2014	369	369	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	3.401	3.401	2017	1.968	1.968	2017
FIP Nordeste Energia	23.622	23.622	2023	23.850	23.850	2023
TOTAL DA CATEGORIA	29.417	29.417		31.351	31.351	

a.4) No ano de 2009 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;
- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BM&F BOVESPA.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

O Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor global) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	Composição em 31.12.2009					
		VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	7.891	-	184	-	75	-	109
Taxa Pré-fixada	805.706	268	36.386	-	15.779	553	20.892
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	813.597	268	36.570	-	15.854	553	21.001

CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	Composição em 31.12.2008					
		VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	45.000	13.402	-	14.874	-	-	1.472
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	50.772	-	171	3	-	-	174
Taxa Pré-fixada	402.760	-	15.741	-	1.957	-	13.784
Moeda Estrangeira (Dólar)	45.627	922	2.067	280	3.219	1.795	-
TOTAL	544.159	14.324	17.979	15.157	5.176	1.795	15.430

Composição em 31.12.2009	
Valores em Risco de Operações de Swap	Valor
HEDGE DE RISCO DE MERCADO –ATIVO	-
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	-
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	920.919
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	901.049

Composição em 31.12.2008	
Valores em Risco de Operações de Swap	Valor
HEDGE DE RISCO DE MERCADO –ATIVO	14.885
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	-
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	451.655
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	489.950

Composição em 31.12.2009		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	2.424
3 a 12 meses	-	13.555
1 a 3 anos	181	16.375
3 a 5 anos	87	3.935
5 a 15 anos	-	281
TOTAL	268	36.570

Composição em 31.12.2008		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	1.088
3 a 12 meses	14.324	7.893
1 a 3 anos	-	7.913
3 a 5 anos	-	988
5 a 15 anos	-	97
TOTAL	14.324	17.979

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 7 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) A Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2009		31.12.2008	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	9.443.790	(555.155)	6.389.445	(324.136)
Curto Prazo	4.517.643	(339.833)	2.303.807	(146.043)
Longo Prazo	4.926.147	(215.322)	4.085.638	(178.093)
Outras Rubricas com Característica de Crédito	493.862	(60.690)	350.002	(21.654)
Outras Rubricas com Características de Crédito	493.862	(60.690)	350.002	(21.654)
Total da Carteira de Crédito	9.937.652	(615.845)	6.739.447	(345.790)

a.1) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Adiantamentos a Depositantes	661	729
Empréstimos	4.324.143	2.151.214
Títulos Descontados	157.759	102.566
Financiamentos	1.152.148	902.641
Financiamentos à Exportação	-	114
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	274.438	27.146
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 27.a)	517.064	555.165
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.321.319	1.754.354
Financiamentos Imobiliários (1)	241	217
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	696.017	895.299
Subtotal de Operações de Crédito	9.443.790	6.389.445
Avais e Fianças Honrados	65	40
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	15.682	11.457
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.929	4.707
Títulos e Créditos a Receber	3.430	23.192
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (2)	468.756	310.606
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	493.862	350.002
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	9.937.652	6.739.447

(1) Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

(2) Contas classificadas como OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal (1)

Tipo Cliente/Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2009	Total em 31.12.2008
Rural	218.926	160.055	262.429	1.545.745	2.187.155	1.674.802
Indústria	472.750	459.356	300.070	515.143	1.747.319	797.679
Governo	16.818	10.461	27.279	1.101.963	1.156.521	1.391.019
Outros Serviços	346.116	460.035	703.295	1.045.639	2.555.085	930.277
Comércio	424.360	256.562	289.723	223.815	1.194.460	958.794
Intermediários Financeiros	66.425	61.498	116.526	355.565	600.014	684.905
Habitação	241	-	-	-	241	217
Pessoas Físicas	11.626	10.933	8.057	15.720	46.336	40.283

T O T A L	1.557.262	1.418.900	1.707.379	4.803.590	9.487.131	6.477.976
------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas						
Tipo Cliente/Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2009	Total em 31.12.2008
Rural	1.117	5.037	9.764	58.988	74.906	4.997
Indústria	9.619	9.363	14.930	39.817	73.729	41.806
Outros Serviços	4.776	3.809	6.589	15.720	30.894	13.729
Comércio	11.782	8.280	12.149	9.998	42.209	25.635
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	9
Pessoas Físicas	934	528	739	1.289	3.490	3.384
T O T A L	28.228	27.017	44.171	125.812	225.228	89.560

Parcelas Vencidas						
Tipo Cliente/Atividade	0 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2009	Total em 31.12.2008
Rural	21.089	5.016	7.093	40.192	73.390	89.868
Indústria	25.899	4.702	37.832	3.043	71.476	16.586
Outros Serviços	11.238	12.026	7.752	752	31.768	33.123
Comércio	12.768	8.168	18.738	4.482	44.156	28.176
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	2
Pessoas Físicas	1.297	1.117	1.886	203	4.503	4.156
T O T A L	72.291	31.029	73.301	48.672	225.293	171.911

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

Nível de Risco	31.12.2009				31.12.2008			
	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.346.521	-	3.346.521	-	3.075.607	-	3.075.607	-
A	3.224.154	-	3.224.154	16.121	1.917.631	-	1.917.631	9.588
B	2.232.913	20.996	2.253.909	22.539	1.086.359	17.258	1.103.617	11.036
C	329.704	16.746	346.450	10.394	114.025	14.762	128.787	3.864
D	99.756	61.476	161.232	16.123	111.835	18.801	130.636	13.064
E	26.867	17.079	43.946	13.184	17.393	43.068	60.461	18.138
F	9.584	23.653	33.237	16.618	22.018	31.473	53.491	26.746
G	7.526	16.929	24.455	17.118	4.478	15.062	19.540	13.677
H	210.106	293.642	503.748	503.748	128.630	121.047	249.677	249.677
TOTAL	9.487.131	450.521	9.937.652	615.845	6.477.976	261.471	6.739.447	345.790

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Saldo Inicial	345.790	295.799
(+) Constituição de provisão líquida no período	372.182	190.605
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(102.127)	(140.614)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	615.845	345.790
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 8.e)	32.466	26.791
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	648.311	372.581

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	330.466	180.537
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	41.716	36.103
(-) Reversões de provisões operacionais	-	(26.035)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	372.182	190.605
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	4.834	164
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	(424)	(2.336)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 18)	376.592	188.433

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 181.602 mil (R\$ 221.484 mil em 31.12.2008) e as renegociações de operações importaram em R\$ 514.613 mil (R\$ 267.230 mil em 31.12.2008).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal em R\$ Mil

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006 e Nº 11.775, de 17.09.2008, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2009, um efeito positivo no valor de R\$ 98.103 mil (R\$ 156.635 mil em 31.12.2008), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Efetivação de Rendas	83.010	71.401
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	45.371	111.815
Despesas com Deságios	(9.448)	(32.990)
Efeito Líquido de Provisões	(20.830)	6.409
TOTAL	98.103	156.635

h) No segundo semestre de 2009, o saldo em atraso das operações de crédito securitizadas com base na Lei Nº 9.138, de 29.11.1995, foi transferido de contas de compensação para contas de operações de crédito, gerando um aumento nos valores de Créditos em Atraso da ordem de R\$ 86.500 mil. Ocorreu uma provisão integral do valor do ativo transferido, visto que as operações foram classificadas como de risco nível “H”. Por outro lado, houve o registro de uma receita de reversão de provisão no montante de R\$ 86.500 mil pelo valor anteriormente provisionado em rubrica de Provisões para Pagamentos a Efetuar. Tendo em vista que os valores provisionados e revertidos se equivalem, não houve efeito relevante nos resultados do Banco.

NOTA 8 – Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	65	40
b) Carteira de Câmbio	453.777	420.462
Câmbio Comprado a Liquidar	435.819	386.697
Direitos sobre Vendas de Câmbio	3.930	22.528
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.654)	(220)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	15.682	11.457
c) Rendas a Receber	21.133	22.857
d) Diversos	902.560	675.152
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 20.b)	212.459	147.642
Créditos Tributários – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6.a.1)	11.261	10.852
Devedores por Depósitos em Garantia	353.840	234.648
Impostos e Contribuições a Compensar	150.830	107.273
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	142.652	101.363
Outros Valores	8.178	5.910
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	3.430	23.192
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do FAT	70.913	73.007
Outros Valores	73.079	51.790
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(93.156)	(48.445)
Com Característica de Concessão de Crédito	(60.690)	(21.654)
Sem Característica de Concessão de Crédito (nota 7.d)	(32.466)	(26.791)
TOTAL	1.284.379	1.070.066
SALDO DE CURTO PRAZO	1.182.342	993.033
SALDO DE LONGO PRAZO	102.037	77.033

NOTA 9 – Permanente em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Investimentos	1.379	1.120
a.1) Outros Investimentos	6.682	6.023
Investimentos por Incentivos Fiscais	5.011	4.611
Ações e Cotas	943	443
Bens Artísticos e Valiosos	728	969
a.2) Provisões para Perdas	(5.303)	(4.903)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(5.010)	(4.610)
Ações e Cotas	(293)	(293)
b) Imobilizado	191.962	179.161

b.1) Imóveis de Uso	127.000	118.492
Terrenos	6.267	6.051
Edificações	120.733	112.441
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.628
Terrenos – Reavaliações	10.930	10.930
Edificações – Reavaliações	100.698	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	142.320	119.373
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	59.280	54.489
Sistema de Processamento de Dados	50.969	47.464
Sistema de Segurança	9.679	9.870
Sistema de Transporte	16.482	2.857
Outros	5.910	4.693
b.4) Depreciações Acumuladas	(188.986)	(170.332)
Imóveis de Uso	(142.882)	(130.363)
Outras Imobilizações de Uso	(46.104)	(39.969)
c) Diferido	3.064	4.609
c.1) Gastos de Organização e Expansão	8.059	10.436
Gastos em Imóveis de Terceiros	8.010	10.121
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	49	315
c.2) Amortização Acumulada	(4.995)	(5.827)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(4.971)	(5.598)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(24)	(229)
TOTAL	196.405	184.890

NOTA 10 – Depósitos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Depósitos à Vista	175.340	170.777
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	39.503	62.440
Depósitos de Governos	38.044	19.167
Depósitos Vinculados	53.483	57.214
Pessoas Jurídicas	34.584	23.487
Pessoas Físicas	7.400	6.908
Outros Valores	2.326	1.561
b) Depósitos de Poupança	1.381.500	879.323
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	606.679	502.654
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	774.539	376.569
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	282	100
c) Depósitos Interfinanceiros	384.771	349.550
d) Depósitos a Prazo	4.384.003	2.726.335
Depósitos a Prazo	3.411.764	1.866.611
Depósitos Judiciais com Remuneração	56.327	50.877
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 11.c)	48.479	18.544
Proger Urbano	19.129	2.139
Proger Rural	3.651	5.955
Pronaf	182	41
Protrabalho	17.973	3.969
Infraestrutura	6.972	6.080
Estiagem	572	360
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 11.c)	346.775	425.883
Proger Urbano	56.857	61.591
Proger Rural	58	6.116
Pronaf	1.371	1.942
Protrabalho	218.297	279.974
Infraestrutura	56.413	59.368
Estiagem	13.779	16.892
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei N° 8.167	520.404	364.330
Outros Valores	254	90

e) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	7.113	10.675
TOTAL	6.332.727	4.136.660
SALDO DE CURTO PRAZO	3.197.499	2.339.354
SALDO DE LONGO PRAZO	3.135.228	1.797.306

NOTA 11 – Obrigações de Longo Prazo

- a) Em relação às obrigações por empréstimos e repasses contratados no País, as taxas de juros variam de 0 a 10,0% a.a., com prazos que variam de 4 a 20 anos e prazo médio de 6 anos. A atualização monetária, quando aplicável segundo as disposições legais e contratuais, é calculada com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil.
- b) As obrigações contraídas junto ao sistema BNDES, da ordem de R\$ 773.126 mil (R\$ 577.673 mil em 31.12.2008), têm encargos com base na TJLP ou Índices de Preços (IGP-M e IPCA), acrescida de “spread” médio de 1,5% a.a. e prazo médio de 6 anos.
- c) As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 395.254 mil (R\$ 444.427 mil em 31.12.2008), têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicadas em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 48.479 mil (R\$ 18.544 mil em 31.12.2008).
- A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005 estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:
- A partir de 2 meses, com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
 - A partir de 3 meses, relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.
- d) Quanto às obrigações externas, as taxas de juros variam de 1,26% a 6,00% a.a., o prazo médio é de 10 anos e o vencimento final junto ao BID ocorrerá em 2027. A correção cambial, quando aplicável segundo as disposições contratuais, é calculada com base em taxas oficiais divulgadas pelo Banco Central do Brasil.
- e) Os repasses ativos são feitos, no mínimo, nas mesmas condições dos passivos, quanto a encargos e prazos, e são amparados por garantias reais, avais e fianças ou outras garantias colaterais.
- f) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:

Especificação	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2009	Total em 31.12.2008
Empréstimos no País	22.272	22.271	11.583	-	56.126	64.673
Repasses do País	203.667	255.707	356.298	304.329	1.120.001	939.312
Repasses do Exterior	136.575	143.402	311.121	67.642	658.740	877.675
TOTAL	362.514	421.380	679.002	371.971	1.834.867	1.881.660

NOTA 12 – Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	70.157	77.606
b) Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	630.522	250.189
TOTAL	700.679	327.795
SALDO DE CURTO PRAZO	644.553	263.122
SALDO DE LONGO PRAZO	56.126	64.673

NOTA 13 – Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Tesouro Nacional	1.164	1.312
b) BNDES (Nota 11.b)	743.796	533.080
Programa de Operações Conjunto POC	428.032	200.879
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	315.764	332.201
c) CEF	-	98
d) FINAME (Nota 11.b)	29.330	44.593
Programa Automático	15.960	30.252
Programa Agrícola	13.370	14.309
Importação	-	32
e) Outras Instituições	659.234	654.005

Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	82.259	78.565
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	137.604	140.449
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	439.371	434.991
TOTAL	1.433.524	1.233.088
SALDO DE CURTO PRAZO	313.523	293.776
SALDO DE LONGO PRAZO	1.120.001	939.312

NOTA 14 – Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) BID-Prodetur (Nota 11.d)	714.419	942.188
b) Outros Programas	7.974	17.974
TOTAL	722.393	960.162
SALDO DE CURTO PRAZO	63.653	82.487
SALDO DE LONGO PRAZO	658.740	877.675

NOTA 15 – Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.269	6.641
Recursos do Proagro	92	3.892
IOF a recolher	3.093	2.610
Outros Tributos e Assemelhados	84	139
b) Carteira de Câmbio	7.523	24.411
Obrigações por Compras de Câmbio	472.306	310.708
Câmbio Vendido a Liquidar	3.926	24.246
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(468.756)	(310.606)
Outros Valores	47	63
c) Sociais e Estatutárias	238.115	127.488
Dividendos e Bonificações a Pagar	205.091	108.048
Participações nos Lucros	33.024	19.440
d) Fiscais e Previdenciárias	464.557	370.441
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 21)	95.167	80.777
Impostos e Contribuições	71.343	65.217
Causas Fiscais	23.824	15.560
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	103.062	66.343
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6.a.1)	90.015	51.671
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 16.b)	13.047	14.672
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 20.a)	226.928	188.190
Imposto de Renda	139.939	120.473
Contribuição Social	86.989	67.717
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	39.400	35.131
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.639.762	4.667.188
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	3.553.326	4.589.656
Outros Valores	86.436	77.532
f) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital(1)	622.064	-
g) Diversas	2.421.737	2.200.989
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 21)	1.202.944	1.072.049
Causas Trabalhistas	150.741	176.657
Causas Cíveis	95.338	77.859
Outras Causas	567	530
FNE (Nota 25.c)	956.261	817.003
FDNE	37	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.123.974	1.046.986
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 371 (Nota 24.c)	1.023.192	895.958
Plano de Aposentadoria e Pensão – CVM Nº 371	765.942	691.014
Plano de Assistência Médica – CVM Nº 371	257.250	204.944
Despesa de Pessoal	68.016	48.779
Outros Valores	32.766	102.249
Outros Valores	94.819	81.954
TOTAL	7.397.027	7.397.158
SALDO DE CURTO PRAZO	3.416.104	3.615.746
SALDO DE LONGO PRAZO	3.980.923	3.781.412

(1) Em 20.07.2009, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2009/07394, aprovou o enquadramento da operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no montante de R\$ 600 milhões, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco, na categoria de dívida subordinada, conforme Resolução CMN Nº 3.444/07.

NOTA 16 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O valor do Capital Social é de R\$ 1.652.000 mil (R\$ 1.299.000 mil em 31.12.2008) representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 31.12.2009					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	22.785	403.495	426.280	0,05	0,49
Outros (9.295 acionistas)	393.007	367.177	760.184	0,81	0,88
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2008					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	22.785	403.495	426.280	0,05	0,49
Outros (9.296 acionistas)	393.007	367.177	760.184	0,81	0,88
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 30.501 mil (R\$ 32.938 mil em 31.12.2008) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida Reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação. A realização ocorrida no exercício importa em R\$ 2.437 mil (R\$ 2.517 mil em 31.12.2008) e compõe a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2009, representam, respectivamente, R\$ 39,90 e R\$ 37,01 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações em R\$ Mil

1. Lucro Líquido	459.012
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.437
3. Lucro Líquido Ajustado	461.449
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	22.950
Dividendos (Nota 16.e)	130.446
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 16. e)	110.000
Reserva Estatutária (item 3 – Reserva Legal – JCP)	198.053

e) Dividendos/ Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o resultado do lucro líquido, apurado em cada exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembléia Geral, o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio imputados ao valor do dividendo, de 50,0736% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Segue-se a demonstração dos cálculos dos dividendos/ juros sobre o capital próprio em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
1. Lucro Líquido do Exercício	459.012	421.029
2. Reserva Legal Constituída	(22.950)	(21.052)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.437	2.517
4. Participações nos Lucros e Resultados	41.686	37.904
5. Base de Cálculo do Dividendo/Juros sobre o Capital Próprio	480.185	440.398
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício	110.000	100.211
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(226)	(205)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	109.774	100.006
9. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	(35.393)	(51.247)

10. JCP complementar (item 6 + item 9)	74.607	48.964
11. Dividendos propostos no exercício	130.446	120.296
12. Dividendos antecipados corrigido pela taxa SELIC	-	(61.332)
13. Dividendos complementares (item 11 + item 12)	-	58.964
14. Dividendos e JCP complementar (item 10 + item 11)	205.053	107.928
- JCP de R\$ 0,821275802532 por ação ordinária (em 31.12.2008: JCP de R\$ 0,538930682467 por ação ordinária)	39.813	26.130
- JCP de R\$ 0,903403382611 por ação preferencial (em 31.12.2008: JCP de R\$ 0,592823750921 por ação preferencial)	34.794	22.834
- Dividendos de R\$ 1.435941522571 por ação ordinária (em 31.12.2008: Dividendos de R\$ 0,649004285059 por ação ordinária)	69.610	31.467
- Dividendos de R\$ 1.579535674974 por ação preferencial (em 31.12.2008: Dividendos de R\$ 0,713904724874 por ação preferencial)	60.836	27.497
15. Total destinado aos acionistas no Exercício (item 6 + item 11)	240.446	220.507

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos/juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista, de acordo com o Decreto Nº 2.673, de 16.07.1998, com a nova redação dada pelo Decreto Nº 3.381, de 13.03.2000.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos/juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 17 – Receitas da Intermediação Financeira em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2009	31.12.2009	31.12.2008
a) Operações de Crédito	673.763	1.214.532	1.218.859
Juros e Comissões	564.959	1.000.133	610.539
Correção Monetária	15.291	30.280	93.083
Variação Cambial	101	2.517	293.753
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	93.412	181.602	221.484
b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	312.698	739.243	1.040.237
Títulos de Renda Fixa	219.517	495.105	606.281
Outras Aplicações	94.132	249.091	437.841
Lucro, Prejuízo e Ajuste	(951)	(4.953)	(3.885)
c) Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	(6.401)	(38.146)	(2.130)
d) Resultado de Operações de Câmbio	31.046	86.778	136.939
Operações de Câmbio	17.423	34.176	26.271
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	74	34.727	12.452
Variações e Diferenças de Taxas	13.549	17.875	98.216
e) Resultado das Aplicações Compulsórias	1.943	2.796	22.626
Juros e Comissões	1.889	2.576	22.081
Correção Monetária	54	220	545
TOTAL	1.013.049	2.005.203	2.416.531

NOTA 18 – Despesas da Intermediação Financeira em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2009	31.12.2009	31.12.2008
a) Operações de Captação no Mercado	(191.278)	(381.160)	(348.005)
Juros e Comissões	(83.622)	(171.305)	(155.598)
Correção Monetária	(107.656)	(209.855)	(172.001)
Variação Cambial	-	-	(20.406)
b) Operações de Empréstimos e Repasses	(195.334)	(461.687)	(1.109.975)
Juros e Comissões	(42.546)	(83.307)	(91.277)
Correção Monetária	(3.988)	(6.809)	(28.704)
Correção Monetária do Disponível do FNE	(148.800)	(370.855)	(554.031)
Variação Cambial	-	(716)	(435.963)
c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.e)	(190.395)	(376.592)	(188.433)

Operações de Crédito	(190.436)	(372.182)	(190.605)
Operações sem Característica de Concessão de Crédito	41	(4.410)	2.172
TOTAL	(577.007)	(1.219.439)	(1.646.413)

NOTA 19 – Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	2º sem/2009	31.12.2009	31.12.2008
a) Receitas de Prestação de Serviços	563.568	1.106.886	969.570
Administração de Fundos de Investimentos	5.568	9.726	7.672
Administração de Fundos e Programas	406.680	824.875	764.339
Prestação de Serviços	151.320	272.285	197.559
b) Rendas de Tarifas Bancárias	6.893	12.205	9.014
c) Despesas de Pessoal	(468.969)	(890.476)	(770.067)
Proventos	(238.848)	(451.432)	(389.585)
Encargos Sociais	(80.447)	(149.237)	(128.837)
Despesa de Contribuição – CAPEF (Nota 24.g)	-	(1.181)	(5.425)
Despesa de Contribuição – CAMED (Nota 24.g)	-	(5.425)	(12.494)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 371 (Nota 24.g)	(68.321)	(131.985)	(106.890)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 371 (Nota 24.g)	(40.669)	(74.008)	(52.187)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(40.684)	(77.208)	(74.649)
d) Outras Despesas Administrativas	(298.681)	(551.813)	(446.574)
Processamento de Dados	(53.264)	(106.490)	(80.702)
Propaganda e Publicidade	(14.106)	(32.470)	(29.428)
Serviços de Terceiros	(71.974)	(128.879)	(97.558)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(22.282)	(44.050)	(37.488)
Viagens	(7.297)	(14.867)	(18.446)
Comunicações	(13.978)	(30.531)	(26.479)
Depreciação e Amortização	(12.911)	(25.511)	(23.236)
Manutenção e Conservação de Bens	(15.695)	(27.004)	(21.326)
Vigilância, Segurança e Transporte	(12.362)	(23.819)	(20.705)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(8.576)	(15.540)	(14.366)
Serviços do Sistema Financeiro	(7.932)	(14.746)	(12.598)
Serviços Técnicos Especializados	(12.014)	(21.066)	(19.432)
Seguros	(1.695)	(1.695)	(1.205)
FUNDECI	(17.000)	(17.000)	(10.000)
Outros Valores	(27.595)	(48.145)	(33.605)
e) Despesas Tributárias	(75.780)	(144.214)	(119.969)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(67.782)	(130.158)	(109.909)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.423)	(13.020)	(8.989)
Outros Valores	(575)	(1.036)	(1.071)
f) Outras Receitas Operacionais	563.922	1.159.159	737.419
“Del credere” de Fundos Administrados	292.813	554.751	409.389
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	122.807	363.394	101.340
Recuperação de Encargos e Despesas	6.710	13.001	8.949
Reversão de Provisões de CSLL e IR	73	14.790	-
Reversão de Provisões Operacionais	106.111	123.028	160.909
Juros e Comissões	996	4.776	5.762
Correção Monetária	1.696	1.696	-
Atualização Monetária de Tributos	107	107	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	25.514	48.166	38.812
Outros Valores	7.095	35.450	12.258
g) Outras Despesas Operacionais	(305.552)	(818.404)	(535.761)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(193)	(359)	-
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(123.298)	(379.172)	(76.832)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(5.724)	(5.724)	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(4.526)	(4.526)	(6.655)
Encargos de Operações de Crédito	(9.104)	(9.104)	(11.931)
Riscos Fiscais	(5.490)	(14.537)	(40.809)

Riscos com Operações do FNE	(118.721)	(282.231)	(295.489)
Causas Trabalhistas	(3.446)	(16.227)	(65.628)
Causas Cíveis	(4.286)	(24.621)	(9.100)
Outras Causas	(45)	(56)	(83)
Demais Provisões Operacionais	(1.317)	(4.451)	(5.055)
Outros Valores	(29.402)	(77.396)	(24.179)
TOTAL	(14.599)	(126.657)	(156.368)

NOTA 20 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no exercício de 2009 foi de R\$ 98.413 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 62.074 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
Resultado Antes da Tributação, Juros sobre o Capital Próprio e Participações Estatutárias no Lucro	509.499	478.501	509.499	478.501
Adições/Exclusões Permanentes	19.800	53.385	19.825	53.412
Adições/Exclusões Temporárias	299.140	176.182	299.140	176.182
Resultado Tributável antes das Compensações	828.439	708.068	828.464	708.095
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(248.532)	(212.420)	(248.539)	(212.428)
Resultado Tributável após Compensações	579.907	495.648	579.925	495.667
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(143.938)	(122.872)	(86.380)	(67.190)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.014	3.415	-	-
Despesas de Provisão para Impostos e Contribuição Social	(138.924)	(119.457)	(86.380)	(67.190)
Ativo Fiscal Diferido	40.511	5.010	24.306	23.953
Total de Despesas Correntes	(98.413)	(114.447)	(62.074)	(43.237)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	19,32%	23,92%	12,18%	9,04%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	138.924	119.457	86.380	67.190
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	1.015	1.016	609	527
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	139.939	120.473	86.989	67.717
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(100.069)	(73.466)	(44.986)	(28.678)
Valor do Ajuste no Período	39.870	47.007	42.003	39.039

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

A Lei Nº 9.430, de 27.12.1996, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade das despesas de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, as quais diferem das disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 2.682, de 21.12.1999. A parcela de provisão constituída pelas regras do Conselho Monetário Nacional que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada temporariamente na base de cálculo dos tributos citados. O aprovisionamento temporariamente indedutível reduzirá, ou confirmará os resultados tributários de períodos seguintes, quando o mesmo passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão, respectivamente.

Diante da temporariedade da adição das provisões para créditos de liquidação duvidosa e conforme disposição da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002, Deliberação CVM Nº 273, de 20.08.1998 e artigo 8º da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24.08.2001, o Banco vem registrando, desde 1996, créditos tributários correspondentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre referidas diferenças temporárias, com revisões através de Estudos Técnicos realizados semestralmente.

Na posição de 31.12.2009, o valor dos Créditos Tributários - CT é de R\$ 212.459 mil, sendo R\$ 132.778 mil de IRPJ e R\$ 79.681 mil de CSLL.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Especificação	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM

Saldo Inicial em 31.12.2008	(1) 92.267	6.783	(1) 55.375	4.069
(+) Constituição de Créditos	74.688	83.760	44.827	50.042
(-) Realização de Créditos	(34.177)	(83.505)	(20.521)	(49.888)
(=) Saldo Final em 31.12.2009	(1) 132.778	7.038	(1) 79.681	4.223

(1) O Total de diferenças temporárias é de R\$ 212.459 mil (R\$ 146.742 mil em 31.12.2008) (Nota 8).

O saldo dos créditos ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
1. Total das Diferenças Temporárias	2.728.935	2.436.607	2.728.935	2.436.607
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	188.374	436.905	190.044	438.583
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	2.917.309	2.873.512	2.918.979	2.875.190
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	729.327	718.378	437.847	431.278
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	7.038	6.783	4.223	4.069
6. Total dos Créditos Tributários	736.365	725.161	442.070	435.347
7. Créditos Tributários Ativados	139.816	99.050	83.904	59.444
8. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 7)	596.549	626.111	358.166	375.903

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O cronograma de realização desses créditos está apresentado abaixo, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei Nº 9.249, de 26.12.1995. Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2009 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2010	45.858	41.724	27.515	25.034	73.373	66.758
2011	23.334	19.157	14.000	11.494	37.334	30.651
2012	15.703	11.646	9.422	6.988	25.125	18.634
2013	10.947	7.368	6.568	4.421	17.515	11.789
2014	36.936	22.617	22.176	13.579	59.112	36.196
TOTAL	132.778	102.512	79.681	61.516	212.459	164.028

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2010	6.484	6.484	3.891	3.891	10.375	10.375
2011	1	1	1	1	2	2
2012	170	170	102	102	272	272
2013	-	-	-	-	-	-
2014	171	171	102	102	273	273
2015 a 2017	-	-	-	-	-	-
2027 a 2029	212	212	127	127	339	339
TOTAL	7.038	7.038	4.223	4.223	11.261	11.261

NOTA 21 – Provisões e Contingências Passivas

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial.
- b) A avaliação da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Essa classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões).
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme demonstração a seguir, com posição em 31.12.2009, em R\$ Mil:

Especificação	Valor da Base	Provisão
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 15.d)		
Impostos e Contribuições	71.343	71.343
Provável	71.343	71.343
Causas Fiscais	425.965	23.824
Provável	23.824	23.824
Possível	239.696	-
Remota	162.445	-
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 15.g)		
Causas Trabalhistas	203.029	150.741
Provável	150.741	150.741
Possível	20.670	-
Remota	31.618	-
Causas Cíveis	895.910	95.338
Provável	95.338	95.338
Possível	233.178	-
Remota	567.394	-
Outras Causas	15.959	567
Provável	567	567
Possível	8.319	-
Remota	7.073	-

- e) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2009
a) Impostos e Contribuições (Outras Obrigações Diversas)	
Saldo Inicial em 31.12.2008	65.217
Constituição	6.286
Reversão/Utilização/Baixa	(160)
Saldo Final em 31.12.2009	71.343
b) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial em 31.12.2008	15.560
Constituição	8.264
Reversão/Utilização/Baixa	-
Saldo Final em 31.12.2009	23.824
c) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial em 31.12.2008	176.657
Constituição	20.540
Reversão/Utilização/Baixa	(46.456)
Saldo Final em 31.12.2009	150.741
d) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial em 31.12.2008	77.859
Constituição	26.733
Reversão/Utilização/Baixa	(9.254)
Saldo Final em 31.12.2009	95.338
e) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)	
Saldo Inicial em 31.12.2008	530
Constituição	57
Reversão/Utilização/Baixa	(20)
Saldo Final em 31.12.2009	567
f) Férias	
Saldo Inicial em 31.12.2008	33.592
Constituição	46.984
Reversão/Utilização/Baixa	(41.230)
Saldo Final em 31.12.2009	39.346
g) FNE	
Saldo Inicial em 31.12.2008	817.003
Constituição	282.214
Reversão/Utilização/Baixa	(142.956)

Saldo Final em 31.12.2009	956.261
---------------------------	---------

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja provisão é realizada na forma da Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999. A partir do momento em que essas demandas venham a gerar a possibilidade de contingências para o Banco, a sua avaliação será realizada, pela Área Jurídica, na forma da alínea "b", retromencionada.
- g) Os depósitos judiciais são mantidos em contas do ativo sem as deduções das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.
- h) O risco assumido pelo Banco nas operações do FNE, contratadas a partir de 01.12.1998, é calculado de forma análoga ao previsto na Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999 (Nota 25.c).

NOTA 22 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Funcionários (1)	Administradores (2)
Máxima	19.127,51	25.677,00
Mínima	762,71	22.590,10
Média	4.916,64	-

(1) Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Valores aprovados pela 83^a reunião da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas do Banco, realizada em 17.12.2009.

Em 31.12.2009, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 5.895 (5.978 em 31.12.2008), registrando-se, no período, um decréscimo de 1,39% no quadro de pessoal.

NOTA 23 – Participação nos Lucros e Resultados

No exercício de 2009 foi provisionado o valor de R\$ 41.686 mil, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R\$ 41.369 mil referente à participação dos empregados, equivalente a 17,21% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 9,00% do lucro líquido do Exercício, conforme Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 24– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste, no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política Contábil Adotada pelo Banco no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o disposto nos itens 52 a 55 do anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, é reconhecida a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excede o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Características do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que, através do seu único plano de benefícios previdenciários, propicia aos funcionários participantes desse plano, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social. São apresentadas, a seguir, as informações relevantes atinentes ao referido plano de benefícios:

c.1) Plano de Benefícios

O plano, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.2) Regime Atuarial

Classificado na modalidade de benefício definido, o plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.3) Obrigações Vencidas

Não existem.

c.4) Dívida de Contribuições

Não Existem.

c.5) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano, na posição de dezembro/2009, apresenta-se superavitário, no valor de R\$ 12.850 mil (superávit de R\$ 21.909 mil em 31.12.2008), em decorrência do impacto positivo dos investimentos, no valor de R\$ 332.908 mil, e de dispêndios no importe de R\$ 341.968 mil, referentes ao aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios, despesas administrativas como também variação nas contingências e fundos. Merece destaque, a variação nas obrigações do plano de benefícios no valor de R\$ 123.859 mil, em face da revisão de custeios do plano de benefícios, que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos, de 25% para o nível de 23%, a partir de 01.01.2010

c.6) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2009, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2008, 1:1).

d) Características do Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é contribuinte do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou resarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

d.1) Obrigações Vencidas

Não existem.

d.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

e) Conciliação de Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

A conciliação dos ativos e passivos é demonstrada a seguir, em R\$ mil, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/C Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto no item 49 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371:

Especificação	CAPEF		CAMED	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
1. Valor Presente das Obrigações Atuariais Total ou Parcialmente Cobertas	2.862.841	2.671.550	494.494	440.402
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	2.076.864	1.888.469	11.292	12.994
3. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto (item 1 - item 2)	785.977	783.081	483.202	427.408
a. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto Reconhecidas (Nota 15.g)	765.942	691.014	257.250	204.944
b. Valor Presente das Obrigações Atuariais a Descoberto não Reconhecidas	20.035	92.067	225.952	222.464
i. Valor Líquido das Perdas Atuariais	(6.461)	39.076	225.952	222.464
ii. Custo do Serviço Passado	26.496	52.991	-	-

f) A Movimentação do Passivo Atuarial Líquido no Período é demonstrada a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF		CAMED	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
1. Passivo Atuarial Líquido, no Final do Exercício Anterior	783.081	616.820	427.408	334.544
2. Resultado da Movimentação no Passivo Atuarial a Descoberto no Exercício Corrente	2.896	166.261	55.794	92.864
a. Despesas Correntes	105.490	80.395	63.038	41.930
b. Valor Líquido das Perdas (Ganhos) Atuariais	(45.537)	147.885	14.457	61.600
c. Custo do Serviço Passado	(57.057)	(62.019)	(21.701)	(10.666)
3. Passivo Atuarial Líquido, no Final do Exercício	785.977	783.081	483.202	427.408

g) A Despesa Reconhecida na Demonstração de Resultado é demonstrada a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF		CAMED	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
1. Despesas Correntes	106.671	85.820	67.526	54.424
a. Custo do Serviço Corrente, deduzido das Contribuições de Empregados	17.904	17.530	19.563	15.081
b. Custo dos Juros	298.984	279.815	49.348	40.335
c. Rendimento Esperado sobre os Ativos do Plano	(210.217)	(211.525)	(1.385)	(992)
2. Perdas e Ganhos Atuariais Reconhecidos no Exercício	-	-	10.970	10.257
3. Custo do Serviço Passado	26.495	26.495	-	-
4. Despesa Reconhecida na Demonstração do Resultado	133.166	112.315	78.496	64.681
a. Despesa de Provisão para Passivos Contingentes	131.985	106.890	74.008	52.187
b. Despesa de Contribuições	1.181	5.425	4.488	12.494

h) Comentários adicionais

h.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no exercício, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

h.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no exercício, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – item b desta nota;

h.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 38, 56 e 57 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371;

i) Premissas utilizadas

i.1) Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral de Válidos – AT2000 Homens; Tábua de Mortalidade de Inválidos – Experiência do IAPC - Fraca; Tábua de Entrada em Invalidez – Experiência da CAPEF - Fraca e Tábua de Rotatividade – Nenhuma.

i.2) Premissas Econômicas: Taxa Real de Rendimento Esperada dos Ativos do Plano – 6% a.a.; Taxa de Inflação Futura – 5% a.a.; Índice de Aumento Salarial Real Estimado – 1% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios – 0% a.a; Taxa Real de Desconto da Obrigaçāo Atuarial – 6% a.a.; Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do INSS – 0% a.a. e Taxa de Crescimento Real dos Gastos Assistenciais – 3% a.a..

i.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 29.454.928 mil (R\$ 25.820.970 mil em 31.12.2008) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 3.550.828 mil (R\$ 4.587.385 mil em 31.12.2008), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extra-mercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 370.855 mil (R\$ 554.031 mil em 31.12.2008).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido e Emergencial), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999.

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos (A)	Provisão em 31.12.2009	Provisão em 31.12.2008
AA	3.145.394	-	-
A	8.424.380	21.158	11.832
B	5.430.471	27.616	27.247
C	489.609	7.253	8.654
D	1.008.643	50.008	43.614
E	184.246	28.037	35.678
F	222.676	55.317	51.897
G	151.747	65.485	35.269
H	1.381.792	701.388	602.813
TOTAL	20.439.292	956.261	817.003

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% quando contratadas em nome do próprio Banco. A receita de “del credere” foi de R\$ 554.509 mil (R\$ 409.389 mil em 31.12.2008).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta

e Semiárido), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 757.613 mil (R\$ 703.161 mil em 31.12.2008).

NOTA 26 – Gerenciamento de Riscos

a) Gestão de Riscos

Os instrumentos de governança corporativa do Banco do Nordeste incluem estrutura de controles internos revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos no Banco observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, priorizando a identificação dos possíveis riscos existentes nos diversos processos da Instituição, a implementação e acompanhamento de indicadores-chave e de mecanismos de mitigação dos riscos identificados. Eventuais perdas decorrentes de risco operacional ficam armazenadas na base de dados do sistema de recuperação de informações contábeis do Banco, com as qualificações necessárias para o acompanhamento efetivo das ocorrências verificadas, permitindo o desenvolvimento e utilização de instrumentos de controle. O risco de crédito é gerenciado por meio do acompanhamento de cadastro de clientes, revisão e desenvolvimento de modelos de avaliação de risco e concessão de limites adaptados à classificação de risco dos clientes e de suas operações, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional. O acompanhamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado a partir da volatilidade observada em taxas de juros, moedas e índices de ações e de preços nas carteiras de crédito e de investimentos. O Banco utiliza aplicativo computadorizado desenvolvido internamente para gestão de riscos, que contempla o cálculo do VaR (Value at Risk); da Duration global (ativos e passivos) por carteira, título e indexador; dos fluxos de caixa previstos, com a identificação de eventuais descasamentos entre ativos e passivos com relação a prazos; e dos saldos globais de ativos e passivos, por carteira e por título, apontando eventuais descasamentos por moedas.

b) Análise de Sensibilidade

O Banco do Nordeste do Brasil, atuando como agente governamental de fomento para o desenvolvimento da Região Nordeste, segue as melhores práticas do mercado financeiro para identificação, mensuração e controle dos riscos de mercado inerentes às posições assumidas pela Instituição.

O processo de acompanhamento da gestão dos riscos de mercado do Banco do Nordeste é direcionado pela Política Corporativa de Gestão de Riscos, que traça as diretrizes para a negociação dos ativos do Banco e estabelece os limites operacionais que a instituição admite para assunção de posições atreladas aos diversos fatores de risco.

De acordo com as Circulares BACEN Nº 3.354, de 27.06.2007, e Nº 3.365, de 12.09.2007, para efeito de gerenciamento, as operações expostas ao risco de mercado encontram-se segmentadas nas seguintes carteiras:

Carteira de Negociação: considera as operações de compra com compromisso de revenda, de venda com compromisso de recompra e os títulos classificados na categoria títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001.

Carteira de Não-Negociação: formada pelas operações sujeitas a risco de mercado e não incluídas na Carteira de Negociação.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima possível de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta determinado nível de confiança. O Banco do Nordeste adota informações de 60 dias úteis e nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações pré-fixadas da Carteira de Negociação do BNB, na posição de 31.12.2009, ficou quantificado em R\$ 220 mil, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 2.480.000 mil de composição desta carteira.

Na data-base de 31.12.2009, a razão entre o VaR representou apenas 0,0088% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco. A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações pré-fixadas correspondentes são, em sua maioria, de um dia e lastreadas em títulos públicos federais. Em virtude do disposto na instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, art. 3º, § 1º, inciso V, desconsideramos os saldos da Carteira de Negociação na análise de sensibilidade, por seu caráter de risco irrelevante.

A Carteira de Não-Negociação é composta pelo conjunto de operações de crédito, de financiamentos, de câmbio, derivativos para hedge, depósitos, aplicações financeiras, repasses e de produtos e serviços desta Instituição.

Para efeito da realização de análise de sensibilidade não foram considerados os saldos que compõem a Carteira de Não-Negociação, exceto derivativos para hedge, pelo fato de que as operações que a compõem — operações de crédito, captações e títulos, prioritariamente — permanecem na carteira, até os respectivos vencimentos, observadas as taxas de juros pactuadas nos instrumentos contratuais. Desta maneira, mudanças nas taxas de juros como decorrência da volatilidade do mercado, não ocasionam impacto financeiro e contábil relevante sobre os resultados esperados da Carteira de Não-Negociação.

Em atendimento ao Art. 4º da Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, apresentamos Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade com as operações de SWAP e seus respectivos objetos de hedge.
Valores em R\$ mil

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa de juros	SWAP Prefixado	(920.919)	(888.072)	(858.043)
		Ativo Prefixado	923.615	832.528	753.562
		Exposição Líquida	2.696	(55.544)	(104.481)

Na data-base de 31.12.2009, o risco passível de ocasionar prejuízo foi o aumento das taxas de juros futuros de operações de cessão de direitos creditórios. O método empregado na preparação da análise de sensibilidade consistiu em levantar os saldos das operações ativas e passivas expostas a este tipo de risco, apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado foram aplicados os choques concernentes aos cenários 1, 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (Anbima), a exemplo da curva de taxa de juros futuros. O risco observado neste caso é o aumento da taxa de juros.

Cenário 2 – aumento da taxa de juros, mediante choque positivo de 25%, com base nas posições de 31.12.2009, aplicados sobre o Cenário 1.

Cenário 3 – aumento da taxa de juros, mediante choque positivo de 50%, com base nas posições de 31.12.2009, aplicados sobre o Cenário 1.

c) Exposição ao Risco Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 31.12.2009, saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 29.580 mil (R\$ 20.435 mil em 31.12.2008 – posição vendida), na forma demonstrada a seguir em R\$ Mil:

ATIVOS	31.12.2009	31.12.2008	PASSIVOS	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades	2.698	4.266	Depósitos	39.503	62.440
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.434	15.956	Relações Interdependências	13.115	6.262
Operações de Crédito	644.538	862.975	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	1	1.528
Outros Créditos	710.257	386.697	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	722.393	1.210.351
			Outras Obrigações	634.495	24.310
Ativo sem hedge (Swap)	1.379.927	1.269.894	Passivo sem hedge (Swap)	1.409.507	1.304.891
Operações ativas de hedge (Swap)	-	64.529	Operações de Swap	-	49.967
TOTAL	1.379.927	1.334.423	TOTAL	1.409.507	1.354.858

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central. O descasamento apresentado em 31.12.2009 representa 1,10% do valor do Patrimônio de Referência, o que reafirma a política conservadora do Banco a esse tipo de risco.

O saldo líquido da exposição cambial é apurado diariamente. Com vistas a reduzir os descasamentos, o Banco opta entre realizar operações no mercado financeiro de compra e venda de títulos federais indexados à variação cambial e operações de swap cambial.

d) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, através da Resolução Nº 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a

risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (Commitments); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2009, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é relação entre o Patrimônio Líquido de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais. Em 31.12.2009, o índice de adequação de capital (Índice de Basiléia) do Banco do Nordeste foi de 12,80% (12,52% em 31.12.2008), enquanto o Patrimônio de Referência foi de R\$ 2.692.406 mil (R\$ 1.797.227 mil em 31.12.2008). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.280.220 mil em 31.12.2009 (R\$ 1.510.894 mil em 31.12.2008). Em julho de 2009, o BNB celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Bacen a considerar os valores do âmbito desse contrato como Capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basiléia da Instituição.

1. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
a) Patrimônio de Referência (PR)	2.692.406	1.797.227
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.280.220	1.510.894
. Parcada PEPR (1)	2.025.320	1.442.838
. Parcada PJUR	442	528
. Parcada PCOM	18.416	17.160
. Parcada POPR	236.042	50.368
c) Valor do RBAN	33.163	67.768
Margem (a-b-c)	379.023	218.565
Índice de Basiléia (Circ.Bacen Nº 3.477, de 24.12.2009)	12,99%	13,08%
Índice de Basiléia (Incluindo Valor RBAN)	12,80%	12,52%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme. Arts. 11 a 16 da Circular Bacen Nº 3.360, de 12.09.2007.

NOTA 27 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 7.a.1)	517.064	555.165
TOTAL	517.064	555.165
Passivos	31.12.2009	31.12.2008
Depósito a Prazo - FAT (Notas 10.d e 11.c)	395.254	444.427
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Notas 11 e 13)	1.433.524	1.233.088
Tesouro Nacional	1.164	1.312
BNDES	743.796	533.080
CEF	-	98
FINAME	29.330	44.593
Outras Instituições	659.234	654.005
Outras Obrigações - FNE (Nota 25.b)	3.550.828	4.587.385
TOTAL	5.379.606	6.264.900

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Passivos		
Outras Obrigações (Notas 15.g e 24.e)	1.023.192	895.958
CAPEF	765.942	691.014
CAMED	257.250	204.944
TOTAL	1.023.192	895.958

NOTA 28 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Créditos Abertos para Importação	157.733	2.074
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	69.618	48.298
- FNE	10.371.382	8.075.023
- Outras Entidades	6.758	371
Coobrigações em Cessões de Crédito	36.651	113.148

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 383.570 mil (R\$ 362.739 mil em 31.12.2008) assim distribuídos:

Especificação	31.12.2009	31.12.2008
Bens Móveis	125.063	112.807
Bens Imóveis	257.350	245.114
Bens Imóveis de Terceiros	-	2.628
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	2.190
TOTAL	383.570	362.739

c) Lei Nº 11.945, de 04.06.2009

O Projeto de Lei de Conversão Nº 4, de 2009, (Proveniente da Medida Provisória Nº 451, de 2008), foi convertido na Lei Nº 11.945, de 04.06.2009, publicada no Diário Oficial da União de 05.06.2009. O Artigo 28 altera a Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, em seu Artigo 15, convalidando as liquidações de dívidas efetuadas pelas instituições financeiras federais administradoras dos Fundos Constitucionais, que tenham sido realizadas em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias das respectivas instituições, e que tenham sido objeto de demanda judicial, recebidas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e respectivos garantes, relativamente a operações concedidas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, possibilitando, inclusive, a reabertura de novas renegociações para liquidação de dívidas pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora. Quanto aos procedimentos operacionais para novas liquidações baseados na Lei Nº 11.945, de 04.06.2009, estes dependem de regulamentação pelos respectivos Conselhos Deliberativos.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2010

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Fortaleza - CE

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e o semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e alterações posteriores instituíram medidas de estímulo à liquidação, regularização, renegociação ou alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Tais medidas são estendidas, entre outras, às operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, de financiamentos de investimento rural no âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF; grupos C, D, E e linhas especiais contratadas com recursos do FNE e grupos A e B contratadas com quaisquer fontes, a individualização de operações de crédito rural, grupais e coletivas dos grupos A e B do PRONAF, operações enquadradas na Resolução nº 2.471 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de fevereiro de 1998; operações com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e operações ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária-RECOOP. Referidas medidas estabelecem, também, a reclassificação para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE de operações contratadas com recursos do FAT, bem como admite a reclassificação, para o âmbito exclusivo do FNE, de operações de crédito rural contratadas com recursos mistos do FNE com outras fontes. O Banco vem procedendo ao estabelecido na referida Lei nº 11.775/08 e alterações posteriores, porém, os efeitos que resultarão nas suas demonstrações financeiras só serão totalmente conhecidos quando da finalização desses processos de liquidações, regularizações ou renegociações de dívidas.

Fortaleza, 5 de fevereiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC-SP Nº 97.866 - TPE S/CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, de 5 de fevereiro de 2010, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no exercício de 2009. É de opinião também que, conforme o § 4º do Parecer dos Auditores Independentes os efeitos possíveis da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e alterações posteriores, somente serão totalmente conhecidos quando da finalização dos processos de liquidação, regularização ou renegociação das dívidas que se enquadram na referida lei.

Fortaleza (CE), 5 de fevereiro de 2010.

CONSELHO FISCAL

Rodrigo Silveira Veiga Cabral
Presidente

Claudio Xavier Seefelder Filho
Conselheiro

Gideval Marques de Santana
Conselheiro

Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Conselheiro

Marco Antonio Fiori
Conselheiro



COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º. Semestre de 2009

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê

No 2º. Semestre de 2009, dentro de sua missão institucional, atuou focado no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, na revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Contábeis e no desempenho da Ouvidoria do Banco.

Dentro das atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria manteve acompanhamento das demandas oriundas dos órgãos de fiscalização e controle externo, inclusive daquelas originadas do próprio Conselho.

O Comitê de Auditoria realizou doze reuniões ordinárias e nove extraordinárias, tendo como pauta assuntos relacionados com as áreas citadas. Além dos eventos mencionados, o Comitê de Auditoria manteve contatos e reuniões de trabalho com vários gestores do Banco, tendo, ainda, participado de oito das nove Reuniões do Conselho de Administração.

Ao longo do período, o Comitê de Auditoria efetuou análises dos relatórios e das informações mensalmente disponibilizados pela área financeira. Ao final do semestre, revisou, juntamente com representantes da área de contabilidade e da Auditoria Independente, o conjunto das demonstrações contábeis, na posição de 31.12.2009. Juntamente com os membros do Conselho Fiscal, participou da reunião do Conselho de Administração que aprovou as referidas demonstrações.

Revisou seu Regimento Interno e seu Manual de Procedimentos, com o objetivo de atualizá-los segundo a legislação em vigor, aplicável às suas atribuições.

Controles Internos.

O Banco vem estruturando seu sistema de controles buscando a integração de diretrizes voltadas para o fortalecimento dos controles internos, segurança e gestão de riscos. Periodicamente, tal estrutura é revisada e atualizada, com o intuito de mantê-la apta a minimizar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Nesse aspecto, vem desenvolvendo ações para concluir a implantação das estruturas de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito e de mercado. Dessa forma, visa a atender recomendações contidas no Acordo de Capital Basiléia II e cumprir o cronograma estabelecido em normas emitidas pelo BACEN.



COMITÊ DE AUDITORIA

A conclusão das citadas providências elevará o grau de aperfeiçoamento do processo de mitigação da exposição do Banco aos riscos que lhes são inerentes, com reflexos positivos na consecução de seus objetivos empresariais.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna vem desenvolvendo suas atividades com qualidade satisfatória, compatível com o porte e a complexidade das operações do Banco.

Sua atuação observa o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo as instruções dos órgãos federais de controle, e encaminhado à Controladoria Geral da União, depois de aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

Auditoria Independente

No exame dos pareceres e relatórios emitidos, durante o semestre, pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, não foram evidenciados fatos relevantes que possam comprometer sua independência, o resultado e a qualidade dos trabalhos por ela realizados.

Demonstrações Contábeis

O Comitê de Auditoria analisou o conjunto das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data base de 31.12.2009. Também analisou os Pareceres emitidos pelo Auditor Independente sobre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Examinados os documentos e discutidas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se que as mesmas encontram-se em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários a elas relacionadas.

No que diz respeito às mudanças contábeis introduzidos pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, o Banco vem trabalhando no sentido de convergir sua contabilidade ao Padrão Contábil Internacional, no prazo regulamentar.

Fortaleza (CE), 05 de fevereiro de 2010.

João Alves de Melo - Presidente

Antonio Carlos Correia – Membro Titular

Luciano Silva Reis – Membro Titular